

**RELATÓRIO
DE GESTÃO E CONTAS**

2016



MISERICÓRDIA
DO PORTO

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2016



MISERICÓRDIA
DO PORTO

Índice

MENSAGEM DO PROVIDOR	8	3.4. Departamento de Gestão Administrativa e Património	30
CORPOS GERENTES	10	3.4.1. Cartório Privativo	30
Mesa da Assembleia	11	3.4.2. Arrendamentos	30
Mesa Administrativa	11	3.4.3. Cemitério Privativo	30
Definitório	11	3.4.4. Arquivo Geral	30
APRESENTAÇÃO	12	3.4.5. Expediente Geral	30
1. A Misericórdia do Porto, a Igreja, o Estado e a Sociedade Portuguesa	13	3.4.6. Clientes	30
2. A Misericórdia do Porto e a Irmandade	15	3.4.6.1. Rendas em atraso	30
2.1. Irmandade	15	3.4.6.2. Património e Infraestruturas	31
2.1.1. Assembleia Geral Ordinária	15	3.4.7. Gabinete Técnico do DGAP	31
2.1.2. Assembleia Eleitoral para os Corpos Gerentes de 2017/2020	15	3.4.7.1. Projetos de Arquitetura	31
2.1.3. Movimento da Irmandade	15	3.4.7.2. Legalizações	31
PARTE GERAL	16	3.4.7.3. Fiscalizações	31
3. Serviços partilhados e corporativos (SPeC)	17	3.4.7.4. Acompanhamento de Obras	32
3.1. Serviços Partilhados e Corporativos / Departamentos Centrais (SPeC)	17	3.4.7.5. Auditorias Energéticas	32
3.2. Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional	17	3.4.7.6. Programa Reabilitar para Arrendar	32
3.2.1. Colaboradores do Quadro e Contratados a Prazo	18	3.4.7.7. Bolsa Nacional de Terras	33
3.2.2. Colaboradores do Quadro e Contratados a Prazo	19	3.4.7.8. Gestão Logística e Central de Compras	33
3.2.3. Prestadores de Serviços	20	3.4.7.9. Engenharia Organizacional	35
3.2.4. Colaboradores Aposentados na SCMP em 2016	20	3.4.7.10. Gestão de Projetos	35
3.2.5. Caixa Privativa em 31.12.2016	20	3.4.7.11. Gestão de Processos	36
3.2.6. SHST - Acidentes de Trabalho	21	3.5. Departamento de Marketing e Comunicação	37
3.2.7. Academia Misericórdia	21	3.6. Gabinete do Ambiente e Qualidade	38
3.2.7.1. Formação	21	3.6.1. Atividade	38
3.2.8. Gestão e Avaliação do Desempenho	22	3.6.2. Organização Interna do Gabinete do Ambiente e Qualidade	39
3.2.9. Recrutamento, Seleção e Integração dos Colaboradores	22	3.6.3. Certificação ISO 9001:2015	39
3.2.10. Inovação e Desenvolvimento	22	3.6.4. Renovação da Certificação EQUASS do CIAD	39
3.2.11. Estágios	22	3.6.5. Sistema de Gestão Integrado do CRN	40
3.2.12. Políticas Ativas de Emprego	23	3.6.6. Auditorias Internas a Sistemas de Gestão	40
3.2.13. Fundo Especial de Apoio Social	23	3.6.6.1. Acompanhamento de estágios curriculares	40
3.3. Departamento de Sistemas de Informação	24	3.7. Gabinete de Estudos, Planeamento e Controlo de Gestão	41
3.3.1. Governança e Gestão Sistema de Informação	24	3.7.1. Quadro Síntese Atividade	42
3.3.2. Estrutura de Governança e Gestão de Informação da SCMP	25	3.8. Departamento de Contabilidade e Finanças	42
3.3.3. Área da Saúde	26	3.8.1. Projetos desenvolvidos	42
3.3.4. Ative Analytics - Big Data	28	3.8.1.1. BI/BA (Business Intelligence/ Business Analytics)	42
3.3.5. Outros Projetos e áreas desenvolvidas	29	3.8.1.2. Cabimento Orçamental	42
		3.8.1.3. Chave de imputações dos Serviços Partilhados e Corporativos	42
		3.9. Gabinete de Auditoria Interna	43
		3.10. Serviço de Alimentação, Nutrição e Dietética	46
		PARTE ESPECIAL	48
		4. Departamento de Atividades Culturais	49
		4.1. Casa da Prelada	50
		4.1.1. Arquivos e Bibliotecas	50

4.1.2. Tratamento documental	50	7.3.2. Atividade clínica	82
4.1.3. Biblioteca e salas de leitura	50	7.3.2.1. Atividade Geral	82
4.2. Acolhimento de visitantes e de eventos	51	7.3.2.2. Consulta Externa	82
4.3. MMIPO - Museu e Igreja da Misericórdia do Porto	52	7.3.3. Serviço de enfermagem	83
4.3.1. Património Cultural	52	7.3.4. Centro de Dia de Alzheimer S. João de Deus	84
4.3.2. Doação e aquisição de obras de arte	52	7.3.5. Serviços farmacêuticos	84
4.3.3. Serviço de Estudos e Investigação	53	7.3.6. Manutenção e Desenvolvimento do Património	84
4.3.4. Serviço de Públicos	53	7.3.7. Ações do âmbito geral	84
4.3.5. Gestão Operacional e Comercial	54	8. Desenvolvimento Agrícola - Quinta D´Alva	85
5. Gabinete Religioso e Culto	55	8.1. Introdução	85
5.1. Atividades desenvolvidas	55	9. Ensino Especial – Centro Integrado de Apoio à Deficiência	86
6. Departamento de Intervenção Social	57	10. Educação - Colégio Nossa Senhora da Esperança	90
6.1. Ação Social Comunitária	57	10.1. Áreas / Setores	90
6.1.1. Atendimento à comunidade	57	10.2. Recursos Humanos	91
6.1.2. Cabaz de Natal	58	11. Justiça - Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino	93
6.1.3. Avaliações Socioeconómicas / Relatórios Sociais	58	11.1. Recursos Humanos	93
6.1.4. Voluntariado	59	11.2. Caracterização Clínica	94
6.1.5. Habitação em regime de renda apoiada	59	11.3. Setor Laboral	96
6.2. Respostas sociais dirigidas aos Idosos	59	11.4. Setor de Educação e Ensino	97
6.2.1. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas ERPI	59	11.5. Serviço de Educação e Ensino (Creche e Jardim de Infância)	99
6.2.2. Serviço Apoio Domiciliário	62	12. Ambiente	100
6.2.3. Chave de Afetos	64	12.1. Parque da Prelada	100
6.3. Respostas sociais dirigidas às vítimas de violência doméstica	65	12.2. Parque Avides Moreira	100
6.4. Respostas sociais dirigidas à população em situação de sem-abrigo	67	12.3. Viveiro terapêutico	101
6.4.1. Casa da Rua - D. Lopo de Almeida	67	12.4. Hortas comunitárias	101
6.4.2. Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins	68	NOTAS FINAIS	102
6.4.2.1. Tipologia dos pedidos de acolhimento	68	SÍNTESE ECONÓMICA E FINANCEIRA	104
6.5. Rede Local de Intervenção Social	69	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	109
6.5.1. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social	69	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	139
6.6. Lar de Infância e Juventude	70	EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTAL	143
6.6.1. Colégio Barão de Nova Sintra (CBNS)	70	PARECER DO DEFINITÓRIO	163
6.7. Projetos especiais	73	PROPOSTA DA MESA ADMINISTRATIVA À ASSEMBLEIA GERAL	167
6.7.1. Banco do Vestuário	73		
6.7.2. Loja Solidária	74		
6.8. Empreendedorismo e Inovação Social	74		
6.8.1. Elaboração e submissão de candidaturas	74		
7. Saúde	75		
7.1. Hospital da Prelada	75		
7.1.1. Produção Hospitalar	77		
7.1.2. Recursos Humanos	78		
7.2. Centro de Reabilitação do Norte	79		
7.2.1. Atividade Assistencial	80		
7.2.2. Recursos Humanos	81		
7.3. Centro Hospitalar Conde de Ferreira	82		
7.3.1. Atividade geral	82		



MMIPO - MUSEU DO
ANO 2016

665 ALUNOS
FREQUENTAM
O CNSE

APOSTA NA
REABILITAÇÃO
URBANA

2016

89.000
REFEIÇÕES
FORNECIDAS
A PESSOAS
CARENCIADAS

SPeC
NO PALACETE
ARAÚJO PORTO

LANÇAMENTO
DA REVISTA
CIENTÍFICA
ESCULÁPIO

Mensagem do Provedor



PARA FALAR AO VENTO

BASTAM PALAVRAS,

PARA FALAR AO CORAÇÃO

SÃO NECESSÁRIAS OBRAS.

In Padre António Vieira, Cartas Diplomáticas

Como manda a tradição cumpre-me, mais uma vez, apresentar o Relatório e Contas de 2016, de acordo com o Compromisso e a Lei, num momento de viragem da nossa instituição e da sociedade portuguesa.

Desde logo porque 2016 fica assinalado pela transferência da Rua das Flores, do que se chamou Repartições Centrais e depois Departamentos Centrais, para a Rua Joaquim de Vasconcelos, no Palacete de Araújo Porto, do que agora chamamos Serviços Partilhados e Corporativos (SPeC), ao mesmo tempo que o país experimentava uma solução governativa inédita cuja originalidade levantou atentas curiosidades.

No ano jubilar da Misericórdia, cuja iniciativa o Papa Francisco soube impulsionar, os problemas continuaram a ser os mesmos com destaque, no plano nacional, para a mitigação da crise econômica e social e, no plano internacional, para os problemas dos refugiados a que se junta a questão do populismo do discurso político.

Assim sendo a questão do Estado Social ganha particular acuidade e, por isso mesmo, as 14 Obras de Misericórdia clamam por um novo discurso. Um discurso que as adapta como carta de missão para a nobre tarefa do século XXI. Estar perto dos problemas das pessoas com a ajuda da solução. A isto

chama-se subsidiariedade, na União Europeia, e proximidade como trave mestra de uma cultura de solidariedade.

Por isso mesmo a Misericórdia do Porto quis deixar um exemplo neste ano de 2016.

Ao modernizar-se, na sua capacitação institucional, quis assumir esse novo discurso.

De uma forma determinada procurar conjugar a operação diária, feita e desenvolvida por homens e mulheres que dão o seu melhor, junto daqueles que mais precisam, com a visão estratégica que não podemos deixar de ter.

A oportunidade destas duas variáveis e que irá permitir resultados que assegurem a sustentabilidade de uma instituição que já vai em cerca de 518 anos.

A mensagem que eu gostaria de deixar à nossa Irmandade poderia ser idêntica à do ano passado quando se falou dos problemas da demografia, do equilíbrio ambiental do planeta ou do encontro das civilizações com as religiões e o impacto do terrorismo internacional.

Contudo, podemos acrescentar algo mais. A confiança no futuro, que o exemplo do último ato eleitoral da Santa Casa da Misericórdia do Porto nos mostrou, evidencia bem o quanto sabemos que é importante não perder referências realistas e coordenadas de equipa. Esta é a preocupação maior do Provedor e da sua equipa.

Perante os novos desafios e as exigências da regulação ou da fiscalização por parte do Estado, lembro que foram realizadas várias inspeções e auditorias por várias entidades como o Tribunal de Contas, a IGF, ASAE entre outras, robustecemos a nossa estrutura interna e preparamo-nos para os próximos tempos, acreditando que cada desafio é mais estimulante quanto os resultados evidenciam comportamentos corretos.

A reputação da nossa instituição, a solidez da sua marca exigem atitudes e comportamentos de grande determinação.

Vamos, pois, continuar a saber servir. Servir e, aqui necessariamente, continuar um caminho que sabemos não é fácil.

Investir com cautela e prudência para que a modernidade permita manter o compromisso com a tradição. Inovar com curiosidade para que se consiga atingir a pós-modernidade que a comunidade digital vai implicar.

Integrar as Obras de Misericórdia numa leitura atual da moderna doutrina social da Igreja.

O nosso talento estará na justificação do que conseguirmos falar ao coração das pessoas. Aí o Padre António Vieira tem razão: são precisas obras.

Nós já temos a nossa carta de missão: sete obras espirituais e sete obras materiais.

Ambas de Misericórdia.

Continue, então, Nossa Senhora da Misericórdia a guiar-nos nesta missão.

Porto, 24 de Fevereiro de 2017



O Provedor
António Manuel Lopes Tavares

Corpos Gerentes

Francisco
Ribeiro da Silva



Francisco
Castelo Branco Ribeiro



Jorge Eduardo
Silva Ferreira Dias



António Ernesto
Silva Carvalho de Brito



António Luís
Abranches Canto Moniz

António Manuel
Lopes Tavares

Maria Albertina
Amorim Coelho

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente

Jorge Rui Moita Pereira Cernadas

Vice- Presidente

José Manuel Lemos Pavão

Secretários

António José Barbosa Samagaio

Vítor Guilherme Barrosa Pereira Dias

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor

António Manuel Lopes Tavares

Vice- Provedor

António Luís Abranches Canto Moniz

Tesoureiro Geral

Jorge Eduardo Silva Ferreira Dias

Culto e Cultura

Francisco Ribeiro da Silva

Modernização Administrativa e Sistemas de Informação

António Ernesto Silva Carvalho Brito

Desenvolvimento Agrícola e Ensino Especial

Francisco José Guimarães Castelo Branco Ribeiro

Área Social, Mulheres e Jovens

Maria Albertina Amorim Coelho

DEFINITÓRIO

Presidente

Joaquim Sabino Rangel Pamplona

Vice-Presidente

Joaquim Silva Vianez

Secretário

António Teixeira do Carmo

Vogais

Silvério Brunhoso Cordeiro

Justino Cruz dos Santos



APRE

SEN

TA

ÇÃO

1. A MISERICÓRDIA DO PORTO, A IGREJA, O ESTADO E A SOCIEDADE PORTUGUESA

Característica sempre presente é a constante proximidade aos mais variados sectores da sociedade portuguesa com destaque para a Igreja Católica e o Estado português.

O ano de 2016 não foi exceção a este princípio. Desde logo pela presença sempre enriquecedora do Bispo do Porto, Senhor D. António Francisco dos Santos o qual, a par dos seus Bispos Auxiliares e do Senhor D. Manuel Martins, com o seu conselho participou de um modo ativo no reforço do nosso relacionamento institucional.

O ano, ora em análise, foi, na perspetiva do prestígio da Santa Casa da Misericórdia do Porto, de grande significado. Recebemos a visita do Senhor Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, a quem foi concedido o título de Irmão Honorário, aquando da inauguração, no Centro Hospitalar Conde Ferreira, de uma nova resposta para uma doença sempre cruel - a esclerose lateral amiotrófica.

Do Senhor Primeiro Ministro, Dr. António Costa, na abertura do Palacete Araújo Porto, do Senhor Ministro da Saúde, Dr. Adalberto Campos Fernandes, no aniversário do Centro de Reabilitação do Norte e na entrega do Prémio Albino Aroso com o cientista Manuel Sobrinho Simões, do Senhor Ministro da Cultura, João Soares, no momento da entrada no nosso espólio do quadro da Josefa de Óbidos, dos Secretários de Estado Adjunto e da Saúde, Ministro do Ambiente, Dr. Matos Fernandes, Dr. Fernando Araújo, da Saúde, Dr. Manuel Delgado, do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Luís Carneiro, do Secretário de Estado do Ambiente, José Mendes, do Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Rui Moreira, do Diretor Geral da Reinserção e dos Serviços Prisionais, Dr. Celso Manata, do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Dr. Fernando Gomes, Irmão Honorário, do agente desportivo Jorge Mendes, do Dr. Luís Marques Mendes entre muitas outras personalidades cuja presença marca de uma forma clara este novo relacionamento com a sociedade portuguesa.

Prova evidente foi o reforço da parceria com a Fundação de Serralves, com a Fundação da Juventude, com a Câmara Municipal do Porto, principalmente nas pessoas dos vereadores Manuel Pizarro, Manuel Correia Fernandes e Filipe Abreu e o Coliseu do Porto, a que se junta a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana ou a SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto reconhece a importância da cooperação institucional para a melhoria das condições de qualidade de vida de todos aqueles a que acolhe. O efeito

A Santa Casa da Misericórdia do Porto continuou a manter, ao longo do ano de 2016, as mais profundas relações institucionais com os mais variados quadrantes da sociedade portuguesa.

maior desta política de parceria materializa-se nas imensas atividades que se conseguem realizar tendo como finalidade a “grande cidade” que é o Porto e a sua Área Metropolitana.

Também assim estamos a cumprir a nossa missão no respeito pela nossa história.





2. A MISERICÓRDIA DO PORTO E A IRMANDADE

2.1. IRMANDADE

2.1.1. ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA

Foi realizada a Assembleia-Geral, em 29 de março, para a “Apreciação e votação do Relatório e Contas de Gerência de 2015, acompanhados dos respetivos Pareceres do Definitório e do Revisor Oficial de Contas”, e a Assembleia-Geral, em 29 de novembro, para a “Apreciação e votação do Orçamento e Plano de Atividades para o exercício de 2017 e do Parecer do Definitório.”

Todos os documentos foram aprovados, por unanimidade, em sede da Assembleia Geral da Irmandade.

2.1.2. ASSEMBLEIA ELEITORAL PARA OS CORPOS GERENTES DE 2017/2020

No dia 27 de novembro, foi realizada a Assembleia Eleitoral para os Corpos Gerentes do quadriénio 2017/2020. O ato decorreu nas novas instalações do palacete Araújo Porto, onde se encontram sediados os SPeC (Serviços Partilhados e Corporativos), desde o mês de outubro de 2016.

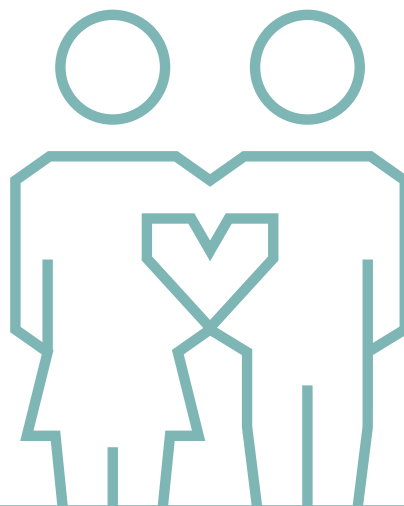
2.1.3. MOVIMENTO DA IRMANDADE

Com um total em janeiro de 1319 Irmãos, houve o seguinte movimento durante o ano de 2016: 17 admissões, 14 readmissões, 4 desistentes, 19 falecidos, 131 excluídos e 6 nomeações para Irmão Honorário, posicionando a Irmandade para um número global atual de 1196.

A atribuição do Grau de Irmão Honorário foi entregue aos Excelentíssimos Irmãos Joaquim Faria Almeida, António Alberto Martins Fonseca, Alfredo Correia Mansilha Assunção, Álvaro Laborinho Lúcio, Armando Acácio Leandro e Marcelo Rebelo de Sousa.

1319 Irmãos:

- 17 admissões
-
- 14 readmissões
-
- 4 desistentes
-
- 19 falecidos
-
- 131 excluídos
-
- 6 nomeações
para Irmão Honorário



PAR

TE

GE

RAL



3. SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS (SPeC)

3.1. SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS / DEPARTAMENTOS CENTRAIS (SPeC)

Instalados no novo edifício, o Palacete Araújo Porto, os SPeC da Santa Casa da Misericórdia do Porto, refletem a nova postura estratégica da instituição assegurando, desse modo, uma coerência integrada da gestão de suporte a toda a vasta gama de serviços e unidades operacionais. Concretiza-se, assim, a criação de uma estrutura que reúne as áreas de suporte logístico, de controle e de operação que, durante muito tempo, estiveram dispersas por vários locais e em regime de tutelas diversas.

3.2. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No ano de 2016, o DRHFP, em sinergia com a estratégia evolutiva definida para a SCMP pela Mesa Administrativa, a qual se orienta para a otimização organizacional em ordem à obtenção de maior eficiência com consequentes ganhos de produtividade, deu continuidade ao trabalho encetado em 2015 e, manteve a sua estrutura operacional em 3 eixos: I) Área administrativa, II) Área jurídico-laboral e III) Academia.

De modo transversal a todas estas “áreas” devemos destacar:

- a conclusão do processo de centralização nos SPeC dos colaboradores do DRHFP;
- a mudança de instalações para o Centro Corporativo;
- a conclusão do desenho e mapeamento dos processos elaborados no âmbito do Projeto LUZ;
- o desenvolvimento do Projeto BI.



3.2.1. COLABORADORES DO QUADRO E CONTRATADOS A PRAZO

Estabelecimentos Departamentos	2013	2014	2015	2016
Departamentos Centrais/Comissão Executiva	---	1	1	1
Gabinete do Provedor	---	---	---	4
Dep. Gestão Administrativa e Património	40	40	42	33
Dep. Recursos Humanos Formação Profissional	6	7	16	15
Departamento Auditoria Interna	2	6	6	6
Departamento Contabilidade e Finanças	13	27	30	27
Departamento Sistemas de Informação	5	3	13	17
Departamento Marketing e Comunicação	---	7	3	6
Departamento Atividades Culturais (a)	17	17	24	32
Gabinete Religioso e Culto	3	4	4	5
Gabinete Assuntos Jurídicos e Contencioso	3	2	3	3
Gabinete E. Planeamento e Controlo de Gestão	---	---	3	5
Gabinete Qualidade	---	---	3	4
GEPRO	1	---	---	---
Departamento Intervenção Social	11	13	13	13
Arco Maior	1	1	2	2
CAS - D. Manuel Martins	6	6	7	6
Casa Santo António	8	8	7	8
Casa da Rua - D. Lopo de Almeida	9	8	8	9
ERPI - S. Lázaro	59	61	59	64
ERPI - Nossa Senhora da Misericórdia	47	52	46	42
ERPI - Pereira de Lima	20	16	15	18
ERPI - Quinta Marinho	28	25	18	---
Serviço Apoio Domiciliário	---	---	13	17
Projetos Especiais Sociais (Banco Vestuário)	4	3	6	5
Projeto RLIS	---	---	---	6
Serviços de Saúde	4	19	18	18
Colégio Barão Nova Sintra	31	29	27	28
Colégio Nossa Senhora da Esperança	66	73	74	82
Centro Integrado Apoio à Deficiência (b)	55	67	67	72
Artes Gráficas Serviços Imprensa	5	5	5	6
Parque da Prelada	13	8	4	7
Parque Dr. Avides Moreira - Horta Biológica	---	---	2	4
Quinta Barca d'Alva	6	4	8	8
Estabelecimento Prisional Sta. Cruz do Bispo (c)	25	24	26	26
Hospital da Prelada (d)	488	425	435	458
Centro Reabilitação do Norte (e)	---	194	203	209
Centro Hospitalar Conde Ferreira	215	205	187	204
TOTAL	1 191	1 360	1 408	1 470

a) No Departamento de Atividades Culturais estão incluídos 19 colaboradores afetos ao MMPO e 6 colaboradores afetos à Casa da Prelada.

b) No CIAD estão contabilizados 15 colaboradores do CPAC

c) Em 2016, 20 Colaboradores do quadro + 6 Termo Incerto, ao abrigo do Acordo com DGRSP

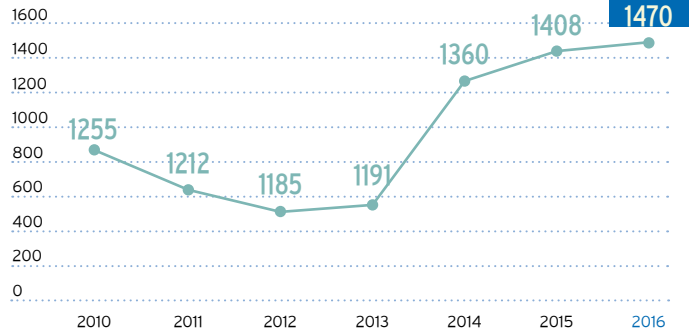
d) Em 2016, estão incluídos 9 colaboradores com CTT Incerto (ao abrigo de Planos, Protocolos, Acordos e Internato Médico)

e) Em 2016, estão incluídos 104 colaboradores com CTT Incerto (ao abrigo de Planos, Protocolos, Acordos e Internato Médico)

3.2.2. COLABORADORES DO QUADRO E CONTRATADOS A PRAZO

Ano	N.º de Colaboradores
2011	1212
2012	1185
2013	1191
2014	1360
2015	1408
2016	1470

COLABORADORES DO QUADRO E CONTRATADOS A PRAZO



3.2.3. PRESTADORES DE SERVIÇOS

Prestadores de Serviços	2013	2014	2015	2016
SPeC + Estabelecimentos	13	14	13	15
Hospital da Prelada	19	20	26	33
Centro Hospitalar Conde Ferreira	4	1	1	4
Centro Reabilitação do Norte	---	10	5	8
EPSCB	11	11	11	11
TOTAL	47	56	56	71

3.2.4. COLABORADORES APOSENTADOS NA SCMP EM 2016

Categoria	N.º de Colaboradores
Ajudante Ação Educativa	2
Ajudante Lar Centro Dia	2
Auxiliar Ação Médica	2
Costureira	2
Capelão	1
Cozinheiro 1º	1
Encarregado Geral	1
Escriturário Principal	1
Médico Ortopedista	1
Porteiro	1
Prefeito	1
Professor 1º Ciclo	1
Secretária Principal	1
Técnico Contas	1
Trabalhador Auxiliar	1
TOTAL	19

3.2.5. CAIXA PRIVATIVA EM 31.12.2016

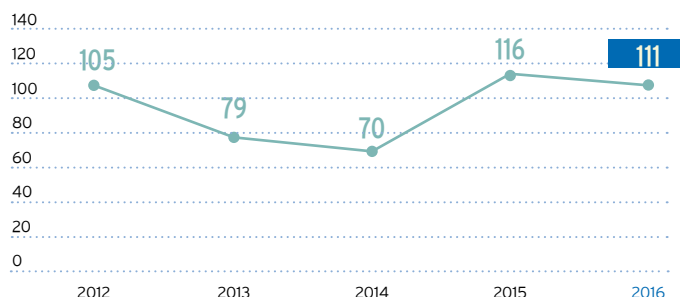
Aposentados	MÉDIA IDADES	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
Aposentados Caixa Privativa	87	27	12	39
Pensões Sobrevivência	77	5	0	5
TOTAL	86	32	12	44

3.2.6. SHST - ACIDENTES DE TRABALHO

Nº DE ACIDENTES DE TRABALHO OCORRIDOS ENTRE 2012 - 2016

2012	2013	2014	2015	2016
105	79	70	116	111

Nº DE ACIDENTES DE TRABALHO OCORRIDOS ENTRE 2012 - 2016



3.2.7. ACADEMIA MISERICÓRDIA

A área da ACADEMIA - desenvolvimento do capital humano inscreve-se na implementação de um modelo de gestão de recursos humanos inovador, sendo esta uma clara aposta institucional, o que justificou a criação da Academia Misericórdia já em 2015. O ano que ora terminou foi um ano de solidificação deste Serviço, intervindo em cinco pilares: Formação Profissional; Estágios; Gestão e Avaliação do Desempenho; Recrutamento, Seleção e Integração dos Colaboradores; Inovação e Desenvolvimento.

No âmbito das atividades desenvolvidas pela Academia, ao longo de 2016, destacam-se, em cada uma das áreas de atuação:

3.2.7.1. FORMAÇÃO

- Elaboração do Balanço de Atividades Formativas 2015;
- Elaboração do Plano de Formação 2016 e sua implementação, com o desenvolvimento de ações de sensibilização, formação ministrada por entidades externas e formação ministrada por colaboradores internos;
- Alargamento da certificação da SCMP pela DGERT a novas áreas de Educação-Formação com seis novas áreas;
- Apresentação de candidaturas à Medida Cheque-Formação com vista à comparticipação pelo IEFP de formação não financiada realizada por colaboradores;
- Consolidação de uma nova Política de Formação – de realçar que neste domínio da formação, o volume da mesma teve um acréscimo de 74% relativamente ao ano transato, abrangendo cerca de 81% dos colaboradores da Instituição.



	2016	VARIAÇÃO (2015/2016)
Volume de Formação (H)	13 034	+74%
Colaboradores que frequentaram formação	1 192	+22%

3.2.8. GESTÃO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

- Continuidade do processo de reformulação e implementação do novo SGAD, com a elaboração de um novo software pela Indra. De modo a melhorar a operacionalização deste processo, foram realizadas 21 sessões de apresentação do SGAD aos colaboradores, contando com a participação de 711 colaboradores, e seis ações de formação específica dirigida aos avaliadores, com a duração de oito horas cada e com um total de 74 participantes.

3.2.9. RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS COLABORADORES

- Início do processo de acolhimento e integração aos colaboradores recém-chegados à SCMP, tendo sido realizados 127 acolhimentos nos Departamentos Centrais/SPeC.

3.2.10. INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

- Implementação - em articulação com o DAI - do Questionário de Avaliação da Satisfação dos Colaboradores, administrado no HP e CRN;
- Planificação, organização e execução do Concurso de Promoção Profissional 2016, contando com a participação de 33 candidatos elegíveis que se inscreveram;
- Consolidação da atividade do Espaço Aberto ao Colaborador, mas diferentes Unidades Operacionais.

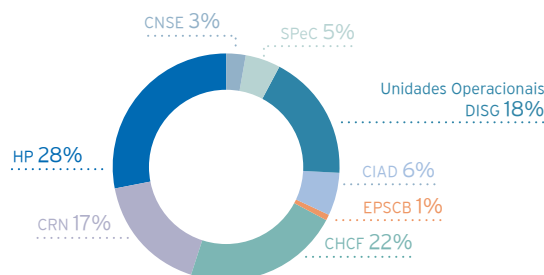
3.2.11. ESTÁGIOS

A SCMP acolheu um total de 337 estágios, conforme gráfico abaixo, sendo que a maioria esteve distribuída pelas diferentes unidades operacionais de saúde (67%): HOSPITAL DA PRELADA (94), C.H. CONDE FERREIRA (75) e CENTRO REABILITAÇÃO DO NORTE (56).

Os 337 estágios dividiram-se em:

- 317 estágios curriculares (94,1%)
- 4 estágios de acesso à profissão (nutricionista/psicóloga) (0,1%)
- 16 estágios cofinanciados pelo IEFP (4,8%).

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTÁGIOS ACOLHIDOS EM 2016



	ESTÁGIOS CURRICULARES	ESTÁGIOS DE ACESSO À PROFISSÃO	ESTÁGIOS COFINANCIADOS PELO IEFP	TOTAL
SPeC	12	---	4	16
CAS	3	---	---	3
CNSE	12	---	---	12
CIAD	17	1	3	21
CR-DLA	---	---	1	1
CSA	4	---	---	4
ERPI NSM	17	---	---	17
ERPI QM	5	---	---	5
ERPI PL	4	---	---	4
ERPI SL	18	---	---	18
RLIS	3	---	---	3
SAD	5	---	---	5
EPSCB	3	---	---	3
CHCF	71	2	2	75
CRN	53	1	2	56
HP	90	---	4	94
TOTAL	317	4	16	337



3.2.12. POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO

Ao abrigo das Políticas Ativas de Emprego, a SCMP integrou 3 desempregados subsidiados, no âmbito das Medidas Contrato Emprego Inserção (CEI) e Contrato Emprego Inserção + (CEI+).

Área/Profissão	Departamento/ Unidade Operacional
Jardineiro	Parque da Prelada
Trabalhador Montagem	HP
Técnico Superior Administrativo	DRHFP

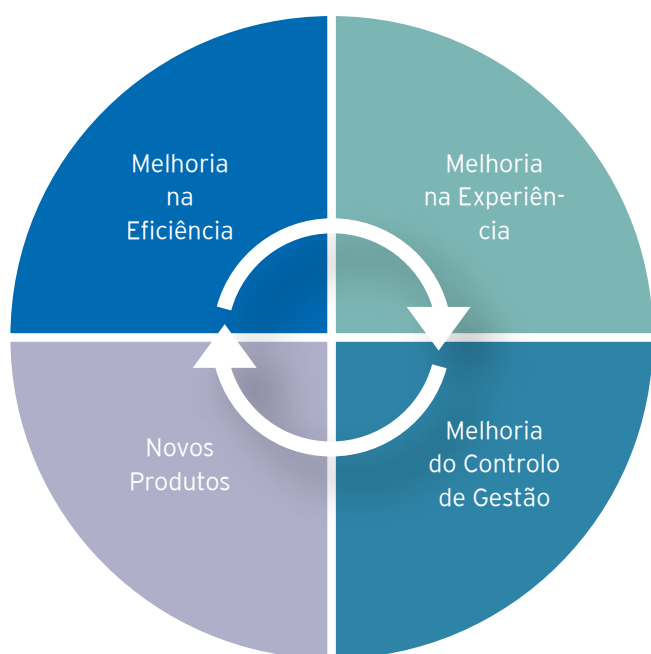
3.2.13. FUNDO ESPECIAL DE APOIO SOCIAL

Ao longo do ano de 2016, foram apoiados 33 colaboradores da SCMP, ao abrigo do FEAS. Os pedidos efetuados envolveram um montante de 32 400, 00€, estando em dívida (a 31/12/2016) 3 476,30€. Na origem dos pedidos estiveram, maioritariamente, situações de dívidas e empréstimos para saldar (59%), bem como as despesas com a saúde (12%), as despesas com a educação (6%) e as despesas não planeadas (23%). Relativamente à composição do agregado familiar, constata-se que os colaboradores que mais recorreram ao FEAS, no ano de 2016, integram famílias nucleares (64%) e famílias monoparentais (24%). Apenas 12% dos colaboradores que recorreram ao FEAS vivem sozinhos. Os montantes solicitados são, em média, repostos ao FEAS, ao longo de 11 meses.

3.3. DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O DIS desenvolveu um programa baseado nas previsões que estão organizadas em redor de três áreas da futura liderança das TI, sendo a liderança 3D um modelo de liderança digital que tem vindo a ser adotada no planeamento estratégico e execução desta jornada digital:

- Transformar e Integrar novas plataformas tecnológicas em serviços de negócio estáveis
- Inovar com recurso a parcerias funcionais para criar inovações digitais;
- Orquestrar novas iniciativas e incorporar novas qualificações, técnicas e culturas no ecossistema das SI/TIC da SCMP



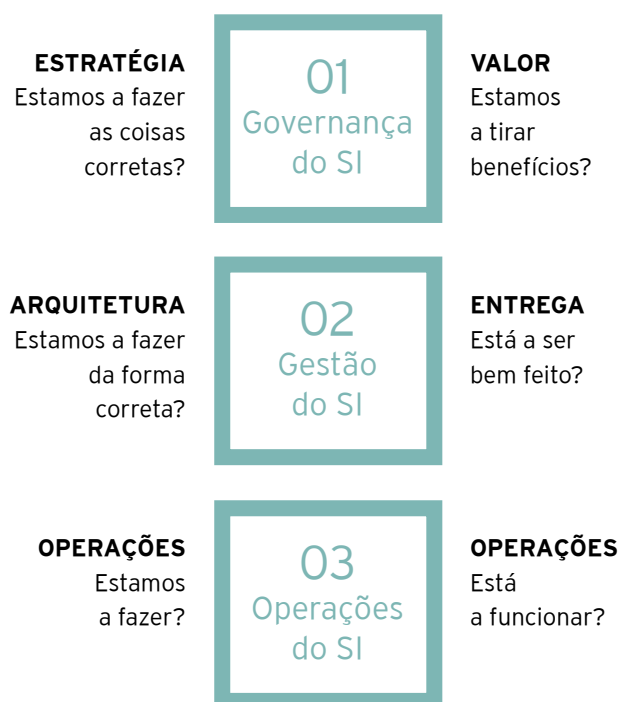
TRANSFORMAR
Negócio SCMP

INOVAR
Novas Tecnologias

ORQUESTRAR
Novas Iniciativas

3.3.1. GOVERNANÇA E GESTÃO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

As Organizações existem para criar valor para os seus stakeholders, colocando como objetivo da governança corporativa a satisfação de benefícios através da otimização dos riscos e os recursos relacionados. As Tecnologias e Informação estão cada vez mais associadas com a capacidade das Organizações criarem valor, tendo um impacto direto na satisfação das necessidades dos stakeholders, em particular dos clientes, mas também por representarem riscos relevantes para a atividade ou pelo papel determinante que podem ter na eficiência interna e otimização de recursos. Neste contexto, o DSI tem evoluído para uma “abordagem empresarial de TI”, envolvendo as funções de negócio e de TI na governança e gestão dos seus sistemas de Informação.



A *framework* de governança e gestão do Sistema de Informação representa a visão conceptual dos principais componentes necessários para garantir um contributo efetivo do Sistema de Informação para a criação de valor, designadamente:

1. A satisfação das necessidades das partes interessadas relacionadas com Tecnologias e Informação;
2. Uma adequada otimização dos riscos relacionados com as Tecnologias e Informação;
3. Uma utilização eficiente dos recursos disponíveis.

3.3.2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE INFORMAÇÃO DA SCMP

Foram realizadas diversas iniciativas com objetivo à concretização dos projetos planeados e dar resposta às necessidades operacionais existentes, designadamente no âmbito das seguintes áreas de atuação e projetos:

CENTRO CORPORATIVO DA SCMP - EDIFÍCIO INTELIGENTE

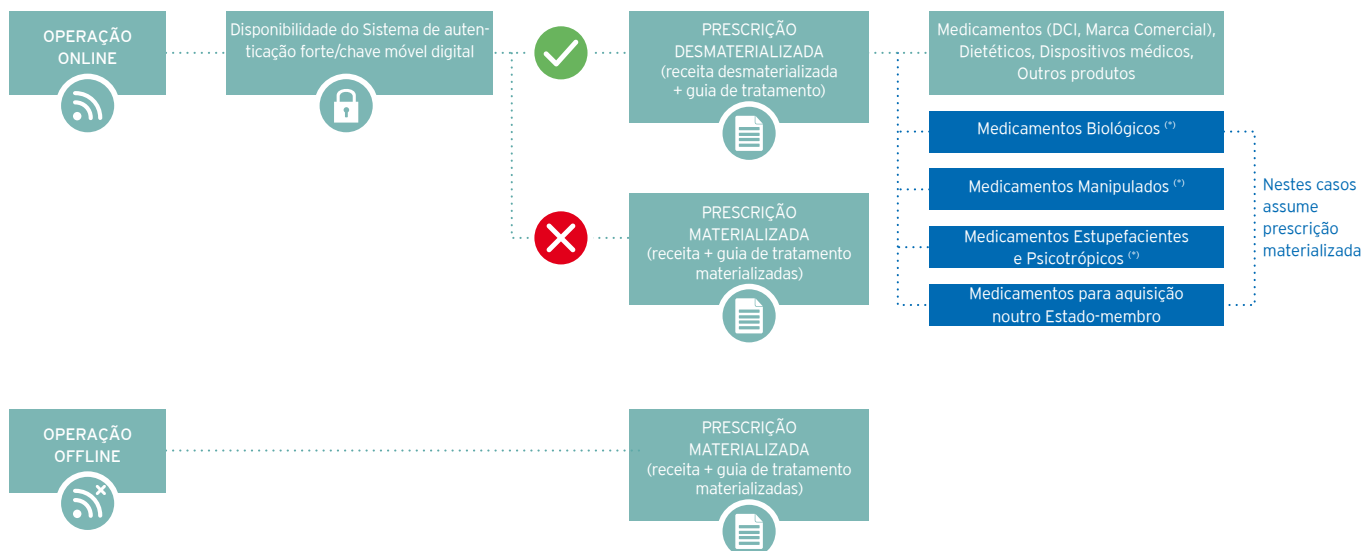
A SCMP definiu a migração dos Serviços Partilhados para uma nova estrutura estabelecendo como fundamental a adoção das boas práticas de inovação tecnológica que possibilitem a certificação de edifício inteligente. A gestão do edifício ou dos seus sistemas de automação incluem fundamentalmente **10 componentes Sinalética Digital, Videovigilância (CCTV), Controlo de Acessos, Solução de Gestão, Controlo e Monitorização do Edifício Inteligente, Parque de Estacionamento, Auditório Digital, Misericórdia TV, Gestão Integrada de Reuniões, Sala de Impressão, Cópia e Digitalização e Sala de Videoconferência**, oferecendo um ambiente produtivo economicamente racional, através da otimização dos seus quatro elementos básicos - estrutura, sistemas, serviços e gestão - e das inter-relações entre eles, atingindo os seus objetivos sob as perspetivas do custo, conforto, adequação, segurança e flexibilidade.



3.3.3. ÁREA DA SAÚDE

DESMATERIALIZAÇÃO RECEITA ELETRÓNICA

No dia 27 de julho de 2015 foi publicada a Portaria nº224/2015 (<https://dre.pt/application/file/69879582>), a qual estabeleceu o regime jurídico para o novo modelo de prescrição eletrónica. A legislação aplicável à prescrição foi alterada para promover a desmaterialização de todo o circuito, desde a prescrição, à dispensa e conferência de receituário. Neste sentido, foram implementados os processos de gestão de alterações mais relevantes efetuadas ao sistema de prescrição, para adaptação às novas regras, tendo por base as normas descritas, pela SPMS, no documento “SPMS_Normas_Software_Prescrição_20151016 v2.0” (disponível no site da entidade). O novo funcionamento da PEM é ilustrado no seguinte esquema:



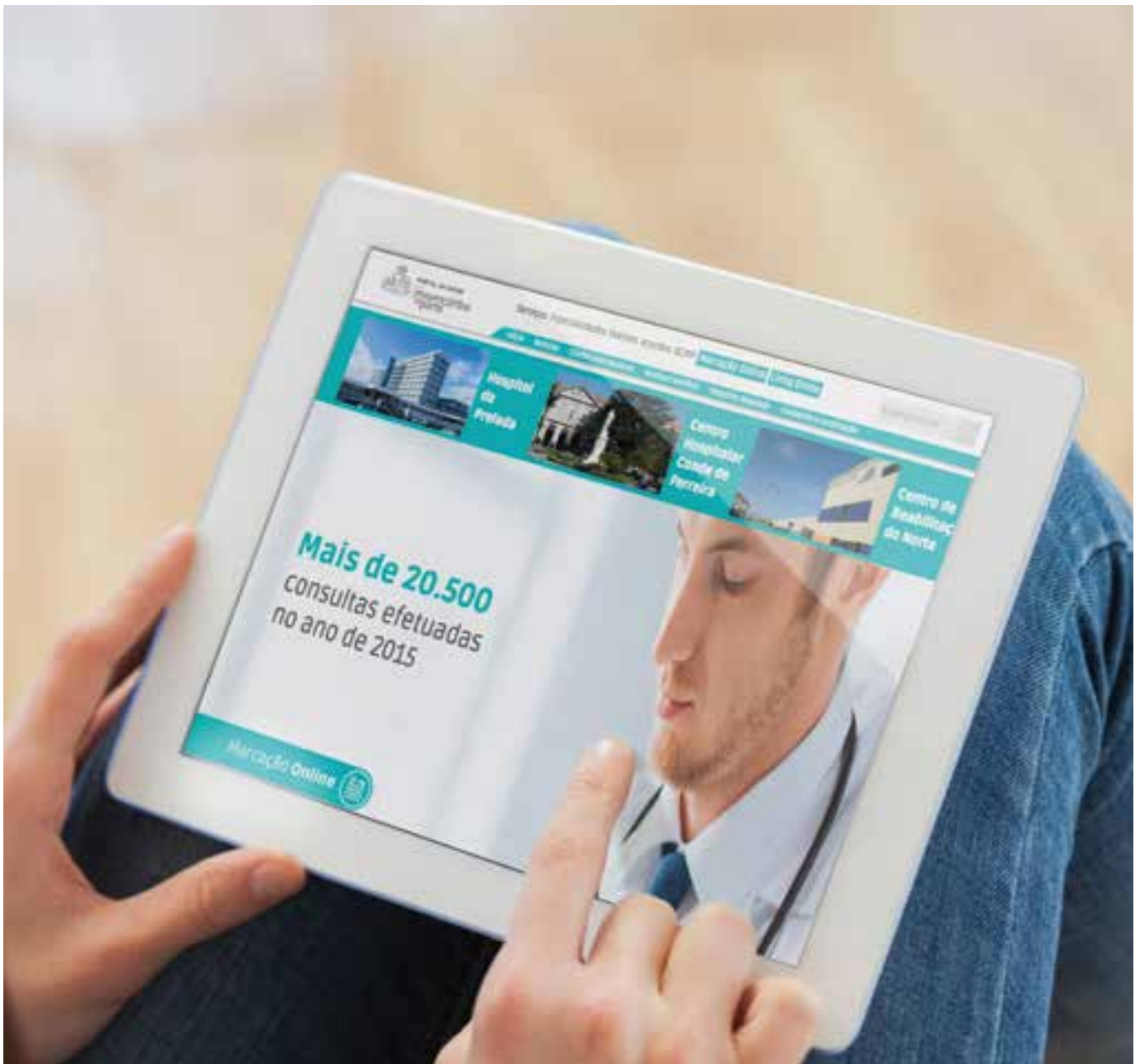
O processo teve uma monitorização diária pelas equipas multidisciplinares da SCMP, tendo sido realizado desenvolvimento específico que bloqueia a impressão da receita em formato papel, garantindo desta forma a desmaterialização a 100% para Prescrição Eletrónica Médica, salvaguardando os mecanismos de contingência em caso de falência dos Sistemas Aplicacionais que suportam a referida atividade.

PORTAL DA SAÚDE SCMP

Este projeto teve como objetivo principal dotar a SCMP de sites que caracterizem e apresentem a instituição e as atividades por ela desenvolvidas e constituam uma referência de consulta e de divulgação de todas as informações referentes à instituição, para sensibilização, divulgação, promoção de todas as atividades, publicação de documentos, formulários e outros materiais e sobretudo para apresentação institucional, nomeadamente com o Portal da Saúde da SCMP (<http://portaldasaude.scmp.pt>), onde a plataforma disponibiliza diversos serviços na área da saúde, cujo acesso é público: por exemplo, a consulta das unidades existentes na SCMP e dos cuidados prestados, onde é facultada informação, numa linguagem simples e clara, sobre os serviços de saúde de excelência prestados pelas Unidades de Saúde da SCMP e no universo da saúde da SCMP. Com este projeto pretende-se

agregar valor de forma a projetar o diálogo e intercâmbio com instituições congêneres e publicar e apoiar a divulgação dos trabalhos realizados pela SCMP.

Adicionalmente, e a título de informação, está em curso a implementação da área privada do portal da saúde da SCMP, que visa a criação de plataforma de serviços on-line, para disponibilizar uma ampla gama de serviços. O portal terá uma área privada, onde os utentes/doentes poderão aceder de forma integrada à informação, no âmbito da sua relação com a SCMP, que permita mediante autorização prévia consultar e registar um conjunto de dados que concorram para melhorar e otimizar o suporte aos cuidados de saúde prestados pelos profissionais das Unidades de Saúde da SCMP.



3.3.4. ATIVE ANALYTICS - BIG DATA

Um típico princípio corporativo é o de que os “dados” são um ativo crítico para as organizações. Neste contexto a SCMP tem adotado a estratégia de que os dados devem ser tratados e geridos – sendo que a exatidão dos dados é vital para as decisões de negócio e, portanto, os dados devem possuir responsáveis e governação. A rentabilização dos dados e o conhecimento das áreas de atuação da SCMP – central à eficácia e eficiência– depende diretamente da transformação dos dados em informação e conhecimento. Para dar resposta a estas exigências, o DSI tem vindo a desenvolver a estratégia de que os dados devem ser geridos com uma diligência semelhante à que o negócio aplica a ativos financeiros ou físicos.

Neste contexto são dois os aspetos importantes para esta gestão:

1. Uma estratégia corporativa para recolha e análise de informação com base no Plano Diretor SI/TIC SCMP;
2. Uma *Arquitetura* que suporte a aquisição, armazenamento, movimentação, transformação, *reporting* e análise dos dados existentes e de novas formas de dados.

Os desenvolvimentos realizados ao nível do projeto **Modelo de Gestão, Acompanhamento e Monitorização**, tiveram como principal objetivo criar condições para concetualizar um projeto inovador que permita acompanhar e monitorizar o modelo de gestão das unidades da SCMP, mais concreta-

mente a análise, definição, implementação e acompanhamento de Contrato de Programa e Acordo Gestão, visando:

- Centralização e organização da informação de Gestão;
- Adaptação à visão de gestão;
- Melhoria do acesso à informação com vista à exploração de indicadores relevantes para a organização;
- Monitorização da performance da organização através da disponibilização dos indicadores, com sinalizadores de grau de cumprimento anual do objetivo/orçamento definido;
- Modelo de auditoria de dados, controlo de qualidade de dados e análise de informação que permita otimizar a faturação;
- Análise de informação de suporte e à contratualização.

Neste contexto mantiveram-se as linhas orientadoras com o desenvolvimento da governação de dados, responsabilidades e quadros de referência em sintonia com os proprietários de negócio e com a segurança, a abordagem analítica com uma arquitetura de dados que integre dados existentes, novos e *big data* dentro de um quadro coerente e a disponibilização de rastreabilidade desde a fonte até à utilização e respetiva avaliação rigorosa do valor das fontes de dados.

NOVA ARQUITETURA DE BI



3.3.5. OUTROS PROJETOS E ÁREAS DESENVOLVIDAS

OTIMIZAÇÃO DO CICLO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E HOTELEIRO	OTIMIZAÇÃO INFRAESTRUTURA TI	OTIMIZAÇÃO CICLO DE GESTÃO DE DOENTES	OTIMIZAÇÃO CICLO DE GESTÃO CLÍNICA	OTIMIZAÇÃO CICLO GESTÃO INFORMAÇÃO
Gestão Documental	ISO 20000 Service Desk Preparação para a Certificação	Implementação de solução INTEGRADA GESTÃO DE FILAS ESPERA "Projeto a MINHA VEZ"	CIPE	IBISmart
Otimização Soluções Aplicacionais Área Ensino				
Sistema de Gestão de Avaliação de Desempenho				
Controlo Documental	Implementação de Plano de Recuoeração de Desastres e Continuidade de Negócio	Otimização Fusão e Consolidação Sistemas Aplicacionais Unidades de Saúde SCMP	Otimização Sistemas Aplicacionais de Suporte à Atividade Clínica	Acordo de Gestão e Contrato Programa
Implementação de Integração com Plataforma Eletrónica de Compras				
Implementação de Novo Modelo Operativo		Otimização Workflow Atendimento do Doente		
Implementação Otimizações GIAP MYGIAP				

As áreas de atuação da SCMP têm vindo a atravessar mudanças significativas nos últimos anos. Neste processo, as tecnologias de informação e comunicação têm vindo a dar um contributo valioso para alterar a realidade existente. As recentes formações nas áreas das Tecnologias de Informação e Comunicação da SCMP, ao nível de especialização, serão indutoras das transformações necessárias a estádios de evolução mais avançados.

A governança promove um novo foco das atividades do setor para que este se alinhe estrategicamente com os objetivos da SCMP, promovendo melhor desempenho, redução de custos e melhoria dos serviços. A adequada política de IT Governance implementada, implicou a integração de um conjunto de processos e responsabilidades internas que permitem estabelecer as decisões e diretrizes respeitantes à implementação, gestão e monitorização das SI/TIC para todas as atividades das áreas de atuação da SCMP.

Os requisitos de informação e de transformação dos dados impulsionam a governação em redor de um conjunto de dimensões de transformação dos dados:

- **DESCOBERTA DE DADOS:** identificar ativos de dados e embeber processos de governação nos projetos e nas metodologias;
- **CRIAÇÃO DE VALOR:** Classificação/documentação da informação, algoritmos e processos de validação; proteção

da propriedade intelectual;

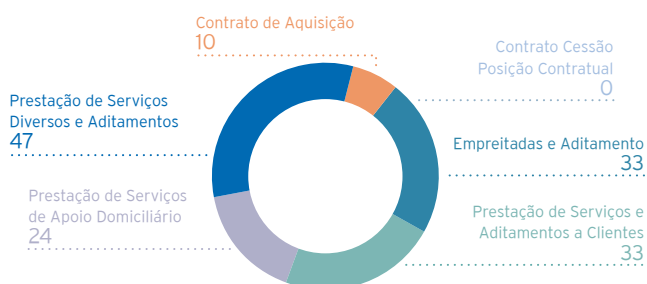
- **REALIZAÇÃO DO VALOR:** Gestão de produto, responsabilidades e conformidade;
- **CONHECIMENTO E COLABORAÇÃO:** Gestão da informação e partilha de práticas
- **ARQUITETURA DE INFORMAÇÃO:** Liderança da consistência e desenvolvimento de políticas; impulsionar a tecnologia para automatizar controlos que possibilitem a preservação, a gestão e a segurança de dados.

Em todos os sectores de atividades, e mais precisamente na área da saúde estamos a assistir aos efeitos das alterações da gestão de informação.

3.4. DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMÓNIO

3.4.1. CARTÓRIO PRIVATIVO

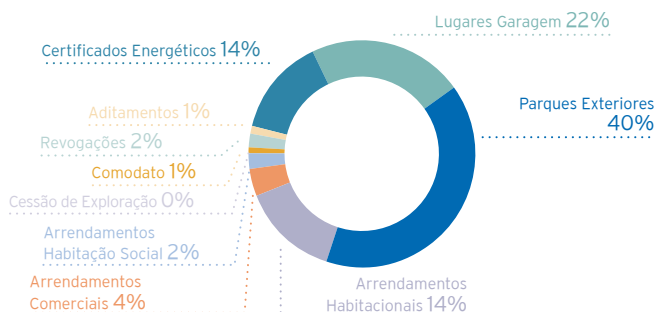
Havendo lugar a diversas empreitadas e a prestação de serviços, quer a clientes aos equipamentos sociais, quer aos utentes de apoio domiciliário, estes em interligação com o DISG, foram elaborados os respetivos contratos.



3.4.2. ARRENDAMENTOS

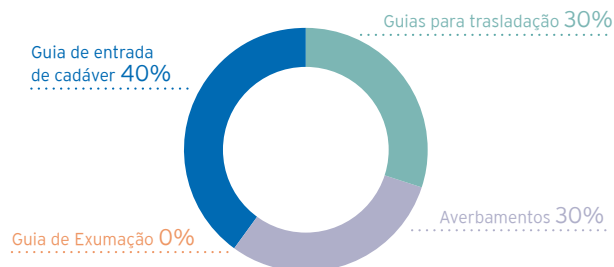
Ao longo deste período realizaram-se 24 arrendamentos habitacionais, 07 arrendamentos comerciais, 01 cessão de exploração, 03 em Habitação Social, 01 de comodato, 03 revogações, 01 aditamento, 37 uso/ocupação de lugares de garagem 66 parques exteriores e pedidos/emitados 23 certificados energéticos.

Neste movimento, houve sempre a intervenção dos Serviços Técnicos, para a elaboração do relatório de vistoria do espaço a arrendar, ou para a supervisão do desempenho do Setor de Conservação, para a realização das condições de habitabilidade através de pequenas obras, ou de empresas da especialidade, quando as melhorias eram de grande vulto.



3.4.3. CEMITÉRIO PRIVATIVO

Foram emitidas 04 guias para entrada de cadáver, 03 guias para trasladação e realizados 03 averbamentos nos Jazigos nºs 51, 74 e 205.

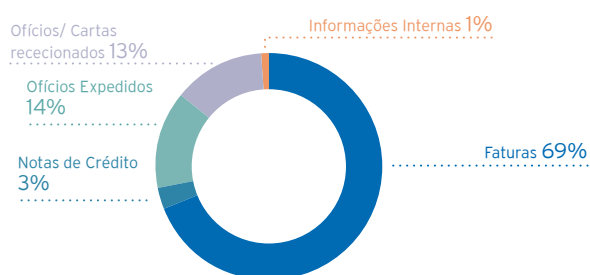


3.4.4. ARQUIVO GERAL

Houve a continuidade da seleção e arquivo de toda a documentação rececionada, em cada respetivo processo, a fim de providenciar uma resposta exata a qualquer tipo de consulta, dentro e fora do Departamento, para apoio dos mais diversificados pedidos.

3.4.5. EXPEDIENTE GERAL

Com a implementação da "Gestão Documental", no intuito de se eliminar a circulação de documentos em suporte de papel e para a redução dos custos e dos espaços de armazenamento, houve um aumento substancial na circulação de todos os documentos a digitalizados, registando-os, tendo sido rececionados 2880 ofícios, 167 Informações Internas, 14.912 faturas, 619 notas de crédito e 3.149 ofícios expedidos.



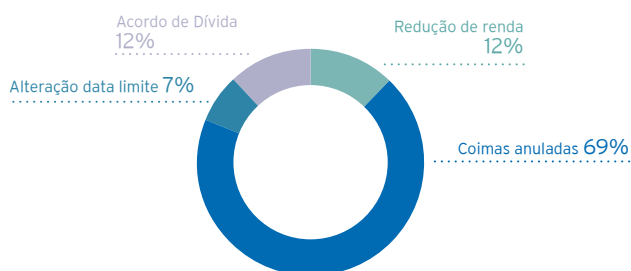
3.4.6. CLIENTES

3.4.6.1. RENDAS EM ATRASO

Ao longo deste período de tempo, no âmbito do universo do Inquilinato, continuam os pedidos de ajuda para o cumprimento do pagamento da renda, desde a redução no seu valor mensal até à apresentação de plano de pagamento para a amortização de valores em débito, através da assinatura do respetivo Acordo de Dívida no GAJC, tendo sido ainda os Inquilinos atendidos nos pedidos da anulação das coimas aplicadas sobre a renda pelo incumprimento fora de tempo.

No entanto, para aqueles Inquilinos mais relapsos, por mais de três vezes, foi decidido não serem mais considerados, nos seus pedidos de anulação dos valores em multas, em atrasos superiores a seis meses, sendo os processos encaminhados para o Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso (GAJC).

Nunca esquecendo a verdadeira missão da Misericórdia do Porto, sempre foi dada uma resposta a todas as situações, de acordo com o perfil económico-social dos Inquilinos que aqui se dirigiram, que se traduziu em 12 Acordos de Dívida, 13 reduções nos valores da renda mensal, 71 coimas anuladas e 7 alterações da data limite para pagamento da renda.



3.4.6.2. PATRIMÓNIO E INFRAESTRUTURAS

Destaca-se a intervenção de desenvolvimento e acompanhamento da empreitada do **Centro Corporativo** que envolveu grande parte da equipa técnica. Esta operação envolveu as seguintes atividades:

- Concurso de empreitada Ala Poente
- Acompanhamento e Mudança dos Departamentos
- Desenvolvimento do projeto da Empreitada para a Ala Nascente
- Mudança da resposta social CAS para o antigo estabelecimento Lar Quinta do Marinho

3.4.7. GABINETE TÉCNICO DO DGAP

3.4.7.1. PROJETOS DE ARQUITETURA

- **IAP REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO ARAÚJO PORTO** - Nova sede da Santa Casa da Misericórdia do Porto | CENTRO CORPORATIVO - Rua Joaquim Vasconcelos nº 79 - Porto;
- **CENTRO DE ALOJAMENTO SOCIAL (CAS)** - Reabilitação do Antigo Lar Quinta do Marinho para realojar o serviço social CAS;
- **CRESCER/SER** - Reabilitação de imóvel para acolher a associação Crescer/Ser;
- **RUA DO LOUREIRO 86** - Elaboração de projeto de arquitetura para reabilitação ao abrigo do Programa Reabilitar para Arrendar;
- **CRN** - Elaboração de projeto para portaria da nova via de acesso ao Centro de Reabilitação do Norte;
- **CHCF** - Elaboração de projeto com vista à reestruturação do Serviço de Terapia Ocupacional do Centro Hospitalar Conde Ferreira;

- **CHCF** - Elaboração de Plano de Reestruturação do Centro Hospitalar com equipa multidisciplinar;
- **CHCF** - Acompanhamento e colaboração no processo para abertura de procedimento com vista à reconversão do R/C do Edifício A5;
- **RUA FERNANDES TOMÁS 672 E 781** - Elaboração de Projeto de Arquitetura para reconverter duas antigas habitações em 12 T1.

3.4.7.2. LEGALIZAÇÕES

- **MMIPO** - Alvará de utilização;
- **CNSE** - Processo de Licenciamento.

3.4.7.3. FISCALIZAÇÕES

- **RUA CÂNDIDO DOS REIS** nº 133;
- **RUA CHÃ** 66/70;
- **APELA** - Delegação da Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica - CHCF;
- **REABILITAÇÃO DE CHAMINÉ EM ALVENARIA DE TIJOLO** - CHCF.



3.4.7.4. ACOMPANHAMENTO DE OBRAS

- **RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES** - Rua Cândido dos Reis nº 133
- **RUA CHÃ** 66/70
- **RUA CHÃ** 98/102
- **IAP - Reabilitação do Edifício Araújo Porto** - Nova sede da Santa Casa da Misericórdia do Porto | Centro Corporativo - Rua Joaquim Vasconcelos nº79
- **LNSM**
- **RUA ERMIDA**
- **LQM** - atual CAS
- **RUA AGRA** nº 23-1ºD
- **PRACETA CARRIÇAL**
- **RUA ALEGRIA** 51-2ºA
- **RUA ALEGRIA** 1732-hab. 101
- **CRN** - Reconversão de Sala para Terapia
- **APELA** - Delegação da Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica - CHCF



3.4.7.5. AUDITORIAS ENERGÉTICAS

- **LPL**: Lar Pereira de Lima
- **CBNS**: Colégio Barão Nova Sintra

3.4.7.6. PROGRAMA REABILITAR PARA ARRENDAR

O processo de colaboração, encetado a 10 de Julho de 2015 entre a Santa Casa da Misericórdia do Porto e o Instituto de Reabilitação Urbana e Habitação, tem o seu início quando em janeiro se inaugura a empreitada de reabilitação do N.º 98 da Rua Chã. O imóvel, inserido na zona de intervenção prioritária (Z.I.P.) do MASTERPLAN da Sociedade de Reabilitação Urbana - Porto Vivo, é o primeiro edifício a concretizar a sua reabilitação com o financiamento do Programa Reabilitar para Arrendar.

No decurso do ano foram geridos 25 processos no intuito de dar continuidade à colaboração SCMP/IRHU. Logo, no último trimestre iniciou-se a empreitada de reabilitação do N.º 83 da Rua das Flores.

Compreende-se o compromisso da instituição com a reabilitação urbana através da leitura do elemento gráfico infra. A coluna "Processo de Licenciamento" representa o número de imóveis que ao longo do ano aguardaram a aprovação das entidades licenciadoras, para emissão de Alvará de Obras.



3.4.7.7. BOLSA NACIONAL DE TERRAS

Identificação	Área/HA	Valor da renda/anual	Objeto
Bouça do Picoto	2,48	€ 450,00	Exploração hidropónica de cultivo de framboesas
Quinta Juncaínho	6,1	€ 1.830,00	Exploração de Mohair (<i>gado caprino</i>)
Quinta de Grijó	2,0	€ 1.445,00	Produção de hortofruticultura e gado

3.4.7.8. GESTÃO LOGÍSTICA E CENTRAL DE COMPRAS

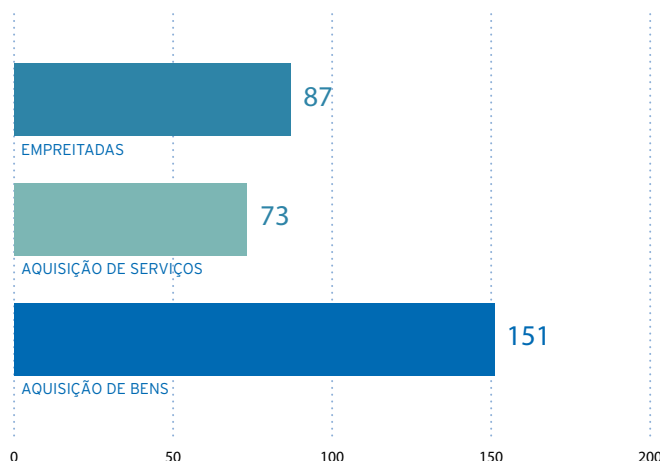
A criação de valor para a SCMP é cada vez mais um fator crítico que não pode ser ignorado ou menorizado, devendo ser orientador dos objetivos a atingir. A Central de Compras na sua atividade diária contribui de forma significativa para essa criação de valor, não só pelas poupanças que obtém, mas também pela forma como processa os pedidos de compra que lhe chegam.

Em 2016, foram abertos 311 procedimentos, que representam um valor global de aquisições de € 7.499.517,58 (valor após negociação).



PROCEDIMENTOS E FINALIDADES

	Qt.	Valores Totais s/IVA
Aquisição de Bens	151	4.512.701,11 €
Aquisição de Serviços	73	379.524,38 €
Empreitadas	87	2.607.292,09 €
Total	311	7.499.517,58 €

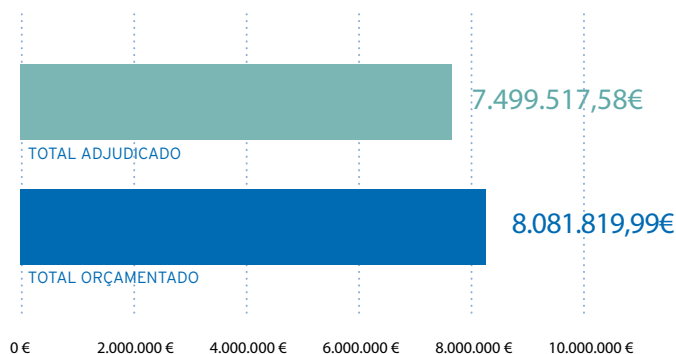


Todas as aquisições passam pela fase de negociação antes de serem adjudicadas, obtendo-se assim poupanças significativas para a SCMP, uma vez que têm impacto direto no Resultado Líquido da Instituição. Por outro lado, as verbas poupadas poderão ser alocadas a outros investimentos / aquisições.

No ano de 2016 a poupança obtida foi superior a meio milhão de euros, representando cerca de 7,21% face às propostas rececionadas.

AVALIAÇÃO DE POUPANÇA EFETUADA COM NEGOCIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

	Valores Totais s/IVA
Total Orçamentado	8.081.819,99 €
Total Adjudicado	7.499.517,58 €
Poupança	-582.302,41 €
%	-7,21%

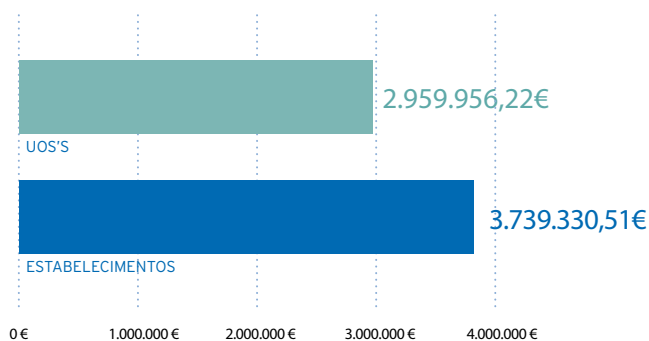


Com o apoio crescente do sistema informático, verifica-se a emissão de nota de encomenda para a grande maioria das aquisições realizadas. Este suporte é tanto mais importante quanto contribui para a eficiência do processo de compra, uma vez que com a emissão da nota de encomenda, é mais simples, fácil e rápido a verificação da mercadoria ou serviço entregue, bem como a conferência da respetiva fatura.

Em 2016, as compras realizadas com suporte de nota de encomenda distribuíram-se do seguinte modo:

COMPRAS SUJEITAS A NOTA DE ENCOMENDA

	Valores totais c/IVA
Estabelecimentos	3.739.330,51 €
UOS's	2.959.956,22 €

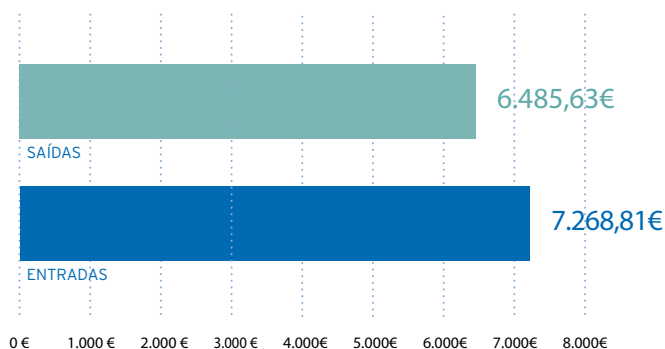


Deste modo, apenas 11% do valor de compras realizadas não teve como suporte uma nota de encomenda. Tal facto fica-se a dever aos contratos de serviços (alimentação, limpeza, desinfestação, etc.) que por existir contrato não é emitida nota de encomenda.

Relativamente ao Armazém Central, continua a verificar-se a tendência dos anos anteriores de realizar compras *just in time* por forma a não haver capital investido desnecessariamente.

MOVIMENTOS DE ARMAZÉM DEPARTAMENTOS CENTRAIS

	Valores Totais S/IVA
Entradas	7.268,81 €
Saídas	6.485,63 €



As empresas fornecedoras continuam a potenciar esta realidade, procedendo a entregas corretas e atempadas.

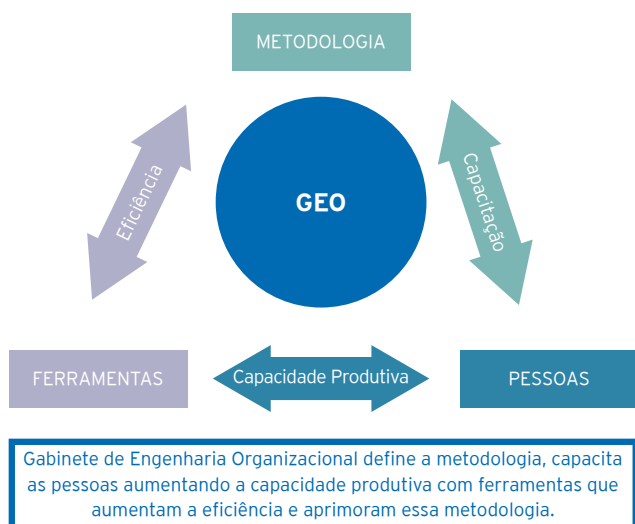
Assim, concluindo, podemos dizer que o ano de 2016 foi um ano de consolidação da Central de Compras, verificando-se uma melhoria contínua na forma de comprar, espelhada na celeridade dos processos e nas poupanças obtidas.

3.4.7.9. ENGENHARIA ORGANIZACIONAL

Seguindo os princípios orientadores definidos no relatório de atividades do GEO de 2015, o Gabinete desempenhou um papel relevante e de crucial importância para a SCMP, agregando valor ao funcionamento interno da Organização através da prestação de serviços de apoio nas áreas de Gestão de Projetos e Gestão de Processos. Assim, as atividades do GEO centraram-se nestas áreas como alicerces fundamentais na agregação de valor direto à estratégia da Organização.

Num mercado competitivo, a eficiência dos processos de negócio tornou-se um dos principais desafios. Uma gestão orientada por processos permite à organização ser bem-sucedida e competitiva, através da melhoria contínua dos processos. Possibilita à Instituição processar com maior qualidade, menos desperdício e menor esforço os processos que contribuem para uma perceção clara da visão, dos valores e da missão da Instituição. Por estas razões, a área de gestão de processos foi considerada numa abordagem extremamente necessária e facilitadora para alcançar os objetivos estratégicos da SCMP.

Na perspetiva de alcançar resultados de negócio consistentes dos projetos desenvolvidos no universo da SCMP, o GEO dissemina uma cultura orientada a projetos, regendo-se pela aplicação da gestão de projetos apoiada no Guia PMBOK. Estas linhas orientadoras permitem controlar os gastos, maximizar recursos e entregar melhores resultados dos projetos, salvaguardando que as estratégias de gestão de projetos impulsionam o sucesso da Organização.



3.4.7.10. GESTÃO DE PROJETOS

No que concerne à Gestão de Projetos, o GEO tem nas suas funções o desenvolvimento e controlo do Portfólio de Programas e Projetos seguindo o referencial de boas práticas PMBOK. A adoção de boas práticas de gestão de projetos no seio da SCMP permite maior agregação de valor à Instituição no que concerne:

- Maior alinhamento dos projetos com a estratégia organizacional
- Maior objetividade e efetividade nas comunicações
- Maior agilidade para a tomada de decisões
- Visão geral do portfólio de projetos à Gestão de Topo
- Maior maturidade na gestão de projetos
- Equipas de projetos mais produtivas

O ano de 2016 foi marcado com a aprovação da Comissão de Programas de Projetos que tem como âmbito apoiar a Mesa Administrativa no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão da governação dos processos de Gestão de Portfólio, Gestão de Programas e Gestão de Projetos.

	N.º projetos	Concluídos
Otimização do Ciclo de Gestão de Infraestruturas TI	3	3
Otimização do Ciclo de Gestão Administrativo, Financeiro e Hoteleiro	10	4
Otimização do Ciclo de Gestão Integrada	4	1
Otimização do Ciclo de Gestão de Utentes	0	0
Otimização do Ciclo de Gestão do Património	0	0
Otimização do Ciclo de Gestão Clínica	2	0
Otimização do Ciclo de Modernização Organizacional	4	3

O Portfólio de Programas e Projetos permite obter uma visão integrada dos projetos existentes no seio da SCMP e o seu status.

Durante o ano de 2016 foram concluídos os seguintes projetos orientados por uma abordagem a Projetos:

- Museu SCMP TI
- Fusão e consolidação das plataformas aplicacionais SCMP-UOS
- Renovação e evolução da infraestrutura tecnologia
- Dietética
- Gestão documental
- Otimização do GIAF
- Modelo Operativo
- Levantamento de Processos DMC

- Levantamento de Processos DAC
- LUZ II
- Certificação ECLAUSS

3.4.7.11. GESTÃO DE PROCESSOS

A Gestão por Processos de Negócio representa uma nova forma de visualizar as operações que vai para além das ditas estruturas funcionais tradicionais. Esta visão entende todo o trabalho que é necessário realizar para entregar determinado valor independentemente de quais áreas funcionais estejam envolvidas. E como tal, a SCMP decidiu reforçar a sua vantagem competitiva de acordo com as melhores práticas de gestão de processos - BPM CBOOK - garantindo um maior alinhamento entre a estratégia e a operação.

Os princípios do BPM enfatizam a visibilidade, responsabilidade e capacidade de adaptação dos processos para aperfeiçoamento dos resultados e melhor enfrentar os desafios do negócio. O ano de 2016 para a área dos processos ficou marcado pela elaboração e formalização do portfólio de processos e pelo desenvolvimento de 3 projetos ambiciosos nesta área que abrangeu 6 departamentos distintos.



LUZ II

Envolvimento de 47 pessoas

Levantamento, mapeamento e modelação de 254 processos / subprocessos

4 departamentos

- DIS
- DRHFFP
- DGAP
- DCF

Processos DMC

Envolvimento de 9 pessoas

Levantamento, mapeamento e modelação de 20 processos / subprocessos

1 departamento

- DMC

Processos DAC

Envolvimento de 12 pessoas

Levantamento, mapeamento e modelação de 57 processos / subprocessos

1 departamento

- DAC

Esta área começa a dar os primeiros passos na Organização e com estes projetos já foi possível obter:

- Definição clara das responsabilidades
- Acesso às informações
- Melhor adequação das capacidades das áreas
- Operações de negócio melhor compreendidas
- Melhor planeamento
- Maior segurança no papel e responsabilidades
- Maior compreensão do todo
- Clareza nos requisitos do trabalho
- Maior contribuição para os resultados da organização
- Redução do tempo de formação

O resultado final dos projetos foi a compilação dos processos em Manuais específicos por áreas:



3.5.

DEPARTAMENTO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

O ano de 2016 ficou marcado pelo aumento de visibilidade da SCMP tanto interna como externamente. Para a concretização desse objetivo foi determinante a dinamização e criação de novos meios digitais, mas também o desenvolvimento de campanhas *outdoor* e aproximação aos meios de comunicação social, nos quais a Misericórdia do Porto tem vindo a marcar presença cada vez com mais regularidade.

A definição de uma estratégia de comunicação para o MMIPO - MUSEU E IGREJA DA MISERICÓRDIA DO PORTO e a respetiva implementação, assim como a transferência dos Serviços Partilhados e Corporativos para o Palacete Araújo Porto foram os projetos mais marcantes na área da comunicação.

Entre as principais atividades desenvolvidas ao longo do ano destaca-se a cerimónia de comemoração do 2º aniversário de Centro de Reabilitação do Norte com a presença do ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes. Para o evento foi preparada uma campanha de comunicação centralizada na apresentação do projeto, nomeadamente através da produção de um Relatório das Atividades e Resultados alcançados desde a sua abertura. Na altura foi ainda anunciado e atribuído o primeiro prémio ALBINO AROSO, pelo Presidente do Júri do Concurso, Professor Sobrinho Simões.

Em março a Misericórdia do Porto participou, pela primeira vez, na Feira de Proteção Civil realizada anualmente numa grande superfície, mais concretamente no Norte Shopping. Esta iniciativa teve como principal objetivo divulgar a área da saúde e também a área social, através da realização de rastreios, projeção de vídeos promocionais, distribuição de folhetos e *flyers* e ainda da realização de *workshops*. **O evento registou uma afluência de 480 mil visitantes, tendo a SCMP realizado mais de 1000 rastreios, devidamente documentados pelos colaboradores presentes, o que se traduziu num consequente reconhecimento e procura de serviços nos Hospitais da Misericórdia.**

A organização do primeiro aniversário do MMIPO, através da realização de concertos e outros eventos, **teve o ponto mais alto destas comemorações com a emissão do Jornal das Oito da TVI, em direto, a partir do Museu da Misericórdia, garantindo assim a projeção do Museu e da instituição e alcançando cerca de 1 milhão de telespetadores em direto.**

Ainda no âmbito da área cultural, as campanhas relacionadas com a exposição do quadro "Maria Madalena" de Josefa de Óbidos, atualmente exposto no Museu do Louvre e a consequente aquisição num leilão da Sotheby's, em Nova Iorque, da obra "A Sagrada Família, São João Batista, Santa Isabel e An-

jos" da mesma autora, que mereceu a visita do então Ministro da Cultura, João Soares, revelaram-se determinantes para a afirmação e reconhecimento daquele equipamento cultural.

Paralelamente, a conquista do galardão de Museu do Ano e melhor Site Cultural permitiram à SCMP desenvolver uma forte campanha promocional em toda a cidade, vocacionada para o turismo nacional e internacional.

O Departamento de Marketing e Comunicação, de acordo com a estratégia da Mesa Administrativa, reforçou ao longo do ano de 2016 a divulgação em torno das áreas da saúde, cultura e património.

A divulgação e organização de eventos, jornadas, seminários, tanto nacionais como internacionais, bem como a promoção de novos serviços e equipamentos na área da saúde marcaram a atividade comunicacional, nomeadamente através da realização de vídeos, reportagens e notícias divulgadas através dos meios de comunicação, facebook, instagram, site da instituição, *newsletters* e fóruns virtuais da SCMP e de diversos órgãos de comunicação social.



área do Património, o Departamento de Marketing e Comunicação desenvolveu uma campanha de promoção em torno da Reabilitação Urbana, tanto no âmbito do programa Reabilitar para Arrendar como na reabilitação própria, que foi alvo de várias reportagens publicadas em órgãos de comunicação nacionais e locais. A produção e afixação de telas promocionais nos edifícios em reabilitação tem sido fundamental para o reconhecimento desta aposta da Misericórdia do Porto.

O Departamento de Marketing e Comunicação produziu e publicou duas revistas semestrais com as principais atividades desenvolvidas pela SCMP, que foram distribuídas pelos Irmãos e pelas principais instituições da cidade, para além de se encontrarem disponíveis no site da Misericórdia. Foi igualmente retomada a publicação da Revista de Medicina Social da Misericórdia do Porto, com uma nova imagem, mais apelativa e cuidada, dedicada, em ano de aniversário, ao Centro de Reabilitação do Norte.

No domínio das publicações, destaca-se ainda o lançamento da primeira revista científica na área da Saúde da Misericórdia do Porto, intitulada Esculápio. Esta revista pretende reunir os principais contributos de especialistas internos e externos, com aplicação áreas de atuação e especialização da SCMP.

Na área digital, a criação do Portal da Saúde, que reúne informação sobre os três hospitais geridos pela Misericórdia do Porto, veio permitir um aumento do reconhecimento da atuação da SCMP na Saúde, mas também facilitar o acesso aos serviços, nomeadamente através da possibilidade de marcação de consultas online. Este é um projeto que ainda se encontra em evolução e que constitui uma importante ferramenta de comunicação para a instituição, cuja marca esteve desde sempre ligada à prestação de serviços de saúde na cidade.

O Departamento é ainda responsável pela gestão dos conteúdos da TV Corporativa, presente nos espaços comuns e salas de reuniões do Centro Corporativo, para além da gestão da utilização do novo Auditório, equipamentos multimédia e utilização dos espaços destinados a eventos e reuniões



3.6. GABINETE DO AMBIENTE E QUALIDADE

O Gabinete do Ambiente e Qualidade (GAQ) é uma estrutura de apoio à gestão e de consultadoria que serve as necessidades da Santa Casa da Misericórdia do Porto, agregando valor ao funcionamento da Instituição através da promoção, implementação e gestão dos Sistemas de Gestão da Qualidade e Ambiente.

A maior parte dos trabalhos do GAQ, tiveram na sua base a disponibilização de serviços de consultadoria, colocando as competências do GAQ ao serviço dos processos de decisão dos Órgãos de Direção e Gestão da SCMP.

O GAQ, até à revisão do estatuto orgânico, em 2016, assumiu a responsabilidade pela área ambiental, aplicando um novo modelo de desenvolvimento e de governança ambiental aos processos de gestão do CRN, capaz de simultaneamente dar resposta às exigências e desafios da sua sustentabilidade ambiental e económica. Trata-se da génese de um novo paradigma na Instituição, que acentua a necessidade de uma adequada e rigorosa informação ambiental e a adoção de novas estratégias de melhoria contínua.

Os trabalhos na área ambiental no CRN pretendem, no futuro, orientar a SCMP para o consumo de energia elétrica a partir de fontes renováveis e para a incorporação das mesmas no consumo final bruto de energia e, desta forma, contribuir para o processo de “descarbonização” da economia, ou seja, uma economia com menos carbono emitido por cada unidade de riqueza produzida.

3.6.1. ATIVIDADE

Durante 2016 desenvolveram-se atividades nos seguintes âmbitos:

- Organização interna do GAQ;
- Preparação para Certificação ISO 9001:2015 DIS/ERPI/SAD;
- Renovação da Certificação EQUASS Assurance do CIAD;
- Preparação do projeto de Certificação EQUASS Excellence do CIAD;
- Preparação, acompanhamento e resposta à Auditoria Externa NP ISO 9001:2008 do CRN;
- Integração dos normativos NP ISO 9001:2008 e NP ISO 14001:2012 do CRN;
- Preparação, acompanhamento e resposta à Auditoria Externa ao Sistema de Gestão Integrado do CRN (NP ISO 9001:2008 e NP ISO 14001:2012);
- Gestão de Projeto;
- Auditorias Internas a Sistemas de Gestão;
- Acompanhamento de estágios curriculares;
- Formação;

3.6.2. ORGANIZAÇÃO INTERNA DO GABINETE DO AMBIENTE E QUALIDADE

O GAQ sentiu necessidade de formalizar os seus processos de gestão interna, para melhor organização da sua atividade e aproveitar as sinergias da exigência de mapeamento de processos e criação de procedimentos nos projetos de certificação em que está envolvido. Desta reflexão surgiu o mapeamento de um conjunto de processos e subprocessos.

3.6.3. CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2015 DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Projeto com conclusão prevista para o segundo semestre de 2017 e que tem como objetivo uniformizar as práticas, processos e procedimentos chave que suportam o correto funcionamento do Departamento de Intervenção Social (DIS) e dos Estabelecimentos SCMP sobre a sua responsabilidade.

FASE DO PROJETO

ESTADO

Fase I - Escutar	Concluída em 2015
Fase II - Sensibilizar e Formar	Concluída em 2015
Fase III - Planear Manuais	Concluída em 2015
Fase IV - Mapear Processos	Concluída em 2016
Fase V - Definir Procedimentos	Concluída em 2016
Fase VI - Consolidar o SGQ	Iniciada em 2016

Para um correto levantamento das necessidades e expectativas dos clientes visados nesta certificação, o GAQ realizou 217 inquéritos nas ERPIs São Lázaro, Pereira de Lima, Nossa Senhora da Misericórdia e Serviço de Apoio Domiciliários. Estes inquéritos foram sujeitos a tratamento estatístico e os resultados incorporados na estratégia de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade.

Foram elaborados 9 Procedimentos de Gestão da Qualidade, pensados não só para a certificação do DIS mas também para aplicação noutros projetos atuais e futuros do Gabinete, lançando a pedra basilar para a criação de um Sistema de Gestão da Qualidade único e transversal na SCMP.

Fase VI - Consolidar o SGQ a decorrer

A par com o trabalho de campo, o GAQ também foi responsável por todas as atividades formais associadas à gestão do projeto.

3.6.4. RENOVAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO EQUASS DO CIAD

O GAQ, enquanto gestor de projeto, realizou todas as tarefas formais inerentes a esta atividade, tendo o projeto sido concluído em abril de 2016 com a renovação da certificação EQUASS do CIAD.



3.6.5. SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO DO CRN

O GAQ assumiu a gestão da Qualidade e Ambiente tendo-se realizado a primeira auditoria de acompanhamento ao normativo NP EN ISO 9001:2008 em abril, com ausência de Não Conformidades e 2 Observações/ Oportunidades de Melhoria e manutenção da certificação.

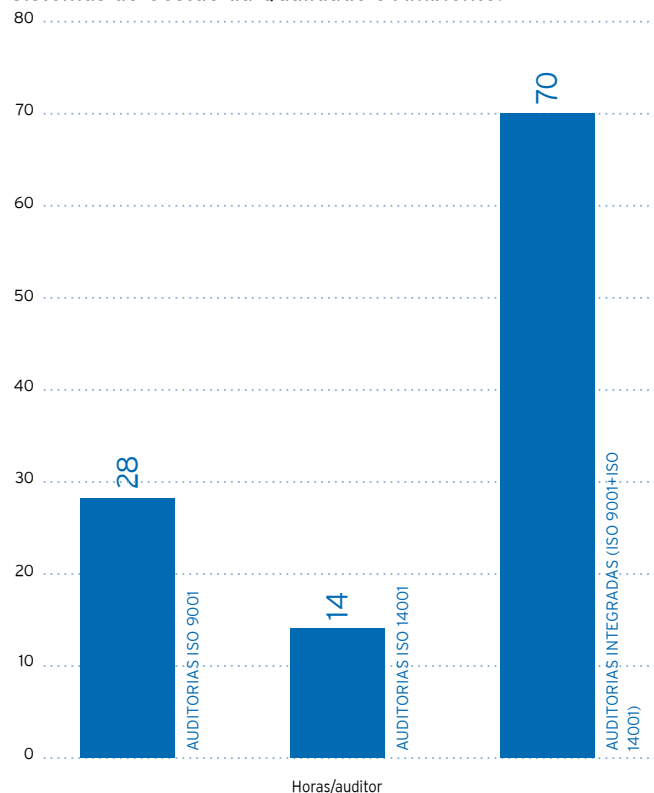
No decorrer do ano, o GAQ promoveu a integração dos normativos NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2012 consolidando a vertente ambiental com a sistematização das medições e monitorizações do sistema e um melhor acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental.

A primeira auditoria de acompanhamento ao sistema integrado culminou em dezembro com 5 Não Conformidades Menores e 8 Observações/ Oportunidades de melhoria.

O GAQ imediatamente empreendeu os trabalhos de abertura dos pedidos de ação corretiva, promovendo reuniões de planeamento de estratégias e ações com o envolvimento efetivo dos Serviços Partilhados e Corporativos da SCMP de forma a promovermos a rápida resolução das não conformidades. Foi assim assegurada a manutenção da certificação nos dois normativos.

3.6.6. AUDITORIAS INTERNAS A SISTEMAS DE GESTÃO

No decorrer do ano, o GAQ realizou 4 auditorias internas a Sistemas de Gestão da Qualidade e Ambiente:



3.6.6.1. ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS CURRICULARES

O GAQ acolheu 2 estágios curriculares:

ESTABELECIMENTO ENSINO / CURSO	OBJETIVO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTABELECIMENTO / DEPARTAMENTO	AVALIAÇÃO
FEUP/ Mestrado Integrado em Engenharia Mecânica	Proporcionar ao mestrando um período de estadia na empresa para realização de uma Dissertação	- Aplicação de metodologia VSM; - Aplicação de metodologia A3 Report - Aplicação de metodologia 5S	Serviço Apoio Domiciliário	O trabalho desenvolvido demonstrou claramente o potencial de otimização no SAD
ESTSP / Licenciatura em Saúde Ambiental	Proporcionar ao aluno o desenvolvimento de competências complementares ao ensino técnico e científico.	Identificação de todos os aspetos e respetivos impactes ambientais decorrentes das atividades do CRN	Centro de Reabilitação do Norte	O trabalho desenvolvido contribuiu para a atualização da Matriz de Aspetos Ambientais do CRN



3.7. GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO

A criação de uma área de controlo de gestão, pretende manter mais atenta a utilização deste funcionamento no contexto geral de uma organização.

Neste contexto, a Mesa Administrativa da SCMP, decidiu proceder à criação do Centro de Conferências de Faturas com o objetivo de melhorar, quer o nível do controlo da circularização dos documentos quer o nível da qualidade da informação e com esse fator aumentar a sua eficiência e eficácia.

O fundamento primeiro é a consolidação de todo o processo que permita continuar a assegurar a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental da Misericórdia do Porto.

Logo, os princípios basilares que assumem a definição das prioridades estratégicas continuam a ser:

- a) “O princípio do controle do défice por atividade, mantendo o equilíbrio económico e financeiro em todos os projetos, e procurar atingir o défice zero, de modo a assegurar a sua eficiência social, permitindo obter projetos que libertem recursos.
- b) “O princípio do investimento sustentado, com preocupações de qualidade de vida, bem-estar para os seus utilizadores, não esquecendo o cumprimento das Obras de Misericórdia.
- c) O princípio da integração e partilha de serviços, evidenciando uma maior eficácia na operação com cumprimento na execução orçamental.
- d) O princípio da regra de ouro orçamental, afirmando princípios e condutas que dignifiquem a imagem externa da Misericórdia do Porto, preservando uma cultura de solidariedade, consagrando a divulgação dos princípios fundadores da doutrina social da Igreja no quadro pleno de uma cidadania de intervenção e rosto humano”. (Plano de Atividades e Orçamento 2016, p.12).

A conferência de faturas das mais diversas naturezas e de outras prestações complementares é uma atividade fundamental para o controlo da despesa da SCMP corporizando assim uma das prioridades estratégicas da Instituição previstas, conforme mencionado nas alíneas a) e c).

Neste enquadramento, surge o Centro de Conferência de Faturas (CCF), com objetivo de centralizar ao nível de uma só área, a conferência e validação de faturas.

Com a criação do CCF, pretende-se generalizar e uniformizar a informatização do circuito de faturas, promovendo a desmaterialização do processo e a adoção da fatura eletrónica (quando possível), do qual resultam diversos benefícios para a SCMP, e demais envolvidos, dos quais se destacam:

1. A conferência atempada das faturas apresentadas;
2. A redução de gastos para a SCMP e Stakeholder;
3. A redução dos custos de operação inerentes ao processo de conferência de faturas da SCMP;
4. A agilização e uniformização dos procedimentos de conferência.

Aos benefícios anteriormente referidos há ainda outros de relevo a acrescentar, nomeadamente:

1. Maior clarificação das regras de conferência aplicáveis;
2. Garantia de procedimentos de conferência e pagamento uniformes;
3. Possibilidade de adesão à desmaterialização no envio de dados da fatura, permitindo a simplificação da gestão do papel e a redução de custos de expedição.

Pretende-se não só operacionalizar o processo de centralização de faturas, mas igualmente melhorar, uniformizar e agilizar os procedimentos de conferência atuais.

No contexto da conferência das faturas relativas à panóplia de documentos gerados no universo da SCMP, a entrada em funcionamento do CCF e a possibilidade de desmaterialização do processo de conferência de faturas, objetivo último do CCF, justificam criação de uma área desta natureza.

Pretende-se gerar um circuito que facilite a relação formal por parte dos intervenientes nos processos, seguindo, de forma articulada, a sequência de fases que constituem o ciclo de gestão dos documentos.

Neste sentido, e de forma a tornar possível a comunicação do CCF com as entidades internas e externas, o Centro adota os seguintes formatos:

1. Morada da SCMP (já utilizada e adotada por partes dos fornecedores e demais entidades);
2. Endereço de correio eletrónico específico para o CCF.
3. Utilização da via telefónica.

Em suma, o CCF na cadeia de conferência de faturas, assume um papel relevante no sentido em que “assegura” que as faturas registadas na SCMP através da plataforma IPortaldoc estão devidamente suportadas quer ao nível da sua validação quer ao nível da autorização da despesa o que se traduz na aderência às políticas da administração, na prevenção e deteção de fraudes e erros, na precisão dos registos contabilísticos o que possibilita a preparação de informação financeira fidedigna e coerente.

3.7.1. QUADRO SÍNTESE ATIVIDADE

O CCF, desde a sua entrada em funções, apresenta os seguintes indicadores:

RUBRICA	2016
FATURAS VALIDADAS	1.757
MONTANTE VALIDADO	5.363.755€
VALOR MÉDIO UNITÁRIO VALIDADO	3.053€
MONTANTE DEVOLVIDO - INCORREÇÕES VÁRIAS	21.107€
326RECURSOS HUMANOS AFETOS CCF	1

3.8. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

O exercício de 2016 pode ser considerado, em termos operacionais, para o DCF, como o ano cruzeiro.

Durante os anos de 2014 e 2015 foram sendo implementadas novas abordagens ao nível organizacional e técnico:

- Especialização/Segregação de funções ao nível operacional;
- Desenvolvimento e implementação de uma nova abordagem em ambiente ERP;
- Desenho de processos e normalização de procedimentos no âmbito das respetivas operações;
- Identificação dos responsáveis/Líderes das áreas operacionais;
- Consolidação de informação de cariz económico e financeiro para consumo interno por parte das Áreas de Exploração/Centro de Resultados.

A concretização dos objetivos atrás referidos, foram materializados de acordo com estratégia definida pela Mesa Administrativa assente na criação de Serviços Partilhados e Corporativos. Estes serviços permitiram uma nova visão e abordagem dentro da nossa Instituição promovendo:

- Libertação das Áreas de Exploração/Centros de Resultados para operação corrente;
- Normalização dos procedimentos transversais à nossa Organização;
- Uniformização de critérios para o relato Económico e Financeiro.

Como culminar deste processo salientamos a mudança de instalações dos Serviços Partilhados e Corporativos da SCMP, para o Palacete Araújo Porto. Esta nova realidade veio oferecer condições ímpares, na nossa Instituição, para o desenvolvimento das tarefas quotidianas. O DCF tem um

espaço de trabalho onde as suas áreas operacionais podem desenvolver as suas tarefas num clima organizacional ao nível das grandes Instituições.

3.8.1. PROJETOS DESENVOLVIDOS

3.8.1.1. BI/BA (BUSINESS INTELLIGENCE/BUSINESS ANALYTICS)

Estava prevista a implementação desta nova ferramenta. A construção deste Software foi afetada pela implementação de novos critérios relativamente à política de imputação dos Gastos e Rendimentos dos Serviços Partilhados e Corporativos e a sua consequente apresentação. Por este facto só foi possível concluir o seu desenvolvimento já no final do ano.

Esta ferramenta permitirá a divulgação do reporte mensal das contas de exploração e informação da dívida de terceiros de uma forma mais célere e desmaterializada.

3.8.1.2. CABIMENTO ORÇAMENTAL

Foi desenvolvida uma nova ferramenta, que vai permitir aferir o cabimento orçamental de Gastos ao nível da Exploração e do Investimento. Desta forma estará assegurado o necessário controlo sobre as aquisições, alargado a todo o Universo da SCMP.

3.8.1.3. CHAVE DE IMPUTAÇÕES DOS SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS

Após a conclusão do processo de implementação dos Serviços Partilhados e Corporativos surgiu a necessidade de entender qual o melhor mecanismo a adotar para se construir uma chave de imputação dos respetivos Gastos e Rendimentos junto das Áreas de exploração/Centros de Resultados, da SCMP.

Para o efeito foi necessário consolidar 2 situações:

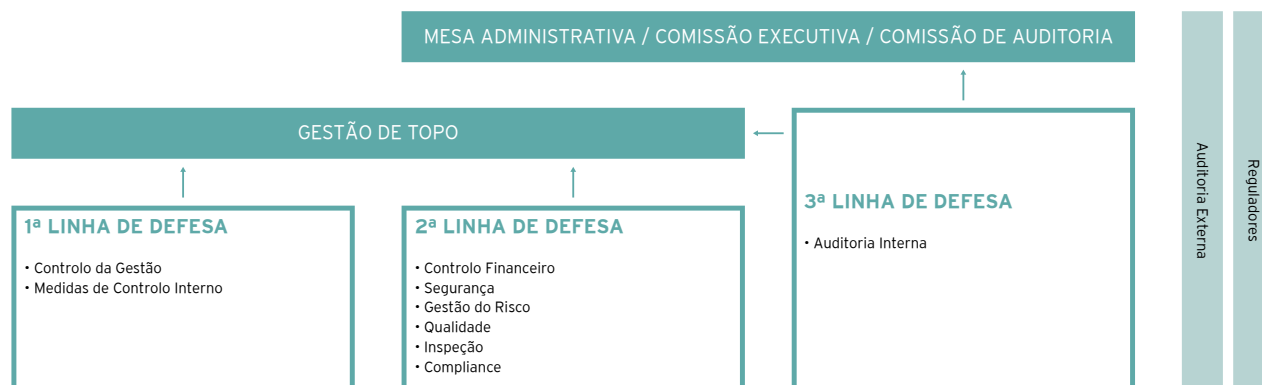
- Criar/adotar uma chave de imputação/repartição assente em critérios com matriz científica e de acordo com as melhores práticas do mercado;
- Desenvolver Software para ser possível produzir, em ambiente ERP, a referida imputação.

Estas 2 realidades foram desenvolvidas e concretizadas com a ajuda de entidades externas especializadas.

3.9. GABINETE DE AUDITORIA INTERNA

Estabeleceu-se, como objetivo geral, a implementação do modelo das 3 linhas de defesa da Organização, de forma a solidificar a função de Auditoria Interna na Instituição, como função independente e objetiva e consequentemente promover a credibilização interna e externa da sua atividade.

MODELO DAS 3 LINHAS DE DEFESA DA ORGANIZAÇÃO

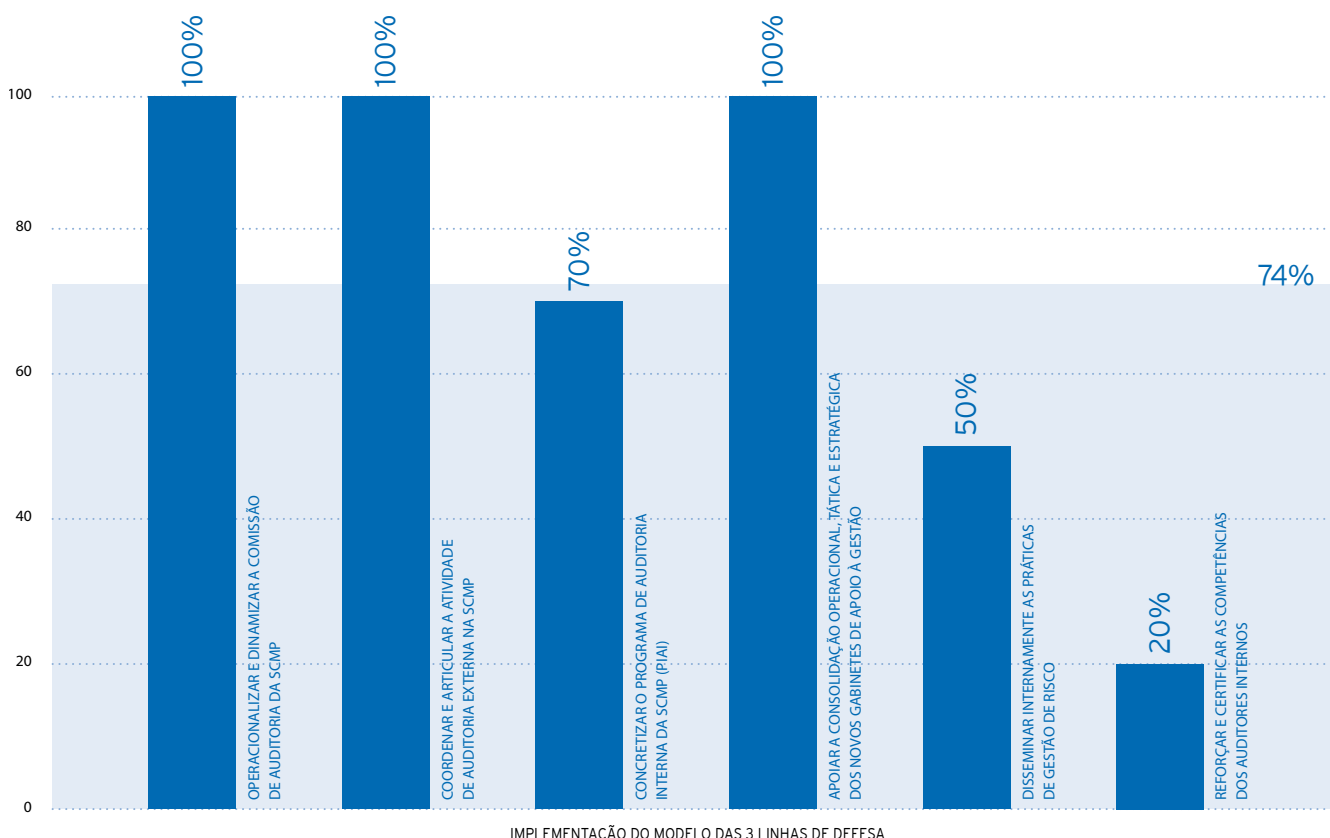


Fonte: IIA - Institute of Internal Auditors

As iniciativas desenvolvidas, contribuíram para a concretização deste objetivo macro, destacando-se a avaliação da eficácia do sistema de controlo interno para um número significativo de processos de negócio, o desenvolvimento de

ações de sensibilização para as temáticas da gestão de risco e controlo interno ou a introdução de mais três funções, a Segurança, Risco e Compliance na Organização.

CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS PARA 2016



A atividade de Auditoria Interna, centrou-se essencialmente nos objetivos e no roadmap definido, merecendo destaque as seguintes iniciativas:

OPERACIONALIZAR E DINAMIZAR A COMISSÃO DE AUDITORIA DA SCMP

Objetivo concretizado na plenitude, não só através da nomeação formal desta Comissão, mas principalmente pela dinamização da mesma, de forma regular, enquanto mecanismo com responsabilidade de supervisão para o processo de reporte, para o sistema de controlo interno, para o processo de auditoria e para o processo de monitorização da conformidade com a legislação, regulamentações e códigos de conduta.

COORDENAR E ARTICULAR A ATIVIDADE DE AUDITORIA EXTERNA NA SCMP

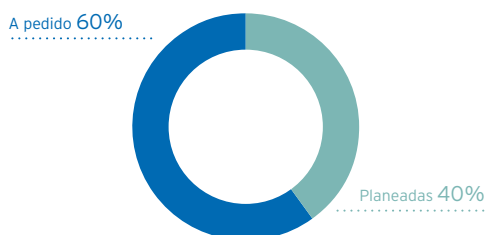
Em sede própria, por intermédio da Comissão de Auditoria e considerando o modelo de 3 linhas de defesa, foi possível dinamizar, compatibilizar e sincronizar as diferentes iniciativas de garantia disponibilizadas pelo Gabinete de Auditoria Interna e pela Auditoria Externa, de forma a assegurar a rentabilidade dos recursos internos e a rendabilidade dos investimentos em serviços externos.

CONCRETIZAR O PROGRAMA DE INICIATIVAS DE AUDITORIA INTERNA DA SCMP

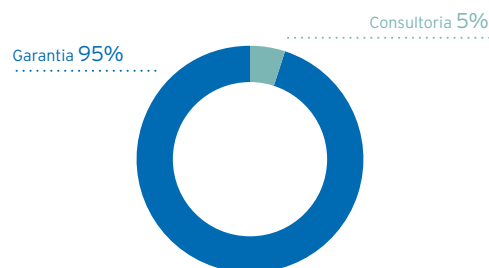
O Programa de Iniciativas de Auditoria Interna definido num modelo de planeamento 3 + 9, assegura uma maior agilidade no processo de desenvolvimento das iniciativas de Auditoria Interna, de acordo com a evolução das necessidades e expectativas da Organização, dos Corpos Gerentes, da Comissão de Auditoria Interna e dos próprios Órgãos de Gestão e Direção da SCMP.

Disponibilizam-se em seguida, os principais indicadores estatísticos, que caracterizam o trabalho desenvolvido pelo DAI:

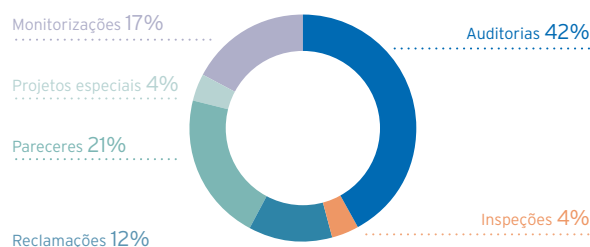
ORIGEM DO TRABALHO DE AI



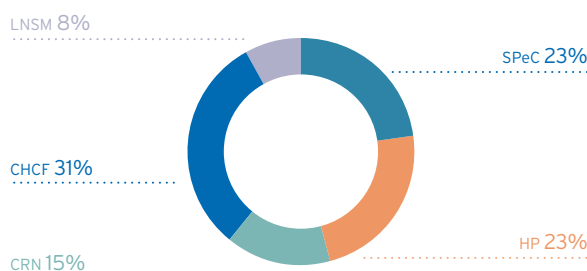
NATUREZA DO TRABALHO DE AI



TIPO DE TRABALHO DE AI



FOCO DO TRABALHO DE AI



APOIAR A CONSOLIDAÇÃO OPERACIONAL, TÁTICA E ESTRATÉGICA DOS NOVOS GABINETES DE APOIO À GESTÃO DA SCMP

Com o objetivo de consolidar e principalmente reforçar, a segunda linha de defesa da Instituição, assente inicialmente por funções organizacionais como a Gestão do Ambiente, a Gestão da Qualidade, a Gestão de Projetos e a Gestão de Processos, iniciou-se um processo integrado para a introdução de mais 3 funções organizacionais para a segunda linha de defesa, materializadas na Gestão da Segurança, Gestão do Risco e Gestão do Compliance, num primeiro momento sob a alçada da Auditoria Interna.

Estas novas funções, irão apoiar a primeira linha a gerir riscos, desenvolver e monitorizar controlos e consequentemente, reforçar a segunda linha de defesa. Promoverão adicionalmente a evolução das capacidades de avaliação, inspeção, deteção e reflexo, assentando num conjunto de normas, políticas e procedimentos, de forma a garantir um maior equilíbrio e eficácia da proteção da Instituição.

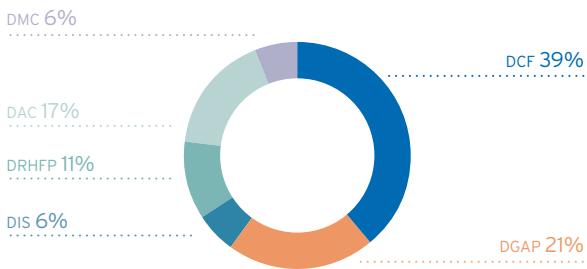
Esta realidade contribuirá para fortalecer a SCMP, tornando-a mais preparada para a mudança e para a inovação e ao mesmo tempo, apoiará a Gestão de Topo a garantir a eficácia e eficiência das suas operações.

DISSEMINAR INTERNAMENTE AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE RISCO NA SCMP

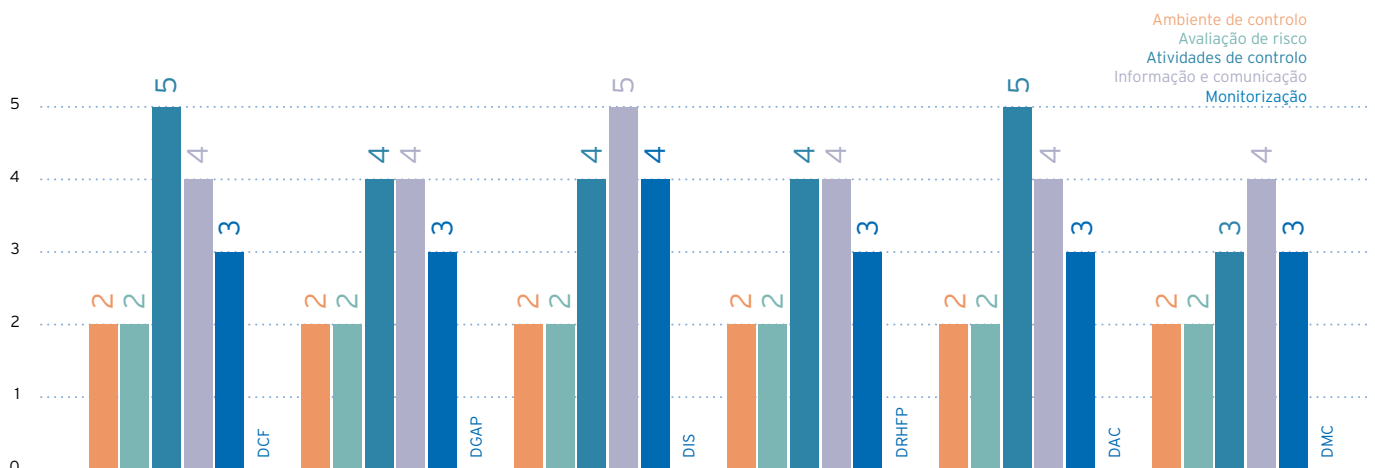
No âmbito do Projeto Luz II, foi possível disseminar internamente, de forma uniforme e transversal, as práticas de Gestão de Risco (ERM - Enterprise Risk Management), nesta primeira fase ao nível da estrutura organizacional alocada aos Serviços Partilhados e Corporativos da SCMP.

Para além das ações de sensibilização, foi avaliada a eficácia do sistema de controlo interno (SCI) para uma parte significativa dos processos da Instituição, ao nível dos Serviços Partilhados e Corporativos.

PROCESSOS ANALISADOS



EFICÁCIA DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO



NOTA: 1 - valor mais baixo da eficácia do SCI 2 - valor mais alto da eficácia do SCI

Para a avaliação da eficácia do sistema de controlo interno, adotou-se a *framework* internacional COSO, que estrutura a avaliação do SCI por 5 domínios, a saber:

Componentes avaliados ao nível organizacional:

- **Ambiente de Controlo** - Conjunto de normas, processos e estruturas que providenciam a base para o desenvolvimento do controlo interno na organização;
- **Avaliação do Risco** - Processo dinâmico e interativo de identificação e avaliação dos riscos da organização, definindo ainda uma base para a forma de os gerir.

Componentes avaliados ao nível do processo:

- **Atividades de Controlo** - Ações definidas por políticas e procedimentos que ajudam a que as orientações da gestão para mitigação dos riscos sejam efetuadas; são executadas a todos os níveis da organização e nos vários estágios dos processos e ainda ao nível do ambiente tecnológico de suporte;
- **Informação e Comunicação** - A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade, a partir de fontes internas e externas, para suportar o funcionamento do controlo interno;
- **Monitorização** - Avaliações contínuas, avaliações autónomas ou uma combinação das duas deverão ser utilizadas para avaliar se as cinco componentes do modelo de controlo interno se encontram presentes e a funcionar adequadamente.

O ano de 2016 foi para a área de Auditoria Interna, um ano de ajustamentos, não só a nível interno fruto da mobilidade de recursos, mas principalmente fruto da dinâmica de transformação e evolução organizacional que a SCMP vem a assistir.

Continuamos a promover uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e aperfeiçoar a eficácia da gestão dos riscos, dos controlos e dos processos de governação da SCMP, cada vez mais próximos da Organização e dos seus colaboradores.

A evolução para o modelo de 3 linhas de defesa, bem como o apoio à sua implementação na Instituição, foi o principal desafio que se enfrentou e neste contexto, acreditamos que a SCMP está hoje mais organizada e melhor preparada para o futuro.

3.10. SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E DIETÉTICA

O ano de 2016 foi um ano de grandes mudanças no Serviço de Alimentação, Nutrição e Dietética da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SAND), por via da implementação de uma nova estratégia que abarcou as dimensões de produção e distribuição alimentar, e pela introdução de mecanismos que atribuem um maior rigor em todo o sistema, visando a melhoria da qualidade do serviço.

Tal estratégia implicou o desdobramento da unidade de produção central em mais quatro novas cozinhas. O SAND passa agora a contar com um total de cinco cozinhas e cuja produção é agrupada em três universos de destinatários distintos. Assim as unidades de produção passam a ter a seguinte configuração:

A unidade de produção da Prelada dedicar-se-á à confeção e distribuição alimentar para todo o universo de saúde da SCMP, em concreto, para o Hospital da Prelada, para o Centro de Reabilitação Norte e para o Centro Hospitalar Conde Ferreira.

As unidades de produção do Lar Nossa Senhora da Misericórdia e Hospital de São Lázaro dedicar-se-ão à confeção e distribuição alimentar para todas as unidades de valência sénior da SCMP, incluindo o Serviço de Apoio Domiciliário.

As unidades de produção do Colégio Nossa Senhora da Misericórdia e Colégio Barão Nova Sintra dedicar-se-ão à confeção e distribuição alimentar para todas as unidades de valência educacional da SCMP.

Com o acompanhamento e coordenação de técnicos da área da nutrição, este novo modelo permitirá que, a alimentação seja personalizada e corresponda às verdadeiras necessidades nutricionais dos seus clientes. A implantação desta estratégia, fará com que a SCMP assuma um nível de excelência neste domínio, ímpar no território nacional.

O SAND promoveu à alteração do seu Regulamento e à criação do primeiro Guião de Boas Práticas, documentos estes que visam promover um maior rigor em todo o sistema.

Salienta-se ainda que, no final de 2016 deu-se início à revisão de todos os modelos de avaliação, bem como à planificação de uma formação nesta área para todos os colaboradores deste sistema.





**PAR
TE**

**ESPE
CIAL**

4. DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS

Animados pelo entusiasmo de contribuir para a consolidação do MMIPO como equipamento de referência na Cidade e no País, tivemos a alegria de ver esse esforço reconhecido pela Associação Portuguesa de Museologia, galardoando o MMIPO com três prémios que a todos nos honram: Melhor Site 2016, Melhor Aquisição 2016 e Melhor Museu do Ano.

Uma referência especial para o Prémio Aquisição relativo à peça de Josefa de Óbidos. Veio reforçar as nossas coleções, consolidar a aposta da SCMP no domínio cultural, mas veio sobretudo conferir visibilidade qualificada no atual espaço comunicacional.

No que concerne a trabalhos de investigação e ao esforço de abertura dos acervos da SCMP ao exterior, merecem especial referência a conclusão de projetos estruturantes: a “História da Santa Casa da Misericórdia do Porto”, realizada pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica e o projeto “Provedores da SCMP”, da responsabilidade do Centro de Estudos da População Economia e Sociedade da Universidade do Porto. Ambos trabalhos de grande fôlego,

envolvendo várias dezenas de investigadores que, com base na documentação preservada ao longo de séculos pela Santa Casa e agora reunida na Casa da Prelada, permitem produzir conhecimento e preservar a memória coletiva.

No domínio arquivístico foi dado início no final do ano de 2016, ao Projeto de Tratamento Arquivístico dos Fundos Documentais da SCMP. Trata-se de um marco fundamental na Gestão Documental da Instituição, com implicações quer ao nível dos documentos de carácter não histórico, quer ao nível dos espaços e suportes de Arquivo.

Por último, uma referência à participação no trabalho Gestão de Processos desenvolvido pelo Gabinete de Estudos, Planeamento e Controlo de Gestão, do qual resultou a estruturação de procedimentos que regem a totalidade da ação do setor cultural. Este instrumento de trabalho conjugado com o Regulamento do MMIPO (aprovado em 2016) e com o Regulamento dos Arquivos (2012), são as peças basilares da nossa atuação futura.



4.1. CASA DA PRELADA

4.1.1. ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Com a atual dinâmica das organizações e a velocidade com que somos obrigados a tomar decisões, a gestão eficaz da informação reveste-se da maior importância, sendo uma arma poderosa nas mãos de quem sabe geri-la. Um arquivo bem estruturado proporciona maior competitividade, uma vez que a informação “arquivada”, independentemente do suporte, torna possível uma fundamentada tomada de decisões.

4.1.2. TRATAMENTO DOCUMENTAL

O processo de transferência do acervo documental é delicado, tecnicamente complexo e moroso, na medida em que, devido ao seu valor, a documentação deverá ser incorporada nas melhores condições de identificação, tratamento e acondicionamento físico, de forma a estar acessível à consulta no menor espaço de tempo possível.

Neste âmbito, concluiu-se o processo de transferência do acervo documental dos depósitos A e B do IAP para o Hospital da Prelada, iniciado no final de dezembro de 2015.

Procedeu-se à avaliação e seleção da documentação que havia sido transferida para o Hospital da Prelada, sendo a de valor histórico transferida para a Casa da Prelada.

Prosseguiu-se a inserção da informação contida nas fichas de “Educandos” e de “Colaboradores” em base de dados.

No que diz respeito ao tratamento físico da documentação, ao nível da conservação e restauro, salienta-se:

- conservação e restauro de dez provas fotográficas, pertencentes ao espólio fotográfico do Arquivo Histórico da SCMP;
- continuação da conservação e restauro de dois manuscritos - “A receita do dinheiro da Índia” séc. XVI e “Prazos - Tomo 2º”, de 1635 a 1680 - e iniciação ao tratamento conservativo da encadernação em pergaminho do primeiro destes manuscritos;
- elaboração de suportes para acondicionamento de documentos gráficos.

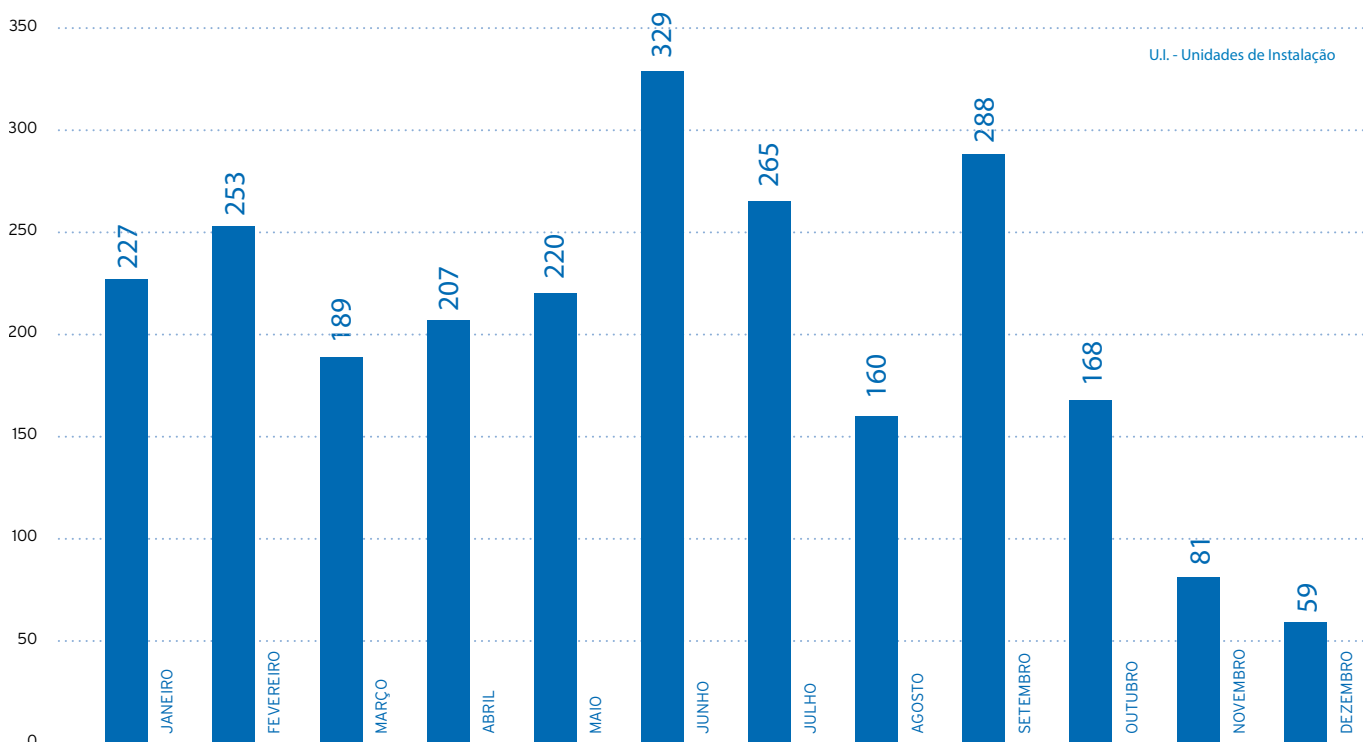
4.1.3. BIBLIOTECA E SALAS DE LEITURA

A Biblioteca registou um crescimento significativo, devido ao ingresso de novas espécies bibliográficas a que foram atribuídas cotas, colocação das respetivas etiquetas e catalogadas na base de dados.

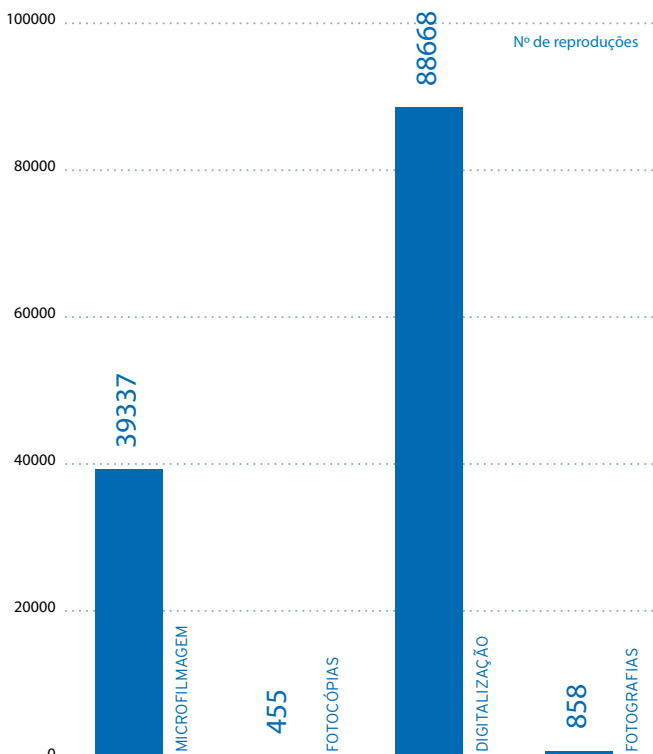
Dando cumprimento a dois dos principais objetivos dos Arquivos, servir os fundos documentais e prestar apoio e orientação à pesquisa, a Casa da Prelada garante o funcionamento diário de salas de consulta pública. Dá ainda resposta às solicitações internas dos Departamentos da SCMP, relativas à requisição e reprodução de documentação que embora de carácter não histórico, se encontra à guarda deste departamento.



CONSULTA DE DOCUMENTOS



REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS



4.2. ACOLHIMENTO DE VISITANTES E DE EVENTOS

Apesar da sua localização periférica na Cidade, registaram-se, no total, 1147 visitas aos jardins e Casa da Prelada e deste universo, 1008 correspondem a visitas livres e 139 a visitas orientadas com enfoque no acervo documental e no património construído.

Acolheu-se a realização de 74 eventos. Destes, a maioria foram eventos internos da Instituição: um total de 47, dos quais 30 sessões de formação, 10 reuniões e 7 diversos. Realizaram-se 16 atividades de carácter público, das quais 15 promovidas por outras entidades, em parceria ou com a colaboração da SCMP, que abrangeram áreas como o teatro, educação para a saúde, cinema, educação ambiental e outras. Decorreram, também, 11 eventos privados, geradores de receita, na quase totalidade ações de formação e reuniões de âmbito empresarial.

Assegurou-se a venda de publicações e outros artigos ao público em geral.



4.3. MMIPO - MUSEU E IGREJA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

4.3.1. PATRIMÓNIO CULTURAL

O Património Cultural tem como função primordial a gestão das coleções que constituem o património artístico, social e histórico da SCMP. Daí que a sua atuação se centre na inventariação e no restauro dos bens com vista a partilhá-los com a comunidade, nomeadamente em exposições, garantindo simultaneamente a sua preservação para o futuro.

O Património Cultural participou na organização de exposições temporárias no MMIPO e em outros locais da SCMP (designadamente no Centro Hospitalar Conde de Ferreira), e colaborou com outras instituições na cedência temporária de peças.

Mantiveram-se ativas as intervenções de restauro do património SCMP e coordenaram-se empreitadas desenvolvidas por entidades externas. Foi cumprido o Plano de Conservação Preventiva, estabelecido no Regulamento interno do MMIPO, tendo igualmente sido supervisionadas as movimentações do acervo artístico e cultural no universo Santa Casa.

4.3.2. DOAÇÃO E AQUISIÇÃO DE OBRAS DE ARTE

A SCMP continuou a enriquecer as suas coleções, quer pela aquisição, quer pela aceitação de doações de obras de arte.

Realizaram-se as seguintes aquisições:

- **SAGRAÇÃO DE S. JOAQUIM PELA VIRGEM E MENINO** de Bento Coelho da Silveira, século XVIII;
- **A SAGRADA FAMÍLIA COM S. JOÃO BAPTISTA, SANTA ISABEL E ANJOS** de Joséfa de Óbidos, 1678;
- **ANUNCIAÇÃO** de Escola europeia, século XVI;
- **ADORAÇÃO DOS REIS MAGOS** de Simão de Brito, 1723;
- **ANUNCIAÇÃO** de Simão de Brito, 1723;
- **ENCONTRO DE PROVIDORES I E II** (díptico) de José Maia, 2016;
- **MARQUÊS DE POMBAL APRESENTANDO OS PLANOS DA RECONSTRUÇÃO DE LISBOA** de Escola portuguesa, século XVIII-XIX;
- **P (RBGY) 139** de Daniela Pinheiro, 2010;
- **DESCIDA DA CRUZ** da Escola Primitiva, século XV-XVI;
- **A CAMINHO DO CALVÁRIO** da Escola Primitiva, século XV-XVI.

Foram recebidas as seguintes doações:

- 12 desenhos sobre k-line de Levi Guerra, doação do Autor;
- réplica de D. Maria II de José Maia, doação do Autor;
- Pauta | Série B2 | 33 | 20168 de Silvestre Pestana, 1975-2016, doação do Círculo dos Patronos de Serralves.

4.3.3. SERVIÇO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO

No que diz respeito à área de Estudos e Investigação, foram promovidos contactos com Universidades, no sentido de disponibilizar os acervos da SCMP para o estudo e investigação dessas instituições. Destacam-se a FLUP; a Escola das Artes da UCP e o Laboratório Hércules da Universidade de Évora.

Destas diligências resultaram dois pedidos de estudo, no âmbito das unidades curriculares de mestrados, com início no ano letivo 2016/17; bem como a realização de um estágio académico (400h.), para conclusão de mestrado, celebrado através de protocolo, cujo tema é o Recolhimento/CNSE.

Foi elaborada uma proposta para o Núcleo Museológico do CNSÉ, com identificação das linhas orientadoras do programa museológico, inventariação e estudo dos acervos e identificação de peças relevantes ao discurso expositivo. Realizaram-se, também, diligências de inventariação do Património Artístico existente no Hospital de Santo António e no Centro Hospitalar Conde de Ferreira.



4.3.4. SERVIÇO DE PÚBLICOS

O Serviço de Públicos promoveu visitas orientadas, percursos temáticos e outras atividades para Escolas, Universidades e Institutos Superiores, Universidades Seniores, Associações Culturais, Profissionais e Empresariais, Instituições Particulares de Solidariedade Social, entre outros grupos institucionais ou organizados para o efeito. As visitas realizaram-se no MMIPO e noutros espaços da SCMP, designadamente a Casa da Prelada e a Igreja do Colégio de Nossa Senhora da Esperança.

No âmbito da construção de relacionamentos com as instituições, sobretudo escolas e universidades, foram estabelecidos 1696 contactos. Destes, importa realçar as reuniões tidas com os diretores pedagógicos e com os professores das escolas, as visitas orientadas ao MMIPO para professores e, também, os contactos estabelecidos com alguns pelouros da educação dos municípios do Grande Porto.

O museu disponibilizou 11 produtos/atividades para os seus segmentos, a saber: visita “À Descoberta do MMIPO”; visita-percurso “A Rua de Santa Catarina das Flores e a Misericórdia do Porto”; visita-percurso “A ação da Misericórdia do Porto dentro e fora da muralha fernandina”; visita-percurso “Do Maneirismo à Arte Nova”; visita “A Casa e o Jardim da Quinta da Prelada”; visita “A Igreja do Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança”; visita-atividade “À Descoberta dos Animais nas Obras do MMIPO”; espetáculo teatral “Payassu - O Verbo do Pai Grande”; visita-apresentação para professores; “Aulas no MMIPO”; apresentação “Leve o MMIPO para a sala de aula”.

Foram realizadas visitas às exposições temporárias do Museu e do Centro Hospitalar Conde de Ferreira, bem como em torno da rubrica “Figuras do Mês”. Algumas destas atividades integraram a programação de efemérides e de dias comemorativos, enquanto outras se enquadraram no âmbito de parcerias e relações que o MMIPO tem estabelecido com entidades como a Direção Geral de Património Cultural, a Academia Nacional de Belas-Artes ou a Universidade do Porto.

O Serviço de Públicos procedeu à monitorização, ao envio e à criação de conteúdos para o site e para as redes sociais do MMIPO. Dos contactos que o Serviço tem estabelecido com diversas instituições e através do preenchimento das fichas de contacto por parte dos visitantes (quer no MMIPO, quer na Casa da Prelada), foi desenvolvida uma mailing list em permanente crescimento que, no final do ano de 2016, totalizava 6234 contactos.

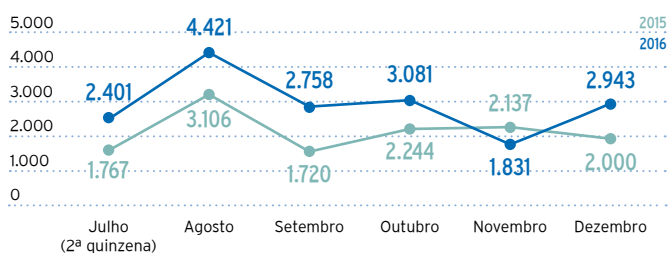


4.3.5. GESTÃO OPERACIONAL E COMERCIAL

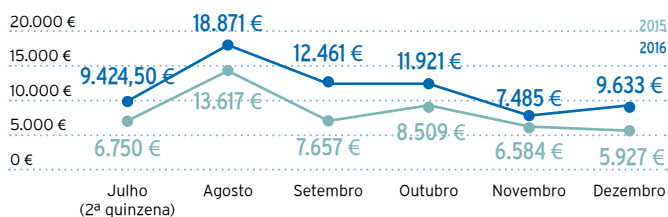
Promoveram-se e desenvolveram-se contactos com operadores turísticos, agentes de viagens, entidades públicas e privadas de carácter turístico, que culminaram na assinatura de diversos protocolos de cooperação. Foi igualmente promovida por este setor a melhoria contínua no atendimento ao público, a resolução de questões técnicas e operacionais que decorrem do facto de o museu estar aberto ao público sete dias por semana, a gestão da rubrica “Visitas de Autor” e a gestão comercial da loja.

No que toca a resultados, o museu recebeu 36.350 visitantes, o que traduz um crescimento de 35% relativamente ao período homólogo do ano anterior (segundo semestre). Destes, 51% foram de nacionalidade portuguesa e 49% visitantes estrangeiros. Também a faturação total verificou um significativo crescimento de 42% face ao mesmo período homólogo.

VISITANTES MMIPO



FATURAÇÃO MMIPO



A articulação dos diversos setores do museu permitiu a realização de um intenso programa de atividades (exposições, concertos, lançamentos de publicações, conversas e colóquios) que contribuiu para a afirmação do museu.

5. GABINETE RELIGIOSO E CULTO

No sentido de permitir a eficácia dos objetivos de gestão e prosseguir o desenvolvimento da atividade sócio caritativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), no cumprimento da moderna doutrina social da Igreja, foi criado o Gabinete Religioso e de Culto (GRC), a quem compete:

- Coordenar toda a ação pastoral das igrejas e lugares de culto da Misericórdia do Porto;
- Prestar o apoio religioso solicitado pelos utentes da Instituição;
- Incentivar a divulgação e o cumprimento das Obras de Misericórdia à luz da moderna Doutrina Social da Igreja;
- Articular a relação institucional com a Diocese do Porto.

Por inerência, o Capelão Mor é o Diretor do GRC, que articula com o Senhor Mesário do Culto e Cultura.

5.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

“NO ANO DA MISERICÓRDIA PENSAR AS MISERICÓRDIAS, HOJE”

Assinalando o encerramento do Ano da Misericórdia, realizou-se no Auditório D. Pedro IV, no Palacete Araújo Porto, o debate sob o tema **“No Ano da Misericórdia Pensar as Misericórdias, Hoje.”**

Contou-se com a colaboração de várias personalidades da cidade, patenteando diferentes perspetivas:

- O Estado e o lugar das instituições cuidadoras da Sociedade Civil | Manuel Pizarro (Vereador da Câmara Municipal do Porto).





- Ética e Saúde | Alberto Pinto Hespanhol (Presidente da Comissão de Ética para a Saúde da ARS Norte).
- O estatuto canónico das Misericórdias: um processo pacificado | Manuel Pinho Ferreira (Professor da Universidade Católica do Porto).
- Medicina: o futuro | António Araújo (Diretor do Serviço de Oncologia Médica do CHP).
- O Cristianismo e o cuidado: formas antigas e novas de cuidar a vida e a saúde | Álvaro Ferreira da Silva (Diretor do Departamento de Medicina Social da SCMP).
- Lugar da Misericórdia num tempo de proteção social | Jorge Cunha (Capelão Mor da SCMP).

O Senhor Bispo do Porto, D. António Francisco dos Santos, associou-se à sessão de Encerramento do Ano Santo da Misericórdia.

“ORAÇÃO DO ENTARDECER”

A capela do Hospital da Prelada acolheu, a quinta Oração do Entardecer sob o mote “Sentimos que precisamos de rezar juntos!”.

Promovida pelo “Grupo Ao 3º dia”, um grupo de cristãos com doença grave e/ou crónica, a atividade acontece uma vez por mês em diferentes hospitais.

Aberta à comunidade, a Oração do Entardecer realizou-se com e pelas pessoas doentes, suas famílias e por toda a comunidade que está ao seu serviço.

“ACENDA UMA VELA”

Realizou-se a segunda edição do Acenda uma Vela (Worldwide Candle Lighting), primeira na Santa Casa da Misericórdia do Porto, a cerimónia de homenagem a crianças e jovens que perderam a vida.

Esta é uma iniciativa dos Compassionate Friends, que une famílias e amigos em todo o mundo, convidando-os a acender uma vela durante uma hora para homenagear todas as crianças e jovens - filhos, filhas, irmãos, sobrinhos e netos - que partiram demasiado cedo. As velas foram acesas às 19h00 (hora local) gerando uma onda de luz a nível mundial.

O lema: “que as suas luzes brilhem para sempre” fez com que o Cfeliz - Centro para o Equilíbrio Emocional, de âmbito nacional, especialista no apoio ao luto em Portugal, em particular aos Pais em Luto, se propusesse a organizar o evento “Acenda uma Vela” em Portugal, fazendo parte do 20th Worldwide Candle Lighting.

“O PRESÉPIO DAS FLORES”

O “Presépio das Flores” surgiu de um desafio lançado pelo GRC, aos diferentes estabelecimentos da SCMP. Com esta iniciativa, pretende-se dinamizar e impulsionar, anualmente, a conceção de um presépio na Igreja da SCMP.

Assim, foi criado um grupo de trabalho com elementos do Centro Hospitalar Conde de Ferreira (CHCF), do Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD) e dos Estabelecimentos Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI). Este projeto contou com a colaboração dos utentes e das equipas ocupacionais destes estabelecimentos e pretendeu refletir o espírito da SCMP e da época natalícia.

“A VISÃO DAS CRIANÇAS SOBRE AS 14 OBRAS DE MISERICÓRDIA”

Conceção de um livro inspirado nos quadros elaborados pelos meninos do Colégio Barão Nova Sintra (CBNS) sobre as 14 Obras de Misericórdia, tendo havido a colaboração das Artes Gráficas no trabalho de design e impressão. O livro tem sido oferecido às crianças que visitam o MMIPO, nomeadamente na época natalícia.

“PROCISSÃO DAS ENDOENÇAS”

Ao longo do mês de novembro, o GRC, deu início, juntamente com o Encenador, atores e atrizes, ao trabalho de preparação para a recriação da “**Procição das Endoenças**”, com o propósito de proporcionar à comunidade um momento de recolhimento espiritual e tornar este evento um momento cultural para toda a cidade. Esta Procição realizar-se-á no dia 13 de abril de 2017, quinta-feira santa, terá início no Largo da Sé e o seu término será na Igreja Privativa da SCMP.

O final de funções do Coro da Misericórdia, veio permitir a reflexão no sentido de se alterar o paradigma das atividades musicais realizadas na Igreja Privativa, nomeadamente no abrilhantamento das celebrações litúrgicas e momentos de concertos a partir do ano de 2017.

6. DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Num período de grandes dificuldades económicas e mudanças sociais, uma atenção especial foi dada às famílias, considerando o elevado grau de pobreza e situações de emergência, bem como uma mudança na Intervenção Social com a população idosa. O departamento de Intervenção Social, **serviu um universo médio mensal de 730 utentes.**

A Rede Local de Intervenção Social (RLIS), projeto iniciado em setembro, aposta numa intervenção de proximidade às populações de oito freguesias da cidade (Zona Histórica, Massarelos e Lordelo do Ouro), reforçando todo o trabalho de Intervenção Social da Misericórdia do Porto, junto da comunidade.

As alterações demográficas, com uma sociedade cada vez mais envelhecida, exigem respostas e procedimentos inovadores nos cuidados a prestar aos Sêniores. Neste sentido, investiu-se na implementação do Sistema de Gestão da Qualidade para a melhoria contínua dos serviços a prestar aos idosos institucionalizados e aos clientes do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), através do processo de Certificação em curso - ISO 9001:2015. Com esta medida pretende-se, com as melhores práticas nacionais e internacionais, obter uma qualidade de excelência nos serviços e maior satisfação dos clientes e familiares.

Desenvolveu-se um projeto inovador denominado “Em Casa com a Santa Casa” que irá disponibilizar um novo serviço de cuidados integrados no domicílio, para pessoas residentes no Concelho do Porto, com foco na população idosa.

O serviço é constituído por três grandes intervenções que se interligam, gerando um maior impacto positivo na vida desta população, através:

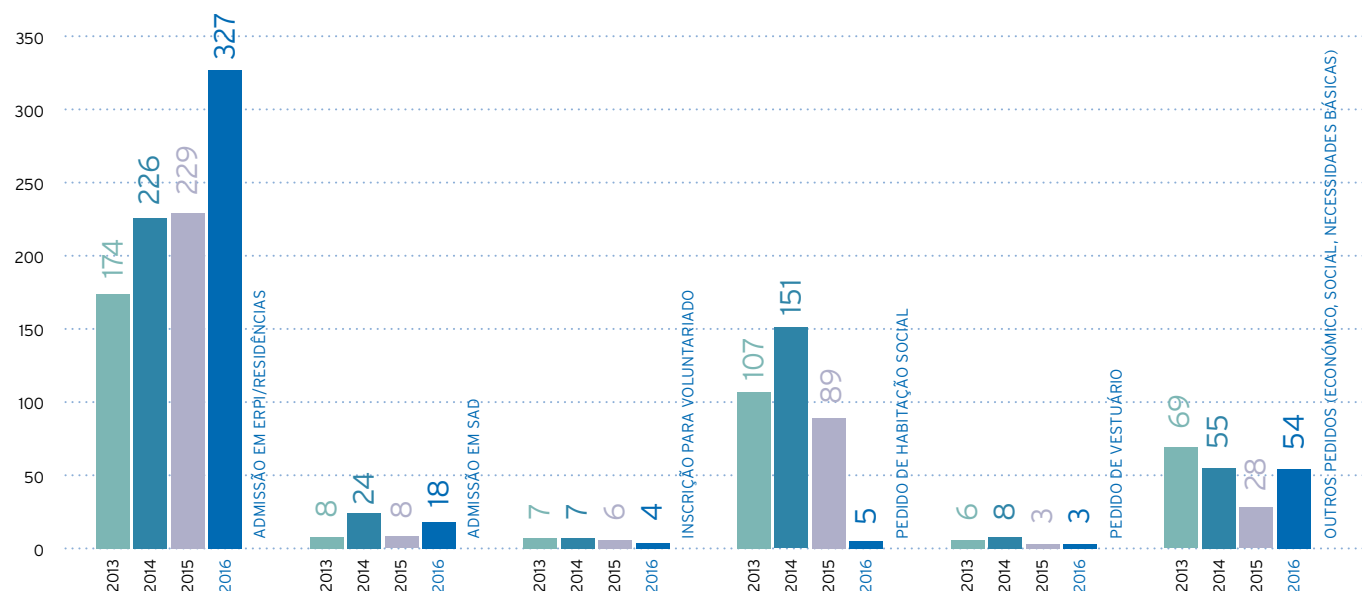
1. De uma monitorização de saúde contínua e regular, com apoio de um médico e enfermeiro no domicílio e integração de dispositivos tecnológicos;
2. Do acompanhamento de um Assistente Pessoal que garante uma interface com a família e a rede social;
3. Da prestação de apoio domiciliário, garantido uma alimentação saudável e a qualidade de um serviço de higiene pessoal, imagem e bem-estar e de higiene habitacional.

6.1. AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA

6.1.1. ATENDIMENTO À COMUNIDADE

Relativamente aos anos anteriores, **o ano 2016 observou um aumento significativo (43%) do número de pedidos de admissão em ERPI e Residências e mais do que duplicou os pedidos de SAD, com um aumento de 125%**, o que vem reforçar a crescente preocupação de procura de soluções para o envelhecimento. De salientar que se mantém a tendência crescente de contacto via telefone e correio eletrónico.

ATENDIMENTOS POR TIPOLOGIA DE PEDIDOS



6.1.2. CABAZ DE NATAL

A Misericórdia do Porto manteve a iniciativa solidária “CABAZ DE NATAL” destinada a apoiar indivíduos e famílias carenciadas da cidade do Porto.

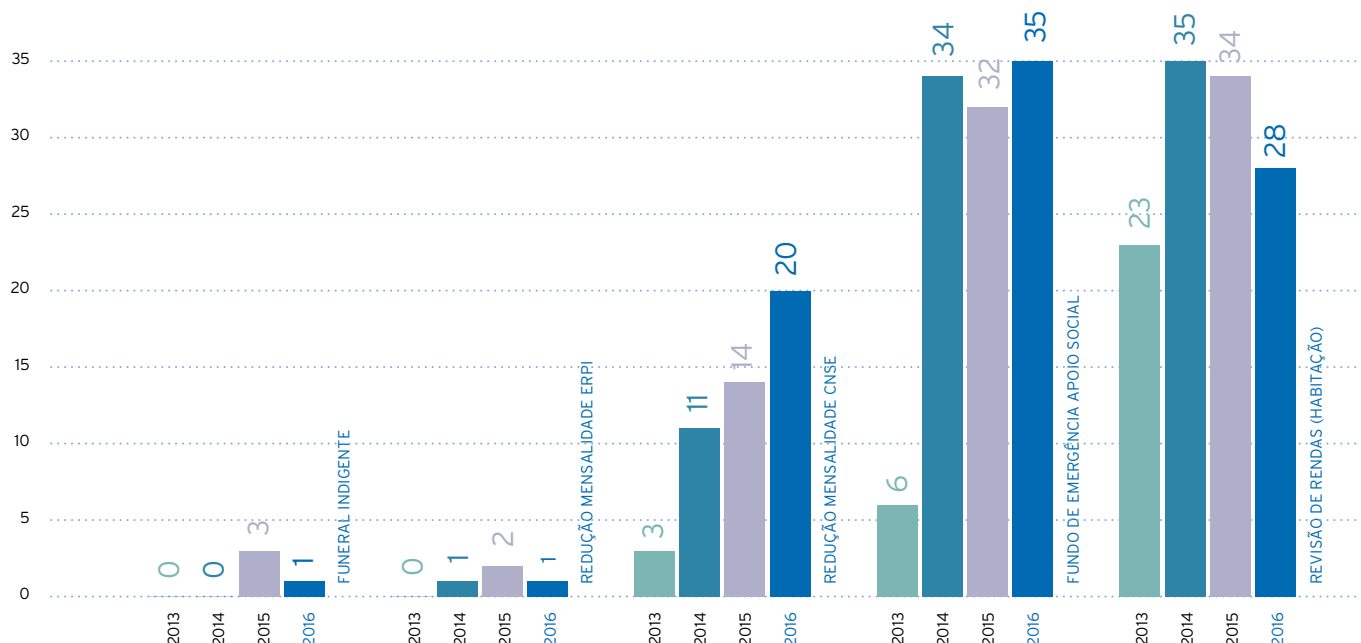
Este ano, com a criação do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) Misericórdia do Porto, os 88 beneficiários da Comunidade foram referenciados pelos serviços da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), sendo os restantes distribuídos por candidatos se-

leccionados pelas Direções das Unidades Operacionais de Intervenção Social, totalizando a entrega de 130 Cabazes de Natal.

6.1.3. AVALIAÇÕES SOCIOECONÓMICAS / RELATÓRIOS SOCIAIS

Foram realizados 85 Relatórios Sociais, mantendo-se em linha com anos anteriores, que se distribuem por pedido da seguinte forma:

DISTRIBUIÇÃO DOS RELATÓRIOS SOCIAIS POR PEDIDO E POR ANO



De salientar o igual número de Relatórios Sociais para estudo de situações referentes a colaboradores da SCMP e inquilinos, quer de arrendamento apoiado, quer de arrendamento livre.

6.1.4. VOLUNTARIADO

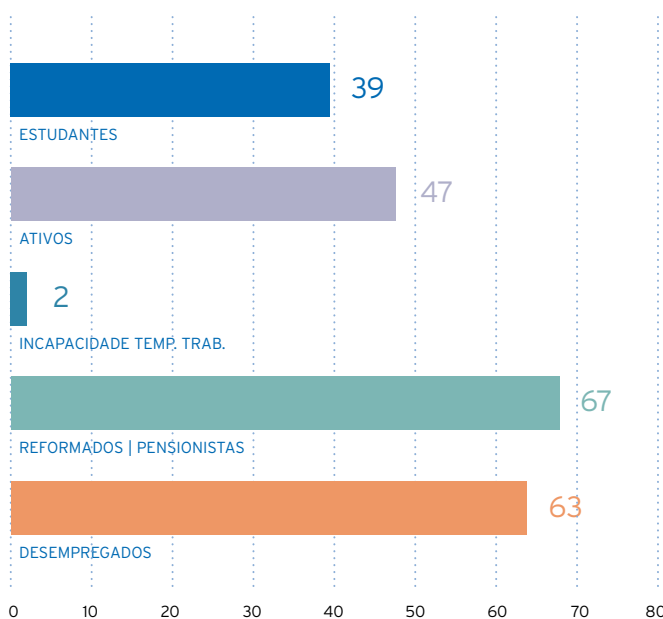
Distribuídos por três ERPI, dois SAD, Chave de Afetos, Banco de Vestuário e Loja Solidária, encontram-se a colaborar diretamente com a SCMP, 19 voluntários, mais 2 do que no ano anterior.

Como reforço da oferta de voluntariado aos serviços da Misericórdia, existem também voluntários angariados junto de parceiros estratégicos, como o Coração Amarelo e o GAS-Porto, o que totaliza um **universo total de 95 voluntários acompanhados no DIS**, registando-se um aumento de 10% relativamente a 2015.

6.1.5. HABITAÇÃO EM REGIME DE RENDA APOIADA

Foi assumido como objetivo estratégico o reajustamento de tipologias, com o objetivo de adequar a dimensão das habitações à composição dos agregados familiares. Atualmente são geridas um total de **97 habitações com uma taxa de ocupação de 98%**.

NÚMERO DE HABITANTES DO CHRS, ALOJADOS EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, DISTRIBUÍDOS POR ATIVIDADE



Da análise do gráfico acima, é possível perceber a taxa de habitantes inativos, num **universo de 231**, e o desafio presente no planeamento da intervenção ao nível da reinserção social desta população.

6.2. RESPOSTAS SOCIAIS DIRIGIDAS AOS IDOSOS

Enquadramento Estratégico

Na área do planeamento estratégico seguiram-se as diretrizes emanadas pela Mesa Administrativa, prosseguindo o esforço de melhoria da eficácia e eficiência dos processos de atuação; da promoção da melhoria contínua com implementação do sistema de gestão da qualidade e de qualificação dos recursos humanos afetos às Unidades Operacionais, reforçando o seu sentimento de pertença, profissionalismo e responsabilidade.

6.2.1. ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS | ERPI

Princípios de gestão e orientações gerais

A atividade desenvolvida centrou-se em dois vetores estruturantes:

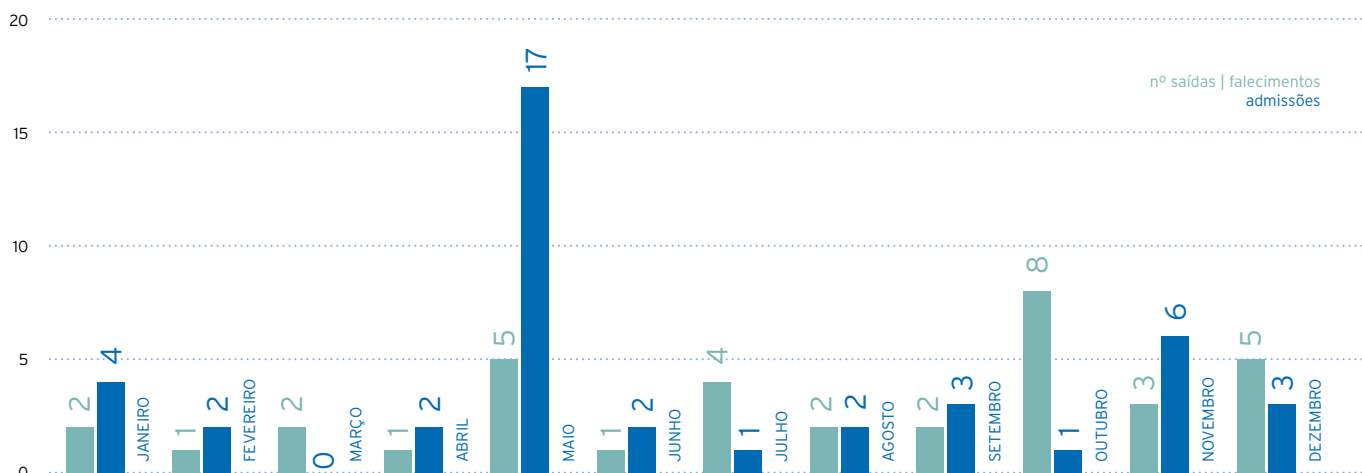
O estratégico - assente na qualidade dos serviços prestados e na eficácia do cumprimento dos objetivos definidos.

O operacional - centrado nos recursos humanos, logísticos, financeiros com vista à sustentabilidade da resposta social.

Atividade desenvolvida: principais ações

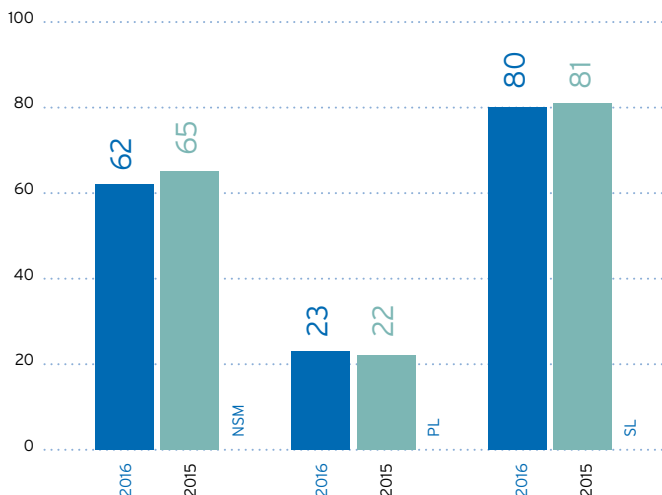
- IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE, processo de crucial para a melhoria contínua dos serviços prestados, satisfação dos residentes/familiares e/ou significativos; conhecimento e compreensão das necessidades atuais e futuras dos residentes/familiares e/ou significativos e da comunidade de referência.
- RESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO EM ARTICULAÇÃO COM O SAND ATRAVÉS DO NOVO MODELO OPERATIVO.
 - Implementação das condições logísticas e funcionais para a confeção de refeições na cozinha das UO NSM e SL;
 - Levantamento das necessidades para modernização dos equipamentos de hotelaria, para a prestação de um serviço de qualidade e adequado ao padrão alimentar da pessoa idosa de idade avançada.
- ACOLHIMENTO DE ESTÁGIOS de formação em contexto de trabalho, nas áreas de Geriatria, Animação Sociocultural e de Enfermagem.

INDICADORES DE ATIVIDADE | MOVIMENTO DE CLIENTES ERPIS

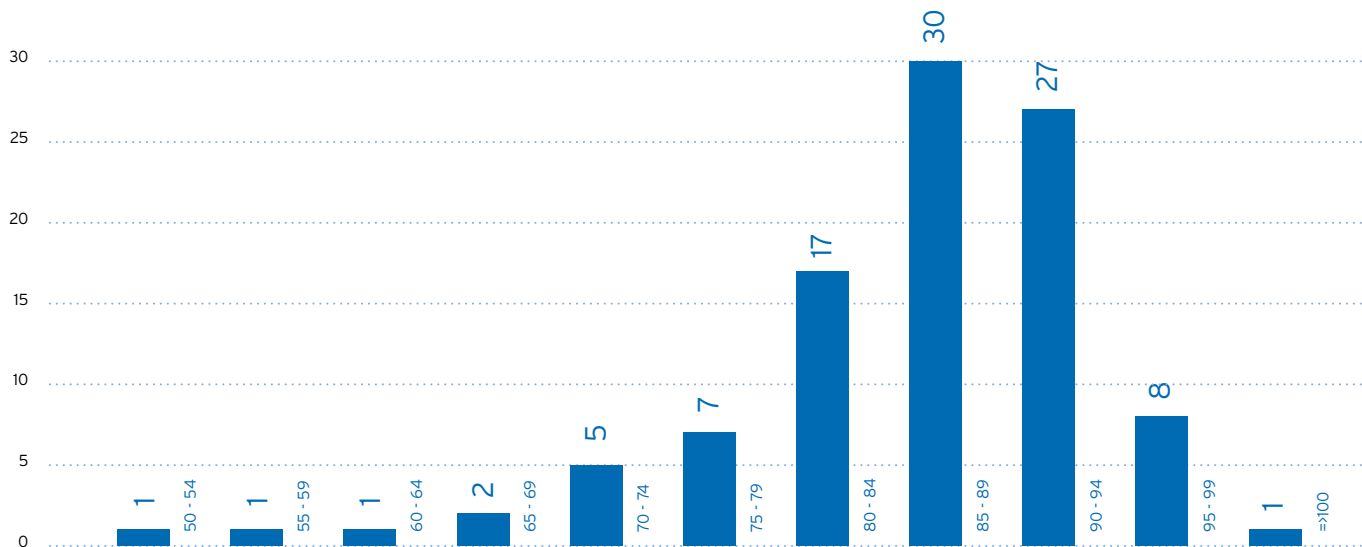


Durante o ano de 2016, registaram-se **43 admissões e 36 cessações de contrato**. Houve uma redução acentuada do número de falecimentos.

FREQUÊNCIA MÉDIA MENSAL | ERPI / ANO



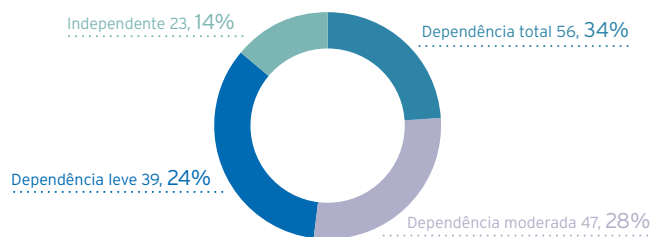
FREQUÊNCIA ESCALÕES DE IDADE ERPI 2016



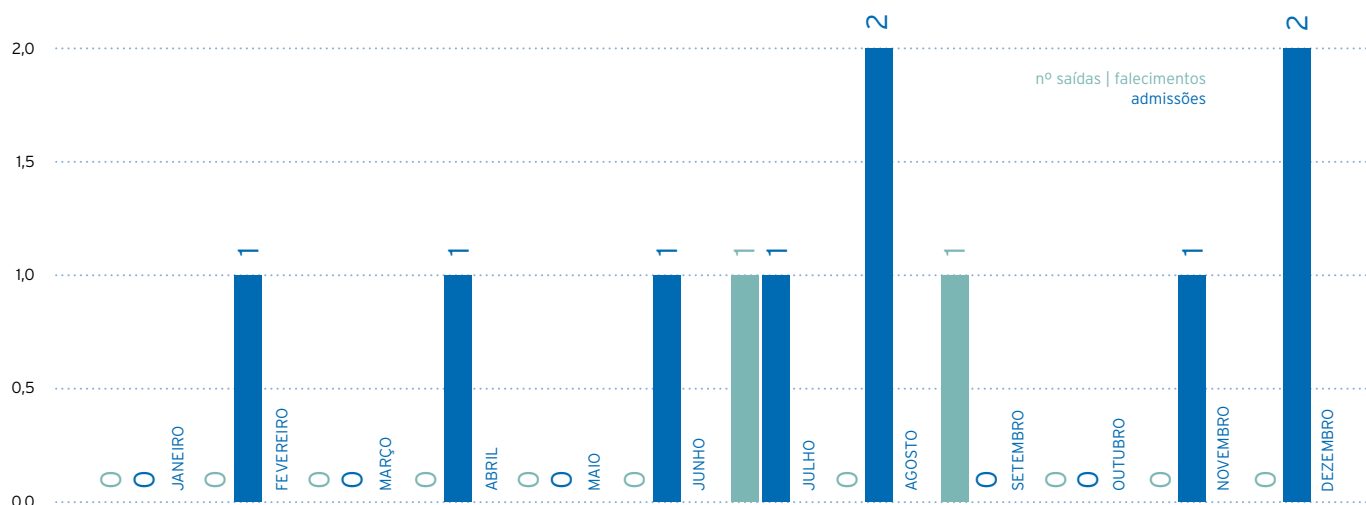
A média de idades dos clientes alojados nas ERPI é de 86 anos, e mantém-se, relativamente ao ano anterior, a predominância de clientes do sexo feminino, com uma representatividade de 83%.

Do total de idosos alojados, 86% apresenta dependência funcional, necessitando do cuidador para a realização da quase totalidade das atividades da vida diária. Concorre para o efeito o facto da admissão para vivência em contexto institucional ocorrer em idade avançada, exigindo a prestação de cuidados por equipas multidisciplinares com elevado grau de profissionalismo e responsabilidade.

SITUAÇÃO FUNCIONAL 2016



RESIDÊNCIAS | MOVIMENTO DE CLIENTES RESIDÊNCIAS SÃO LÁZARO 2016

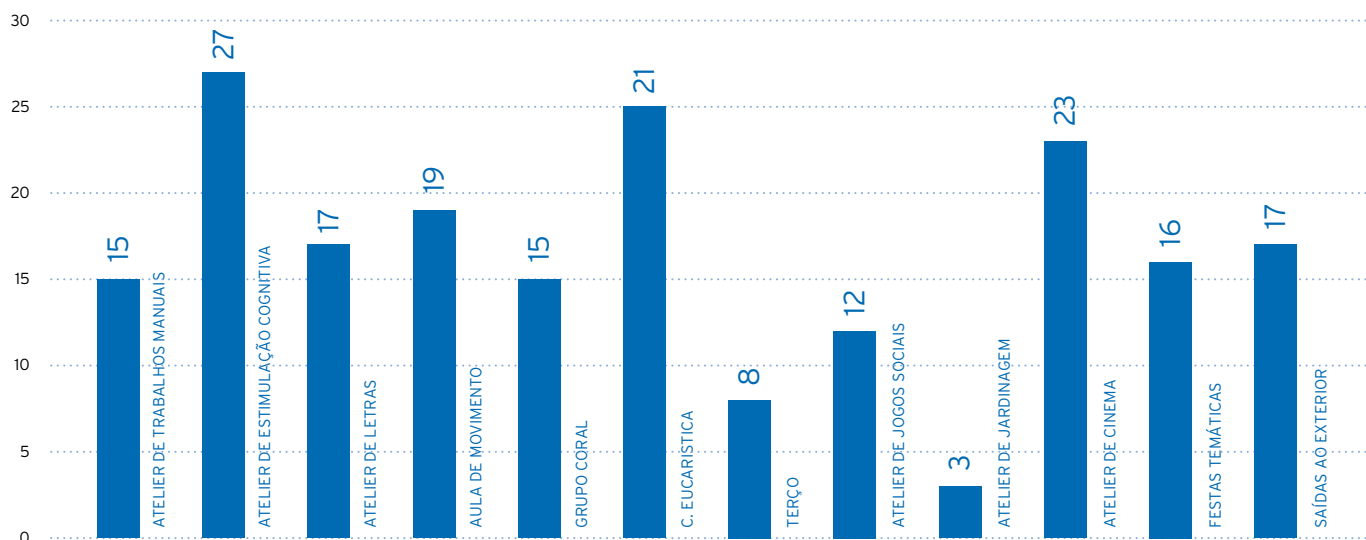


Três das admissões registadas referem-se a Acolhimentos Temporários, sendo que um cessou e dois se mantêm.

Na Unidade Operacional Nossa Senhora da Misericórdia, a operar em capacidade total, não houve qualquer saída ou falecimento, mesmo considerando a elevada média de idades, que se situa nos 90 anos.

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL NAS ERPI

PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL, LÚDICO-RECREATIVAS E OCUPACIONAIS 2016



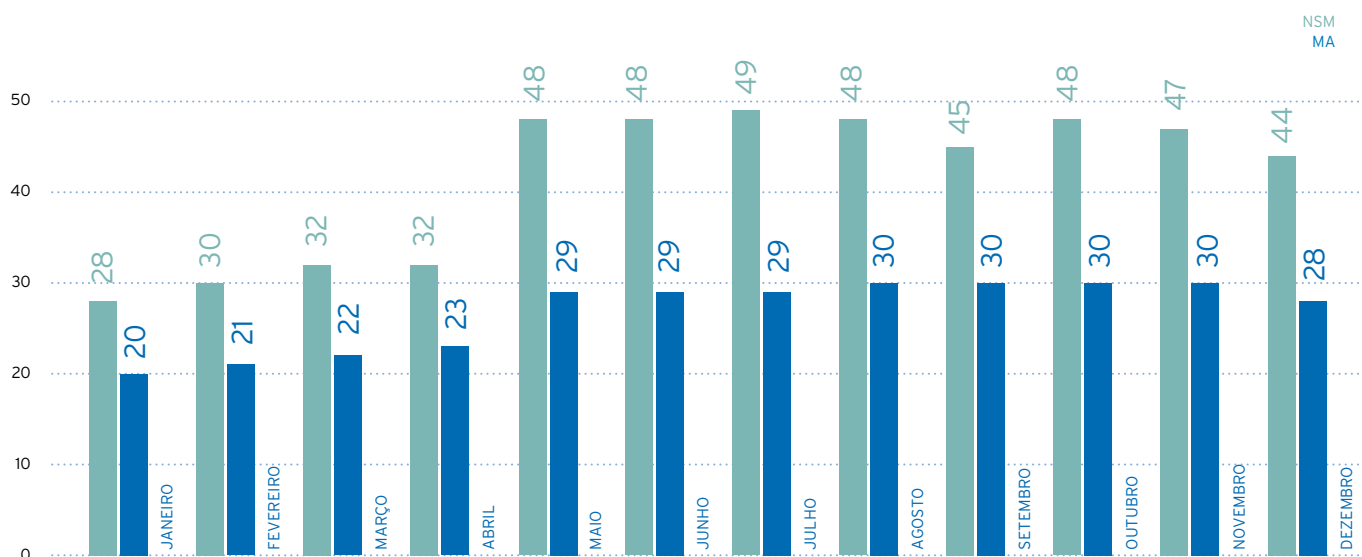
Face ao número de utentes, os registos de participação nas atividades implementadas retratam a realidade existente ao nível do elevado grau de dependência dos clientes, pelo que as atividades com maior participação são as que se desenvolvem em contexto institucional e voltadas para o convívio e lazer.

No seu conjunto foram desenvolvidas, ao longo de 2016, **49 atividades** nas quais a rede de parcerias assume primordial importância quando se procura alargar a atividade a novas iniciativas permitindo uma maior satisfação dos clientes. Destaca-se ainda a parceria desenvolvida ao longo do ano de 2016 com o Marcolino Relojoeiro que financiou a 100% a realização dos “sonhos” de alguns clientes.

A destacar em 2016 a constituição de um grupo Coral na ERPI NSM.

INDICADORES DE ATIVIDADE | FREQUÊNCIA DE CLIENTES

Capacidade máxima instalada: SAD Nossa Senhora da Misericórdia (NSM): 50 clientes; SAD Manto Azul (MA): 30 clientes.



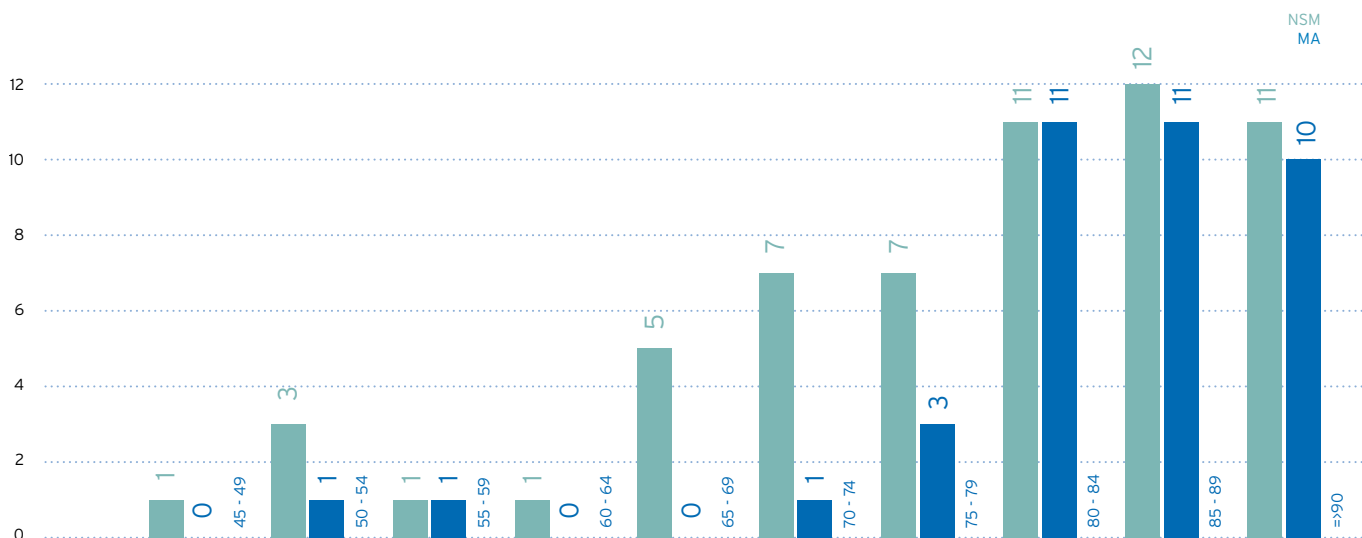
No que respeita à retaguarda familiar dos clientes do SAD-NSM, 36 residem com cônjuge ou descendentes/irmãos e 8 totalmente sós, mas com família afastada. Já no SAD-MA, 22 clientes vivem acompanhados por cônjuge, filhos, empregadas e 6 vivem sozinhos, mas existe retaguarda familiar.

De registar que do universo de utentes atuais do SAD da Misericórdia, apenas **43% se apresentam autónomos**.

Género e Idades

A maior prevalência de idades é entre os 80 e os 89 anos, com predominância para o género feminino, que representou 68% dos clientes do SAD.

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES ETÁRIOS



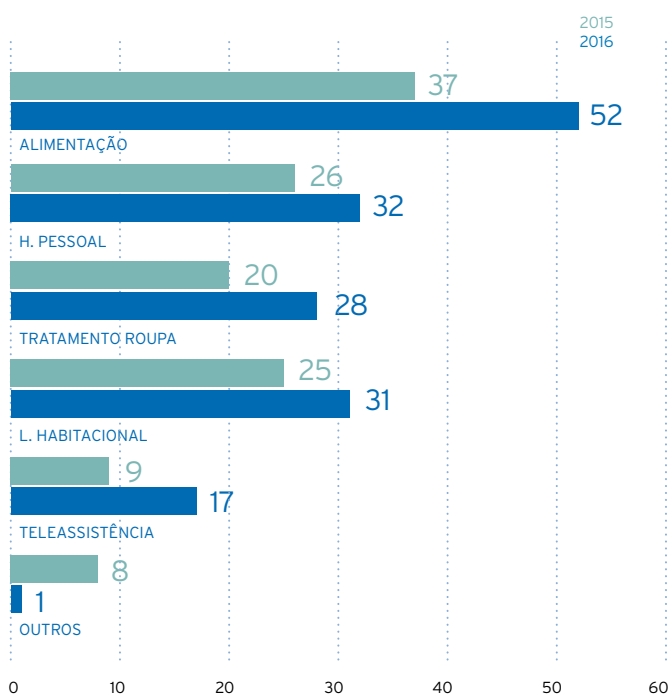
Prestação de serviços

Relativamente aos serviços contratados, a maior solicitação pende para a alimentação e cuidados de higiene e conforto. No entanto, em 2016 a prestação de serviços de lavandaria e higiene habitacional teve particular destaque, principalmente pela dificuldade que os idosos apresentam em realizar tarefas (motivos de saúde), mas também porque os serviços prestados pela Misericórdia representam um custo inferior para o cliente, quando comparados com os serviços prestados a nível particular.

Parceria - GASPorto

O SAD da SCMP tem beneficiado com a parceria estabelecida com o GASPorto ao nível das equipas de voluntariado, na candidatura de reabilitação urbana e no empréstimo de ajudas técnicas aos clientes do SAD, registando a colaboração total de 20 voluntários.

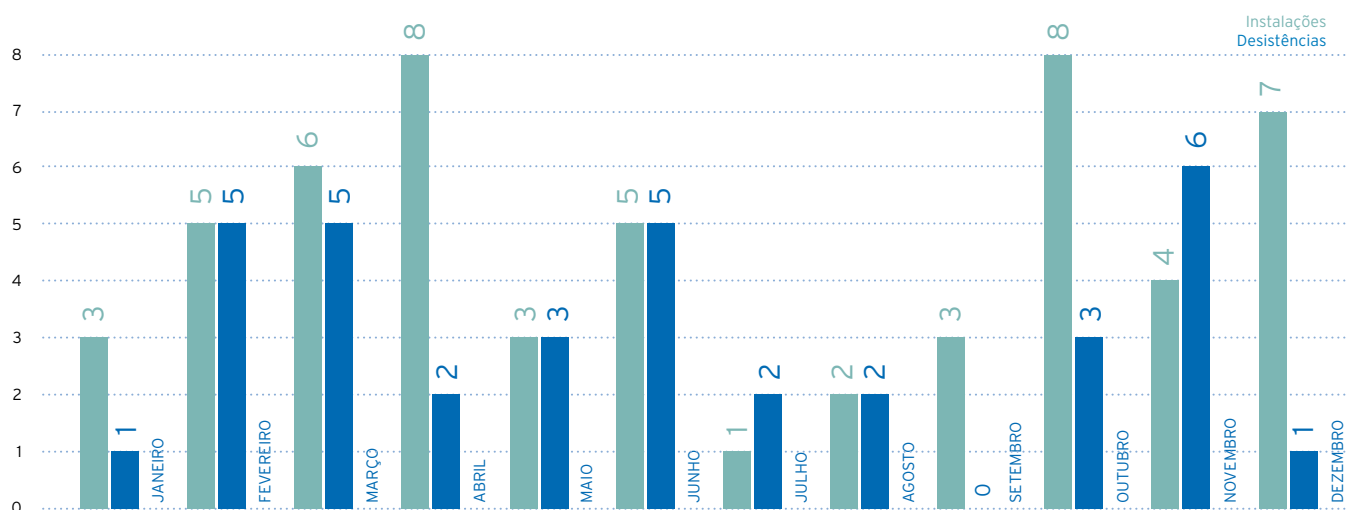
SERVIÇOS CONTRATUALIZADOS / ANO



6.2.3. CHAVE DE AFETOS

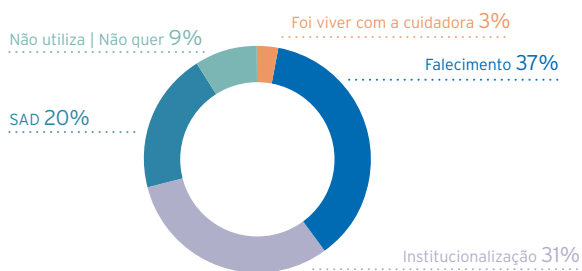
Em 2016, verificou-se um ligeiro aumento do número total de beneficiários (19) relativamente a 2015, tendo em conta todas as instalações e desistências deste ano. A PSP continua a ser o principal sinalizador de todo o tipo de casos e, em seguida, as Juntas de Freguesia. O número de voluntários afetos ao programa também se manteve.

INDICADORES DE ATIVIDADE | TELEASSISTÊNCIA 2016



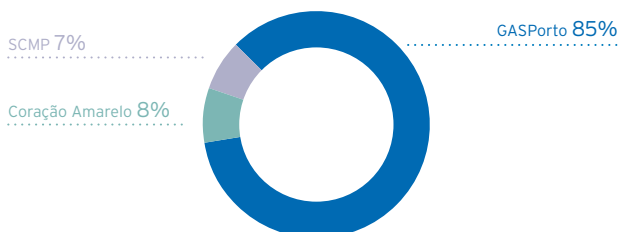
Decorrido mais um ano do Programa, desde o seu início em julho de 2011, até final de 2016, **beneficiaram já do serviço de teleassistência, 316 idosos.**

CAUSAS DE DESISTÊNCIA DO SERVIÇO DE TELEASSISTÊNCIA



Serviço de Voluntariado

O Chave de Afetos assegura o **serviço de voluntariado a 49 idosos**, através dos voluntários da instituição e das parcerias realizadas com o GASPorto e Coração Amarelo.



Modelo de Réplica do Programa Chave de Afetos

Durante o ano de 2016, mantendo em perspetiva a sustentabilidade do Programa, foi elaborado o manual de procedimentos que serviu de base ao lançamento do modelo de réplica para o Programa Chave de Afetos. Neste âmbito destacam-se ainda as seguintes ações:

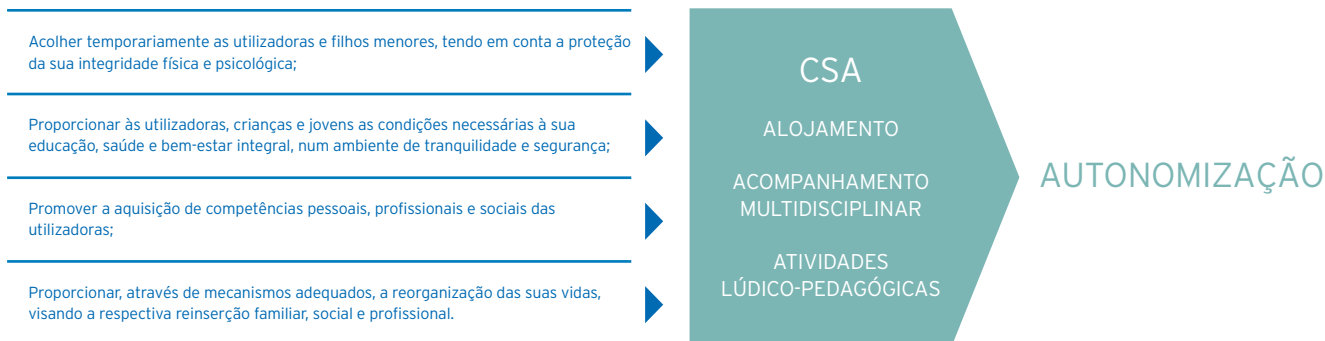
- Assinatura de Protocolo de Cooperação com a Associação Portuguesa de Marketing Rural e Agronegócio, propondo-se esta identificar potenciais promotores locais do programa uma vez que se encontra a desenvolver atividade em territórios de baixa densidade populacional e onde o isolamento dos idosos está identificado como um dos problemas com maior exposição e risco.
- Assinatura de protocolo com a Câmara Municipal de Figueira Castelo Rodrigo para implementação do programa Chave de Afetos nesta região.

6.3. RESPOSTAS SOCIAIS DIRIGIDAS ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Casa de Santo António

A Casa de Abrigo - Casa de Santo António - visa apoiar, em regime de acolhimento protegido, mulheres vítimas de violência doméstica, com ou sem filhos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais que a auxiliem no processo de capacitação e autonomização pessoal.

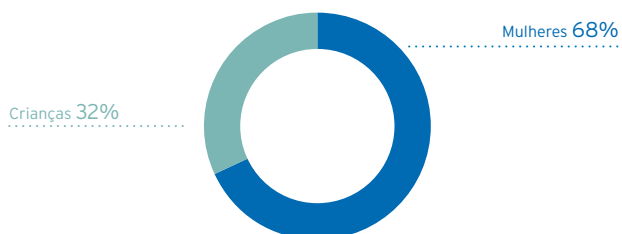
PROCESSO-CHAVE



O trabalho de parceria com a empresa **Cuatrecasas - Sociedade de Advogados**, continuou a assumir-se como fundamental para uma prestação de apoio jurídico às utentes.

Numa lógica de abertura à comunidade científica, a Casa de Santo António continuou a acolher estágios curriculares de diferentes áreas, nomeadamente, um estágio curricular de Serviço Social, da Universidade Lusófona e dois estágios de psicologia do ISMAI.

INDICADORES DE ATIVIDADE DISTRIBUIÇÃO DO ACOLHIMENTO

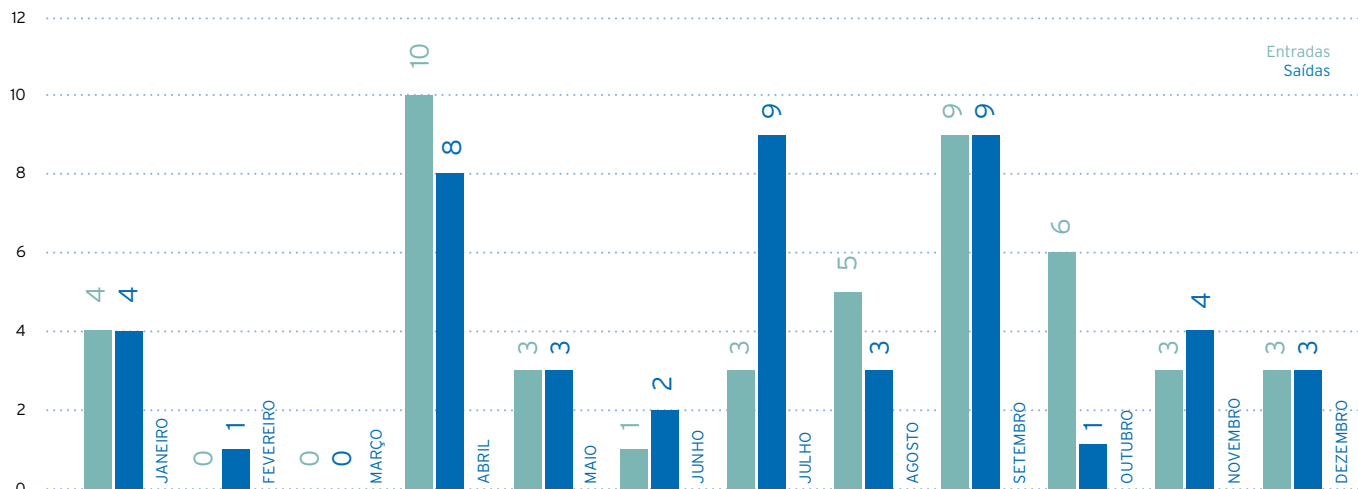


Ao longo de 2016, foram acolhidas 62 pessoas, das quais 42 mulheres e 20 crianças.

Durante todo o ano, a capacidade da Casa de Santo António permaneceu total (15), cumprindo-se um dos objetivos estratégicos do Plano de Atividades e Orçamento.

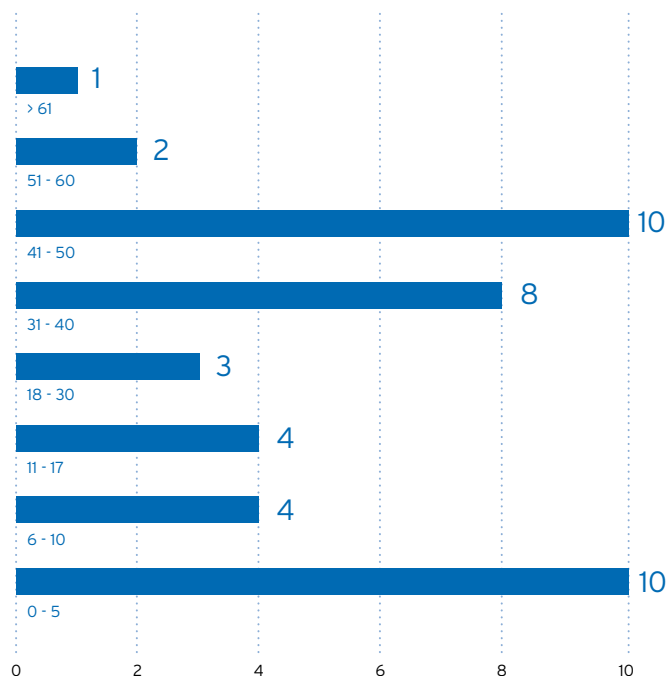


MOVIMENTO DE ENTRADAS E SAÍDAS



Relativamente à faixa etária, pode-se verificar que, relativamente às crianças de menor idade, são o grupo que absorve maior disponibilidade de recursos humanos, enquanto não estão ou não podem ser integrados em equipamentos escolares, conforme se observa no gráfico seguinte.

FAIXA ETÁRIA DOS ACOLHIMENTOS



Importa salientar que durante o ano, efetuamos 29 acolhimentos de emergência (25 mulheres e 4 crianças), desses 29 acolhimentos, 8 passaram para vaga normal, conforme está explanado no gráfico 4.

No seguimento de todo o trabalho efetuado, com os agregados acolhidos, conseguimos durante o ano de 2016, 21 autonomizações, seis agregados beneficiaram do apoio económico da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.



6.4. RESPOSTAS SOCIAIS DIRIGIDAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

6.4.1. CASA DA RUA - D. LOPO DE ALMEIDA

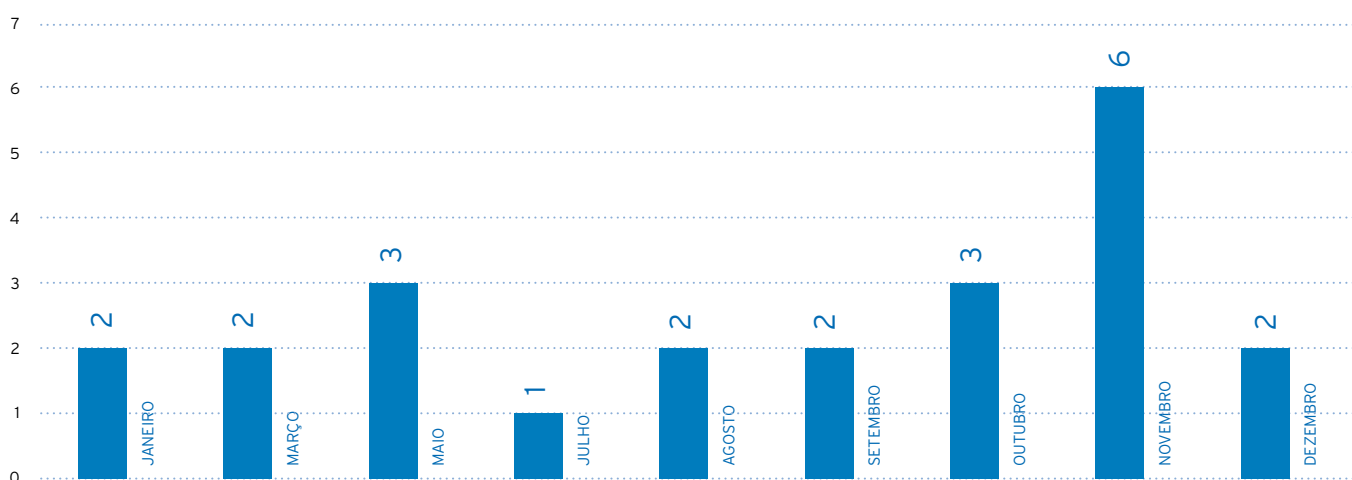
A Casa da Rua - D. Lopo de Almeida (CR-DLA) mantém em 2016 a sua vocação de comunidade de inserção destinada a prestar apoio à comunidade sem-abrigo. Com uma

capacidade máxima de 20 utentes em alojamento (homens), atualmente serve diariamente, cerca de 100 almoços e 100 jantares e disponibiliza também serviços de balneário e lavandaria.

Acolhimentos

Durante o ano, 6 dos quartos disponíveis estiveram sob intervenção não podendo ser disponibilizados para alojamento, reduzindo temporariamente a capacidade de acolhimento máximo a 14 utentes.

ACOLHIMENTOS EM ALOJAMENTO

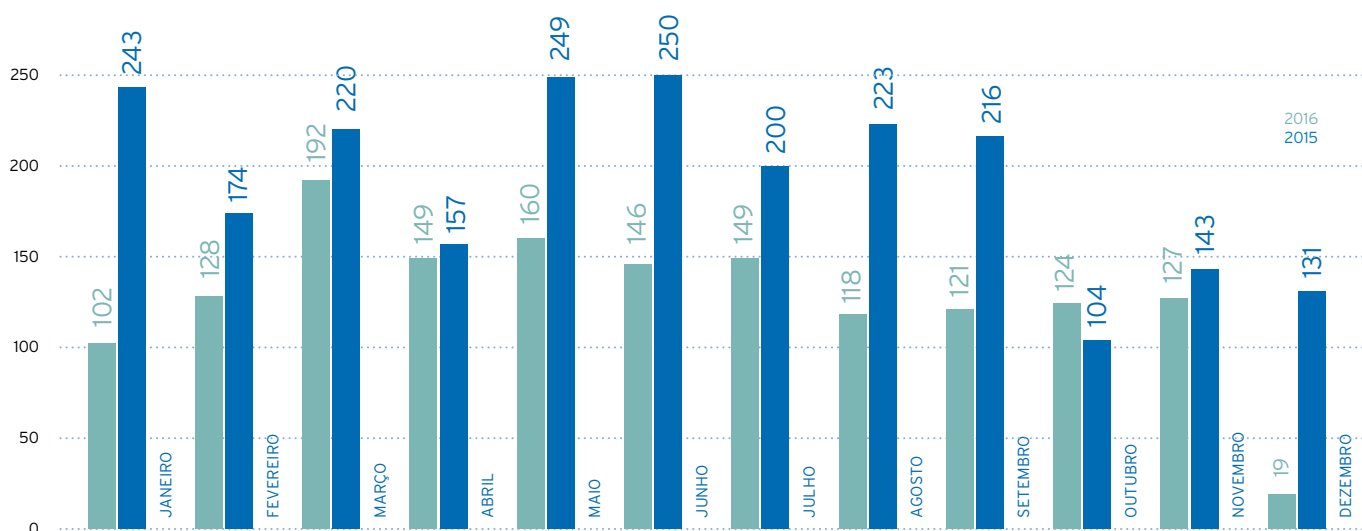


De registo no ano de 2016, conseguiram-se 8 autonomizações.

Balneário

No gráfico que se segue, pode-se verificar a frequência mensal de utilizadores do balneário público num total anual de 1535 utentes a frequentar este nosso serviço.

FREQÜÊNCIA DO BALNEÁRIO / ANO



No mês de dezembro, por motivos de intervenção técnica, o serviço foi temporariamente suspenso.

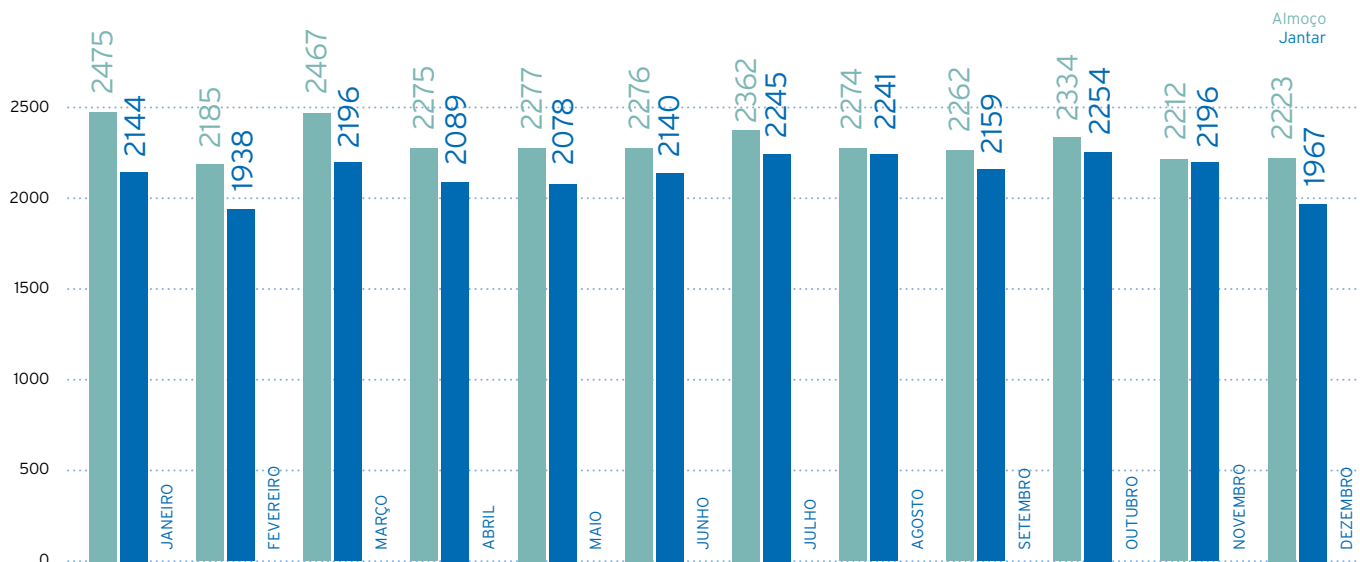
Em comparação com o ano de 2015, verifica-se um decréscimo significativo, 975 utilizadores no total.

Refeições

Em 2016 foram confeccionadas **53.272 refeições**, atingindo 73% da capacidade potencial instalada.

Estas refeições são consumidas nas instalações ou em regime de “take-away”.

FREQUÊNCIA MENSAL APOIO ALIMENTAR



6.4.2. CENTRO DE ALOJAMENTO SOCIAL - D. MANUEL MARTINS

O balanço da atividade desenvolvida desde a data de entrada em funcionamento tem como destaque a lotação da capacidade de resposta deste Estabelecimento, pela abrangência da mesma no acolhimento de diferentes tipologias de família (unipessoal / isolado, casal, monoparental, casal com filhos, família alargada).

Em média foram efetuados **1,32 acolhimentos / dia**, incluindo fim-de-semana e feriados, o que permite caracterizar este Estabelecimento como de intervenção de 1ª linha.

Distribuição dos acolhimentos

No período em análise foram efetuados **482 novos acolhimentos**, donde 96 foram de vaga LNES e 186 em vaga comum. Em relação ao ano transato, em 2016 foram efetuados mais 82 acolhimentos.

Registaram-se 27 episódios de reincidência de acolhimentos no CAS, mais 4 que no ano transato.

O tempo médio de duração dos acolhimentos em vaga normal tem sido de aproximadamente **3 meses**, na maioria dos casos.

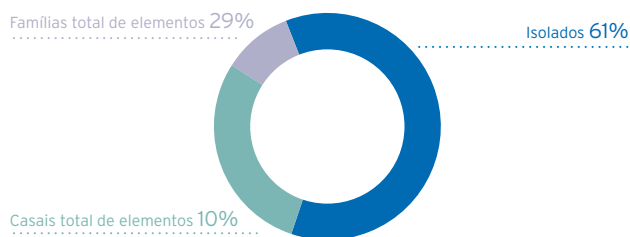
6.4.2.1. TIPOLOGIA DOS PEDIDOS DE ACOLHIMENTO

Relativamente ao principal motivo dos pedidos de acolhimento em vagas destinadas ao LNES (Linha Nacional de Emergência Social), destacam-se, com **55% dos pedidos para situações de desalojamento**. Seguem-se as situações de **violência doméstica, com 17% das sinalizações**, tendo esta problemática prevalecido anteriormente de forma significativa.

No que diz respeito às vagas comuns predominam, igualmente, as situações de **desalojamento**, que atingiram **53%** do total das vagas ocupadas, logo de seguida e com **14%** surgem os casos de **violência doméstica** e **13%** as situações de **sem abrigo** como principal motivo de acolhimento.

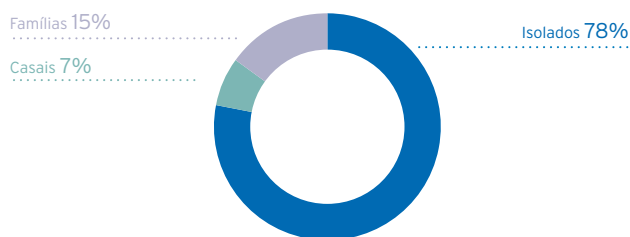
Na categoria de “desalojamento” enquadram-se os indivíduos ou famílias cujo pedido de acolhimento foi resultado de um processo que implicou a perda de habitação, ou por falta de pagamento, por situação de rutura com coabitantes / conflitos familiares.

LNES



Os 32 agregados familiares com filhos, maioritariamente menores, correspondem a 85 utentes.

VAGAS COMUNS



Os 22 agregados familiares com filhos correspondem a 52 utentes.

Estes dados evidenciam a forte incidência de famílias acolhidas no CAS.

INDICADORES DE ATIVIDADE

MÊS	Nº DE PROCESSOS FAMILIARES (PF)	Nº DE BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS PELOS PF	Nº DE CI CELEBRADOS NO MÊS	TOTAL DE ATENDIMENTOS	TOTAL DE ACOMPANHAMENTOS	TOTAL DE ATENDIMENTOS E ACOMPANHAMENTOS
Setembro	146	319	1	171	14	185
Outubro	201	430	1	421	39	460
Novembro	290	672	7	397	125	522
Dezembro	326	887	0	279	134	413
TOTAIS	963	2308	9	1268	312	1580

TOTAL DE ATENDIMENTOS / TIPO DE CONTATO

MÊS	ENTREVISTA NO SERVIÇO	CONTACTO TELEFÓNICO	ARTICULAÇÃO COM OUTROS SERVIÇOS	ENTREVISTA NO DOMICÍLIO	TOTAL
Setembro	56	28	81	6	171
Outubro	130	82	178	31	421
Novembro	129	101	140	27	397
Dezembro	66	89	111	13	279
TOTAIS	381	300	510	77	1268

Caracterização dos Acolhimentos com Base no Género

Destaca-se o número significativo de acolhimentos de utentes do género feminino, 280 pessoas, tendência que se mantém desde o início de funcionamento desta Resposta Social, em ambas as tipologias de acolhimento em contraponto com um total de 202 homens.

A faixa etária predominante encontra-se nas idades compreendidas entre os 35 e os 49 anos e caracteriza-se por utentes com baixas habilitações literárias.

6.5. REDE LOCAL DE INTERVENÇÃO SOCIAL

6.5.1. SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) da SCMP, teve início em setembro de 2016, fruto da candidatura da SCMP ao Programa Operacional Inclusão Social (POISE) e tem como competência territorial 8 Freguesias da Cidade do Porto (União de freguesia da Zona História e União de freguesias de Massarelos e Lordelo do Ouro). Este serviço mobiliza 6 Técnicos: 2 Assistentes Sociais (uma dos quais coordenadora do Projeto), 2 Psicólogos e 2 Educadores Sociais.

O SAAS esteve sediado na Rua das Flores nº 12, disponibilizando ainda 2 polos de atendimento descentralizados, um em Cedofeita (CAS) e outro em Lordelo do Ouro (ADILO), contribuindo para uma cultura de proximidade.

Para análise de execução de resultados temos 2 indicadores de referência:

- a) O Protocolo entre Centro Distrital e a SCMP, em que o SAAS/SCMP tem por referência, para o cumprimento dos seus objetivos, o somatório dos atendimentos e dos acompanhamentos efetuados, o qual se situa no intervalo médio mensal entre os 350 a 525.
- b) POISE (programa financiador da RLIS) - Foram aprovados os seguintes totais para 3 anos (duração do Projeto):
 - a. 100 Agregados Familiares
 - b. 5400 Atendimentos
 - c. 200 Planos de Intervenção/Acompanhamentos



6.6. LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

6.6.1. COLÉGIO BARÃO DE NOVA SINTRA (CBNS)

O CBNS intensificou e deu continuidade à intervenção específica com as crianças e jovens, aos procedimentos, e à organização interna, de forma a alcançar um grau de satisfação mais elevado, tornando as equipas autónomas e autossuficientes.

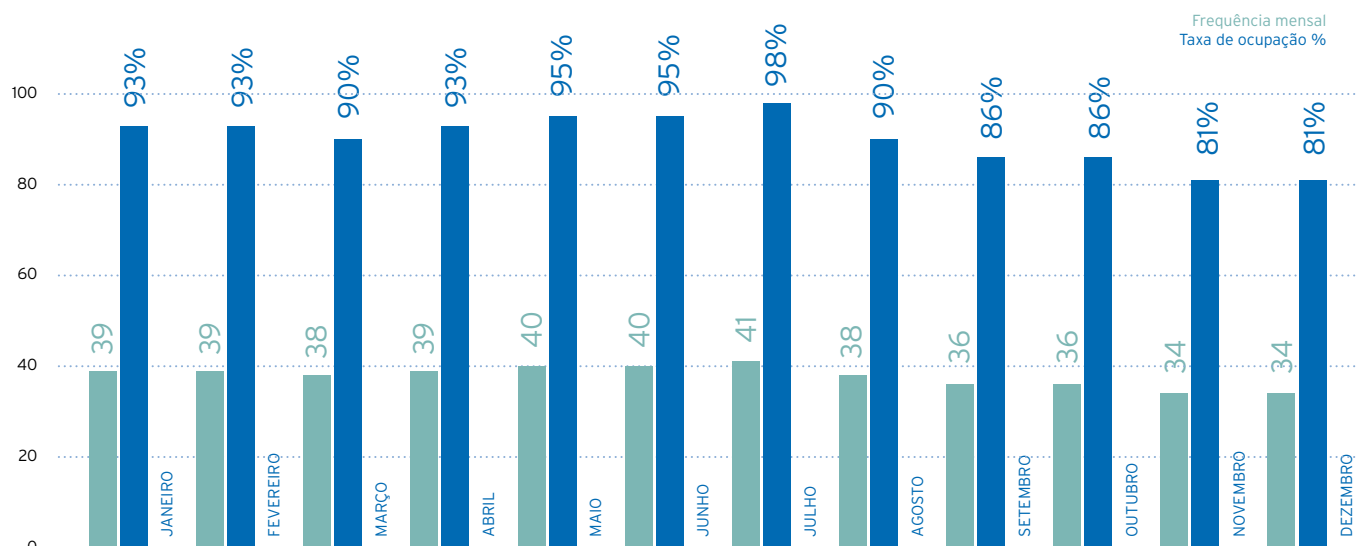
Exemplo simbólico foi, na quadra de Natal, a presença de Jorge Mendes, agente desportivo do internacional Cristiano Ronaldo, que distribuiu camisolas deste atleta e do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Dr. Fernando Gomes.

Intervenção Psicossocial

O Colégio do Barão de Nova Sintra **acolheu o total de 46 crianças e jovens**, tendo o ano iniciado com 39 vagas preenchidas e registando 7 admissões na instituição nos meses seguintes. **A taxa de ocupação média anual é de 93%.**

Ocorreram 12 saídas, obtendo-se uma taxa de desinstitucionalização na ordem dos 29%, superando, deste modo, o valor anual de referência apontado pela Segurança Social. A maioria das saídas (mais propriamente 92%) ocorreu porque os jovens cumpriram o seu projeto de vida e regressaram ao meio natural de vida com a reintegração na família nuclear, com exceção da saída de um jovem para autonomização (8%).

FREQÜÊNCIA MENSAL E RESPECTIVA TAXA DE OCUPAÇÃO 2016



O CBNS trabalha em parceria com as entidades na área de residência das famílias dos menores acolhidos, possibilitando o reforço da supervisão, orientação e encaminhamento dos agregados, auxiliando igualmente na avaliação da estadia das crianças e jovens junto dos familiares.

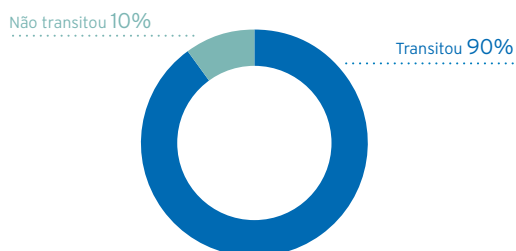
Educação e Formação e Aproveitamento Escolar

A nossa missão é ajudar as crianças/jovens a estabelecer metas alcançáveis e abrir portas para novas oportunidades em diferentes campos. Para atingir com sucesso tal desafio, **empenhamo-nos fortemente na componente educativa/formativa.**

Ações desenvolvidas:

- Redefinimos mais um momento de estudo de forma a individualizar as necessidades da criança e jovem.
- Estreitamento de relações com a Direção do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, frequentado pela maioria das crianças e jovens do CBNS.

RESULTADOS DA CONCLUSÃO DO ANO LETIVO 2015/ 2016



Apartamento de Pré-Autonomização

Durante o ano 2016 mantivemos, em média, a **ocupação em 80%**, representada por **4 jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 22 anos**. Este projeto tem capacitado os jovens no desenvolvimento de competências a vários níveis, tais como, gestão doméstica, responsabilidades escolares, pessoais, profissionais e sociais.

Parcerias/Atividades

A par do trabalho desenvolvido diariamente em prol do bem-estar das crianças e jovens que acolhemos, com o objetivo de lhes proporcionar um ambiente familiar tão próximo quanto possível ao de uma família, o CBNS criou parcerias e ligações com o exterior, fundamentais para o desenvolvimento global de todos.



PARCERIA	PROJETOS DESENVOLVIDOS	TAXA DE PARTICIPAÇÃO	RESULTADOS OBTIDOS
Instituto Padre António Vieira	Justiça para Todos	24%	Promoção dos valores democráticos através da Educação para a Justiça e para os Direitos Humanos.
Grupo Jerónimo Martins	Realização de Estágio nas lojas Pingo Doce (maiores de 18 anos)	5%	Promoção da autonomia e aquisição de competências pessoais e sociais, bem como contacto real com o mundo do trabalho
Grupo GEA Portugal	Patrocínio de uma viagem de avião com estadia de 3 dias, a Lisboa, com diversas atividades na Capital.	29%	Motivação para os resultados escolares.
Município do Porto e Associação Juvenil ConectArt	Projeto Porto de Partida	2%	Projeto de Intercâmbio Cultural Europeu que proporcionou a um jovem do apartamento de pré-autonomização uma viagem a Zilina, Eslováquia.
	Oficina Corpo Esquisito	19%	Promoção de atividades de artes plásticas e consequente exposição na Associação Juvenil do Distrito do Porto durante o mês de janeiro de 2016.
Federação Portuguesa de Voleibol	Torneio Gira - Vólei	33%	Promover o espírito de grupo e a aquisição de regras e valores sociais e pessoais.
Mundo a Sorrir	Prestação de serviço de Medicina Dentária, mediante as necessidades detetadas	50%	Durante o ano de 2016 foram realizados 21 consultas nesta entidade.
Rumos	Oferta de cursos informáticos	12%	Aquisição de conhecimentos ao nível da informática
Associação de Voluntariado Universitário	Projeto VOU Socorrer	17%	Dotar os jovens de conhecimentos básicos sobre primeiros socorros. Este projeto foi da responsabilidade de Estudantes Universitários da Faculdade de Medicina.
Lipor	Lipor Geração+ Auditoria de Avaliação Inicial do projeto educativo implementado.	100%	Aquisição de certificado Coração Verde.
Águas do Porto	Vigilância a três zonas balneares.	7%	Sensibilização para a educação ambiental.
Fundação "Porto Social"	Missão Férias Porto - Monte Aventura	12%	Ocupação das Férias de Verão das crianças e jovens.
	Bairro do Amor - "The Children Street Store"	14%	As crianças institucionalizadas experienciaram um dia de "compras", numa "Loja" solidária.
Hospital da Prelada	Rastreios Oftalmológicos	24%	Melhoria da qualidade de vida das crianças e jovens.
BPI	Oferta das prendas de Natal a todas as crianças e jovens	100%	Aquisição da capacidade para a partilha e recompensa pelo esforço realizado durante o ano.
Associação dos Antigos Alunos do Colégio Barão de Nova Sintra	Desenvolvimento de diversas atividades durante o ano	24%	Fortalecer os laços e partilhar experiências.
Solinca	Aulas de Natação	24%	Obtenção de hábitos de vida saudáveis

6.7. PROJETOS ESPECIAIS

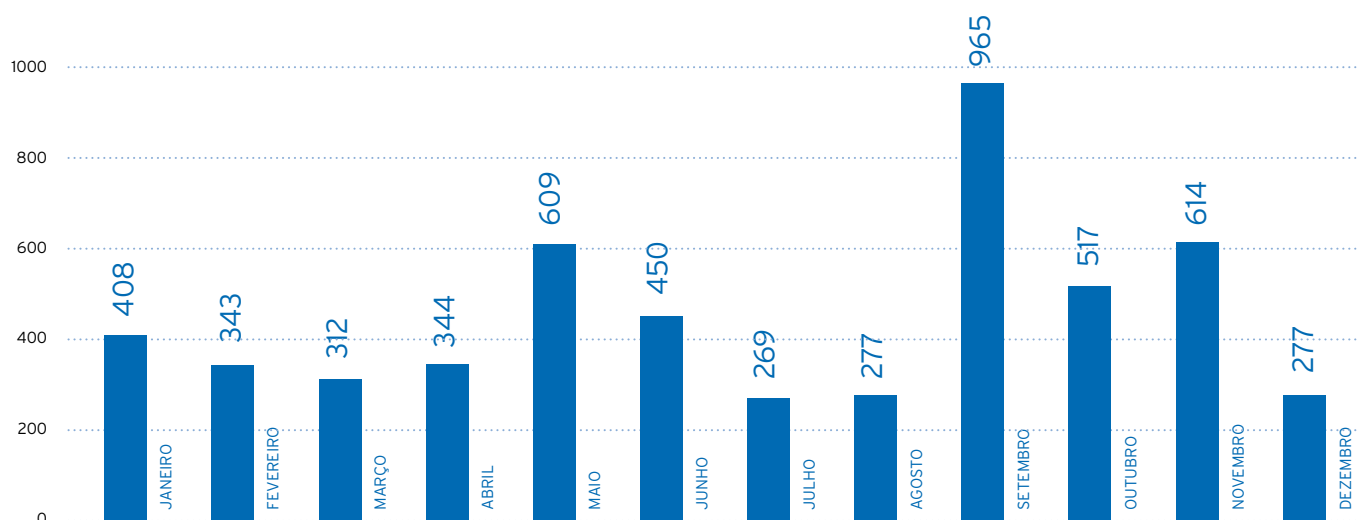
6.7.1. BANCO DO VESTUÁRIO

Em dezembro de 2011 a Santa Casa da Misericórdia do Porto inaugurou o projeto Banco do Vestuário (BdV) com o objetivo de apoiar a Comunidade ao nível de uma das suas necessidades básicas. Foi esta, mais uma forma adotada pela Misericórdia do Porto para adequar a sua ação a novos problemas sociais.

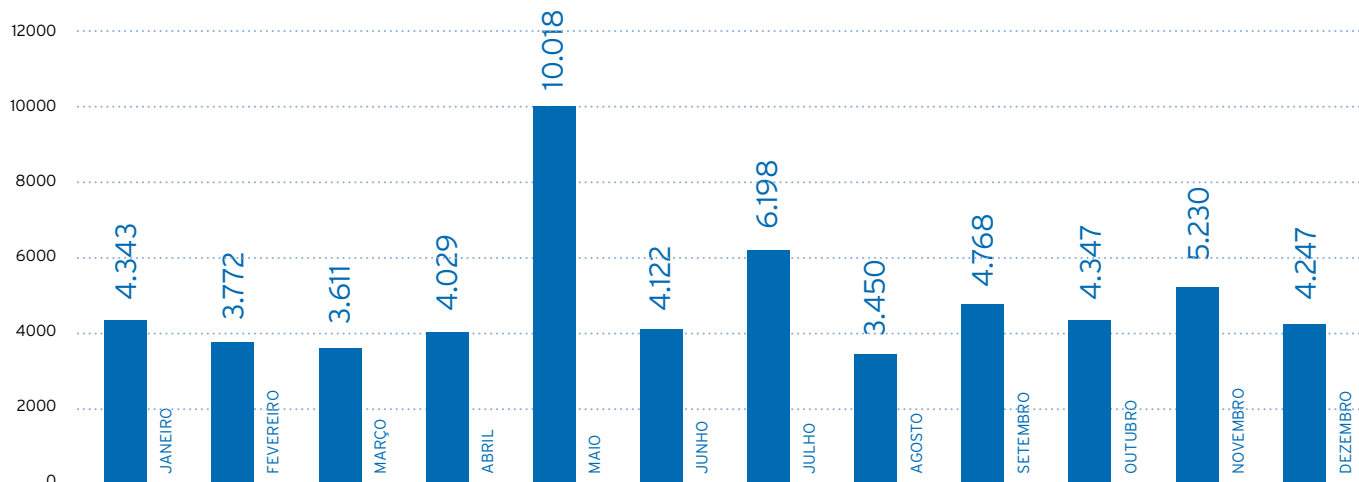
Ao longo de 2016, celebramos novos protocolos para que a missão do BdV continue a ser solução para quem dela precisa.

Indicadores de desenvolvimento do BdV, expressivos da sua abrangência tanto ao nível das parcerias como do número de pessoas apoiadas:

BENEFICIÁRIOS



PEÇAS DE VESTUÁRIO DISTRIBUÍDAS





A nível interno, a maior quantidade de vestuário é distribuída pelas famílias acompanhadas pelo DIS, ao nível do atendimento e inquilinos da SCMP, e das unidades operacionais, são as maiores beneficiárias internas o Centro Hospitalar Conde Ferreira e a Casa de Santo António, que apesar do reduzido número de utilizadoras, existe um sistema de acompanhamento em follow-up, que permite satisfazer algumas das necessidades das ex-utilizadoras e seu agregado familiar.

Num universo de **59 parceiros externos**, destaca-se a Santa Casa da Misericórdia da Maia, as Conferências de S. Vicente de Paulo e a AMI, como intermediários de distribuição para o maior número de artigos de vestuário.

6.7.2. LOJA SOLIDÁRIA

A Loja Solidária, de acordo com o objetivo a que se propôs, continuou durante o ano 2016, a angariação de artigos para venda e distribuição pelas unidades operacionais da área social da SCMP.

Realizaram-se a partir de outubro de 2016, oito iniciativas neste Projeto, com uma faturação de 3.896,00€.

As receitas obtidas com esta iniciativa revertem para novos projetos da área social.

6.8. EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO SOCIAL

Em matéria de empreendedorismo e inovação social, a SCMP manteve a sua postura de liderança, participação e estímulo à criação de novas respostas a problemas sociais negligenciados, de uma forma mais eficaz, mais eficiente e sustentável, beneficiando do acesso direto a populações carenciadas na sua definição de prioridades.

Junto de parceiros e associados desenvolveu um conjunto de iniciativas de promoção e co-promoção de novas respostas sociais, participando e liderando na elaboração e submissão de candidaturas para apoios financeiros diversos.

6.8.1. ELABORAÇÃO E SUBMISSÃO DE CANDIDATURAS

- Candidatura ao Programa Horizonte2020, como Entidade Parceira Associada no projeto MindYou - Visa criar uma plataforma inteligente de coaching pessoal, baseada nas modernas tecnologias de informação e comunicação que cobrem todo o círculo desde a deteção multimodal até medidas preventivas individuais de pessoas idosas;
- Candidatura ao Reference Sites da Comissão Europeia como Entidade Parceira e Membro do Consórcio Porto4Ageing;
- Submissão de Commitments à Comissão Europeia no âmbito do EIP-AHA, Envelhecimento ativo e saudável;
- Candidatura ao Programa Interreg Espanha-Portugal na área da Investigação no âmbito da saúde e nutrição como Entidade Parceira - Projeto Nutriage.
- Candidatura no âmbito do Portugal 2020 na área da Prevenção e combate à Violência Doméstica como Entidade Promotora;
- Candidatura como Entidade Promotora ao BPI Seniores - Projeto Boas Práticas para Idosos.

Projetos em destaque:

- Desenvolvimento do programa SET - Soluções para o Envelhecimento, com um conjunto integrado de solução para a qualificação de vida da população sénior.
- Organização e execução do Seminário - Inovação Social no Envelhecimento, no CHCF, no qual estiveram presentes 160 pessoas;

Estudos de avaliação do Impacto Social desenvolvidos:

- Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins
- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - RLIS

7. SAÚDE

7.1. HOSPITAL DA PRELADA

Aproveitando a celebração do 28º aniversário da sua abertura, o Hospital da Prelada manteve a sua missão enquanto prestador de cuidados de saúde diferenciados, humanizados e de referência, inserido na rede nacional de referência hospitalar, e desenvolveu sempre a sua atividade no cumprimento do interesse público, promovendo a equidade de acesso.

No nosso espírito esteve sempre presente o papel relevante que o Hospital da Prelada representa para a região Norte, numa lógica de complementaridade à atividade desenvolvida pelos Hospitais do setor público e procurando, sempre que solicitado, adicionar serviços que vão de encontro às necessidades das populações representadas pela ARS Norte. É neste espírito que se inseriu a atividade desenvolvida em parceria com o IPO do Porto para o tratamento de doentes em espera para reconstrução mamária pós tratamento oncológico. A permanente consciencialização do nosso papel no SNS leva a que estejamos disponíveis para repetir o programa de doentes do IPO do Porto ou alargar os nossos serviços para responder a outras necessidades da ARS Norte.

No plano interno, assume relevância a aprovação do Plano Estratégico para os anos 2016-2018, onde se refletiu sobre o

financiamento da atividade, a concorrência, o corpo clínico, a eficiência, a valorização hoteleira das instalações e a diversificação de novas áreas de atuação, e onde se definem e se planeiam as atividades que promovam, de uma forma sustentável, o reforço da qualidade, a humanização dos cuidados prestados e a sustentabilidade do Hospital.

No âmbito da valorização hoteleira das instalações e procurando diferenciar o Hospital da Prelada face aos seus congéneres, foi decidido elaborar um Plano Diretor para a Modernização do Hospital da Prelada cujos objetivos a atingir serão melhorias arquitetónicas, designadamente a criação de novas áreas nomeadamente ao nível dos blocos de cirurgia de ambulatório, meios complementares de diagnóstico e terapêutica, a reformulação das áreas de receção e de espera de doentes da consulta externa, bem como a renovação das áreas de internamento.

Ainda durante este ano, o Hospital da Prelada obteve, mais uma vez, o reconhecimento por parte do CHKS - CASP Healthare Knowledge System, da sua qualidade em quarenta áreas e procedimentos. A reacreditação revela bem o empenho do Hospital da Prelada na qualidade dos cuidados prestados e o empenho dos profissionais no cumprimento de todas as normas clínicas e não clínicas.

Evidência do empenho dos profissionais são os relatórios de satisfação dos utentes resultantes dos inquéritos mensais de satisfação, elaborados pelo Gabinete de Auditoria e Qualidade, com declaração de conformidade de uma entidade externa, que demonstram, mais uma vez, um nível de satisfação global (respostas positivas) de cerca de 90%, em todas as especialidades, com a exceção da Medicina Física e Reabilitação, devido ao número de amostras ser muito reduzido e ao facto de se tratar de doentes de longo internamento.



QUADRO RESUMO DOS RESULTADOS DOS INQUÉRITOS DE SATISFAÇÃO DOS UTENTES DO ANO DE 2016
 PERCENTAGEM DE RESPOSTAS POSITIVAS / NEUTRAS / NEGATIVAS

			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Ortopedia	Internamento	P	94%	93%	95%	83%	95%	93%	91%	96%	97%	95%	95%	96,4%
		N	5%	5%	4%	4%	4%	6%	6%	2%	3%	3%	3%	2,3%
		NG	1%	2%	1%	13%	1%	1%	3%	2%	0%	2%	2%	2%
	Ambulatório	P	97,5%	97,7%	96,7%	99,2%	93,9%	97,3%	97%	98,7%	98%	97,2%	99%	97%
		N	2%	1,45%	2,4%	0,7%	2,3%	2,5%	2%	0,6%	2%	2,5%	1%	2%
		NG	0,5%	0,85%	0,9%	0,1%	3,8%	0,2%	1%	0,7%	0%	0,3%	0%	1%
Deptº Cirúrgico	Internamento	P	95%	91%	93%	94%	90%	92%	96%	83%	91%	92%	85%	97%
		N	4%	5%	5%	5%	5%	7%	3%	6%	7%	4%	9%	1,8%
		NG	1%	4%	2%	1%	5%	1%	1%	11%	2%	4%	6%	1,2%
	Ambulatório	P	99%	95%	97%	97%	98%	99%	93%	92%	98%	98%	99,5%	96,3%
		N	0%	3%	2%	3%	1%	1%	3%	5%	1,5%	1,5%	0,25%	2,4%
		NG	1%	2%	1%	0%	1%	0%	4%	3%	0,5%	0,5%	0,25%	1,3%
Med. Física	Internamento	P	75%	88%	32%	58%	60%	71%	53%	64%	82%	55%	82%	-
		N	17%	10%	37%	13%	9%	12%	12%	14%	8%	7%	13%	-
		NG	8%	2%	31%	29%	31%	17%	35%	22%	10%	38%	5%	-
	Ambulatório	P	89%	93%	95%	-	86%	96%	-	-	94%	98%	97%	74%
		N	5%	3%	4%	-	7%	3%	-	-	4%	1%	3%	18%
		NG	6%	4%	1%	-	7%	1%	-	-	2%	1%	0%	8%
C. Externa	Ambulatório	P	87%	95%	92%	96%	94%	95%	96%	95%	95%	94%	87%	93%
		N	10%	4%	7%	3%	2%	3%	4%	3%	4%	2%	9%	5%
		NG	3%	1%	1%	1%	4%	2%	0%	2%	1%	4%	4%	2%
Oftalmologia	Ambulatório	P	97%	98%	95%	97%	98%	98%	99%	95%	99%	93%	96%	95,7%
		N	2%	1%	4%	2%	2%	2%	1%	3%	0,5%	5%	3,5%	4,1%
		NG	1%	1%	1%	1%	0%	0%	0%	2%	0,5%	2%	0,5%	0,2%

Declaração de conformidade emitida por entidade externa (SGS)

POSITIVAS | NEUTRAS | NEGATIVAS

Para além da manutenção preventiva e corretiva de instalações em todos os equipamentos médicos e não médicos, e no âmbito da valorização e atualização de equipamentos médicos, fica, também, marcado pelo investimento. Assim, e a título de exemplo, foram adquiridos um novo ecocardiógrafo, este com o apoio da Fundação EDP, uma torre de laparoscopia de última geração para a especialidade de Urologia, um equipamento de ondas de choque para a especialidade de medicina física e reabilitação, bem como material para o ginásio, macas de banho de doentes, etc.

No final do ano, a SCMP celebrou um acordo com a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, o que permitiu a aquisição de diverso equipamento, instrumental e material médico e cirúrgico que foi de imediato integrado no inventário do Hospital da Prelada, suprimindo algumas necessidades.

7.1.1. PRODUÇÃO HOSPITALAR

No quadro seguinte apresenta-se o resumo dos resultados obtidos ressalvando que ainda poderão ocorrer ligeiros ajustamentos à produção, mas que não têm influência no global.

Cumpra realçar o aumento de 7% das primeiras consultas, o aumento de 3% nas consultas subsequentes, de 27% nos GDHs médicos, e 13% nos GDHs cirúrgicos.

Ao nível da execução do contrato programa realça-se o cumprimento total ao nível dos GDH cirúrgicos de internamento e diárias de MFR e o cumprimento acima dos 95% na consulta externa.

A produção não SNS apresentou um significativo crescimento em consulta externa e um ligeiro crescimento na atividade cirúrgica. É objetivo do Hospital da Prelada que esta produção cresça, aumentando o seu peso na faturação global, através da oferta de novos serviços e pelo estabelecimento de acordos com entidades seguradoras e socioprofissionais.

Produção NÃO SNS	2015	2016	Δ % 2015
Consulta Externa	2.516	3.481	38%
Cirurgias	667	682	2%
Diárias de MFR	4.823	4.929	2%

Produção NÃO SNS	2015	2016	Δ % 2015	Taxa Execução do CP 2016
Primeiras Consultas	27.572	29.389	7%	96%
Cirurgia Geral	2.111	2.283	8%	95%
Cirurgia Plástica	4.296	4.489	4%	89%
MFR	4.483	4.684	4%	98%
Ortopedia	10.191	11.285	11%	107%
Urologia	1.254	1.397	11%	81%
Oftomologia	5.237	5.251	0%	90%
Consultas Subsequentes	58.000	59.478	3%	99%
Cirurgia Geral	3.339	3.730	12%	110%
Cirurgia Plástica	13.483	14.255	6%	110%
MFR	5.776	5.191	-10%	86%
Ortopedia	16.586	17.183	4%	100%
Urologia	4.197	4.543	8%	105%
Medicina Interna	9.933	9.418	-5%	89%
Oftomologia	3.969	4.493	13%	102%
Psiquiatria	717	665	-7%	116%
GDH Médico	276	351	27%	70%
Cirurgia Geral	80	99	24%	115%
Cirurgia Plástica	60	65	8%	51%
Ortopedia	90	130	44%	81%
Urologia	45	57	27%	81%
Dermatologia		0		
GDH Cirúrgicos	4.447	5.010	13%	101%
Cirurgia Geral	456	567	24%	93%
Cirurgia Plástica	1.506	1.864	24%	107%
Ortopedia	2.237	2.294	3%	95%
Urologia	248	285	15%	148%
Diárias de MFR	6.000	6.326	5%	108%
GDH Cirúrgicos	5.706	5.328	-7%	89%
Cirurgia Geral	486	394	-19%	81%
Cirurgia Plástica	1.243	953	-23%	57%
Ortopedia	1.687	1.532	-9%	108%
Urologia	125	74	-41%	59%
Oftomologia	2.1968	2.376	10%	103%

Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

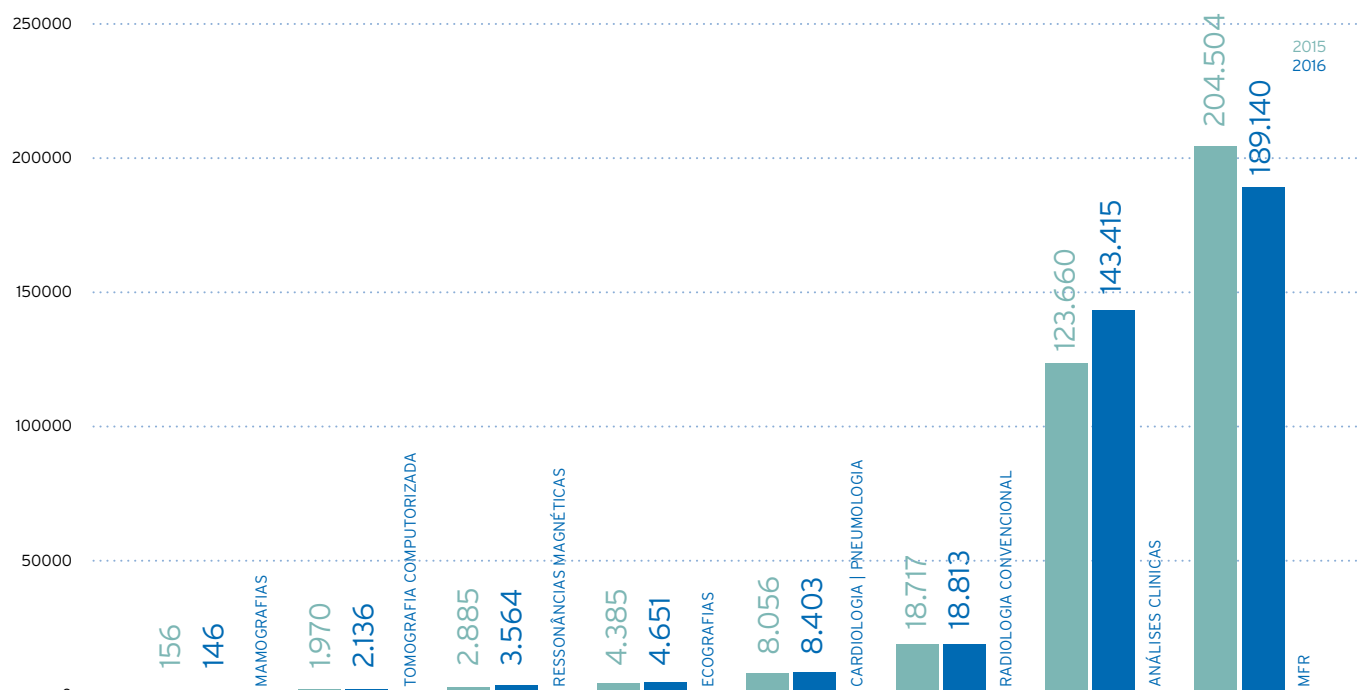
No que aos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica diz respeito, também aqui se verifica uma acentuada valorização da atividade desenvolvida, nomeadamente na área de gastroenterologia, em que, pela primeira vez e ao abrigo de nova Convenção de Gastroenterologia com o SNS, o Hospital da Prelada desenvolveu setecentos e sessenta e nove exames.

Exames de Gastroenterologia

	2015		2016	
	SNS	Outras EFR	Convenção SNS	Outras EFR
Colonoscopia	112	4	460	44
Endoscopia	253	5	309	192

Em linha com o crescimento da atividade realizada, a realização de MCDT das áreas de imagiologia, análises clínicas, cardiologia e MFR registaram, também, em 2016, um crescimento quando comparado com 2015.

MCDT 2015 VS 2016



7.1.2. RECURSOS HUMANOS

A paulatina política de substituição de médicos aposentados tem decorrido de forma estável, tendo sido admitidos no ano dois jovens médicos/cirurgiões, um para a área da Cirurgia Geral e um para a Cirurgia Plástica.

No âmbito da formação profissional e participação em eventos científicos, o corpo clínico, o de enfermagem e técnicos estiveram presentes em vários eventos científicos e congressos, tendo o corpo clínico obtido, para o efeito, dispensa de setecentos e trinta e cinco horas, o sector de enfermagem dispensa de duzentos e trinta e oito horas, os técnicos cinquenta e seis horas e os terapeutas cinquenta e seis horas.

No âmbito do protocolo com o SNS em Internato Médico de Medicina Física e Reabilitação, foram quatro os médicos que desenvolveram a sua atividade no hospital, e um, de acordo com o protocolo com a Guarda Nacional Republicana.

Grupo Profissional	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal Dirigente	3	2
Médicos a)	39	39
Enfermeiros	170	166
TDT e Ajudantes Tec fisioterapia	30	27
Tec e Tec Superiores	11	10
Administrativos b)	71	70
Pessoal Auxiliar	129	119
Operários c)	22	18
Capelão	0	0
TOTAL	475	451

7.2. CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE

O Centro de Reabilitação do Norte - Dr. Ferreira Alves (CRN), é gerido pela Santa Casa da Misericórdia do Porto desde 13 de dezembro de 2013 e tem como missão completar a oferta de cuidados e contribuir para a elevação dos padrões de saúde da região Norte. A sua atividade constitui uma prioridade, permitindo ampliar e melhorar o acesso aos serviços de saúde, racionalizar a utilização dos recursos materiais e humanos existentes e aumentar a eficácia e eficiência do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O ano de 2016 evidencia o impacto positivo da operação através da criação de valor para os doentes e para o SNS confirmando o CRN, como unidade incontornável no âmbito da Rede Nacional de Medicina Física e Reabilitação do Serviço Nacional de Saúde.



Uma vez mais, a SCMP, no espírito de cooperação com o SNS que a caracteriza, contribui para o fortalecimento do SNS com níveis de eficiência elevados.

O Centro é, hoje, uma realidade com elevado impacto com um modelo de gestão eficiente e que garante a mitigação dos riscos do Estado Português com a sua operação.

Para além da atividade normal diferenciou a sua oferta pela apresentação de respostas inovadoras com valor acrescentado para os doentes e para o SNS, das quais se destacam:

- Operacionalização do projeto Serviço de Apoio à Reintegração Familiar (SARF) e consultadoria junto dos ACES, de acordo com a proposta aprovada pelo Conselho Diretivo (CD) da Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN);
- Implementação do Sector de Reabilitação Cardiorrespiratória - identificação da inovação da resposta e do valor acrescentado na prevenção, tratamento e reabilitação dos doentes.
- Projeção da terceira via de acesso ao CRN;
- Projeção das residências de apoio aos familiares dos doentes internados no CRN.

Por outro lado, considerando a afirmação do CRN no contexto social em que se insere e a imperiosa necessidade de desenvolvimento técnico e científico foram celebrados protocolos e iniciativas científicas das quais se destacam:

- ARSN - Apoio domiciliário de doentes após a alta e da área dos ACES Gaia e Espinho/Gaia;
- CRN/IPP-ESTSP/CRPG - Pós-graduação (PG) em Reabilitação Neurológica na Lesão Encefálica Adquirida;
- Caetano Baviera (Projeto SARF).
- Publicação da primeira Revista Científica da SCMP - A Esculápio.
- Realização das I Jornadas da Disfagia;
- Realização das I Jornadas de Reabilitação Cardiorrespiratória;
- Realização da I Reunião da Secção de Reabilitação Pediátrica da SPMFR;
- Realização das I Jornadas Desporto Adaptado para a Deficiência Adquirida.
- Envolvimento dos profissionais do CRN em 14 projetos de investigação para obtenção de ganhos na área da MFR e da Instituição.
- Efetuadas 15 publicações e 85 comunicações/trabalhos através de todos os grupos profissionais de saúde.
- Participação em 227 sessões de congressos, simpósios, jornadas e cursos nacionais e internacionais.
- Foram criados grupos de trabalho que colaboraram com organismos públicos, em áreas diferentes, designadamente:
 - Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e Referência de MFR/Ministério da Saúde;
 - Estruturação da reabilitação nos cuidados de saúde primários - ACSS/SPMFR;
 - Prática Clínica e Investigação dos Centros de Reabilitação -SPMS/Centros de Reabilitação Nacionais.
- No âmbito das formações e do Desporto Adaptado do CRN, realizou-se, em março, uma ação de formação sobre

“Desporto Adaptado na Deficiência Adquirida”, promovida pela Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência.

Ainda nas atividades subsidiárias à prestação de cuidados cumpre realçar que as políticas da qualidade e ambiente foram sendo em linha com o previsto no Acordo de Gestão.

Na sequência da 1ª reunião de acompanhamento, realizada em abril/2016, pela auditoria externa, ao processo de certificação de Sistemas de Gestão de Qualidade, o CRN viu confirmada a Manutenção da Certificação, de acordo com os requisitos da norma ISO 9001:2008. Do mesmo modo, no âmbito da 1ª reunião de acompanhamento, realizada em dezembro/2016, o CRN mantém a Certificação, de acordo com os requisitos da norma ISO 14001:2012.

Ainda no âmbito das obrigações decorrentes do Acordo de Gestão o CRN procedeu à aplicação de inquéritos de satisfação aos doentes. Numa escala de 1 a 10, o índice de satisfação na consulta externa foi de 9,1 e no internamento de 9,2.

7.2.1. ATIVIDADE ASSISTENCIAL

Ao nível da atividade da consulta externa, verificou-se, em 2016, um aumento dos pedidos de consulta de 60% face ao ano transato. A referenciação pelos ACES totalizou 1.848 pedidos representando um crescimento de 38% relativamente ao período homólogo.

O tempo de espera médio para consulta foi de 27 dias, representando uma redução de 13% face a 2015.

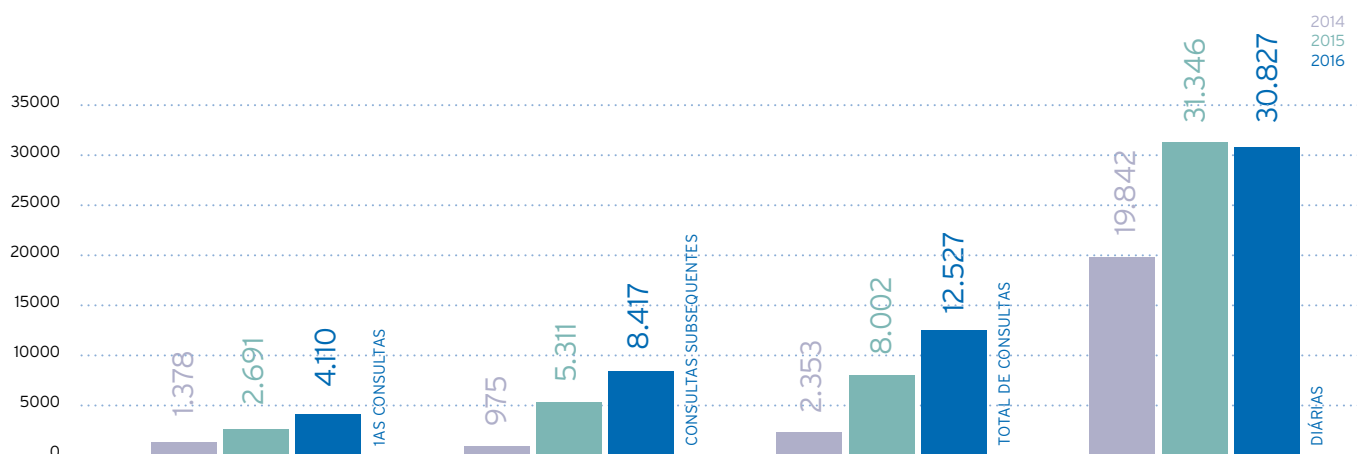
O tempo de espera da referenciação proveniente dos ACES fixou-se em 27 dias.

Em 2016, em termos absolutos, realizaram-se mais 4.758 consultas, face a 2015, representando um acréscimo de 61%, tendo ao nível do internamento, registou-se um aumento de 168 propostas, representando um acréscimo de 52%.

No que diz respeito à atividade inerente ao Acordo de Gestão com o SNS, o CRN cumpriu com todos os objetivos a que se propôs conforme tabela seguinte:

	Realizado 2014	Realizado 2015	Meta 2016	Realizado 2016
1. Desempenho no internamento				
1.a) Demora média no internamento	53,0	50,4	55,0	46,0
1.b) Taxa de cancelamento de internamento programado	0%	0%	1,6%	0%
1.c) Taxa de reinternamento	0%	0%	1,6%	0,0%
2. Desempenho na Consulta Externa				
2.a) Taxa de cancelamento de consultas externas cujo valor anual fixado não pode ser > 2%,	0%	0%	1,6%	0,0%
2.b) Rácio de primeiras consultas/subsequentes	1,6	0,5	0,5	0,5

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO 2014/2016



7.2.2. RECURSOS HUMANOS

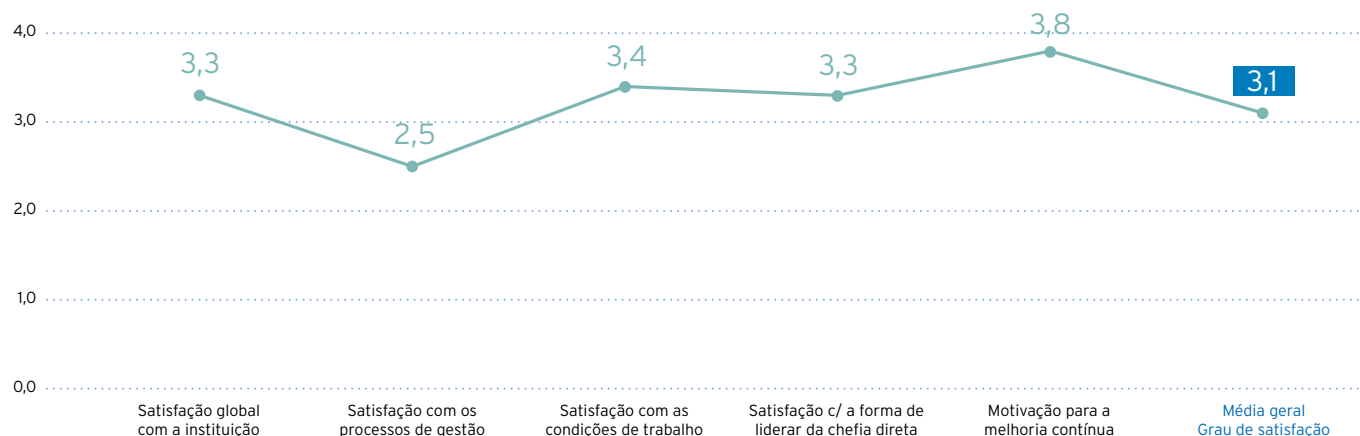
A estrutura de Recursos Humanos manteve-se estável de 2015 para 2016, estando dotada dos meios necessários para a boa execução do Acordo de Gestão.

Categorias Profissionais	2014	2015	2016	Δ ABS
Administrador	1	1	1	0
Diretor Clínico	1	1	1	0
Médico	14	13	15	2
Enfermeiro	55	61	57	-4
Técnicos Diag. E Terap.	35	38	40	2
Técnicos Superiores	6	9	10	1
Outros Técnicos	8	9	6	-3
Administrativo	15	11	12	1
Auxiliar	60	63	66	3
Operário	8	7	7	0
Armazém	1	1	1	0
Capelão	1	1	1	0
TOTAL	205	215	217	2

Cumpra realçar que, de acordo com o Acordo de Gestão, a SCMP enquanto entidade gestora do contrato é obrigada a realizar inquéritos de satisfação aos colaboradores que, mais uma vez, cumpriu.

O gráfico seguinte resume os resultados obtidos destacando-se a obtenção de um grau de satisfação de 3,1 pontos.

MÉDIA DA SATISFAÇÃO GLOBAL



- Ao nível do Internato Médico destaca-se a atribuição do 1º lugar, a nível nacional, na escolha de internos, a qual ocorreu em março e junho. Foram admitidos 2 internos da Especialidade, cujo internato decorrerá até 2020.
- Realizaram-se estágios parcelares a 15 internos da especialidade de MFR e realizados exames da Especialidade MFR relativos à época Fevereiro/abril.
- O número de colaboradores envolvidos em ações de formação totalizou 215, perfazendo um volume total de formação de 1 813 Horas. Destas, 1 505 Horas foram desenvolvidas internamente (sendo que a SCMP é

uma entidade formadoras certificada pela DGERT) e as restantes 308 Horas foram promovidas por entidades externas.

- Realizaram-se, ainda, um total de 54 estágios curriculares, provenientes de diversas entidades formadoras e áreas de formação, e dois estágios profissionais.

Em conclusão, podemos afirmar que o CRN mais uma vez cumpriu com os objetivos a que se propôs no início do ano com especial destaque para o cumprimento dos objetivos fixados pela ARS em sede de Acordo de Gestão.

7.3. CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA

O ano de 2016 decorreu repleto de novos desafios, proposta de uma unidade de saúde em constante mudança como atesta:

- a realização de investimentos estruturais, na recuperação da enfermaria A10, e conjunturais, no alargamento das enfermarias A3 e A6, bem como na reinstalação da Consulta Externa;
- o aumento do número de doentes/utentes/clientes (+ 30);
- os resultados ligeiramente negativos, vistos segundo o EBITDA direto da operação, são reflexo de os gastos operacionais

terem aumentado em 17% no CMVMC - custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, e 11% nos FSE - fornecimentos e serviços externos;

- e o acréscimo em 9% das Vendas e Serviços Prestados, acima dos 330 000,00€ com o conseqüente acréscimo, ligeiro de 1%, com os Custos com Pessoal, são igualmente factos a reter.

7.3.1. ATIVIDADE GERAL

Nas tabelas seguintes apresenta-se, a evolução, no período de 2014 a 2016, dos doentes e dos recursos humanos do Centro Hospitalar Conde Ferreira (CHCF).

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOENTES

Enfermarias	2014 (31 dezembro)	2015 (31 dezembro)	2016 (31 dezembro)
TOTAL	310	310	340

QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES

Recursos Humanos	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016
Pessoal Dirigente	1	2	1
Médicos	7	6	6
Enfermeiros	62	55	61
TDT	6	6	7
Téc. Prof.; Téc. e Téc. Superiores	13	9	14
Administrativos	11	7	8
Pessoal Auxiliar	95	92	98
Operários	5	6	6
Capelão	1	1	1
TOTAL	201	184	202

7.3.2. ATIVIDADE CLÍNICA

7.3.2.1. ATIVIDADE GERAL

- Inauguração, no âmbito do 133º aniversário do CHCF, a 24 de março, de um novo espaço para consulta externa.
- Criação de 4 quartos com 8 camas, nas antigas instalações da Consulta Externa.
- Reorganização das enfermarias e respetiva adequação das equipas: Médicos, Enfermeiros e Auxiliares da Ação Médica (AAM).
- Realização de ações de formação, promovidas pela Comissão de Infecção em colaboração com a ARS - Norte, direcionadas a todas as categorias profissionais.
- Promoção de estágios práticos, para alunos finalistas da Faculdade de Medicina do Porto, desde setembro de 2016, ao abrigo do Protocolo assinado entre a SCMP e a FMUP.

- Instituição afiliada da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

7.3.2.2. CONSULTA EXTERNA

- Implementação do serviço de envio de SMS para alerta de consulta a utentes externos do CHCF. Encontra-se em funcionamento desde outubro com resultados notórios na diminuição do número de faltas às consultas.
- Manutenção do serviço de Consultas de Apoio Solidário a utentes que preencham os critérios pré-definidos;
- Continuação da realização de consultas de Psiquiatria, no Hospital da Prelada (HP) e no Centro de Reabilitação do Norte (CRN), por dois médicos destacados dos Serviços Clínicos do CHCF;
- Manutenção do apoio aos ERPI'S e ao CAS/ D. Manuel Martins por uma Psicóloga.

QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSULTAS DE PSIQUIATRIA E PSICOLOGIA

CONSULTAS	2014	2015	2016	Δ 2016/2015	Δ%
PSIQUIATRIA	1852	2055	1808	-197	-9,8%
PSICOLOGIA	192	347	497	+150	+43,23%

7.3.3. SERVIÇO DE ENFERMAGEM

A atividade do Serviço de Enfermagem foi muito exigente pelas diversas vicissitudes inerentes: ao aumento do número de doentes/utentes/clientes, ao acréscimo de espaços físicos, e ainda, à urgente necessidade de reafecção da população e de meios existentes.

Ao nível da prestação de serviços, e tendo em vista a melhoria da qualidade dos mesmos, os meios disponíveis foram reforçados com material hoteleiro, palamenta, material técnico de enfermagem, material de consumo clínico e fardamento para os profissionais.

O aumento do número de camas decorreu de acordo com o que se apresenta na tabela seguinte.

QUADRO 4 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CAMAS

Lotação das Enfermarias

2015	2016	Δ%
326	372	14,11%

O aumento do número de Enfermeiros (8%) e de AAM (10%) está diretamente relacionado com: o acréscimo do número de doentes/utentes/clientes, a progressão da idade destes, doentes cada vez mais dependentes e com novas patologias, assim como, doentes com necessidade de medidas de isolamento de contacto.

O número de serviços externos diretos prestados aos doentes ao longo do ano, como por exemplo, deslocação a consultas de especialidade e urgências ou exames médicos, implicou o acompanhamento por um ou mais AAM por serviço, o que retirou, ao mesmo tempo, os operacionais das enfermarias (há saídas que podem demorar várias horas). Estas saídas ao exterior atingiram o número record de 1405, num total de mais de 3000 horas, com os respetivos custos associados.



7.3.4. CENTRO DE DIA DE ALZHEIMER S.JOÃO DE DEUS

O Centro de Dia de Alzheimer está a laborar na sua capacidade máxima, 30 utentes, dos quais 26, ao abrigo do Protocolo com a Segurança Social, assinado no final do ano de 2014.

7.3.5. SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

As atividades desenvolvidas pela equipa dos Serviços Farmacêuticos tiveram como principais objetivos: a racionalização do custo com medicamentos, assegurando uma relação custo/

benefício cada vez mais favorável, garantir e melhorar a qualidade dos cuidados farmacêuticos com a implementação de procedimentos no âmbito da gestão de risco de medicamentos e adoção de estratégias conducentes a uma maior eficácia, eficiência e qualidade dos serviços prestados.

Dando continuidade ao Protocolo com a Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto, proporcionaram-se dois estágios, num total de 366 horas.

Pela sua relevância apresentam-se, na tabela seguinte, os principais indicadores da atividade desenvolvida.

QUADRO 5 - INDICADORES DE ATIVIDADE DOS SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Medicamentos & MCC	2014	2015 (a)	2016	Δ 2016/2015	Δ% 2016 vs 2015
Nº de dias internamento (NDI)	106 235	102 108	111 960 (*)	9 852	9,65%
Qt. Med. Distribuídos	1 203 020	1 175 825	1 310 433	134 605	11,45%
Valor consumo medicamentos	243 690 €	236 193€	277 786 €	41 593 €	17,61%
Custo med./NDI	2,29 €	2,31 €	2,48 €	0,17 €	7,26 %
Custo ,med./Utente/mês	68,82€	69,40 €	74,43 €	5,04 €	7,26 %
Qt. MCC distribuído	605 695	561 770	766 308	204 538	36,41 %
Valor consumo MCC	25 144	21 338 €	24 552 €	3 214 €	15,06 %
Custo MCC/NDI	0,24 €	0,21 €	0,22 €	0,01 €	4,94 %
Custo MCC/utente/mês	7,10 € €	6,27 €	6,58 €	0,31 €	4,94 %
(Med.+MCC)/utente/mês	75,92 €	75,66 €	81,01 €	5,35 €	7 %

Med - Medicamentos, MCC - Material de Consumo Clínico, (*) - Valor estimado, (a) - Valores atualizados, Valores c/ IVA inc.

A variação constatada nos consumos de 2016, face ao mesmo período de 2015, está diretamente relacionada com: aumento do número de utentes - Protocolo CHP e com a abertura da ala de doentes com mediadas de isolamento de contacto.

7.3.6. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PATRIMÓNIO

As principais obras realizadas foram as seguintes:

- Conclusão das obras das instalações da Consulta Externa;
- Instalação da interligação dos aparelhos elevadores, com as centrais de deteção automática de incêndios;
- Realização de obras de conservação no piso 1, do edifício A6, para aumentar a capacidade de camas para internamento;
- Fornecimento e montagem de uma cobertura no jardim do piso 0, do edifício A8;
- Fornecimento e montagem de um grupo hidropneumático para pressurização do abastecimento de água potável ao C.H.C.F;
- Limpeza e poda de cerca de 100 árvores, no parque do C.H.C.F;
- Limpeza e beneficiação de todas as áreas ajardinadas;
- Foi iniciada a obra de beneficiação e remodelação do edifício A10.

- Transporte diário dos resíduos sólidos, limpeza das áreas exteriores comuns.

Acrescem as atividades diárias que foram levadas a cabo através de intervenções com custos controlados, sempre com o objetivo de que nada impeça o normal funcionamento da operação principal e dos serviços em geral, em número substancial, mais de 550 intervenções, também com o claro propósito de sermos eficientes e redutores de custos.

7.3.7. AÇÕES DO ÂMBITO GERAL

- Operacionalização da implementação do Protocolo de Colaboração entre a SCMP e o CHP/Hospital de Santo António, tendo envolvido 85 doentes, sendo que no final do ano estão internados no CHCF 24 doentes;
- No que diz respeito ao Protocolo de Alojamento Social de Emergência, registou-se um movimento de 37 utentes, sendo que, no final do ano, se encontravam alojados 11 utentes.

8. DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – QUINTA D’ALVA

8.1. INTRODUÇÃO

No presente contexto económico a produção competitiva, a qualidade dos produtos e as exigências legais levaram ao abandono das tradicionais formas de exploração das propriedades agrícolas. Surgiu a necessidade de mudança de estratégia, passando as propriedades agrícolas a ser exploradas de forma empresarial, garantindo padrões de qualidade e produtividade.

O atual desafio é conhecer a realidade em que nos inserimos como: mercado, recursos humanos, alternativas financeiras, apoios agrícolas e candidaturas a fundos comunitários. A estratégia a seguir deve integrar as principais metas, políticas e sequência de ações que a empresa deve seguir, de forma a alcançar os objetivos ou resultados da empresa.

O objetivo principal, nos últimos anos, fundamentou-se da seguinte forma: **Repensar a Quinta D’Álva segundo a implementação do planeamento estratégico como forma de rentabilização.**

Com o intuito de alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Tornar a Quinta D’Álva uma propriedade agrícola competitiva em termos qualitativos e produtivos;
- Aumentar a área agrícola através da recuperação de olivais abandonados e plantação de novas áreas agrícolas com amendoal e fruteiras;
- Simplificação de trabalhos;
- Evitar desperdícios;
- Melhorar a capacidade funcional do sistema de rega e máquinas agrícolas;
- Redução dos custos de manutenção;
- Criação de novas fontes de receita.

Atendendo que a orografia do Douro não permite a exploração, segundo o sistema super-intensivo, onde são empregues inúmeros fatores de produção, mas com resultados superiores, deste modo a forma de obter resultados satisfatórios e com alguma expressividade é o sistema de exploração intensiva, o que foi tido em conta nas novas plantações da Quinta D’Álva.

Como resultado, em 2016 foi ainda possível a criação de viveiros de pessegueiros pois depois das plantações realizadas ainda possuímos aproximadamente 800 que serviram para colmatar falhas dos primeiros e plantação de novas áreas e magnórios com variedades selecionadas.

Ao nível do olival estamos a trabalhar no sentido de encurtar o número de anos em que as plantas não são podadas, atendendo que o mesmo se encontra bastante envelhecido.

No que diz respeito à rega do olival iniciaram-se trabalhos que irão permitir reduzir os custos de rega e maior eficiência.

Ao nível da vinha iniciamos o processo de colmatação de falhas e trabalhos que irão possibilitar regar nos períodos mais críticos.

De um modo global, o ano mostrou-se como um ano de muita mudança que culminou com a execução de muitas das propostas delineadas no plano estratégico de modo a termos respostas e soluções para um futuro mais otimista.



9. ENSINO ESPECIAL

CENTRO INTEGRADO DE APOIO À DEFICIÊNCIA

O Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD) foi alvo, no período compreendido entre 2013 a 2016, de uma reestruturação profunda do modus operandi institucional, que correspondeu a uma modernização do entendimento que a Misericórdia do Porto efetuou da sua intervenção na área da deficiência e incapacidade. Como resultado, podemos afirmar, hoje, que, apesar das dificuldades e constrangimentos inerentes dos contextos macrosociais, a Misericórdia do Porto redefiniu e otimizou o seu paradigma de intervenção institucional na área da deficiência. 2016 foi, neste contexto, um ano de consolidação deste novo modelo, tendo havido o reconhecimento deste esforço com a recertificação EQUASS Assurance.

Como qualquer trabalho institucional, no entanto, encontramos-nos perante um objeto permanentemente inacabado. Uma reestruturação de banda larga como a que foi (e é) vivenciada no CIAD implica que saibamos reconhecer, numa lógica de melhoria contínua, as fragilidades do sistema. Ao mesmo tempo que se tentou consolidar o trabalho nas valências de CAO, Lar Residencial e Imprensa Braille, foi feito um investimento particular nas respostas que apresentam uma maior fragilidade (resultante das alterações que viveram nos últimos anos), concretamente na Escola Especial e na Formação Profissional.

Apesar de alguns constrangimentos, inevitáveis em qualquer instituição, avaliamos o desempenho do CIAD como particularmente positivo e alinhado com as políticas macros da Misericórdia do Porto. Acreditamos estar num caminho particularmente frutuoso e interessante, onde colocamos as necessidades daqueles para os quais trabalhamos em primeiro lugar.

Qualidade dos serviços

- Recertificação EQUASS Assurance, evidência do compromisso com a Qualidade;
- Colaboração com a Provedoria Municipal do Cidadão com Deficiência no projeto de “Vida Independente”;
- Criação de área própria no CIAD para o desenvolvimento e gestão da Formação Profissional;
- Alargamento do espaço de Lar Residencial, criação de ala feminina e ala masculina;
- Reforço da qualidade e capacidade de resposta do CPAC pela aquisição de novos equipamentos;

- Publicação da revista Enigma em formato de dupla leitura, aumentando o seu potencial de inclusão;
- Publicação periódica das revistas Visão e Visão Jr em Braille;
- Disponibilização e envio de publicações em Braille para 36 países em 4 Continentes;
- Parceria com o Marcolino Relojoeiro visando a promoção, financiamento e acompanhamento de atividades radicais com clientes de CAO e LaR;
- Parceria com a Tapeçaria Ferreira de Sá para reforço da Oficina de Tecelagem e Lavoros com oferta de teares e lãs;
- Parceria com a ANDDI na Natação Adaptada de competição para clientes de CAO e participação de vários clientes em competições nacionais;
- Participação de clientes de LaR na Colónia de Férias inclusiva em Macedo de Cavaleiro (Praia do Azibo), estadia na Quinta de Barca d`Alva e deslocação a Sevilha (Isla Mágica)
- Reforço da equipa técnica e de cuidadores;

Sustentabilidade Financeira

- Aprovação pelo POISE de projeto de Formação Profissional para o período de 2016-2018, com um valor proposto de 1.8M€, para a realização de 7 cursos e 9 turmas;
- Qualificação de espaços internos e externos do CIAD e CPAC, como espaço pedagógico da Formação Profissional;
- Qualificação da Carpintaria do CHCF como espaço pedagógico da Formação Profissional
- Dinamização da III Caminhada pela Inclusão, a qual se distinguiu por ser noturna e concluiu com uma visita à Torre dos Clérigos;
- Realização de protocolos com a Águas do Porto e Fundação Calouste Gulbenkian para financiamento de publicações periódicas em Braille;
- Parceria com o Marcolino Relojoeiro para financiamento de atividades radicais para clientes de CAO e LaR;
- Aprovação pela Segurança Social do alargamento da capacidade do Lar Residencial, de 24 para 30 clientes;
- Acolhimentos temporários de clientes de CAO para descanso de familiares;

Institucional

- Representação no Fórum Políticas Sociais: Área temática Incapacidade e Deficiência, organizado pelo PSD;
- Início do trabalho de produção do Boletim de Voto Universal, decorrente de solicitação do Governo de Portugal;

- Parceria com a instituição francesa “IRTS Champagne-Ardenne” no âmbito de projeto Erasmus+;
- Representação no Congresso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Colaboração com a Escola Superior de Educação, na docência em cursos TeSP;
- Coorganização do V Congresso Ibérico de Educação Especial, com envolvimento de colaboradores e formandos;
- Promoção da SCMP-CIAD junto dos Media, quer através de reportagens (CPAC), quer pela participação de clientes em programas televisivos (CAO e FP);

Inovação

- Parceria com a ANDDI na **Natação Adaptada** de competição para clientes de CAO e participação de vários clientes em competições nacionais;
- Parceria com a Fundação José Rodrigues para iniciativa inserida na **“Semana das Camélias”**, que consistiu numa exposição conjunta na Fábrica Social de trabalhos de clientes do CIAD, interpretações de vários desenhos do artista José Rodrigues, e poemas de António Oliveira, transcritos pelo CPAC em Braille, tendo sempre como pano de fundo as camélias;
- **Concurso Escrita Criativa**, projeto dinamizado na totalidade pelos formandos do curso de Operador/a Gráfico/a de Braille organizaram um Concurso de Escrita Criativa, desde

a elaboração do regulamento à avaliação dos textos a concurso. O texto vencedor foi publicado nas revistas Poliedro e Rosa dos Ventos (em novembro de 2016), sendo o prémio a assinatura anual para 2017 da Revista de Passatempos Enigma;

- **“Hora do Conto Inclusiva: O caçador de sonhos”**, no qual um grupo de formandos do curso de Operador/a Gráfico/a de Braille dinamizou um conto inclusivo, numa iniciativa inserida nos formandos do curso de Operador/a Gráfico/a de Braille da Feira do Livro do Porto.
- **“Dramatização do conto - A Aldeia da Gente Pequena”**, no qual um grupo de formandos dos cursos de Atividades da Vida Hoteleira e Operador/a de Jardinagem dramatizaram e musicaram o conto, que foi apresentado no CIAD e nas três Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas da SCMP, reforçando quer a relação intra-institucional, quer as relações inter-geracionais.
- **“Presépio das Flores na Igreja Privativa da Misericórdia do Porto”**, no qual colaboradores e clientes se envolveram ativamente na conceção, desenvolvimento, construção e montagem do Presépio, em exposição, de Novembro de 2016 a Janeiro de 2017, na Igreja Privativa da SCMP.
Neste projeto, colaboraram também, outras instituições da SCMP, nomeadamente, o Centro Hospitalar Conde Ferreira e as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas.



PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADOS

	Meta	Realizado	Taxa Execução	Status
Total de clientes	≥ 200	181	90,5%	≈
Total de Colaboradores	88	800	100%	≈
Taxa de execução das atividades do Plano Individual (PI)	≥ 90%	--	89%	≈
Grau de cumprimento dos objetivos do PI	≥ 85%	--	89%	≈
Taxa de sucesso do PI (grau de concretização de objetivos ≥ 85%)	≥ 80%	--	78,1%	≈
Taxa Global de Satisfação	≥ 85%	--	95%	↑
Taxa de Satisfação colaboradores	≥ 85%	--	86,5%	≈
Taxa de Satisfação clientes	≥ 85%	--	97,7%	↑
Taxa de Satisfação famílias/ significativos	≥ 85%	--	98,3%	↑
Taxa de Satisfação de Stakeholders	≥ 85%	--	97,5%	↑
Tipologias de ações de responsabilidades social	≥ 7	6	85,7%	↓
Total de parcerias	≥ 50	92	184%	↑
Parceiros	≥ 40	62	155%	↑
Clientes envolvidos nas parcerias (total de oportunidades de participação - CIAD e comunidade)	≥ 2000	3468	173%	↑
Clientes envolvidos nas parcerias (oportunidades de participação na comunidade)	≥ 500	1310	262%	↑
Taxa de clientes envolvidos nas parcerias	100%	--	100%	
Total de Sugestões	≥ 4	5	125%	↑
Ações de corretivas/ melhoria	≥ 4	5	125%	↑
Projetos de Inovação	≥ 2	6	300%	↑
Taxa de execução do Plano de Atividades	100%	--	125%	↑
Taxa de sucesso do Plano de Atividades	≥ 80%	--	76%	≈



10. EDUCAÇÃO – COLÉGIO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

Dada a especificidade deste estabelecimento, este relatório abrange oito meses do ano letivo 2015/2016 e quatro meses do ano letivo 2016/2017.

De um ponto de vista global, destaca-se o cumprimento de dois objetivos propostos no Plano de Atividades:

- o acréscimo global de alunos do Colégio, com um saldo final de mais 41 discentes, correspondente a cerca de 6,6% de incremento;
- a gestão rigorosa dos meios disponibilizados para esta missão.

10.1. ÁREAS / SETORES

O Colégio opera nas áreas da Educação e do Ensino, dividindo-se a sua intervenção por toda a área do ensino não superior: Creche, Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário.

Os últimos anos têm registado um crescimento significativo no número de alunos, permitindo passar de 388 alunos, em 2011/2012, para 665, em 2016/2017. Portanto, na senda deste crescimento, o CNSE volta a aumentar o seu número de discentes.

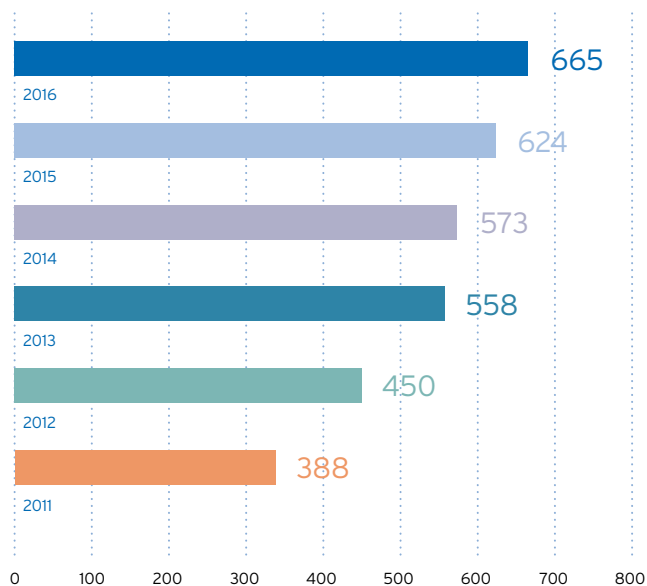
O ano letivo 2015/2016 concluiu com 624 alunos, frequentando no corrente 665 alunos, distribuídos conforme as tabelas abaixo:



	2011	2012	2013	2014	2015	2016	VARIAÇÃO
Creche	39	40	83	83	82	80	- 2%
Pré-escolar	68	92	139	146	142	144	+ 1%
1.º Ciclo	90	107	100	110	132	158	+ 20%
2.º E 3.º CICLOS	147	161	186	180	194	208	+ 7%
Secundário	44	50	50	55	74	75	+ 1%
Total	388	450	558	573	624	665	+ 6,6%



EVOLUÇÃO DO NÚMERO GLOBAL DE ALUNOS



10.2. RECURSOS HUMANOS

Os recursos do Colégio não tiveram alterações significativas em 2016.

Ao nível do pessoal operacional foi necessário aumentar o número de ajudantes de ação educativa, face ao incremento de quase 100 alunos nos últimos dois anos.

PESSOAL OPERACIONAL

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Efetivos	29	28	27	29	31	36
Contrato a termo	1	2	2	4	2	3
TOTAL	30	30	29	33	33	39

Ao nível do pessoal docente, regista-se a entrada de dois elementos no quadro e a contratação de mais dois elementos a termo certo. Tal deve-se à redução de colaboradores em regime de prestação de serviços.

PESSOAL DOCENTE

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Efetivos	26	27	32	32	32	35
Contrato a termo	7	6	2	5	6	8
Prestadores de serviços	13	15	10	11	10	7
TOTAL	46	49	46	48	48	50

As atividades desenvolvidas no Colégio de Nossa Senhora da Esperança visam a concretização da missão do estabelecimento, cumprindo com as obrigações perante os seus utentes e alunos. Procurando a sustentabilidade financeira por via do crescimento, da redução da despesa e da eficácia dos seus serviços, a evolução em cada uma das áreas atrás expostas visa a prossecução dos referidos desideratos.

Ao nível dos recursos humanos, o Colégio não registou alterações significativas no número de colaboradores. O crescimento não implicou um incremento de colaborado-

res na mesma proporção. Mantém-se a perspetiva de com os mesmos recursos servir mais alunos.

O Colégio leciona, atualmente, todo o espectro do ensino não superior. É importante divulgar todos os níveis de ensino, nomeadamente, o ensino secundário, que tem apenas dez anos de existência. Contudo, pelo que proporciona aos seus alunos e pelo nível que já atingiu, tem condição de atrair mais alunos. Os projetos em que o Colégio se insere visam promover a imagem do estabelecimento e a sua área de atuação.



11. JUSTIÇA

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SANTA CRUZ DO BISPO - FEMININO

O Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino representa uma parceria inédita entre o Estado Português, através do Ministério da Justiça e a Santa Casa da Misericórdia do Porto, cujos resultados têm sido considerados positivos. Esta parceria aproxima-se dos últimos 20 anos de um projeto concelebrado e inclusivo.

11.1. RECURSOS HUMANOS

O EPSCB-f dispõe de uma Unidade de Saúde com valências de ambulatório e internamento funcionando 24 horas por dia.

Equipa Multidisciplinar	Carga Horária	Regime ee Trabalho
Direção Clínica	12 horas/Semanais	Prestação de serviços
Enfermagem	245 horas/Semanais + 20h expensas SCMP	CTTI & prestação de serviços
Clínica Geral	18 horas/Semanais	Prestação de serviços
Pediatria	3 horas/Semanais	Prestação de serviços
Psiquiatria	10 horas/Semanais + 7,5h expensas SCMP	CTTI
Medicina Dentária	10 horas/Semanais + 5h expensas SCMP	Prestação de serviços
Ginecologia	4 horas/Semanais	Prestação de serviços
Psicologia Clínica	35 horas/Semanais + 12h expensas SCMP	CTTI & prestação de serviços
Farmacêutica	35 horas/Semanais	CTTI
Técnico de Farmácia	20 horas/Semanais + 15h expensas SCMP	CTTI
Administrativa	35 horas/Semanais	CTTI
Auxiliares Ação Médica	57 horas/Semanais	CTTI

A SCMP tem vindo a unir esforços para manter a qualidade dos serviços prestados, sendo que, atualmente, alguns desses serviços, são suportados exclusivamente por verbas da SCMP, sem qualquer custo imputado ao Acordo de Cooperação. Falando em números, a Enfermagem, conta com mais 20 horas semanais, a Psicologia 12 H/sem, a Psiquiatria 7,5 H/sem, a Med.Dentária 5 H/sem e o Tec. Farmácia 15 H/sem.

11.2. CARATERIZAÇÃO CLÍNICA

Unidade Funcional Diabetes

DM I (n) 7

DM II (n)16

A atividade desta Unidade Funcional é alicerçada no normativo internacional “DIAB-CARE”.

Envidamos ainda esforços na identificação de novos casos clínicos, incluindo a Diabetes Gestacional, bem como a prevenção da doença.

Unidade Funcional: Doenças Infeciosas

Patologia	%
Hepatite C	10,3%
VIH	3,9%
Sífilis	3,7%
Hepatite B	1,0%
Tuberculose	0,2%

A Hepatite C continua a ser a patologia infecciosa com maior morbidade, todas estas utentes foram encaminhadas para a consulta externa de infeciologia e 19 iniciaram medicação específica.

No que concerne à problemática da Tuberculose (TB), deu-se cumprimento ao disposto no Protocolo entre a DGS e a DGRSP para a definição dos procedimentos de deteção e prevenção da tuberculose nos estabelecimentos prisionais. Ao longo deste período não foram identificados casos de tuberculose ativa.

No que concerne à atividade clínica registaram-se 2483 consultas internas de clínica geral; 744 consultas de psicologia; 1672 consultas de medicina dentária; 1675 consultas de psiquiatria; 809 consultas de ginecologia/obstetrícia e 125 consultas de Pediatria.

Foram realizados ainda 51807 atos de enfermagem (p. ex: tratamentos; colheitas; injetáveis; avaliações antropométricas e hemodinâmicas, aerossoloterapia/oxígeno-

terapia, vacinação; intervenções invasivas; consultas; ...), dos quais se destacam 8052 consultas de recurso, 1679 consultas urgentes e 219 consultas especializadas.

Realizaram-se ainda 738 consultas externas em meio hospitalar e 822 ECDT & tratamentos no exterior. Foram ainda efectuadas 543 colheitas para análises clínicas no EP e 166 colheitas no exterior.

A Unidade Funcional - Doenças Infeciosas - durante o ano de 2016 manteve o elevado investimento na vacinação da população reclusa expresso pelos dados a seguir apresentados. Em colaboração com as consultas externas de Infeciologia, procedeu-se a 13 inoculações prescritas por esta especialidade. Deu-se continuidade ao plano de vacinação contra a Hepatite B (198 vacinas administradas) e Tétano (119 vacinas administradas). Executou-se vacinação antigripal a 163 utentes. Cumpriu-se, na íntegra, o Plano Nacional de Vacinação para todas as crianças residentes no EP (40 vacinas administradas). Em suma, contabilizaram-se um total de 433 vacinas inoculadas.

Registaram-se 175 internamentos nesta Unidade de Saúde correspondentes a 1393 dias de internamento, destacando-se a elaboração de programas diferenciados e individualizados para as utentes internadas.

No exterior, contabilizamos 19 internamentos hospitalares, correspondentes a 63 dias.

Relativamente às saídas ao exterior para serviços de urgência hospitalares, contabilizamos apenas 24 ocorrências, contrastando com os 1679 atendimentos em situação de urgência efetuados no EP.

Cumpriram-se os processos operativos correspondentes às Unidades Funcionais: - Cardiovascular; - Planeamento Familiar; - Diabetes; - Saúde Infantil; - Saúde Materna. Destacam-se entre outras atividades os rastreios do cancro da mama, colo do útero, intestino/cólon, segundo critérios da DGS/OMS.

Os Serviços Clínicos contemplam ainda o Núcleo da Qualidade e Formação e Investigação, tangentes à prestação de cuidados de saúde, mas com elevado impacto na dinâmica organizacional, melhoria contínua da qualidade, formação permanente dos profissionais e atividade de educação para a saúde dirigida à população reclusa.

Núcleo de Formação & Investigação | Plano de Promoção da Saúde e Prevenção da Doença 2016- Eps

Nº Ações Previstas

30

Nº Sessões EPS Realizadas

23

Nº utentes abrangidas

152

Salientamos três eventos realizados que abrangeram toda a população reclusa e civil do EP, bem como entidades externas convidadas, nomeadamente: » [8/3/2016] “Saúde em Meio Prisional”, no âmbito da comemoração do “Dia Internacional da Mulher”, contando com a presença dos Exmos Secretários de Estados da Justiça e da Saúde; » [8/4/2016] “Educação Para a Saúde em Meio Prisional” inserido nas comemorações do “Dia Mundial da Saúde” e a » [20/5/2016] “Maio- Mês do Coração”.

Núcleo da Qualidade

Atividade	Resultado
Constituição do 'grupo de acreditação';	Estado: atingido
Realização de momento formal para divulgação do plano de atividades e programa de melhoria contínua;	Estado: superado
Proceder à execução de reuniões da qualidade;	Estado: atingido
Apresentação dos resultados obtidos à Gestão de Topo e eventual definição de um cronograma para inscrição no processo de acreditação;	Estado: atingido

O núcleo da qualidade visa projetar, numa perspetiva multiprofissional, a promoção da garantia da qualidade em saúde, com reflexo evidente na satisfação do cliente e, em suma, no estado de saúde da população alvo.

O objetivo geral deste projeto consiste em dotar o serviço de um Sistema de Gestão Total da Qualidade em saúde, tendo-se desenvolvido iniciativas que satisfaçam o referencial normativo ISO 9001.

Apontam-se nesta tabela algumas das principais atividades concretizadas.

A farmácia integrada nos Serviços Clínicos, devidamente licenciada pelo Infarmed, adquire diretamente medicamentos e procede à preparação da medicação em unidose. Durante o ano de 2016 foram preparadas sensivelmente 665089 unidades medicamentosas, que posteriormente foram confirmadas pela equipa de enfermagem, contabilizando-se no dia 31/12/2016 sob a forma de TOD (*Toma de Observação Directa*) 174 unidoses administradas ao Pequeno-almoço; 38 ao Almoço e 248 ao Jantar.

A existência de uma Comissão de Farmácia e de um Formulário Interno de Medicação, aliado à racionalização do uso do medicamento suportado por um sistema informático de “report”, contribuiu para a prossecução da missão de prestar cuidados farmacêuticos de excelência a todos os utentes assegurando a máxima qualidade e respeitando a melhor relação custo-benefício.

Plano de Atividades 2016

Nº Ações Previstas	Nº Atividades Efetuadas	Nº Indicadores	Taxa Efetivação
25	25	39	87%

No plano de atividades de 2016 concretizamos as 25 atividades previstas, tendo-se associado 39 indicadores para avaliação e monitorização de resultados, obtendo-se uma taxa de efetivação de 87%, o que corresponde a 67% de indicadores superados e 20% de indicadores atingidos, somente 5 indicadores não foram atingidos.

11.3. SETOR LABORAL

À semelhança dos anos anteriores a missão do Sector Oficial para o ano de 2016 foi manter (se possível aumentar) a taxa de ocupação laboral no EP (Estabelecimento Prisional) e promover cursos de Formação Profissional relevantes para a população prisional. Dito isto, podemos desde já informar que a taxa de ocupação laboral em 2016 foi, em media, 77,5%.

Há que realçar que ao longo do ano, devido às oscilações (normais, mas imprevisíveis) da atividade económica e, também, da população prisional a taxa de ocupação laboral foi de 81,97% nos primeiros 5 meses do ano e nos restantes meses baixou 7,6% alcançando, assim, o valor de 74,64%.

QUADRO MENSAL DA OCUPAÇÃO LABORAL ANO 2016

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL
1. População Prisional/ último dia do mês	322	318	321	324	329	337	340	341	339	335	341	341	360
2. N.º de Reclusas a Tabalhar	261	263	261	269	264	259	260	233	247	255	254	256	256
2.1 N.º de Reclusas a Trabalhar nos Serviços	65	62	66	61	72	58	64	65	65	60	69	62	64
2.2 N.º de Reclusas a Trabalhar nas Oficinas	180	185	179	192	181	185	182	154	169	182	172	181	178
2.3 N.º de Reclusas a Trabalhar por Conta Própria (Artesanato)	16	16	16	16	16	16	14	14	13	13	13	13	14
3. Taxa de Ocupação Laboral	81.06%	82.7%	81.31%	83.02%	81.76%	76.85%	76.47%	68.33%	72.86%	76.12%	74.49%	75.07%	77.5%
4. Total dos Vencimentos Pagos	17219.77	20560.99	24537.48	18712.44	15685.63	14024.01	14746.2	11585.34	14383.38	13866.4	16372.97	10306.63	16000.1
4.1 Vencimentos Pagos nos Serviços	3424	3171.44	3424.28	3295.9	3413.69	3351.49	3530.04	3635.52	3561.25	3576.7	3557.45	3419.75	3446.79
4.2 Vencimentos Pagos nas Oficinas	13795.77	17389.55	21113.2	15416.54	12271.94	10672.52	11216.16	7949.82	10822.13	10289.7	12803.12	6886.88	12552.28
4.3 Média dos vencimentos P ^O agos nas Oficinas e nos Serviços	70.28	83.24	100.15	73.96	63.25	57.71	59.94	52.9	61.47	57.3	67.94	42.41	65.88

Total dos Vencimentos Pagos: 192 001,24€



11.4. SETOR DE EDUCAÇÃO E ENSINO

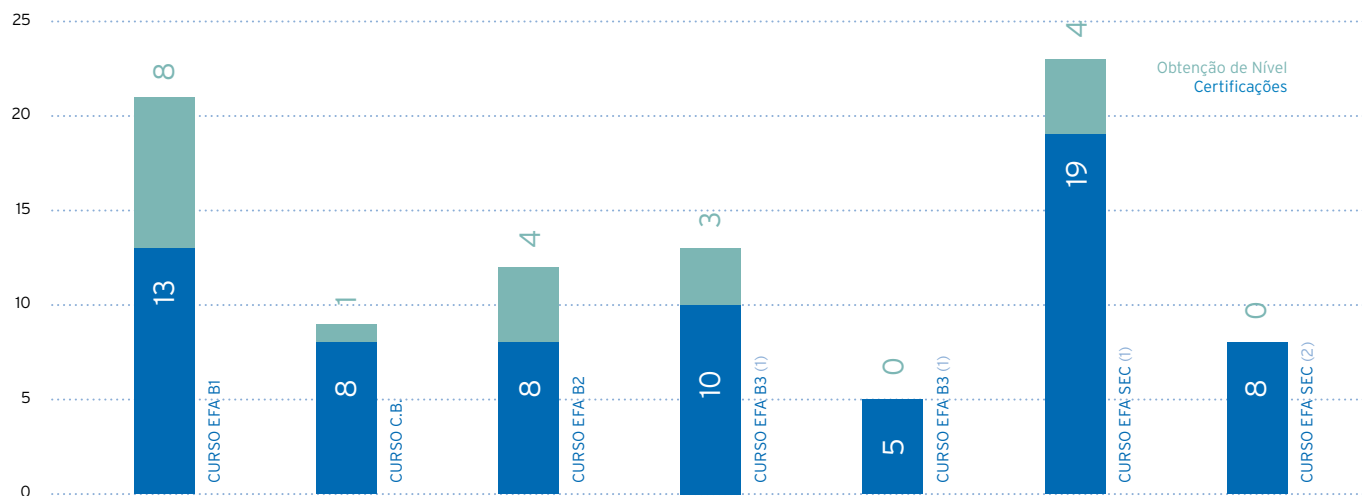
O **Setor de Artesanato** é desenvolvido em duas vertentes em que a primeira é desenvolvida como resposta ocupacional com fins económicos (laboral e regular) e a segunda funciona como resposta formativa.

No Ano de 2016 o Espaço artesanal deu resposta ocupacional com fins económicos a **20 reclusas a tempo inteiro, e formativa a 72.**

A área do **Ensino e Biblioteca** encerra como principais linhas orientadoras a implementação de atividades lúdico-pedagógica que promovam o aumento de competências pessoais e sociais nas reclusas, bem como a sua autoestima e capacidades vitais para a sua reintegração em meio livre, dotando-as de competências que lhes permitam reestruturar o seu projeto de vida futuro.

Ao longo de 2016 desenvolvemos inúmeras iniciativas, tendo contribuído para a superação dos objetivos delineados pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, nomeadamente: realizámos encontros com escritores, nomeadamente o escritor, Daniel Jonas, Elói Bento e os escritores do projeto «Mulheres Guerreiras», Adelaide de Sousa e Tracy Richardson, palestra com a Diretora do IEFP de Matosinhos, uma conferência subordinada ao tema «Tráfico de Seres Humanos» e assinalámos o Dia pela Eliminação da Violência Doméstica com uma palestra com a APAV, para além de continuarmos com a implementação do Programa de e-learning em contexto prisional (E-Pris) e mantermos o acompanhamento escolar das reclusas a estudar no EP e no Ensino Superior.

RELATIVAMENTE AOS RESULTADOS ESCOLARES EM 2016:



No que concerne ao Setor de **Terapia Ocupacional** desenvolvemos diversos programas e projetos, tendo como objetivos fundamentais promover a aquisição de competências aos níveis físico, cognitivo, afetivo e/ou social, bem como a promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida da população reclusa. Desta forma, procurou-se dar resposta a problemáticas específicas da população reclusa, e, desenvolver projetos inovadores, tais como o projeto de Terapia Assistida por Animais e o Programa Baseado na Nintendo Wii.

Contribuímos para a superação dos objetivos delineados pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, relativamente à aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos, tais como aplicamos 2 Programas de Relaxamento e Estabilização

Emocional; 2 Programas Reabilitação Psicossocial - Transição para a Vida Ativa, 1 Treino Cognitivo e 2 Expressão Dramática. Estes programas foram validados pelo Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos da DGRSP.

Aplicamos ainda Ações de Desenvolvimento Pessoal e Social a reclusas em sessões individuais, incluindo avaliação do perfil ocupacional, avaliação nas diferentes áreas, delimitação de objetivos e plano de intervenção e semanalmente deu-se apoio terapêutico à creche a uma criança com necessidades especiais.

No total **120** reclusas usufruíram de programas de Terapia Ocupacional, realizamos **731 ações**, com a durabilidade de **60 a 90 minutos** cada.



No sentido de inovar estratégias de intervenção terapêutica e promover uma melhor reabilitação psicossocial das reclusas foram desenvolvidos 2 projetos de investigação científica, em parceria com Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto, tendo em vista a conceção de programas mais eficazes de intervenção junto da população reclusa.

Relativamente ao setor **Educação Física** absorve variadíssimas atividades, tais como: **Expressão física e motora** das crianças; **Treino funcional** em horário com e sem ocupação laboral/ escolar; **Terapia física** (trabalho transdisciplinar, serviços clínicos e terapeuta ocupacional); duas valências de aulas específicas que mudam trimestralmente, **Dança** e **Jogos** e, por último, a **Atividade Física Adaptada**, em regime de **segurança**.

As crianças, em meio prisional, necessitam de atividades que estimulem o desenvolvimento de capacidades físicas e motoras. Assim, as aulas foram baseadas em contos adequadas à idade e à cultura, com o intuito de melhorar motricidade geral, lateralidade, memória de curto e médio prazo, equilíbrio e destrezas específicas, através da dança, jogos e iniciação a alguns desportos. Pode-se, então afirmar que as crianças melhoraram a atenção, a memória de curto e médio prazo, a destreza geral, o equilíbrio, e a coordenação óculo-manual e óculo-pedal, de acordo com a fase maturacional.

O treino funcional pretende alterar e melhorar aspetos psicológicos e físicos das alunas, isto é, com base nas necessidades individuais (grau de motivação e informação dos serviços clínicos) houve execução de exercícios adequados à pessoa. Assim sendo, respeitando a individualidade biológica, as aulas contribuíram para uma diminuição dos índices de ansiedade, da depressão e da sedentariedade (importante na diminuição das doenças de foro físico, tais como cardiorespiratórias, mialgias, articulares, diabetes, entre outras). **Porém, num espaço prisional o aspeto terapêuti-**

co, educacional e de saúde, da atividade física, deviam ser diários. Num universo de 340 mulheres, em média 160 inscreveram-se, nesta atividade, e 86 foram muito assíduas.

As reclusas com Necessidades Especiais foram sinalizadas pelos serviços clínicos e pela terapeuta ocupacional, no sentido de realizarem um Programa de Atividade Física Adaptada (PAFA- terapia física). Num universo de 340 mulheres, em média, 80 frequentaram o PAFA, e 30 pela boa assiduidade melhoraram os índices problemáticos.

As danças são um veículo de aprendizagem comportamental e cultural. O respeito pela diferença e o ensino de valores conducentes com o dever cívico são uma constante nestas aulas. A dança é terapêutica e apela à criatividade, ao intercâmbio de culturas e à entreatajuda, como exemplo, no dia mundial da dança participaram 50 alunas com motivação pela atividade e empenho nas diversas coreografias da professora convidada.

O ensino de jogos não se trata somente do domínio de técnicas, mas, principalmente, do abordar problemas táticos, sociais, emocionais, psicológicos, pois, ensinando a lidar com os altos e baixos das competições, desenvolvem a autoconfiança e a autoestima.

Os jogos são um veículo de intervenção reeducativa. A implementação de regras e disciplina são uma constante. O processo de implementação dos jogos decorreu ao longo do ano, boccia e xadrez sempre, andebol/ basquetebol, no 1.º trimestre; voleibol, no 2.º; futsal, no 3.º; e badminton, no 4.º, e teve como principal objetivo prestar apoio, sempre que solicitada, aos técnicos com avaliações comportamentais. Num universo de 340 mulheres, inscreveram-se cerca de 100, mas foram selecionadas apenas 50, dado que o horário incompleto do professor não permite desenvolver mais as atividades.

11.5. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E ENSINO (CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA)

O serviço da Creche composto por uma Educadora e três Auxiliares, desenvolveu atividades que contribuíram para o desenvolvimento físico, intelectual e cognitivo das crianças.

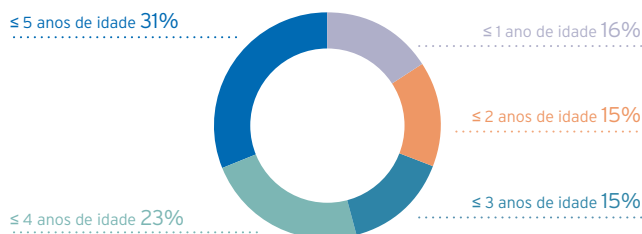
A atividade da creche, que contou com uma média de doze crianças no ano de 2016, assentou nos seguintes princípios:

- Garantir a Qualidade do serviço prestado a cada criança;
- Respeitar a individualidade de cada criança;
- Promover o desenvolvimento integral e harmonioso da criança, de forma a incentivar a curiosidade, o espírito crítico, estimular a criatividade, partindo do pressuposto: **Aprender Brincando;**
- Promover a autoestima e a autoconfiança;
- Partir do que a criança sabe, para novas aprendizagens;
- Incentivar a participação das mães/famílias no processo educativo, de forma a tornar a escola um prolongamento da família;

- Estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade;
- Promover o desenvolvimento e formação pessoal e social da criança, tendo como suporte, experiências novas e interessantes, numa perspetiva de educação para a cidadania;
- Fomentar a inserção da criança junto da natureza, respeitando e aproveitando tudo o que de bom dela advêm.

Em média, ao longo deste ano frequentaram a creche 12 crianças com idades compreendidas entre os 6 meses e os 5 anos de idade.

IDADE DAS CRIANÇAS QUE FREQUENTARAM A CRECHE EM 2016



12. AMBIENTE

12.1. PARQUE DA PRELADA

Continua em curso o desenvolvimento do plano estratégico de reabilitação do Parque da Prelada. A definição final da distribuição de áreas do parque está a ser objeto de negociações com a Câmara Municipal do Porto, com vista ao novo ordenamento do espaço que irá passar por um conjunto de permutas de terrenos entre as duas entidades, para permitir uma melhor utilização daquele espaço.

O resultado final, ao qual se junta a parceria com o Sport Clube do Porto, vai permitir preservar este pulmão verde, na zona mista da cidade, criando uma resposta de ambiente verde, desportivo e cultural permitindo a sustentabilidade da Quinta da Prelada e desse modo unificando as duas margens que a VCI separou.

12.2. PARQUE AVIDES MOREIRA

O Parque José Avides Moreira apresenta um conjunto de valências que vão desde a disponibilização de Hortas Comunitárias à população abrangida e disponibilização de um Viveiro Terapêutico para os utentes do CHCF, até à prestação de serviços de manutenção dos espaços verdes do CHCF. O Parque permite também tirar partido das suas características únicas para a realização de eventos e workshops.

Aguarda-se a aprovação do projeto do Pony Club do Porto, pelo recurso à Hipoterapia, vai permitir uma rentabilização mais intensa do mesmo.



12.3. VIVEIRO TERAPÊUTICO

Atividades terapêuticas

Em julho de 2016 foram iniciadas atividades no viveiro terapêutico do Parque José Avides Moreira com os utentes do Centro Hospitalar Conde Ferreira. Pretende-se que estas complementem as atividades já realizadas pelos utentes como forma de contribuir para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida, bem como da sua saúde física, mental e emocional. As atividades decorrem da parte da manhã, perfazendo uma carga horária de 15 horas/semana.

Os utentes que são mais autónomos realizaram a monda, sacha e rega das zonas dos citrinos e da zona das camélias. Para além disso também efetuaram a limpeza da estufa, a preparação do terreno com incorporação do composto no solo e o revolvimento e rega das pilhas de compostagem.

Foram realizadas atividades como identificação de plantas aromáticas e medicinais, preparação de substratos, sementeiras, plantação, monda, sacha e rega. Para além disso também é efetuada a limpeza dos caminhos da horta comunitária, monda dos frutos vermelhos e incorporação do composto no solo.

Outras atividades consistem na colheita dos frutos vermelhos, de marmelos, feijão, melão e couve repolho, melão e melancia, assim como sementeira/estacaria na estufa.

Para acompanhar a evolução dos doentes são realizadas reuniões semanais com as terapeutas, onde se faz um pequeno ponto de situação relativamente à forma como correram as atividades.

Exploração Agrícola

Com o início do projeto do viveiro terapêutico procedeu-se ao cultivo dos talhões com diferentes cultivares, encontrando-se a produção obtida para cada uma apresentada no quadro abaixo.

Cultivares	Produção (Kg)
Framboesas	25,75
Gojis	5,4
Marmelos	42
Melão	80
Melancia	208
Feijão	26
Couve repolho	220
Nabos	62
Couve penca	128

Todas as cultivares produzidas foram entregues nos estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

A LIPOR forneceu corretivo orgânico Nutrimais para fertilizar o viveiro terapêutico e 20 plantas aromáticas e medicinais que foram colocadas no jardim das aromáticas.

Na estufa já foi possível tirar partido para realizar sementeiras/estacaria de alface, couve, salsa, coentros, espinafres, tomates, pimentos, rúcula entre outras.

O altruísmo de um Irmão da Santa Casa da Misericórdia do Porto, permitiu que todas as sementes utilizadas nos fossem oferecidas para a estufa e nos talhões do viveiro terapêutico.

12.4. HORTAS COMUNITÁRIAS

No ano de 2016 foram atribuídos 54 talhões, tendo sido realizados 2 cursos de formação para os novos utilizadores das hortas comunitárias. Estes cursos são constituídos por 4 sessões cada, sendo obrigatórios para a atribuição dos talhões.

A taxa de ocupação das hortas comunitárias no fim de 2016 foi de 92%, com 207 talhões atribuídos e 17 talhões por atribuir. De referir que há 6 talhões que não têm as dimensões mínimas requeridas e que não são contabilizados.

No decorrer de 2016 foram emitidas faturas a 221 utilizadores, tendo sido faturado um valor aproximado de 9 500€.

Houve um acompanhamento aos utilizadores da horta comunitária, quer a nível técnico, quer relativamente ao nível da gestão dos acordos e faturação.



NOTAS

FINAIS

“ Para falar ao vento bastam palavras, para falar ao coração são necessárias obras”

In Padre António Vieira, Cartas Diplomáticas

A preocupação da Mesa Administrativa com a auto-sustentabilidade da Santa Casa da Misericórdia do Porto continua a ser uma constante que este relatório de contas pretende evidenciar de uma maneira clara.

Os resultados finais devem ser lidos considerando o grande esforço de investimento que tem vindo a ser realizado, sempre num clima de contra ciclo económico, de preocupações financeiras sobre o país e as imparidades da banca nacional, o que nos obriga a, cada vez mais, reforçar a recuperação e o investimento do nosso património Imobiliário.

Só desse modo será possível assegurar a independência da nossa Santa Casa perante os mais variados conflitos de interesses.

Certo é que continuamos ainda com um défice conjuntural, muito centrado na área social, e um défice estrutural em regressão, resultado da Caixa Privativa e dos complementos para a Caixa Geral de Aposentações que se estima poderão ainda se prolongar por cerca de quinze a vinte anos.

A confiança e o mandato que os Irmãos e Irmãs concederam a Mesa Administrativa e ao Provedor é um sinal que

devemos continuar a protagonizar este tempo de reformas na mudança e preparação da Misericórdia do Porto para o século XXI.

Com prudência, cautela e precaução, mas também com a audácia e a arte que a situação exige e reclama.

Daí uma memorável palavra de agradecimento aos nossos colaboradores e colaboradoras sem os quais este trabalho não seria possível. Acreditam, tal como nós, que a sustentabilidade da Misericórdia do Porto é, igualmente, decisiva para as suas famílias e para a comunidade.

Um agradecimento institucional às Câmaras Municipais do Porto, Vila Nova de Gaia e Matosinhos, à União das Misericórdias Portuguesas, cujo Conselho Estratégico da saúde é presidido pela Misericórdia do Porto e as juntas de freguesia da cidade do Porto.

Aos Irmãos e Irmãs da Misericórdia do Porto um sentido agradecimento pela confiança permanentemente demonstrada em vários momentos e que culmina no clima de unidade que vivemos neste momento.

Ao Senhor D. António Francisco dos Santos o nosso muito obrigado pelo apoio pessoal e institucional a todo o movimento que quotidianamente geramos a favor da nossa comunidade.

Observando o exemplo do Papa Francisco queremos dizer, tal como o Padre António Vieira, que o bem tem, quando se fala do futuro, um desejo. O Desejo de servir por servir ao próximo.

Foi isto que procuramos fazer em 2016.



SÍNTESE ECONÓMICA E FINANCEIRA

SÍNTESE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Enquadramento Macroeconómico
Português - 2016

As temáticas à volta do crescimento económico, da taxa de empregabilidade e a elevada carga fiscal continuam a condicionar o futuro próximo da nossa atividade económica com implicações diretas nas condições de vida dos portugueses e na performance económica e financeira das empresas.

Este grau de incerteza obriga a critérios de grande seletividade nas tomadas de decisão a que a SCMP está obrigada, nomeadamente aquelas que se prendem com as necessidades de investimento.

Tendo a responsabilidade Social como preocupação maior, a Instituição tem concentrado todos os esforços no sentido de minimizar os impactos negativos que as condicionantes macroeconómicas vão colocando.

A procura sistemática da sustentabilidade na sua operação continua a ser um objetivo na conceção e execução dos seus planos de investimento e exploração.

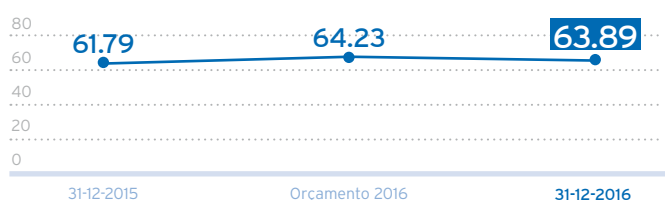
A escassez de recursos é uma constante que força a adoção de critérios muito apertados na sua utilização.

Da avaliação dos resultados referente a 2016, verifica-se o esforço despendido pela Instituição na prossecução dos seus objetivos conforme se demonstra nas peças contabilísticas e financeiras presentes neste relatório.

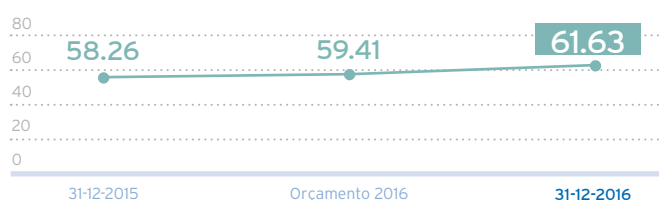
Indicadores Económicos e Financeiros - Santa
Casa da Misericórdia do Porto

Apresentamos um conjunto de indicadores que refletem a atividade económica e financeira da Instituição. São estabelecidos comparativos entre o exercício em análise o respetivo orçamento e o exercício anterior.

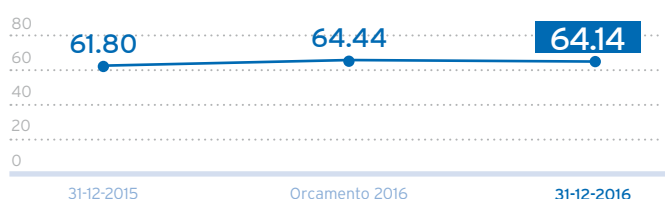
Evolução Rendimentos EBITDA M€



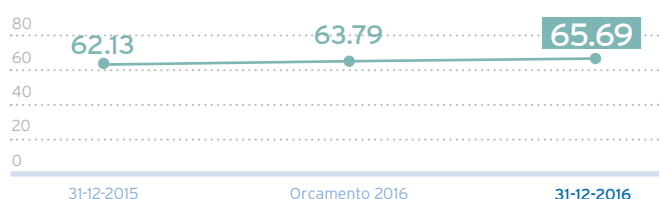
Evolução Gastos EBITDA M€



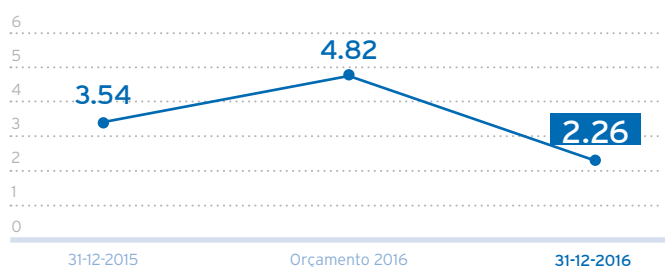
Evolução Rendimentos Globais M€



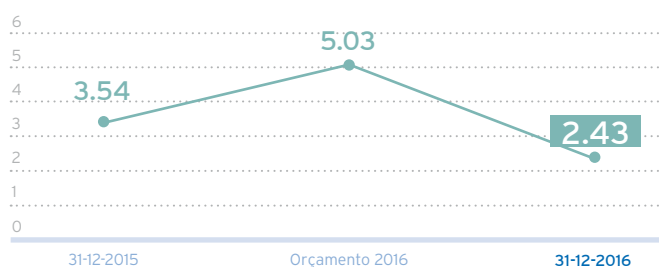
Evolução Gastos Globais M€



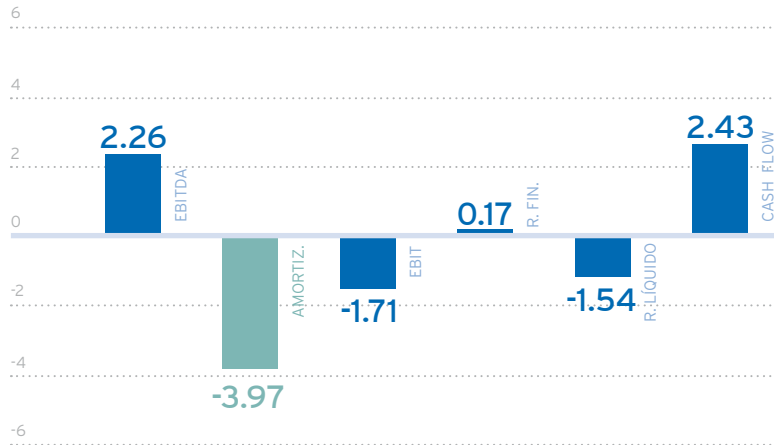
Evolução EBITDA | Resultado Operacional M€



Cash Flow M€

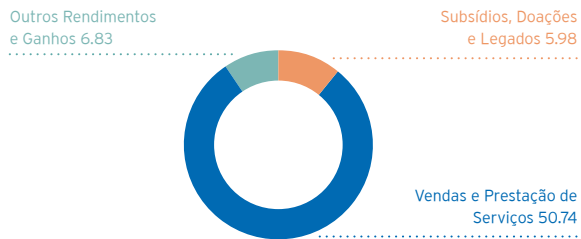


Composição Cash Flow m€

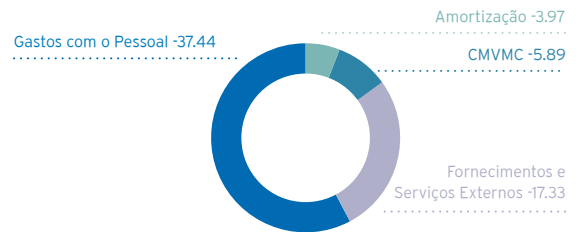


Análise de Estrutura de Gastos e Rendimentos m€

Rendimentos - principais rubricas

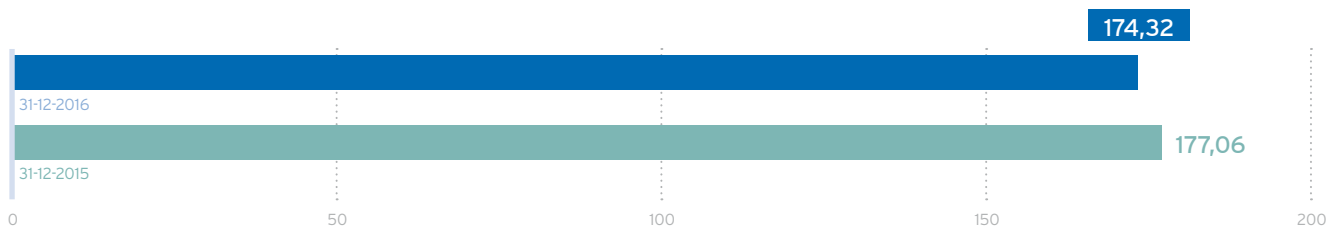


Gastos - principais rubricas

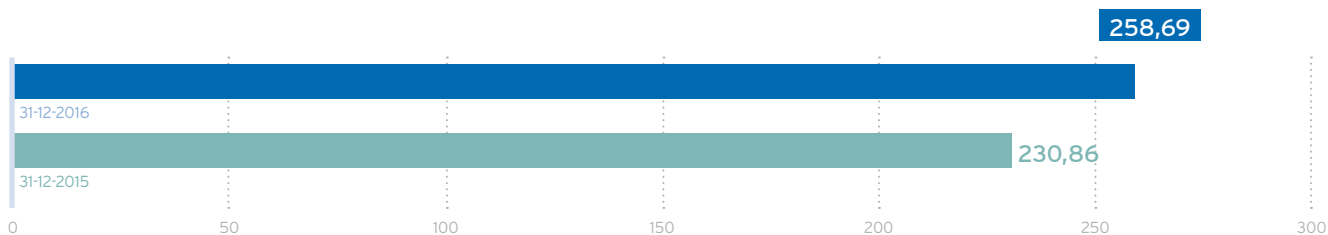


Análise de Estrutura do Balanço

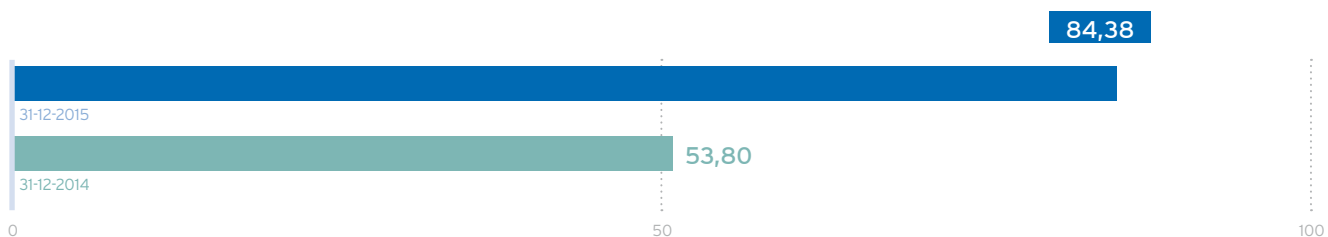
Fundos Patrimoniais m€



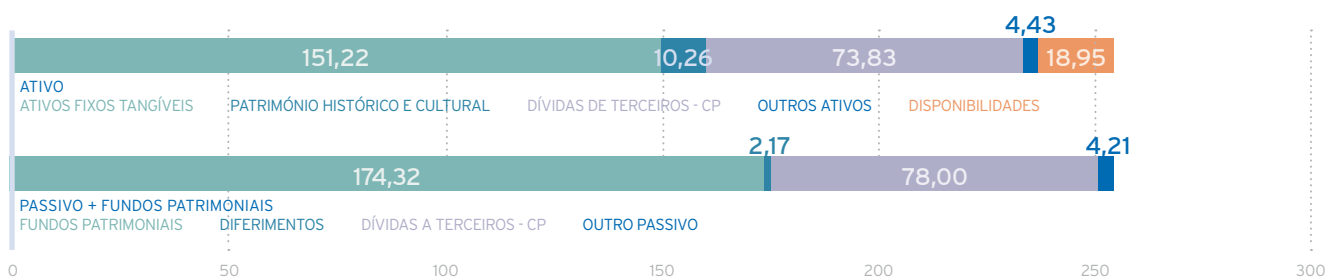
Ativo m€



Passivo m€



BALANÇO 2016 M€



Demonstrações dos Resultados | Área de Exploração e Centro de Resultados

No capítulo da Demonstração Departamental encontramos as Demonstrações dos Resultados por Área de Exploração: Saúde (Hospital da Prelada | Centro Hospitalar Conde Ferreira | Centro Reabilitação do Norte), Social, Património de Rendimento, Educação, Ensino Especial, Justiça, Agricultura, Ambiente, Juventude, Cultura e Artes Gráficas.

No início de 2014, a SCMP reajustou o seu modelo operativo criando as referidas Áreas de Exploração.

Para além disso, e no mesmo período, arrancou com o modelo dos Serviços Partilhados e Corporativos que agregam Áreas transversais a todo o Universo da Instituição.

Com a consolidação deste Novo Modelo Operativo reformulou-se a apresentação das Contas de Exploração, espelhando este novo quadro organizacional.

Assim, e para o exercício de 2016, apresentamos as Demonstrações dos Resultados das Áreas de Exploração com a inclusão dos Gastos e Rendimentos dos Serviços Partilhados e Corporativos. Esta inclusão reflete-se por todas as rubricas por natureza que compõem a estrutura das Demonstrações dos Resultados.

A título informativo apresentamos, também, a Demonstração dos Resultados dos Serviços Partilhados e Corporativos.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1. BALANÇO

	NOTAS	31 DEZEMBRO 2016	Montantes expressos em Euros 31 DEZEMBRO 2015
ATIVO:			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	152 648 512,85	150 229 172,36
Bens do património histórico e cultural	7	10 262 218,90	9 819 988,26
Ativos intangíveis	8	1 215 789,49	1 607 648,66
Ativos biológicos	11	7 500,00	13 920,00
Investimentos Financeiros	12	496 374,02	1 009 746,04
Outros créditos e ativos não correntes	12	84 368,51	92 383,68
Total do ativo não corrente		164 714 763,77	162 772 859,00
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	11	942 828,22	1 065 273,97
Créditos a receber	12	3 693 032,45	4 407 826,54
Estado e outros entes públicos	20	226 073,91	132 643,61
Fundadores/Beneméritos/Doadores		21 874,33	17 277,11
Diferimentos	13	257 268,98	175 869,24
Outros ativos correntes	12	69 888 596,00	39 458 910,56
Caixa e depósitos bancários	4 e 12	18 948 095,51	22 587 290,03
Total do ativo corrente		93 977 769,40	67 845 091,06
TOTAL DO ATIVO		258 692 533,17	230 617 950,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos		58 049 247,90	58 049 247,90
Reservas		1 450 030,04	1 450 030,04
Resultados transitados		26 191 227,63	26 825 772,49
Ajustamentos em ativos financeiros		(246 558,26)	(246 558,26)
Excedentes de revalorização		48 358 882,93	48 358 882,93
Ajustamentos/Outras variações fundos patrimoniais		42 058 613,17	42 706 626,14
Resultado líquido do exercício		(1 543 943,06)	(327 810,86)
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	15	174 317 500,35	176 816 190,38
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	9, 16 e 17	97 992,93	91 690,24
Provisões específicas	16 e 17	2 949 914,00	3 285 352,00
Financiamentos obtidos	18	827 487,84	933 836,71
Outras contas a pagar	18	111 222,83	102 232,89
Total do passivo não corrente		3 986 617,60	4 413 111,84
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	18	2 989 004,15	2 516 740,78
Adiantamentos de clientes	19	62 794 336,34	35 618 728,68
Estado e outros entes públicos	20	1 323 883,56	1 245 010,06
Financiamentos obtidos	18	221 560,16	221 087,46
Diferimentos	21	2 170 630,09	158 602,16
Outros passivos correntes	18	10 889 000,92	9 628 478,70
Total do passivo corrente		80 388 415,22	49 388 647,84
TOTAL DO PASSIVO		84 375 032,82	53 801 759,68
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		258 692 533,17	230 617 950,06

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016.

1.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Montantes expressos em Euros	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	22	50 183 071,48	47 932 016,59
Subsídios, Doações e Legados à exploração	23	5 977 686,76	5 697 210,22
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10 e 17	-	-
Variação nos inventários da produção	11	(6 420,00)	271,00
Trabalhos para a própria entidade		248 510,89	212 538,36
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(5 858 332,66)	(5 358 094,46)
Fornecimentos e serviços externos	24	(16 768 777,09)	(15 642 964,40)
Gastos com o pessoal	25	(37 439 019,39)	(36 538 227,44)
Imparidades de inventários (perdas)/reversões	11	-	-
Imparidades de dívidas a receber (perdas)/reversões	12	(79 540,94)	30 146,00
Provisões (aumentos)/reduções	9, 16 e 17	(174 079,81)	52 309,43
Aumentos/reduções de justo valor	12	29 420,78	167 835,84
Outros rendimentos e ganhos	27	6 756 834,22	7 434 653,18
Outros gastos e perdas	28	(657 418,94)	(519 481,18)
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		2 211 935,30	3 468 213,14
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	26	(3 969 967,14)	(4 106 500,90)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		(1 758 031,84)	(638 287,76)
Juros e rendimentos similares obtidos	29	254 429,90	322 460,42
Juros e gastos similares suportados	29	(40 341,12)	(11 983,52)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(1 543 943,06)	(327 810,86)
Imposto sobre o rendimento do exercício	11	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1 543 943,06)	(327 810,86)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por natureza do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

1.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO PATRIMONIAL NOS EXERCÍCIOS FINDOS

	NOTAS	FUNDOS	RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS
Posição em 1 de janeiro de 2015		58 049 247,90	1 450 030,04	25 014 042,55
Alterações no exercício				
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior		-	-	1 542 029,63
Subsídios ao investimento	15	-	-	-
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15 e 27	-	-	-
Doações	15	-	269 700,31	-
Reconhecimento de doações em resultados	15 e 27	-	-	-
		-	-	1 811 729,94
Resultado líquido do exercício				
Resultado Extensivo				
Posição em 1 de janeiro de 2016		58 049 247,90	1 450 030,04	26 825 772,49
Alterações no exercício:				
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior		-	-	(327 810,86)
Subsídios ao investimento	15	-	-	-
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15 e 27	-	-	-
Regularizações por resultados transitados	15	-	(306 734,00)	-
Doações	15	-	-	-
Reconhecimento de doações em resultados	15 e 27	-	-	-
		-	-	(634 544,86)
Resultado líquido do exercício				
Resultado Extensivo				
Posição em 31 de dezembro de 2016		58 049 247,90	1 450 030,04	26 191 227,63

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015

Montantes expressos em Euros

AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
(246 558,26)	48 358 882,93	42 296 144,14	1 542 029,63	176 463 818,93
-	-	-	(1 542 029,63)	-
-	-	1 723 290,12	-	1 723 290,12
-	-	(440 704,32)	-	(440 704,32)
-	(269 700,31)	-	-	-
-	-	(602 403,49)	-	(602 403,49)
-	-	410 482,00	(1 542 029,63)	680 182,31
			(327 810,86)	(327 810,86)
			352 371,45	352 371,45
(246 558,26)	48 358 882,93	42 706 626,14	(327 810,86)	176 816 190,38
-	-	-	327 810,86	-
-	-	(133 968,20)	-	(133 968,20)
-	-	(246 864,76)	-	(246 864,76)
-	-	306 734,00	-	-
-	-	27 850,00	-	27 850,00
-	-	(601 764,01)	-	(601 764,01)
-	-	(648 012,97)	327 810,86	(954 746,97)
			(1 543 943,06)	(1 543 943,06)
			(2 498 690,03)	(2 498 690,03)
(246 558,26)	48 358 882,93	42 058 613,17	(1 543 943,06)	174 317 500,35

1.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015

Montantes expressos em Euros

		2016		2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	51 327 110,53		51 195 533,68	
Pagamentos a fornecedores	(21 301 050,31)		(19 661 864,54)	
Pagamentos ao pessoal	(37 927 379,31)		(38 065 429,55)	
Caixa gerada pelas operações	(7 901 319,09)		(6 531 760,41)	
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento				
Outros recebimentos / (pagamentos)	3 598 205,29		3 012 431,19	
Fluxos das atividades operacionais [1]		(4 303 113,80)		(3 519 329,22)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	(4 696 011,24)		(3 667 537,74)	
Ativos intangíveis	(6 741,12)		(12 500,00)	
Investimentos financeiros	-		-	
Outros ativos	(1 140,36)	(4 703 892,72)	-	(3 680 037,74)
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	-		-	
Investimentos financeiros	-		-	
Outros ativos	4 410 601,32		4 297 353,38	
Subsídios ao investimento	538 759,42		584 139,08	
Juros e rendimentos similares	289 271,35		415 250,03	
Dividendos	388 303,55	5 626 935,64	4 737,86	5 301 480,35
Fluxos das atividades de investimento [2]		923 042,92		1 621 442,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	4 410 601,32		4 297 353,38	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	289 271,35		415 250,03	
Cobertura de prejuízos	388 303,55	5 626 935,64	4 737,86	5 301 480,35
Doações				
Outras operações de financiamento		923 042,92		1 621 442,61
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	(230 321,57)		(220 707,42)	
Juros e gastos similares	(739,24)		(1 785,24)	
Dividendos				
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Outras operações de financiamento		(231 060,81)	-	(222 492,66)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(231 060,81)		(222 492,66)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(3 611 131,69)		(2 120 379,27)
Efeito das diferenças de câmbio		(28 063,28)		6 164,84
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		22 587 290,03		24 701 544,46
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO		18 948 095,51		22 587 290,03

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

1.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santa Casa da Misericórdia do Porto (“Instituição”) tem a sua sede na Rua das Flores, nº 15, Porto.

A atividade da Instituição desenvolve-se nas seguintes áreas estratégicas: assuntos sociais, que inclui, nomeadamente, a sub-área da saúde (Hospital da Prelada, Centro Hospitalar Conde Ferreira e Centro de Reabilitação do Norte) e de apoio social; área dos projetos especiais (Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo); ensino e formação profissional; cultura e culto; bem-estar e ambiente e gestão do património; gerando as suas receitas mais significativas nas áreas da saúde e de apoio social, bem como as resultantes de aplicações financeiras e de outros investimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 1 de março de 2017. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Definitório, nos termos do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e Normas Interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros

e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”).

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Instituição concluiu, no essencial, o processo iniciado em exercícios anteriores relacionado com a identificação, titularidade, valorização e reconciliação do seu património imobiliário com os seus registos contabilísticos e, em simultâneo, adoção dos critérios de mensuração requeridos pelo Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Público Não Lucrativo (“SNC-ESNL”), do qual resultou a adoção dos seguintes critérios de valorização dos ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 1990, encontram-se registados:

- (i) ao seu custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas, critério que vinha sendo utilizado em exercícios anteriores, ou
- (ii) nas situações em que o critério referido na alínea anterior não vinha sendo corretamente aplicado, ou não existia informação completa e adequada que assegurasse a sua aplicação, os correspondentes ativos fixos tangíveis estão mensurados pelo montante determinado de acordo com o Justo Valor aproximado à data de 1 de janeiro de 2012, o qual foi determinado pelo Valor Patrimonial Tributário apurado à data de 1 de janeiro de 2012, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas desde essa data, ou excecionalmente, pelo montante de acordo com avaliações externas independentes efetuadas, com referência a 1 de janeiro de 2012, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas desde essa data.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 31 de dezembro de 1990 e até 1 de janeiro de 2012 encontram-se registados ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com as disposições

legais, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As amortizações dos ativos fixos tangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes com os seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50-100
Equipamentos biológicos	25-50
Equipamento básico	6 set.
Equipamento de transporte	5 jun.
Equipamento administrativo	12
Outros ativos fixos tangíveis	6

Os Equipamentos biológicos dizem respeito aos ativos biológicos de produção (essencialmente vinhas e oliveiras) localizado na Quinta D´Alva.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Bens do património histórico e cultural

Os bens do património histórico e cultural adquiridos são mensurados ao custo, enquanto que os recebidos por herança ou doação são registados inicialmente ao justo valor, o qual é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada.

Estes bens têm como característica o facto de não poderem ser substituídos e de não se destinarem a ser realizados, consumidos ou vendidos no decurso da normal atividade da instituição, não sendo assim objeto de depreciação.

3.3 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, as edificações urbanas e propriedades rústicas que não se encontram afetas à atividade operacional da Instituição, mas são detidas essencialmente para a obtenção de rendimento, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As amortizações das propriedades de investimento encontram-se a ser efetuadas linearmente, e são registadas na rubrica “(Gastos)/reversões de depreciação e de amortização”, considerando uma vida útil estimada de 50 anos.

As propriedades de investimento construídas ou adquiridas são mensuradas ao custo, enquanto que as propriedades de investimento recebidas por herança ou doação são registadas inicialmente ao justo valor, o qual é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada, ou, de acordo com o Valor Patrimonial Tributário, na ausência de outra determinação de justo valor alternativo, por se entender que se aproxima do seu justo valor.

Os ativos da Instituição que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou melhorias em propriedades de investimento relativamente às quais se espera a realização de atividades presentes ou futuras são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

Conforme preconizado no SNC-ESNL, a rubrica de Propriedades de Investimento encontra-se incluída na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis.

3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. A rubrica de “Ativos intangíveis” inclui, essencialmente, (i) direito associado ao Acordo de Gestão, celebrado com o Estado Português, em 25 de novembro de 2013 (“Centro de Reabilitação do Norte” ou “CRN”), cujo custo corresponde aos encargos com a aquisição

de equipamentos para o CRN no âmbito do contrato celebrado, e (ii) gastos com programas de computador e licenças.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens

Programas de computador

Anos

3-6

Os ativos intangíveis referentes ao Acordo de Gestão referem-se a ativos relacionados com o direito de exploração do Centro de Reabilitação do Norte, os quais decorrem da adoção supletiva da IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

Estes direitos, pelo facto de se referirem à exploração de infra-estruturas que revertem para o Concedente (Estado Português) no final do período de concessão, e na medida em que lhes é conferido o direito (licença) de cobrar um preço por este serviço, não sendo o mesmo um direito incondicional de receber dinheiro, dado que as quantias dependem da medida, em que o público utiliza o serviço, enquadram-se no modelo do Ativo Intangível previsto na IFRIC 12 e, por conseguinte, todos os custos relacionados com o contrato e que dele não possam ser dissociados são registados como um ativo intangível. Estes ativos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, em virtude de, na data de extinção do Acordo de Gestão, a Instituição ter direito a uma quantia correspondente ao valor líquido contabilístico dos investimentos naquela data. As taxas de amortização utilizadas nos bens afetos à Concessão correspondem às vidas úteis mencionadas na Nota 3.2. acima, em função da natureza respetiva dos bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.5 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Instituição nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Instituição incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como uma perda do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Instituição nos prejuízos acumulados da subsidiária excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Instituição tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Instituição retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias são eliminados proporcionalmente ao interesse da Instituição nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.7. INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

Os inventários da Instituição incluem igualmente artigos do património artístico, nomeadamente itens do arquivo histórico, porcelanas e pratas que se encontram registadas ao custo de aquisição.

O método de custeio dos inventários adotado pela Instituição consiste no custo médio.

3.8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Instituição se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF-ESNL 17 - Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e

- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes, utentes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses (ou superior desde que possam ser desmobilizadas a qualquer momento sem penalização de juros) e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a

quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Instituição desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Instituição desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9. SUBSÍDIOS E DOAÇÕES

Subsídios

Os subsídios apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições a ele associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da Instituição, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios são recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio pode tornar-se recebível pela Instituição como compensação por gastos ou perdas incorridas num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos”, no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das ações e atividades subsidiadas.

Doações

Os ativos recebidos por herança ou doação, são registadas no ativo, ao justo valor, o qual é determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente. De acordo com o preconizado na Portaria 106/2011, de 14 de março, as doações que estejam associadas a ativos depreciáveis / amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais”, sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos - Imputação de doações para investimentos”, à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

3.10. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente das propriedades de investimento é registado na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” (Nota 27).

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.11. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

3.12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a Declaração da Direção Geral das Contribuições e Impostos de 26 de fevereiro de 1990, a Instituição encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Mesa Administrativa da Instituição entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

3.13. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Instituição) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados.

As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.14. PROVISÕES

As provisões são registadas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.15. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Instituição reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo, após a dedução da quantia já paga.

Obrigações com férias, subsídio de férias e subsídio de Natal

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente os colaboradores têm anualmente direito a um mês de subsídio

de Natal, direito esse adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de dezembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

Planos de benefícios definidos

A Instituição tem um plano de benefícios definidos para complementos de reforma, mas apenas para colaboradores que já se reformaram em exercícios anteriores no âmbito da Caixa Privativa da Instituição e da Caixa Geral de Aposentações (Nota 17). A Instituição quantifica e regista uma provisão para fazer face aqueles encargos.

As responsabilidades da Instituição relacionadas com este plano são revistas em cada data de relato. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos nos resultados na rubrica "Provisões ((aumentos)/reduções)".

A Instituição não assume quaisquer responsabilidades por complementos de pensões com empregados no ativo.

3.16. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.17. ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.18. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Instituição não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

3.19. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 01 de março de 2017, data em que foram aprovadas pela Mesa Administrativa, conforme referido na Nota 1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 30.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Numerário	38.465,50	33.673,49
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	425.082,64	275.125,13
Aplicações de tesouraria	18.484.547,37	22.278.491,41
Linhas de crédito de curto prazo	-	-
	18.948.095,51	22.587.290,03

A rubrica de "Aplicações de tesouraria" refere-se a montantes relacionados com aplicações de curto prazo, as quais se encontram efetuadas em sete diferentes instituições bancárias nacionais, e que vencem juros a taxas de juro de mercado. Algumas aplicações de tesouraria têm maturidade superior a 3 meses, sendo as mesmas apresentadas na Demonstração do Fluxos de Caixa, na rubrica Caixa e Equivalentes, pelo fato de poderem ser desmobilizadas a qualquer momento sem penalização de juros.

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2015

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras const.	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Equipam. biológicos	Propriedades de investimento	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial	38 617 891,91	69 199 023,05	16 686 480,05	1 049 962,22	5 801 917,75	768 101,21	2 400 139,94	72 243 197,89	1 060 928,31	207 827 642,33
Aquisições	248 668,51	52 994,94	235 712,87	135 928,80	2 567,67	4 834,89	-	-	841 385,25	1 522 092,93
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	(283 874,38)	-	(283 874,38)
Transferências	(37 429 674,89)	37 679 037,03	158 301,00	-	-	-	-	(0,90)	(667 230,69)	(259 568,45)
Abates	-	-	(58 785,29)	(126 190,55)	(2 116,88)	(250,00)	-	-	-	(187 342,72)
Outras variações	-	552,13	(5 095,59)	-	(2 530,00)	(220,00)	-	-	-	(7 293,46)
Saldo final	1 436 885,53	106 931 607,15	17 016 613,04	1 059 700,47	5 799 838,54	772 466,10	2 400 139,94	71 959 322,61	1 235 082,87	208 611 656,25
Amortizações Acumuladas:										
Saldo inicial	-	28 805 065,29	15 799 865,00	991 014,29	5 292 345,40	696 590,78	161 234,34	3 387 279,05	-	55 133 394,15
Depreciações do exercício (Nota 27)	-	1 639 843,78	406 065,61	63 033,99	194 934,82	27 043,69	53 724,42	1 075 584,82	-	3 460 231,13
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	(14 174,27)	-	(14 174,27)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	(59 341,79)	(126 190,55)	(2 116,88)	(250,00)	-	-	-	(187 899,22)
Outras variações	-	(1 937,03)	(4 289,00)	-	(2 621,76)	(220,11)	-	-	-	(9 067,90)
Saldo final	-	30 442 972,04	16 142 299,82	927 857,73	5 482 541,58	723 164,36	214 958,76	4 448 689,60	-	58 382 483,89
	1 436 885,53	76 488 635,11	874 313,22	131 842,74	317 296,96	49 301,74	2 185 181,18	67 510 633,01	1 235 082,87	150 229 172,36

2016

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras const.	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Equipam. biológicos	Propriedades de investimento	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial	1 436 885,53	106 931 607,15	17 016 613,04	1 059 700,47	5 799 838,54	772 466,10	2 400 139,94	71 959 322,61	1 235 082,87	208 611 656,25
Aquisições	-	14 292,23	831 092,07	63 509,46	22 528,84	1 968,00	-	-	4 826 494,60	5 759 885,20
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	38 058 144,61	(37 729 380,98)	(24 628,98)	-	15 343,00	-	-	715 403,24	(1 307 656,66)	(272 775,77)
Abates	-	-	(21 071,29)	(15 263,22)	(153 634,00)	-	-	(1 293,42)	-	(191 261,93)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	65 416,38	(45 000,00)	20 416,38
Saldo final	39 495 030,14	69 216 518,40	17 802 004,84	1 107 946,71	5 684 076,38	774 434,10	2 400 139,94	72 738 848,81	4 708 920,81	213 927 920,13
Amortizações Acumuladas:										
Saldo inicial	-	30 442 972,04	16 142 299,82	927 857,73	5 482 541,58	723 164,36	214 958,76	4 448 689,60	-	58 382 483,89
Amortizações do exercício (Nota 26)	-	1 631 596,02	383 390,10	65 510,93	125 051,47	22 519,02	53 724,42	1 078 107,39	-	3 359 899,34
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	(207 645,26)	-	(5 155,26)	-	-	-	-	(212 800,52)
Abates	-	-	(21 019,00)	(15 263,22)	(152 986,00)	-	-	-	-	(189 268,22)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	(6 759,20)	-	(6 759,20)
Saldo final	-	32 074 568,06	16 297 025,66	978 105,44	5 449 451,79	745 683,38	268 683,18	5 520 037,79	-	61 333 555,29
	39 495 030,14	37 141 950,34	1 504 979,18	129 841,27	234 624,59	28 750,72	2 131 456,76	67 218 811,02	4 708 920,81	152 594 364,84

Em 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos na linha "Transferências" referem-se à passagem a firme de um conjunto de obras, essencialmente a Reabilitação do Edifício Quinta do Marinho (258.986 Euros) e a remodelação da cantina do Hospital da Prelada (36.000 Euros).

Durante o exercício de 2016, transferiu-se da rubrica "Edifícios e outras construções" para a rubrica "Terrenos e recursos naturais", o montante de 37.625.334,35 Euros, correspondente ao valor estimado dos terrenos do Hospital da Prelada e do Hospital Conde Ferreira.

Na linha de transferências, o valor apurado corresponde à transferência de 267.620,51 Euros de valor bruto (207.645,26 Euros de amortização acumulada) e 5.155,26 Euros de valor bruto (5.155,26 Euros de amortização acumulada) das linhas de equipamento básico e equipamento administrativo, respetivamente, para ativos intangíveis, referente aos bens afetos ao contrato de concessão do Centro de Reabilitação do Norte.

A repartição dos "Ativos fixos tangíveis em curso", em 31 de dezembro de 2016 e 2015, por projeto de investimento é como segue:

	2016	2015
Centro Corporativo SCMP	2 061 087,88	-
Complexo Habitacional Luso	-	560 995,15
Rua de Costa Cabral	165 378,37	165 378,37
Rua Chã 66	232 433,99	-
Rua Chã 102	242 267,57	-
Rua Cândido Reis	731 261,15	-
Centro Hospitalar Conde Ferreira	372 054,93	21 302,33
Hospital da Prelada "Dr. Domingos Braga Cruz"	443 259,95	85 267,53
Outros ativos fixos tangíveis em curso	461 176,97	402 139,49
	4 708 920,81	1 235 082,87

Em 31 de dezembro de 2016, as depreciações do exercício, no montante de 3.365.726,58 Euros (3.460.231,13 Euros em 31 de dezembro de 2015) foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização" (Nota 26).

As propriedades de investimento são objeto de contratos de arrendamento.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	2016			Resultado
	Rendimentos de rendas	Amortizações do exercício	Amortizações do exercício	
Arrendadas				
Propriedades de Investimento (Notas 26 e 27)	4 641 263,64	(1 078 107,39)	601 764,01	4 164 920,26
	4 641 263,64	(1 078 107,39)	601 764,01	4 164 920,26

	2015			Resultado
	Rendimentos de rendas	Amortizações do exercício	Amortizações do exercício	
Arrendadas				
Propriedades de Investimento (Notas 26 e 27)	4 529 034,02	(1 075 584,82)	602 403,49	4 055 852,69
	4 529 034,02	(1 075 584,82)	602 403,49	4 055 852,69

Uma parte significativa das propriedades de investimento corresponde a imóveis doados à Instituição. De acordo com o preconizado na Portaria 106/2011, de 14 de março, as doações que estejam associadas a ativos, deverão ser inicialmente registadas na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais”, devendo ser transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos - Imputação de doações para investimentos”, à medida que forem sendo contabilizadas as amortizações dos bens a que respeitam. Assim, nos exercícios de 2016 e de 2015, foi registado na rubrica “Outros rendimentos”, um montante de 601.764,01 Euros (2015: 602.403,49 euros) (Notas 5 e 27).

As propriedades de investimento são amortizadas de acordo com o método de quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas e de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.3.

As amortizações do exercício, no montante de 1.078.107,39 Euros (1.075.584,82 Euros em 31 de dezembro de 2015) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 26).

O resultado acima evidenciado não inclui outros encargos afetos à gestão e manutenção das propriedades de investimento arrendadas.

7. BENS DO PATRIMONIO HISTÓRICO E CULTURAL

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Instituição apresenta bens relacionados com o património histórico e artístico que se considera oportuno preservar por razões de natureza histórico/cultural, e que se apresenta como traço característico o facto de não poderem ser substituídos, no montante de 10.172.014,92 Euros (9.819.988,26 Euros em 31 de dezembro de 2015). Estes bens, de acordo com o normativo aplicável, NCRF-ESNL, não são objeto de depreciação.

Nesta rubrica encontram-se também considerados adiantamentos para aquisição de bens do património histórico e cultural num total de 90.203,98 euros.

As aquisições no exercício de 2016 referem-se, fundamentalmente, à aquisição de obras de arte para o MMIPO - Museu da Santa Casa da Misericórdia do Porto (304.591 Euros).

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 2015, o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2015

	Programas de computador	Ativos fixos intangíveis em curso	Contrato de concessão CRN	Total
Ativos				
Saldo inicial	1 265 962,08	265 973,06	1 744 842,52	3 276 777,66
Aquisições	4 428,00	102 920,50	222 379,76	329 728,26
Alienações	-	-	(556,50)	(556,50)
Transferências	39 852,00	(198 153,00)	-	(158 301,00)
Saldo final	1 310 242,08	170 740,56	1 966 665,78	3 447 648,42
Amortizações Acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	975 930,24	-	217 799,00	1 193 729,24
Amortizações do exercício (Nota 26)	189 400,23	-	456 869,54	646 269,77
Alienações/Abates	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Outras variações	0,75	-	-	0,75
Saldo final	1 165 331,22	-	674 668,54	1 839 999,76
Ativos líquidos	144 910,86	170 740,56	1 291 997,24	1 607 648,66

2016

	Programas de computador	Ativos fixos intangíveis em curso	Adiantamentos p/ conta de ativos fixos intangíveis	Contrato de concessão CRN	Total
Ativos					
Saldo inicial	1 310 242,08	170 740,56	-	1 966 665,78	3 447 648,42
Aquisições		124 858,28	-	87 523,11	212 381,39
Alienações			-	-	-
Transferências	155 349,00	(155 349,00)	-	272.775,77	272.775,77
Abates	(1 181,89)		-	-	(1 181,89)
Outras variações			-	-	-
Saldo final	1.464.409,19	140 249,84	-	2.326.964,66	3.931.623,69
Amortizações Acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	1.165.331,22	-	-	674 668,54	1 839 999,76
Amortizações do exercício (Nota 26)	128.292,52	-	-	481.775,28	610.067,80
Alienações/Abates	(1.181,89)	-	-	-	(1 181,89)
Transferências	-	-	-	212.800,52	212.800,52
Outras variações	-	-	-	-	-
Saldo final	1 292 441,85	-	-	1.369.244,34	2.661.686,19
Ativos líquidos	171 967,34	140 249,84	-	957.720,32	1.269.937,50

Em 25 de novembro de 2013, a Instituição celebrou um Acordo de Gestão (“Acordo”) com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (“ARSN”), para a exploração do Centro de Reabilitação do Norte (“CRN”), em regime de concessão, com um modelo de exploração conforme previsto no Decreto-Lei 138/2013, de 9 de outubro. As principais bases do referido Acordo, pela sua importância e impacto na situação económica e financeira da Instituição, são:

- A Instituição tem a obrigação de assegurar a prestação de serviços de medicina física e de reabilitação, a instalação e exploração do CRN, bem como a manutenção e conservação do edifício e a manutenção e conservação dos equipamentos integrantes do CRN. A Instituição fica, assim, investida na posse do CRN, o qual inclui o edifício, as obras subsequentes realizadas e os bens móveis afetos a esta atividade, não tendo o acordo por efeito a transferência da propriedade para a mesma;
- O Acordo tem prazo de três anos, renovável por períodos anuais posteriores, cujo limite máximo da concessão não poderá ultrapassar no seu conjunto os cinco anos.
- Com a extinção do Acordo, os bens e direitos afetos ao centro reverterão a favor ARSN, tendo, no entanto, a Instituição direito a receber o valor líquido dos bens adquiridos e afetos ao centro.

Desta forma, e de acordo com o modelo do Ativo Intangível previsto na IFRC 12 (Nota 3.4), a Instituição apresenta o investimento efetuado no CRN a reverter para o concedente como um direito na rubrica “Ativos intangíveis”, e procede à sua depreciação de acordo com o descrito na Nota 3.4.

As amortizações do exercício, no montante de 610.067,80 Euros (646.269,77 Euros em 31 de dezembro de 2015) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 26).

Os ativos fixos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.4.

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Instituição evidenciava o seguinte investimento em subsidiária:

2015

	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiária								
CASA TESTA - COMÉRCIO DE LOTARIAS E NUMISMÁTICA, UNIPESSOAL, LDA.	Lisboa	462 582,73	560 575,66	(97 992,93)	(6 315,42)	100%	(6 315,42)	(6 315,42)
							(6 315,42)	(6 315,42)

2016

	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiária								
CASA TESTA - COMÉRCIO DE LOTARIAS E NUMISMÁTICA, UNIPESSOAL, LDA.	Lisboa	401 376,79	493 054,30	(91 690,24)	2 018,71	100%	2 018,71	2 018,71
							2 018,71	2 018,71

A Casa Testa - Comércio de Lotarias e Numismática, Unipessoal, LDA, tem como atividade operacional a venda de lotaria clássica e popular, bem como a compra e venda de moedas antigas, ouro, prata e cobses, sendo uma das casas de apostas mais antigas no país.

Os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial em conformidade com a NCRF-ESNL.

A Instituição não se encontra a apresentar contas consolidadas, na medida em que a sua única participada, Casa Testa, não é considerada materialmente relevante para a realização do objetivo de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira das demonstrações financeiras da Instituição.

Em virtude de a proporção da Instituição nos resultados acumulados negativos da subsidiária ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento, a Instituição encontra-se a registar uma provisão no montante do Capital Próprio negativo da mesma (Nota 16) que totaliza em 2016 um valor de 97.992,93 euros (2015: 91.690,24 Euros).

10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a Declaração da Direção Geral das Contribuições e Impostos de 26 de fevereiro de 1990, a Instituição encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Mesa Administrativa da Instituição entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e em 2015.

11. INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2016			2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	405 034,19	-	405 034,19	386 233,08	-	386 233,08
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	590 884,46	53 090,43	537 794,03	732 131,32	53 090,43	679 040,89
	995 918,65	53 090,43	942 828,22	1 118 364,40	53 090,43	1 065 273,97

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	2015		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	59 822,38	885 906,94	945 729,32
Compras	597 612,75	5 011 141,36	5 608 754,11
Regularizações	(7 339,41)	(70 685,16)	(78 024,57)
Saldo final	386 233,08	732 131,32	1 118 364,40
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	263 862,64	5 094 231,82	5 358 094,46

	2016		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	386 233,08	732 131,32	1 118 364,40
Compras	296 029,86	5 471 195,95	5 767 225,81
Regularizações	(18 412,73)	(12 926,17)	(31 338,90)
Saldo final	405 034,19	590 884,46	995 918,65
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	258 816,02	5 635 755,78	5 858 332,66

Ativos Biológicos

A variação dos ativos biológicos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	2015		2016	
	Produtos acabados	Total	Produtos acabados	Total
Saldo inicial	13 649,00	13 649,00	13 920,00	13 920,00
Regularizações	-	-	-	-
Saldo final	13 920,00	13 920,00	7 500,00	7 500,00
Variação dos inventários da produção	271,00	271,00	(6 420,00)	(6 420,00)

Perdas por imparidade de inventários

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as perdas por imparidade de inventários apresentaram o movimento conforme segue:

	2016	2015
Saldo inicial	53 090,43	53 090,43
Reversões	-	-
Saldo final	53 090,43	53 090,43

12. ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 são detalhadas conforme segue:

Ativos Financeiros	2016			2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Não Corrente						
Ativos financeiros ao justo valor por resultados:						
Outras aplicações financeiras	429 400,99	-	429 400,99	970 259,95	-	970 259,95
	429 400,99	-	429 400,99	970 259,95	-	970 259,95
Ativos financeiros ao custo:						
Outras contas a receber	84 368,51	-	84 368,51	92 383,68	-	92 383,68
Investimentos Financeiros	66 973,03	-	66 973,03	39 486,09	-	39 486,09
	151 341,54	-	151 341,54	131 869,77	-	131 869,77
Corrente						
Disponibilidades:						
Caixa e depósitos bancários	18 948 095,51	-	18 948 095,51	22 587 290,03	-	22 587 290,03
	18 948 095,51	-	18 948 095,51	22 587 290,03	-	22 587 290,03
Ativos financeiros ao custo:						
Clientes	4 574 874,81	(881 842,36)	3 693 032,45	5 260 241,91	(852 415,37)	4 407 826,54
Outras contas a receber	70 493 518,73	(604 922,73)	69 888 596,00	40 128 501,57	(669 591,01)	39 458 910,56
	75 068 393,54	(1 486 765,09)	73 581 628,45	45 388 743,48	(1 522 006,38)	43 866 737,10
	94 597 231,58	(1 486 765,09)	93 110 466,49	69 078 163,23	(1 522 006,38)	67 556 156,85

Outras aplicações financeiras

A rubrica de "Outras aplicações financeiras" refere-se, essencialmente, a instrumentos financeiros cuja intenção da Instituição é de detenção por um período superior a um ano. O impacto da valorização ao justo valor destes instrumentos encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados "Aumentos/(Reduções) de justo valor".

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica analisa-se como segue:

	2016	2015
Ações cotadas	146 398,89	694 553,66
Ações não cotadas	5 718,39	6 126,39
Títulos da dívida pública	202 283,71	194 579,90
Seguro de capitalização	75 000,00	75 000,00
Outros investimentos	-	-
	429 400,99	970 259,95

As "Outras aplicações financeiras" encontram-se consideradas em "Investimentos Financeiros" juntamente com a participação no Fundo de compensação do trabalho (64.331,54 Euros) e no Fundo de Reestruturação do Setor Social (2.641,49 Euros).

Outras contas a receber - Ativo não corrente

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Outras contas a receber" do Ativo não corrente refere-se, essencialmente, à conta a receber da Casa Testa - Comércio de Lotarias e Numismática, Unipessoal, LDA, no montante de 60.000,00 Euros.

Cientes e Outras contas a receber

A rubrica de "Outras contas a receber" do Ativo corrente refere-se, essencialmente, ao valor da prestação de serviços do exercício de 2016, ainda não faturado pelo Hospital da Prelada e pelo Centro de Reabilitação do Norte à Administração Regional de Saúde do Norte (ARS -Norte), nos montantes de, aproximadamente, 28.422.000 Euros e 9.053.000 Euros, respetivamente, bem como valores ainda não faturados pelo Hospital da Prelada à ARS Norte relativos a prestação de serviços do ano 2015 no montante de aproximadamente 27.703.000 Euros. A emissão da respetiva faturação relativamente aos montantes referidos apenas ocorrerá após o encerramento de procedimentos administrativos junto das entidades respetivas, nomeadamente a homologação dos contratos programa 2016 e 2015 (Hospital da Prelada) e da realização da ata de fecho de contas do exercício de 2016 (Centro de Reabilitação do Norte). Encontra-se ainda incluído nesta rubrica o montante de 1.602.559,15 Euros, relativo ao montante que se estima

receber da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2) relativamente ao subsídio da “Casa da Prelada (Casa e Jardins)” (Nota 15).

Do montante total da receita referida acima, a Instituição já recebeu, a título de adiantamento, o montante de aproximadamente 62.711.956 Euros refletido na rubrica “Adiantamentos de Clientes” (Nota 19).

Em 31 de dezembro de 2016 e em 2015, as perdas por imparidade da Instituição apresentavam-se conforme segue:

2015

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Imparidade de clientes	894 745	90 149	-132 478	0	852 415
Imparidade de outras contas a receber	657 407	12 184	0	0	669 591
	1 552 152	102 332	-132 478	0	1 522 006

2016

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Imparidade de clientes	852 415	116 860	-38 784	-48 648	881 842
Imparidade de outras contas a receber	669 591	24 453	-22 987	-66 134	604 923
	1 522 006	141 313	-61 771	-114 782	1 486 765

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram reforçadas imparidades líquidas em dívidas a receber de clientes no montante de 78.075 Euros e foram reforçadas imparidades para outras contas a receber no montante de 1.466 Euros.

13. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” é constituída, essencialmente, por pagamentos antecipados de prémios de apólices de seguros multirrisco, no montante de 53.433 Euros e 34.909,36 Euros, respetivamente, e pagamentos antecipados de rendas de contratos de *renting* de equipamento informático, no montante de 178.217 Euros e de 132.385,76 Euros, respetivamente.

14. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a responsabilidade da Instituição por garantias prestadas analisa-se como segue:

Beneficiário	2016	2015	Tipo	Natureza
Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	515 000,00	515 000,00	Aval	Casa Testa - Comércio de Lotarias e Numismática Unipessoal, Lda.
Ministério da Justiça - Direção Regional dos Serviços Prisionais - Direção dos Serviços de Gestão dos Recursos Financeiros e Patrimoniais	483 110,25	483 110,25	Garantia Bancária	Protocolo celebrado entre a Instituição e a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, para a gestão do Estabelecimento prisional de Santa Cruz do Bispo (Feminino)
Administração Regional de Saúde do Norte	0,00	500 000,00	Garantia Bancária	Acordo de Gestão - CRN
Outros	22 813,54	22 813,36	Garantia Bancária	
	1 020 923,79	1 520 923,61		

15. FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundos patrimoniais

O valor do Fundo Social foi apurado em 1989, aquando da adoção, pela Instituição, do Plano previsto no Decreto-Lei nº 78/89, de 3 de março, que aprovou o “Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social - “PCIPSS”. Consequentemente, a situação patrimonial da Instituição (Fundo Social) foi apurada como resultado da avaliação dos seus ativos e do registo dos seus passivos naquela data.

Excedentes de Revalorização

Esta rubrica para além de reavaliações extraordinárias ao nível de ativos fixos tangíveis realizadas em exercícios anteriores, inclui também uma reavaliação ao abrigo da legislação aplicável de acordo com o Decreto lei nº 264/92, de 24 de novembro.

Resultados Transitados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os movimentos ocorridos na rubrica “Resultados transitados” analisa-se como segue:

	2016	2015
1 de janeiro	26 825 772,49	25 014 042,55
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	(327 810,86)	1 542 029,63
Regularizações por resultados (ver Nota 28)	(306 734,00)	269 700,31
31 de dezembro	26 191 227,63	26 825 772,49

Conforme deliberado pela Mesa Administrativa em 09 de março de 2016, o resultado líquido do exercício de 2015 foi transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

As regularizações registadas no exercício de 2015, no montante de 269.700,31 Euros, correspondem à transferência da rubrica “Outras variações nos fundos próprios” para a rubrica “Resultados transitados”, do valor líquido contabilístico das propriedades de investimento doadas à Instituição, e que no exercício de 2015 foram alienadas.

As regularizações registadas no exercício de 2016, no montante de -306.734,00 Euros, correspondem à transferência da rubrica “Outras variações nos fundos próprios” para a rubrica “Resultados transitados”, do valor líquido contabilístico de proveitos associados a ativos da Habitação Social que estava a ser considerada pelo valor total do investimento efetuado e não pela proporção do subsídio obtido.

Outras variações nos fundos patrimoniais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” analisam-se como segue:

	Subsídios ao investimento	Doações	Total
1 de janeiro de 2015	3 747 668,58	38 548 475,56	42 296 144,14
Aumentos	1 736 527,35	-	1 736 527,35
Diminuições	(13 237,23)	-	(13 237,23)
Regularizações por resultados (ver Nota 28)	(440 704,32)	(602 403,49)	(1 043 107,81)
Transferência para resultados transitados	-	(269 700,31)	(269 700,31)
31 de dezembro 2015	5 030 254,38	37 676 371,76	42 706 626,14
Aumentos	-	27 850,00	27 850,00
Diminuições	(133 968,20)	-	(133 968,20)
Regularizações por resultados (ver Nota 28)	61 282,25	(603 177,02)	(541 894,77)
Transferência para resultados transitados	-	-	-
31 de dezembro 2016	4 957 568,43	37 101 044,74	42 058 613,17

Subsídios ao investimento

Em 21 de dezembro de 2015, foi celebrado um contrato de financiamento entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2) e a Instituição, com vista à atribuição de um subsídio não reembolsável, no montante máximo de 1.602.559,15 Euros. Este contrato enquadra-se no projeto designado por “Casa da Prelada (Casa e Jardins)”, no âmbito do Eixo Prioritário IV, cujo cofinanciamento foi aprovado de forma condicionada, em regime de overbooking, pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte, em 3 de dezembro de 2015.

Pelo de ser convicção da Mesa Administrativa que este montante será efetivamente recebido, foi registado na rubrica “Outras contas a receber” um montante de 1.602.559,15 Euros, por contrapartida da rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais”, correspondente a melhor estimativa do subsídio a receber para cofinanciamento das obras de construção da Casa da Prelada.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. No exercício de 2016 foi imputado a resultados um montante de 246.864,76 Euros (2015: 440.704,32 Euros) (ver Nota 27).

Doações

As doações relacionadas com Propriedades de Investimento são inicialmente reconhecidas nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” (ver Nota 5) e subsequentemente imputadas, numa base sistemática, como rendimentos, à medida que forem contabilizadas as depreciações destes ativos. No exercício de 2016 foi imputado a resultados um montante de 601.764,01 Euros (2015: 602.403,49 Euros) (ver Nota 26).



16. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é detalhada como segue:

2015

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo final
Pensões a liquidar	3 959 973,01	-	(105 467,88)	(569 153,13)	3 285 352,00
Provisões para participações financeiras (Nota 9)	38 531,79	55 177,16	(2 018,71)	-	91 690,24
	3 998 504,80	55 177,16	(107 486,59)	(569 153,13)	3 377 042,24

2016

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo final
Pensões a liquidar	3 285 352,00	167 777,12	-	(503 215,12)	2 949 914,00
Provisões para participações financeiras (Nota 9)	91 690,24	6 302,69	-	-	97 992,93
	3 377 042,24	174 079,81	-	(503 215,12)	3 047 906,93

Pensões a liquidar

A rubrica de Pensões a liquidar refere-se a encargos para fazer face ao pagamento de pensões a liquidar no âmbito da Caixa Privativa e da Caixa Geral de Aposentações (Nota 17).

Provisões para participações financeiras

A rubrica de “Provisões para participações financeiras” refere-se ao registo das provisões para a participação financeira na Casa Testa em virtude de a proporção da Instituição nos resultados acumulados negativos da subsidiária ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento financeiro (Nota 9).

O aumento ocorrido no exercício de 2016 na rubrica “Provisões para Participações financeiras” está relacionado com o resultado negativo da sua participada Casa Testa no montante de 6.315 Euros, a diminuição ocorrida nos exercícios de 2015 na mesma rubrica compreende a absorção do lucro do exercício de 2015 no montante de 2.018,71 Euros. No exercício de 2016, este efeito foi evidenciado na Demonstração dos Resultados, na rubrica Provisões (aumentos)/reduções).

Ativos contingentes

Por sentença proferida no Tribunal de 1.ª Instância a Eurobraga - Empreendimentos Imobiliários de Braga, Lda.ª foi condenada a pagar à Instituição a quantia de 150.000 Euros a que acresce juros de mora vencidos desde 13/02/2012.

Outros potenciais compromissos

Em 31 de dezembro de 2016, de acordo com os advogados da Instituição, existem processos judiciais em curso tentados contra a Instituição, dos quais se destacam:

- Processo comum interposto por 63 colaboradores contra o Hospital da Prelada - Dr. Domingos Braga da Cruz no ano de 2013 em que é peticionado a condenação da Instituição a pagar o montante de, aproximadamente, 1.190.000 Euros,

relativamente a diferenças salariais entre as remunerações pagas e as que deveriam ter sido auferidas por aqueles colaboradores;

- Ação declarativa tendente à anulação de contrato de permuta de imóvel, movida contra a Instituição no ano de 2013, peticionando que a Instituição seja condenada a restituir as frações permutadas, bem como o valor de 2.603.251,16 Euros, acrescido de juros vencidos e vincendos.

Subsidiariamente, requer o pagamento do valor de 927.938,66 Euros correspondente a parcela do imóvel transmitido à autora do processo. O julgamento em 1.ª Instância absolveu a Instituição dos pedidos contra si direcionados, tendo a mesma perdido a ação no pedido de recurso, recorrendo, por conseguinte, ao Supremo Tribunal de Justiça.

A Mesa Administrativa considera que é remota a probabilidade do desfecho dos referidos processos resultar em responsabilidades para a Instituição com impacto relevante nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, pelo que não refletiu qualquer provisão para eventual desfecho desfavorável dos mesmos.

17. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Benefícios pós-emprego - planos de benefícios definidos

Os encargos com complementos de pensões de reforma, referem-se apenas a empregados já reformados, que estavam abrangidos pela Caixa Privativa da Instituição ou pela Caixa Geral de Aposentações, como segue:

Pensões - Caixa Privativa

Na ausência de um regime de Previdência Social até 1959, a Instituição assumia, até àquela data, o compromisso de conceder aos seus empregados, inscritos na Caixa Privativa, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma.

Pensões - Caixa Geral de Aposentações

Com as nacionalizações dos Hospitais propriedade da Instituição, ocorridas na década de 70, os funcionários que estavam integrados nos seus quadros passaram a ser funcionários do Estado. No entanto, a Instituição mantém a responsabilidade pelos anos em que esses ex-funcionários estiveram ao seu serviço, relativamente às pensões que lhes são devidas. Os pagamentos dessas pensões são adiantados, na totalidade, pela Caixa Geral de Aposentações, a qual requer posteriormente à Instituição a liquidação desses encargos.

De acordo com o estudo atuarial efetuado por uma entidade independente e credenciada para o efeito, com referência a 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o valor atual por serviços passados é conforme segue:

	31-12-2016	31-12-2015		31-12-2016	31-12-2015
i) Caixa Privativa	1 905 059,00	2 162 105,00	i) Taxas de referência:		
ii) Caixa Geral de Aposentações	1 044 855,00	1 123 247,00	Taxa de desconto	0,75%	1,25%
	2 949 914,00	3 285 352,00	Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Provisões (Nota 17)	2 949 914,00	3 285 352,00	ii) Tabelas de mortalidade dos pensionistas	TV 88/90	TV 88/90

Em 31 de dezembro de 2016, as responsabilidades acima referidas incluem 44 aposentados da Caixa Privativa e 125 aposentados da Caixa Geral de Aposentações (79 com pensão de aposentação e 46 com pensão de viuvez) (2015: 52 aposentados da Caixa Privativa e 128 aposentados da Caixa Geral de Aposentações (84 com pensão de aposentação e 44 com pensão de viuvez). Durante o exercício de 2016, verificaram-se 8 saídas da Caixa Privativa, 6 saídas da Caixa Geral de Aposentações, e 3 novas pensões de viuvez).

Os pressupostos atuariais utilizados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram os seguintes:

18. PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outras Contas a Pagar" apresentavam a seguinte composição:

Passivos Financeiros	2016	2015
Não Corrente		
Outras Contas a Pagar	111 222,83	102 232,89
	111 222,83	102 232,89
Corrente		
Fornecedores, conta corrente	2 989 004,15	2 516 740,78
Outras Contas a Pagar:		
Férias, subsídios férias e outros enc. c/ pessoal (i)	5 240 954,36	5 070 285,51
Fornecedores de imobilizado (ii)	1 445 483,27	179 170,72
Adiantamentos de utentes (iii)	2 996 840,32	2 846 191,36
Outros credores e encargos a liquidar	1 205 722,97	1 532 831,11
	10 889 000,92	9 628 478,70
	13 989 227,90	12 247 452,37

(i) Férias, subsídio de férias e respetivos encargos, relativos ao exercício em análise, cujo vencimento e fluxo financeiro só irá ocorrer no exercício seguinte.

(ii) Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Fornecedores de imobilizado" dizia essencialmente respeito aos investimentos efetuados no Edifício dos Serviços Partilhados e Corporativos e por liquidar em 31 de dezembro de 2016.

(iii) corresponde, fundamentalmente, aos adiantamentos efetuados por utentes do Hospital Conde Ferreira.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme segue:

	Entidade financiadora	2016			2015			Vencimento
		Montante utilizado		Total	Montante utilizado		Total	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente		
Instituições financeiras:								
Empréstimos bancários:								
Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana	IHRU	-	107 005,22	107 005,22	-	-	-	12/04/2018
Contrato nº 6510012824820027	CGD	101 309,44	329 397,84	430 707,28	101 146,34	426 470,48	527 616,82	01/02/2021
Contrato nº 6510012824820019	CGD	120 250,72	391 084,78	511 335,50	119 941,12	507 366,23	627 307,35	01/02/2021
Total instituições financeiras		221 560,16	827 487,84	942 042,78	221 087,46	933 836,71	1 154 924,17	

Os empréstimos em instituições financeiras têm prazo de reembolso de 20 anos, com amortizações trimestrais iguais e sucessivas, a primeira das quais venceu-se em fevereiro de 2002. Adicionalmente os financiamentos beneficiam de uma bonificação de taxa de juro a suportar pelo Instituto Nacional da Habitação (INH), no montante de 75% e de 60% da taxa de referência, respetivamente, para cada um dos contratos. A taxa de juro a suportar pela Instituição corresponde à taxa de juro contratual aplicada em cada período deduzida da bonificação do INH. Como garantia destes financiamentos, foi emitida uma Procuração Notarial Irrevogável a favor da Caixa Geral de Depósitos (CGD) para garantia do capital global, a qual confere poderes à CGD, numa situação de incumprimento por parte da Instituição das obrigações dos financiamentos, para constituir hipoteca sobre os prédios construídos nos fogos objeto de financiamento.

O empréstimo recebido do "Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana" rem o objetivo de promoção da Operação de Reabilitação, sendo o mesmo concedido pelo prazo da obra / período de utilização de 12 meses acrescido de um prazo de carência de 6 meses.

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Adiantamentos de clientes", corresponde essencialmente aos adiantamentos efetuados por parte da ARS Norte ao abrigo do Contrato Programa do Hospital da Prelada e Acordo de Gestão do Centro de Reabilitação do Norte, no montante de 54.510.732 Euros e 8.201.222,4 Euros, respetivamente (2015: 27.255.365,76 Euros e 8.261.208,96 Euros, respetivamente) (Nota 12).

20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 as rubricas "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	472 195,56	-	474 041,79
Imposto sobre o Valor Acrescentado	226 073,91	142 850,40	132 643,61	93 673,94
Contribuições para a Segurança Social	-	696 188,67	-	666 523,49
Outros Impostos	-	12 648,93	-	10 770,84
	226 073,91	1 323 883,56	132 643,61	1 245 010,06

Em 31 de dezembro de 2016, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (Reembolsos pedidos) no montante de 160.742,59 (71.997,84 Euros em 31 de dezembro de 2015) diz respeito à restituição do IVA suportado pela Instituição nas aquisições de bens ou serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação dos seus imóveis, ao abrigo do nº1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº20/90, de 13 de janeiro, bem como 65.331,32 Euros referente à restituição de IVA Suportado na aquisição de bens e serviços de alimentação da área social (n.º 3 da Lei n.º 85-B/2014 de 31 de dezembro).

21. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica do passivo corrente "Diferimentos" era constituída essencialmente por subsídios para as diversas ações de formação do POISE - Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego, no montante de 2.026.010 euros (Nota 23). Estão consideradas também Rendas antecipadas de Propriedades de Investimento, no montante de 90.129,20 Euros (101.358,46 Euros a 31 de dezembro de 2015).

22. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição nos exercícios de 2016 e de 2015 é detalhado conforme segue:

	2016	2015
Venda de bens	474 907,83	555 729,13
Prestação de serviços		
Hospital da Prelada	31 214 543,48	29 891 900,67
Centro Reabilitação do Norte	9 251 912,57	9 001 829,60
Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo	1 635 998,19	1 636 465,88
Hospital Conde de Ferreira	4 230 315,57	3 896 661,17
Outros	3 373 937,84	2 949 430,14
	50 181 615,48	47 932 016,59
Rendimentos de Propriedade de Investimento (Notas 6 e 27)	4 641 263,64	4 529 034,02
	54 822 879,12	52 461 050,61

Relativamente ao Hospital da Prelada, a receita evidenciada é, essencialmente, proveniente de prestações de serviços realizados na área da saúde no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado em 24 de outubro de 2008 entre a Administração Regional de Saúde do Norte e a Instituição, cujo prazo termina no ano de 2018, no montante de, aproximadamente, 28,4 milhões de Euros (27,7 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2015).

A receita relativamente ao Centro de Reabilitação do Norte resulta do Acordo de Gestão celebrado em 25 de novembro de 2013 entre a Administração Regional de Saúde do Norte e a Instituição (Notas 3.4 e 8).

A Prestação de Serviços - Outros, refere-se fundamentalmente ao rédito obtido nas áreas da educação, infância e juventude e apoio à terceira idade.

A rubrica "Vendas" é constituída, essencialmente, por vendas de produtos alimentares e de produtos farmacêuticos dos vários estabelecimentos da Instituição.

A rubrica "Rendimentos de Propriedade de Investimento" refere-se essencialmente às rendas obtidas pelo arrendamento dos imóveis classificados na rubrica "Propriedades de Investimento" (Notas 6 e 27).

23. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Instituição beneficiou dos seguintes subsídios à exploração:

Subsídio	2016	2015
Subsídios à exploração:		
Centro Regional de Segurança Social do Porto		
Terceira idade	1 059 126,17	1 123 690,72
Invalidez e reabilitação	2 259 610,53	2 280 326,62
Infância e juventude	950 801,92	974 664,20
Família e comunidade	810 223,87	800 975,74
Outros:		
DGEN	49 486,45	35 347,34
IFAP	79 356,46	45 894,65
Fundo Social Europeu - IEFP	458 858,98	290 448,45
Protocolo SMAS	7 500,00	
Outros	302 722,38	145 862,50
	5 977 686,76	5 697 210,22

As participações do Centro Regional de Segurança Social do Porto estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela Instituição, e são definidos de acordo com o número de Utentes dos serviços participados por esta entidade.

Em 31 de dezembro de 2016 encontra-se registado na rubrica “Fundo Social Europeu - IEFP” um montante de 444.147 Euros (210.742 Euros em 31 de dezembro de 2015), relacionado com os subsídios para as diversas ações de formação do POISE - Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme segue:

	2016	2015
Subcontratos	6 476 798,68	5 581 988,58
Conservação e reparação	1 288 902,82	1 537 095,99
Trabalhos especializados	2 219 503,99	1 593 019,34
Honorários	907 414,46	753 402,48
Eletricidade	1 109 860,16	1 045 662,73
Limpeza, higiene e conforto	1 034 093,02	1 021 441,43
Combustíveis	786 520,69	1 020 734,70
Água	451 395,33	468 124,80
Vigilância e segurança	836 688,41	757 222,17
Comunicação	371 544,86	344 332,51
Seguros	194 123,21	186 323,17
Outros serviços	253 732,53	536 198,14
Outros materiais	134 444,22	110 565,98
Rendas e alugueres	633 423,48	654 505,97
Artigos para oferta	37 880,83	7 401,79
Outros	30 994,40	24 944,62
	16 767 321,09	15 642 964,40

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram sobretudo na rubrica de “Subcontratos” essencialmente devido ao aumento dos gastos dos Programas de recuperação essencialmente nas áreas de Ortopedia, Cirurgia Plástica e Cirurgia Geral. Esta variação deve-se ao esforço crescente por parte do Hospital da Prelada na recuperação de listas através de médicos e enfermeiros subcontratados todos estes gastos são autorizados pelo administrador.

25. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Remunerações certas	23 996 565,56	23 501 546,67
Remunerações adicionais	6 557 298,05	6 565 612,42
Indemnizações	22 531,45	14 420,91
Encargos sobre remunerações	6 406 153,97	6 147 036,30
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	265 562,80	169 970,27
Gastos de ação social	4 211,04	23 466,38
Outros	186 696,52	116 174,49
	37 439 019,39	36 538 227,44

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 ascendeu a 1.470 e 1.452, respetivamente.

26. (GASTOS) / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 é conforme segue:

	2016	2015
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	3 365 726,58	3 460 231,13
Ativos intangíveis (Nota 8)	604 240,56	646 269,77
	3 969 967,14	4 106 500,90

27. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 2016 é conforme segue:

	2016	2015
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	828 886,64	863 975,84
Rendimentos de propriedades de investimento (Notas 6 e 22)	4 641 263,64	4 529 034,02
Descontos de pronto pagamento obtidos	72 611,15	113 173,78
Diferenças de câmbio favoráveis	4 089,79	16 170,94
Ganhos em Inventários	13 952,07	14 915,61
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	169 001,67	465 101,59
Imputação de subsídios para investimentos (Nota 15)	246 864,76	440 704,32
Imputação de doações a resultados (Nota 15)	601 764,01	602 403,49
Correções relativas a períodos anteriores	104 544,02	133 755,07
Outros	73 856,47	255 418,52
	6 756 834,22	7 434 653,18

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Outros” inclui o montante de 38.794 Euros (150.426 Euros em 31 de dezembro de 2015), referente a valores relativos a pensões de utentes do Centro Hospitalar Conde Ferreira que já faleceram e que não foram objeto de reclamação pelos respetivos familiares.

28. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 é conforme segue:

	2016	2015
Correções relativas a períodos anteriores	189 733,85	289 799,50
Donativos	163 177,00	81 653,81
Quotizações	14 060,00	7 109,19
Impostos	48 980,92	43 475,26
Perdas em inventários	20 695,68	48 585,98
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	2 219,49	93,75
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	4 982,43	0,00
Dívidas incobráveis	113 983,72	0,00
Outros	99 585,85	48 763,69
	657 418,94	519 481,18

29. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 são detalhados conforme segue:

	2016		2015	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	499,74	499,74	1 776,06	1 776,06
Outros gastos de financiamento		39 841,38		10 207,46
		40 341,12		11 983,52

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 são detalhados conforme segue:

	2016		2015	
Juros obtidos				
Depósitos em instituições de crédito	200 228,20		312 622,71	
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	552,34		577,20	
Outros	53 649,36	254 429,90	9 260,51	322 460,42
		254 429,90		322 460,42

30. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos outros eventos posteriores a 31 de dezembro de 2016 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2016.

CERTIFICAÇÃO

LEGAL

DAS CONTAS



Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Porto ("Instituição"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 258.692.533 Euros e um total de Fundos patrimoniais de 174.317.500 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.543.943 Euros), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no Fundo patrimonial e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
 o/Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
 Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
 Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
 Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
 Sede: Palácio Saldanha, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1050-310 Lisboa, Portugal

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

10 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

EXPLORAÇÃO

DEPARTAMENTAL



ÁREAS DE EXPLORAÇÃO

CENTROS DE RESULTADOS

Saúde

Hospital da Prelada
Centro Hospitalar Conde de Ferreira
Centro de Reabilitação do Norte

Social

Hospital S. Lázaro
Lar N^a Senhora Misericórdia
Lar Quinta Marinho
Lar Pereira Lima
Casa St^o António
Casa da Rua
Centro de Alojamento Social D. Manuel Martins
Centro de Alojamento Social Bento XVI
Serviço Apoio Domiciliário

Património de Rendimento

Complexos
Outros Imóveis na Zona do Porto
Imóveis de Concelhos fora do Porto
Parques de Estacionamento

Educação

Colégio N^a Senhora da Esperança

Ensino Especial

Centro Integrado Apoio Deficiência (Instituto S. Manuel)

Justiça

Estabelecimento Prisional Especial St^a Cruz do Bispo

Agricultura

Quinta D'Alva

Ambiente

Parque da Prelada
Parque Avides Moreira

Juventude

Colégio Barão Nova Sintra

Cultura

Museu
Casa da Prelada

Artes Gráficas

Artes Gráficas Serviços de Imprensa
Centro Professor Albuquerque Castro

Serviços Partilhados e Corporativos

Provedoria
Depart. Gestão Administrativa e Património
Depart. Contabilidade e Finanças
Depart. Recursos Humanos e Formação Profissional
Depart. Sistemas de Informação
Depart. Marketing e Comunicação
Depart. Atividades Culturais
Depart. Intervenção Social
Departamento Auditoria Interna
Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso
Gabinete Religioso e Culto
Serviços de Saúde
Gabinete da Qualidade e Ambiente
Gabinete de Estudos, Planeamento e Controlo de Gestão
Sede

CONTAS	ÁREAS EXPLORAÇÃO			Saúde		
	Hospital da Prelada	Centro Hospitalar Conde de Ferreira	Centro de Reabilitação do Norte	TOTAL	Artes Gráficas	Agricultura
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	31 214 543	4 230 316	9 251 913	44 696 772	29 157	103 012
VENDAS					2 760	99 018
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	31 214 543	4 230 316	9 251 913	44 696 772	26 397	3 994
Matrículas e mensalidades		49		49		
Outras	31 214 543	4 230 267	9 251 913	44 696 723	26 397	3 994
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	95 758	1 494 130	9 624	1 599 512	319 935	79 356
ISS, IP - Centros distritais		1 484 438		1 484 438	249 326	
Outros	95 758	9 692	9 624	115 074	70 609	79 356
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS						
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO						-6 420
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE					82 145	2 355
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-4 192 100	-425 718	-531 526	-5 149 344	-30 476	-1 371
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-7 289 482	-1 891 374	-3 016 333	-12 197 189	-91 745	-34 257
Subcontratos	-3 218 089	-1 081 667	-853 345	-5 153 100		
Energia e fluidos	-864 621	-251 638	-457 337	-1 573 596	-6 078	-18 386
Outros	-3 206 772	-558 070	-1 705 651	-5 470 493	-85 666	-15 871
GASTOS COM PESSOAL	-18 181 194	-4 159 740	-6 261 891	-28 602 825	-427 267	-148 940
Remunerações certas	-10 594 880	-2 890 840	-4 108 945	-17 594 665	-314 797	-111 485
Remunerações adicionais	-4 224 409	-512 654	-1 029 592	-5 766 655	-28 107	-10 645
Formação profissional	-15 170	-2 252	-4 585	-22 007	-108	-179
Pensões	-1 688	-49	17	-1 720	5	435
Encargos sobre remunerações	-3 183 039	-689 300	-1 077 206	-4 949 544	-66 688	-25 312
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-121 769	-36 638	-25 892	-184 300	-4 084	-1 396
Outros custos com o pessoal	-40 240	-28 006	-15 687	-83 934	-13 488	-358
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)						
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-79 737	-34 477	-5 805	-120 020	-10	-18
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)						
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-88 071	-7 162	-48 369	-143 602	-93	-778
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS/REVERSÕES)						
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR						
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	801 938	355 859	150 880	1 308 676	2 623	26 295
OUTROS GASTOS E PERDAS	-177 828	-25 968	-55 729	-259 525	-3 842	-3 970
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	2 103 826	-464 134	-507 237	1 132 454	-119 572	15 264
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-734 832	-756 368	-583 020	-2 074 221	-30 652	-87 717
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	1 368 994	-1 220 503	-1 090 258	-941 767	-150 225	-72 453
Juros e rendimentos similares obtidos		1		1		
Juros e gastos similares suportados	-39 205	-6 657	-19 651	-65 513	-110	-72
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1 329 788	-1 227 159	-1 109 908	-1 007 279	-150 335	-72 525
Imposto sobre rendimento do período						
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1 329 788	-1 227 159	-1 109 908	-1 007 279	-150 335	-72 525

Ambiente	Cultura	Educação	Ensino Especial	Juventude	Património de rendimento	Social	Justiça E.P.E.S.C.B	Consolidado	Serviços partilhados e corporativos
10 508	127 422	1 438 553	106 896	38 380	20 756	2 252 400	1 918 168	50 742 024	567 039
18	14 663	7 578	13	4		58 979	291 876	474 908	3 509
10 490	112 759	1 430 976	106 882	38 377	20 756	2 193 421	1 626 292	50 267 116	563 530
		1 245 829	67 330	25 468		1 640 413		2 979 089	
10 490	112 759	185 147	39 553	12 908	20 756	553 008	1 626 292	47 288 028	563 530
1 509	15	598 513	1 098 806	375 216		1 904 774	51	5 977 687	285 232
		595 386	775 172	355 219		1 620 024		5 079 565	
1 509	15	3 127	323 634	19 997		284 750	51	898 121	285 232
								-6 420	
			8 162	2 809		189 278		284 750	200 250
-666	-16 452	-69 225	-39 767	-34 773	-3 727	-220 608	-328 162	-5 894 572	-52 980
-115 150	-362 448	-584 295	-385 944	-179 953	-723 094	-1 738 374	-915 281	-17 327 730	-1 227 941
		-172 740	-89 270	-48 677		-795 008	-218 003	-6 476 799	
-10 583	-35 523	-46 881	-30 791	-28 604	-59 611	-272 804	-265 043	-2 347 900	-58 771
-104 567	-326 925	-364 673	-265 884	-102 671	-663 483	-670 562	-432 234	-8 503 031	-1 169 169
-149 296	-471 933	-1 733 089	-921 946	-488 493	-262 603	-3 522 186	-710 441	-37 439 019	-3 973 123
-114 283	-357 349	-1 325 216	-637 763	-353 042	-197 516	-2 465 337	-525 114	-23 996 566	-2 963 963
-8 404	-27 974	-84 217	-90 737	-46 092	-16 975	-421 796	-55 695	-6 557 298	-258 808
-57	-238	-776	-1 470	-146	-1 318	-2 478	-656	-29 433	-21 735
	-3	8	3	8	1 342	-28	-49		
-24 678	-80 123	-297 712	-132 597	-81 586	-44 508	-585 026	-118 380	-6 406 154	-671 017
-1 092	-4 600	-16 413	-8 060	-5 248	-2 555	-30 964	-6 850	-265 563	-37 908
-781	-1 646	-8 763	-51 320	-2 388	-1 073	-16 557	-3 697	-184 006	-19 692
-41	-43	1 620	-3 127	-1 904	21 362	21 610	1 031	-79 541	-6 193
872	-462	596	-102	-104	-20 024	-4 609	-5 773	-174 080	-174 080
			2	1		37		40	40
			61	16	71 989	1 217		73 283	1 293
4 496	85 635	94 779	45 626	2 841	4 923 483	242 725	19 616	6 756 794	177 086
-946	-13 415	-28 036	-7 465	-39 395	-87 543	-145 303	-67 978	-657 419	-343 324
-248 714	-651 682	-280 586	-98 798	-325 358	3 940 599	-1 019 039	-88 770	2 255 797	-4 546 700
-678	-181 001	-98 440	-67 474	-64 521	-1 101 235	-244 516	-19 512	-3 969 967	-307 129
-249 393	-832 683	-379 026	-166 272	-389 879	2 839 363	-1 263 555	-108 281	-1 714 170	-4 853 830
		388	10 407	3 559	1 643	238 432		254 430	252 398
-101	-153	-2 303	-108	-44	-10 309	-2 622	-2 868	-84 203	-83 388
-249 493	-832 837	-380 940	-155 972	-386 364	2 830 697	-1 027 745	-111 149	-1 543 943	-4 684 819
-249 493	-832 837	-380 940	-155 972	-386 364	2 830 697	-1 027 745	-111 149	-1 543 943	-4 684 819

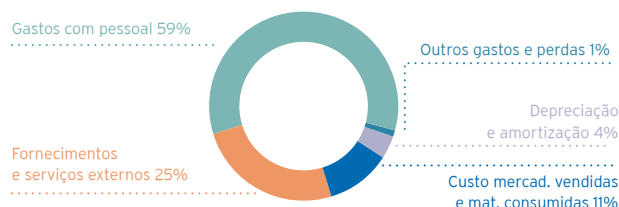
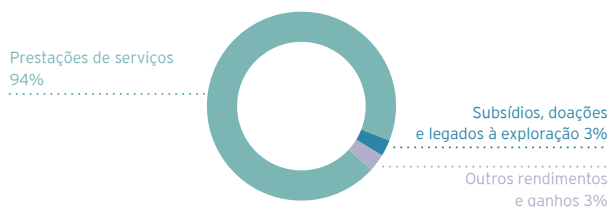
Valores em euros

SAÚDE

	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	44 696 772	46 104 689	-1 407 918	-102	42 790 306	1 906 465	4
VENDAS							
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	44 696 772	46 104 689	-1 407 918	-102	42 790 306	1 906 465	4
Matrículas e mensalidades	49	290 580	-290 531	-100		49	
Outras	44 696 723	45 814 109	-1 117 386	-2	42 790 306	1 906 417	4
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	1 599 512	1 542 647	56 865	1 815	1 533 357	66 155	283
ISS, IP - Centros distritais	1 484 438	1 536 647	-52 209	-3	1 503 438	-19 000	-1
Outros	115 074	6 000	109 074	1 818	29 919	85 155	285
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-5 149 344	-4 538 130	-611 214	-13	-4 655 551	-2 621 558	-29
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-12 197 189	-11 715 379	-481 811	-4	-10 214 580	-1 982 609	-19
Subcontratos	-5 153 100	-4 510 207	-642 893	-14	-4 361 826	-791 274	-18
Energia e fluidos	-1 573 596	-2 016 251	442 654	22	-1 725 921	152 325	9
Outros	-5 470 493	-5 188 921	-281 572	-5	-4 126 833	-5 979 767	-266
GASTOS COM PESSOAL	-28 602 825	-27 648 597	-954 228	-3	-25 579 487	-3 023 338	-12
Remunerações certas	-17 594 665	-16 953 450	-641 214	-4	-15 379 807	-2 214 858	-14
Remunerações adicionais	-5 766 655	-5 590 440	-176 216	-3	-5 652 236	-114 419	-2
Formação profissional	-22 007	-98 460	76 454	78	-6 800	-15 207	-224
Pensões	-1 720		-1 720			-1 720	
Encargos sobre remunerações	-4 949 544	-4 744 726	-204 818	-4	-4 339 319	-610 225	-14
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-184 300	-214 634	30 334	14	-114 043	-70 257	-62
Outros custos com o pessoal	-83 934	-46 886	-37 048	-79	-87 281	3 348	4
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-120 020		-120 020		-83 693	-36 327	-43
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-143 602	-559 717	416 115	74		-143 602	
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	1 308 676	1 256 193	52 483	4	1 490 678	-182 002	-12
OUTROS GASTOS E PERDAS	-259 525	-117 848	-141 677	-120	-3 407 313	3 147 788	92
RESULTADO ANTES DE DEPRECIações, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	1 132 454	4 323 858	-3 191 403	-74	1 873 717	-741 262	-40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-259 525	-117 848	-141 677	-120	-3 407 313	3 147 788	92
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-129 188	4 937 432	-5 066 620	-103	5 620 286	-5 749 474	-102
Juros e rendimentos similares obtidos	1		1		326	-325	-100
Juros e gastos similares suportados	-65 513		-65 513		-72	-65 441	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-1 007 279	1 848 027	-2 855 306	-155	-128 934	-878 345	-681
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 007 279	1 848 027	-2 855 306	-155	-128 934	-878 345	-681

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

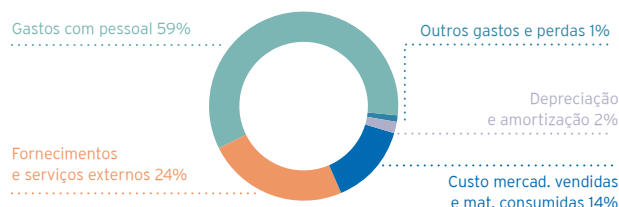
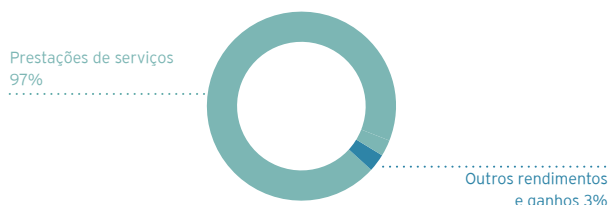


HOSPITAL DA PRELADA

	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	31 214 543	32 438 356	-1 223 813	-4	29 891 901	1 322 643	4
VENDAS							
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	31 214 543	32 438 356	-1 223 813	-4	29 891 901	1 322 643	4
Matrículas e mensalidades							
Outras	31 214 543	32 438 356	-1 223 813	-4	29 891 901	1 322 643	4
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	95 758		95 758		12 073	83 685	693
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	95 758		95 758		12 073	83 685	693
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-4 192 100	-3 862 081	-330 020	-9	-4 018 886	-1 177 313	-29
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-7 289 482	-6 791 852	-497 630	-7	-6 377 235	-912 247	-14
Subcontratos	-3 218 089	-2 853 380	-364 709	-13	-2 872 155	-345 933	-12
Energia e fluidos	-864 621	-1 042 645	178 024	17	-945 488	80 867	9
Outros	-3 206 772	-2 895 827	-310 945	-11	-2 559 592	-2 754 905	-108
GASTOS COM PESSOAL	-18 181 194	-18 001 830	-179 364	-1	-16 788 748	-1 392 446	-8
Remunerações certas	-10 594 880	-10 585 700	-9 179		-9 540 742	-1 054 137	-11
Remunerações adicionais	-4 224 409	-4 084 979	-139 429	-3	-4 240 548	16 139	
Formação profissional	-15 170	-52 474	37 304	71	-1 250	-13 920	-1 114
Pensões	-1 688		-1 688			-1 688	
Encargos sobre remunerações	-3 183 039	-3 114 013	-69 026	-2	-2 874 185	-308 854	-11
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-121 769	-139 676	17 906	13	-75 241	-46 528	-62
Outros custos com o pessoal	-40 240	-24 988	-15 253	-61	-56 782	16 542	29
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-79 737		-79 737		-59 285	-20 451	-34
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-88 071	-393 779	305 707	78		-88 071	
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	801 938	841 362	-39 424	-5	889 031	-87 093	-10
OUTROS GASTOS E PERDAS	-177 828	-83 649	-94 179	-113	-1 554 979	1 377 151	89
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	2 103 826	4 146 527	-2 042 701	-49	1 993 870	109 956	6
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-734 832	-1 121 449	386 616	34	-773 941	39 109	5
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	1 368 994	3 025 078	-1 656 085	-55	1 219 929	149 065	12
Juros e rendimentos similares obtidos					80	-80	-100
Juros e gastos similares suportados	-39 205		-39 205		-17	-39 189	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1 329 788	3 025 078	-1 695 290	-56	1 219 992	109 797	9
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1 329 788	3 025 078	-1 695 290	-56	1 219 992	109 797	9

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

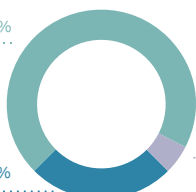


CENTRO HOSPITALAR CONDE FERREIRA	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	4 230 316	4 060 680	169 636	4	3 896 661	333 654	9
VENDAS							
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	4 230 316	4 060 680	169 636	4	3 896 661	333 654	9
Matrículas e mensalidades	49	290 580	-290 531	-100		49	
Outras	4 230 267	3 770 100	460 167	12	3 896 661	333 606	9
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	1 494 130	1 536 647	-42 517	-3	1 514 252	-20 122	-1
ISS, IP - Centros distritais	1 484 438	1 536 647	-52 209	-3	1 503 438	-19 000	-1
Outros	9 692		9 692		10 814	-1 122	-10
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-425 718	-374 556	-51 162	-14	-356 958	-391 298	-110
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-1 891 374	-2 033 238	141 864	7	-1 616 018	-275 357	-17
Subcontratos	-1 081 667	-1 037 243	-44 423	-4	-884 814	-196 852	-22
Energia e fluidos	-251 638	-438 889	187 251	43	-332 549	80 911	24
Outros	-558 070	-557 106	-964		-398 654	-727 504	-182
GASTOS COM PESSOAL	-4 159 740	-3 987 185	-172 555	-4	-3 780 577	-379 163	-10
Remunerações certas	-2 890 840	-2 763 094	-127 746	-5	-2 643 360	-247 480	-9
Remunerações adicionais	-512 654	-493 210	-19 445	-4	-481 104	-31 550	-7
Formação profissional	-2 252	-21 783	19 531	90		-2 252	
Pensões	-49		-49			-49	
Encargos sobre remunerações	-689 300	-667 723	-21 577	-3	-622 290	-67 010	-11
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-36 638	-31 002	-5 636	-18	-22 083	-14 556	-66
Outros custos com o pessoal	-28 006	-10 373	-17 633	-170	-11 739	-16 267	-139
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-34 477		-34 477		-24 408	-10 070	-41
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-7 162	-49 316	42 155	85		-7 162	
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	355 859	292 082	63 777	22	450 936	-95 077	-21
OUTROS GASTOS E PERDAS	-25 968	-9 407	-16 561	-176	-267 488	241 520	90
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-464 134	-564 294	100 159	18	-183 599	-280 535	-153
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-756 368	-815 558	59 190	7	-766 208	9 839	1
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-1 220 503	-1 379 852	159 349	12	-949 807	-270 696	-29
Juros e rendimentos similares obtidos	1		1		227	-226	-100
Juros e gastos similares suportados	-6 657		-6 657		-11	-6 647	-62 293
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-1 227 159	-1 379 852	152 693	11	-949 590	-277 569	-29
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 227 159	-1 379 852	152 693	11	-949 590	-277 569	-29

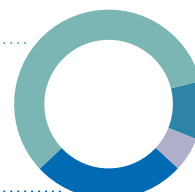
Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

Prestações de serviços 70%

Subsídios, doações
e legados à exploração 25%Outros rendimentos
e ganhos 5%

Gastos com pessoal 58%

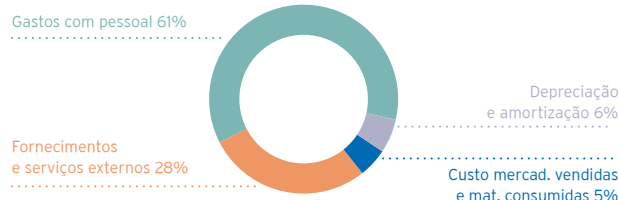
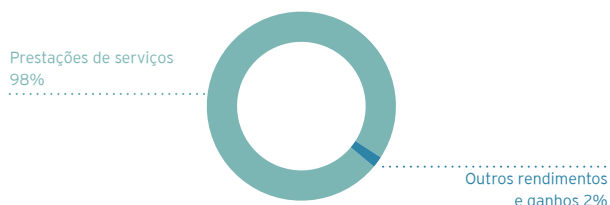
Fornecimentos
e serviços externos 26%Depreciação
e amortização 10%Custo mercad. vendas
e mat. consumidas 6%

CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE

	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	9 251 913	9 605 653	-353 740	-4	9 001 744	250 168	3
VENDAS							
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	9 251 913	9 605 653	-353 740	-4	9 001 744	250 168	3
Matrículas e mensalidades							
Outras	9 251 913	9 605 653	-353 740	-4	9 001 744	250 168	3
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	9 624	6 000	3 624	60	7 032	2 592	37
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	9 624	6 000	3 624	60	7 032	2 592	37
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-531 526	-301 494	-230 033	-76	-279 708	-1 052 947	-376
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-3 016 333	-2 890 289	-126 044	-4	-2 221 327	-795 006	-36
Subcontratos	-853 345	-619 584	-233 761	-38	-604 856	-248 489	-41
Energia e fluidos	-457 337	-534 717	77 380	14	-447 884	-9 453	-2
Outros	-1 705 651	-1 735 988	30 337	2	-1 168 587	-2 497 358	-214
GASTOS COM PESSOAL	-6 261 891	-5 659 582	-602 309	-11	-5 010 161	-1 251 729	-25
Remunerações certas	-4 108 945	-3 604 656	-504 289	-14	-3 195 704	-913 241	-29
Remunerações adicionais	-1 029 592	-1 012 251	-17 341	-2	-930 585	-99 008	-11
Formação profissional	-4 585	-24 203	19 618	81	-5 550	965	17
Pensões	17		17			17	
Encargos sobre remunerações	-1 077 206	-962 990	-114 216	-12	-842 844	-234 362	-28
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-25 892	-43 956	18 064	41	-16 719	-9 173	-55
Outros custos com o pessoal	-15 687	-11 525	-4 162	-36	-18 760	3 073	16
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-5 805		-5 805			-5 805	
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-48 369	-116 622	68 253	59		-48 369	
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	150 880	122 750	28 130	23	150 712	168	
OUTROS GASTOS E PERDAS	-55 729	-24 793	-30 937	-125	-1 584 846	1 529 116	96
RESULTADO ANTES DE DEPRECIações, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-507 237	741 624	-1 248 862	-168	63 446	-570 683	-899
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-583 020	-538 824	-44 197	-8	-462 756	-120 265	-26
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-1 090 258	202 801	-1 293 058	-638	-399 310	-690 948	-173
Juros e rendimentos similares obtidos					19	-19	-100
Juros e gastos similares suportados	-19 651		-19 651		-45	-19 606	-43 558
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-1 109 908	202 801	-1 312 709	-647	-399 336	-710 572	-178
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 109 908	202 801	-1 312 709	-647	-399 336	-710 572	-178

Valores em euros

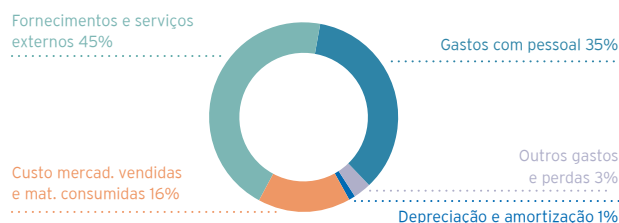
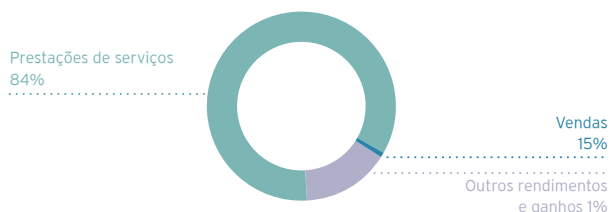
ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



JUSTIÇA ESTABELECIMENTO PRISIONAL ESP. ST ^a . CRUZ DO BISPO	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	1 918 168	1 929 327	-11 159	-1	1 925 226	-7 058	
VENDAS	291 876	289 186	2 689	1	288 760	3 116	1
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 626 292	1 640 141	-13 849	-1	1 636 466	-10 174	-1
Matrículas e mensalidades							
Outras	1 626 292	1 640 141	-13 849	-1	1 636 466	-10 174	-1
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	51		51		616	-566	-92
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	51		51		616	-566	-92
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-328 162	-326 513	-1 649	-1	-325 218	11 966	4
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-915 281	-959 349	44 069	5	-912 666	-2 615	
Subcontratos	-218 003	-217 997	-6		-218 003		
Energia e fluidos	-265 043	-291 734	26 691	9	-279 623	14 580	5
Outros	-432 234	-449 618	17 384	4	-415 040	-277 054	-67
GASTOS COM PESSOAL	-710 441	-687 954	-22 487	-3	-569 490	-140 951	-25
Remunerações certas	-525 114	-502 099	-23 015	-5	-421 297	-103 817	-25
Remunerações adicionais	-55 695	-62 781	7 086	11	-49 763	-5 932	-12
Formação profissional	-656	-3 131	2 476	79		-656	
Pensões	-49		-49			-49	
Encargos sobre remunerações	-118 380	-113 234	-5 145	-5	-92 731	-25 649	-28
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-6 850	-5 217	-1 633	-31	-2 845	-4 006	-141
Outros custos com o pessoal	-3 697	-1 491	-2 206	-148	-2 854	-843	-30
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	1 031		1 031		1 455	-424	-29
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-5 773	-23 393	17 620	75		-5 773	
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	19 616	6 144	13 472	219	6 704	12 913	193
OUTROS GASTOS E PERDAS	-67 978	-5 180	-62 798	-1212	-179 406	111 427	62
RESULTADO ANTES DE DEPRECIações, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-88 770	-66 918	-21 852	-33	-52 779	-35 991	-68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-19 512	-17 395	-2 117	-12	-9 715	-9 797	-101
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-19 512	-17 395	-2 117	-12	-9 715	-9 797	-101
Juros e rendimentos similares obtidos					36	-36	-100
Juros e gastos similares suportados	-2 868		-2 868		-103	-2 765	-2 692
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-111 149	-84 312	-26 837	-32	-62 561	-48 589	-78
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-111 149	-84 312	-26 837	-32	-62 561	-48 589	-78

Valores em euros

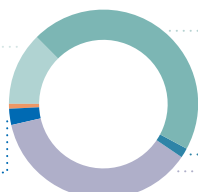
ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



AGRICULTURA Quinta D'Alva	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	103 012	195 550	-92 538	-47	191 818	-88 806	-46
VENDAS	99 018	188 675	-89 657	-48	189 958	-90 940	-48
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	3 994	6 875	-2 881	-42	1 860	2 134	115
Matrículas e mensalidades							
Outras	3 994	6 875	-2 881	-42	1 860	2 134	115
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	79 356	53 533	25 824	48	45 895	33 462	73
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	79 356	53 533	25 824	48	45 895	33 462	73
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	-6 420		-6 420		271	-6 691	-2 469
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	2 355	1 440	915	64	569	1 786	314
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-1 371	-7 004	-5 769	-82	-14 470	-18 211	-126
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-34 257	-36 032	1 774	5	-24 158	-10 099	-42
Subcontratos							
Energia e fluidos	-18 386	-10 843	-7 543	-70	-10 274	-8 112	-79
Outros	-15 871	-25 188	-41 293	-164	-13 884	-16 284	-117
GASTOS COM PESSOAL	-148 940	-128 096	-20 844	-16	-140 395	-8 545	-6
Remunerações certas	-111 485	-93 039	-18 445	-20	-104 997	-6 488	-6
Remunerações adicionais	-10 645	-10 637	-8		-10 646	1	
Formação profissional	-179	-782	603	77		-179	
Pensões	435		435			435	
Encargos sobre remunerações	-25 312	-22 278	-3 035	-14	-23 803	-1 509	-6
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-1 396	-987	-409	-41	-646	-750	-116
Outros custos com o pessoal	-358	-372	14	4	-304	-55	-18
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-18		-18			-18	
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-778	-2 394	1 616	68		-778	
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	26 295	15 978	10 316	65	38 805	-12 510	-32
OUTROS GASTOS E PERDAS	-3 970	-1 486	-2 485	-167	-16 759	12 789	76
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	15 264	91 490	-76 226	-83	81 575	-66 312	-81
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-87 717	-92 676	4 959	5	-90 746	3 029	3
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-72 453	-1 186	-71 267	-6 009	-9 170	-63 282	-690
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-72		-72		-9	-63	-726
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-72 525	-1 186	-71 339	-6 015	-9 179	-63 346	-690
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-72 525	-1 186	-71 339	-6 015	-9 179	-63 346	-690

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

Outros rendimentos
e ganhos 13%Trabalhos para
a própria entidade 1%Variação nos inventários
da produção -3%

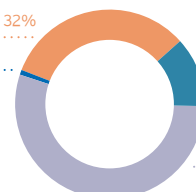
Vendas 48%

Prestações de serviços 3%

Subsídios, doações e legados
à exploração 39%

Depreciação e amortização 32%

Outros gastos e perdas 1%

Fornecimentos
e serviços externos 12%

Gastos com pessoal 54%

AMBIENTE PARQUE DA PRELADA	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	10 508	10 000	508	5	2 800	7 708	275
VENDAS	18		18			18	
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	10 490	10 000	490	5	2 800	7 690	275
Matrículas e mensalidades							
Outras	10 490	10 000	490	5	2 800	7 690	275
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	1 509		1 509			1 509	
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	1 509		1 509			1 509	
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE					6 585	-6 585	-100
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS							
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-666	-3	-664	-24 952		-25 475	
Subcontratos	-115 150	-88 108	-27 042	-31	-92 058	-23 092	-25
Energia e fluidos							
Outros	-10 583	-3 958	-6 625	-167	-8 200	-2 383	-29
GASTOS COM PESSOAL	-104 567	-84 150	-20 417	-24	-83 857	-53 490	-64
Remunerações certas	-149 296	-113 691	-35 605	-31	-122 112	-27 184	-22
Remunerações adicionais	-114 283	-83 959	-30 324	-36	-93 586	-20 696	-22
Formação profissional	-8 404	-9 137	733	8	-7 290	-1 115	-15
Pensões	-57	-796	739	93		-57	
Encargos sobre remunerações	-24 678	-18 533	-6 145	-33	-20 240	-4 438	-22
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-1 092	-886	-206	-23	-706	-386	-55
Outros custos com o pessoal	-781	-379	-402	-106	-290	-491	-169
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/ REVERSÕES)	-41		-41			-41	
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	872	-137	1 008	737		872	
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	4 496	57 005	-52 509	-92	6 697	-2 201	-33
OUTROS GASTOS E PERDAS	-946	-167	-780	-467	-3 478	2 531	73
RESULTADO ANTES DE DEPRECIações, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-248 714	-135 100	-113 614	-84	-201 565	-47 149	-23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-678	-854	176	21	-792	114	14
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-249 393	-135 955	-113 438	-83	-202 357	-47 035	-23
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-101		-101			-101	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-249 493	-135 955	-113 539	-84	-202 357	-47 136	-23
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-249 493	-135 955	-113 539	-84	-202 357	-47 136	-23

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



ARTES GRÁFICAS

ARTES GRÁFICAS | CENTRO PROF. ALBUQUERQUE CASTRO

	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	29 157	42 350	-13 193	-31	45 597	-16 440	-36
VENDAS	2 760	5 126	-2 366	-46	4 199	-1 439	-34
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	26 397	37 224	-10 827	-29	41 398	-15 001	-36
Matrículas e mensalidades							
Outras	26 397	37 224	-10 827	-29	41 398	-15 001	-36
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	319 935	357 727	-37 793	-11	250 501	69 434	28
ISS, IP - Centros distritais	249 326	245 981	3 345	1	246 126	3 200	1
Outros	70 609	111 746	-41 137	-37	4 375	66 234	1514
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	82 145	40 854	41 291	101	57 829	24 316	42
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-30 476	-21 809	-8 667	-40	-24 100	-49 845	-207
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-91 745	-136 584	44 839	33	-45 075	-46 670	-104
Subcontratos							
Energia e fluidos	-6 078	-3 389	-2 689	-79	-2 903	-3 175	-109
Outros	-85 666	-133 194	47 528	36	-42 172	-101 760	-241
GASTOS COM PESSOAL	-427 267	-394 456	-32 811	-8	-365 148	-62 119	-17
Remunerações certas	-314 797	-300 927	-13 870	-5	-288 761	-26 036	-9
Remunerações adicionais	-28 107	-22 051	-6 056	-27	-19 607	-8 500	-43
Formação profissional	-108	-2 131	2 022	95		-108	
Pensões	5		5			5	
Encargos sobre remunerações	-66 688	-65 259	-1 430	-2	-61 687	-5 002	-8
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-4 084	-3 075	-1 009	-33	-2 162	-1 922	-89
Outros custos com o pessoal	-13 488	-1 014	-12 474	-1 230	7 068	-20 556	-291
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-10		-10			-10	
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-93	-479	386	81		-93	
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2 623		2 623		1 574	1 049	67
OUTROS GASTOS E PERDAS	-3 842	-244	-3 598	-1 474	-13 620	9 778	72
RESULTADO ANTES DE DEPRECIações, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-119 572	-112 640	-6 932	-6	-92 443	-27 130	-29
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-30 652	-30 613	-39		-30 541	-111	
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-150 225	-143 254	-6 971	-5	-122 984	-27 241	-22
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-110		-110			-110	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-150 335	-143 254	-7 081	-5	-122 984	-27 351	-22
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-150 335	-143 254	-7 081	-5	-122 984	-27 351	-22

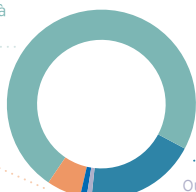
Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

Subsídios, doações e legados à exploração 74%

Prestações de serviços 6%

Vendas 1%



Trabalhos para a própria entidade 19%

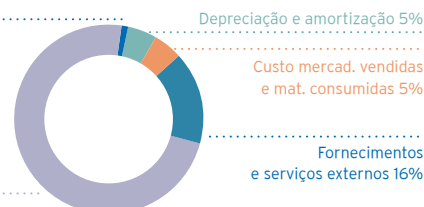
Outros rendimentos e ganhos 1%

Depreciação e amortização 5%

Outros gastos e perdas 1%

Gastos com pessoal 73%

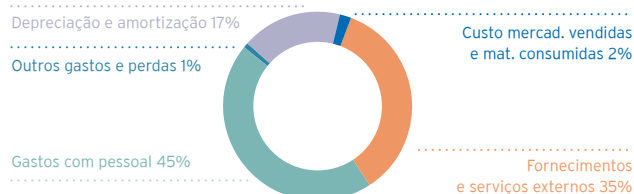
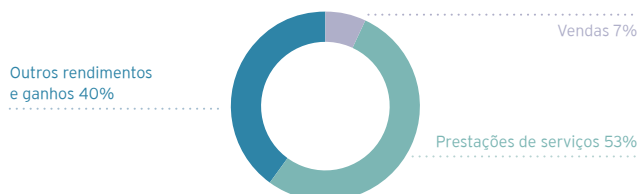
Fornecimentos e serviços externos 16%



CULTURA MUSEU CASA DA PRELADA	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	127 422	303 300	-175 878	-58	49 441	77 981	158
VENDAS	14 663	27 050	-12 387	-46	7 465	7 198	96
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	112 759	276 250	-163 491	-59	41 976	70 783	169
Matrículas e mensalidades							
Outras	112 759	276 250	-163 491	-59	41 976	70 783	169
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	15		15		2 212	-2 197	-99
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	15		15		2 212	-2 197	-99
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-16 452	-35 954	19 502	54	-8 568	-92 361	-1 078
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-362 448	-367 445	4 996	1	-283 112	-79 336	-28
Subcontratos							
Energia e fluidos	-35 523	-35 539	16		-22 498	-13 025	-58
Outros	-326 925	-331 906	4 980	2	-260 614	-31 865	-12
GASTOS COM PESSOAL	-471 933	-654 333	182 400	28	-457 479	-14 454	-3
Remunerações certas	-357 349	-496 948	139 599	28	-344 867	-12 482	-4
Remunerações adicionais	-27 974	-37 171	9 196	25	-27 367	-608	-2
Formação profissional	-238	-3 555	3 317	93		-238	
Pensões	-3		-3			-3	
Encargos sobre remunerações	-80 123	-109 881	29 759	27	-76 043	-4 080	-5
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-4 600	-5 085	485	10	-1 833	-2 767	-151
Outros custos com o pessoal	-1 646	-1 693	47	3	-7 370	5 723	78
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-43		-43			-43	
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-462	-3 694	3 231	87		-462	
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	85 635		85 635		99 365	-13 730	-14
OUTROS GASTOS E PERDAS	-13 415	-1 046	-12 369	-182	-203 044	189 629	93
RESULTADO ANTES DE DEPRECIações, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-651 682	-759 172	107 489	14	-801 185	149 503	19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-181 001	-181 911	910	1	-176 478	-4 523	-3
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-832 683	-941 083	108 400	12	-977 663	144 979	15
Juros e rendimentos similares obtidos	-832 683	-941 083	108 400	12	-977 663	144 979	15
Juros e gastos similares suportados	-65 513		-65 513		-72	-65 441	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-832 837	-941 083	108 246	12	-976 863	144 026	15
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-832 837	-941 083	108 246	12	-976 863	144 026	15

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

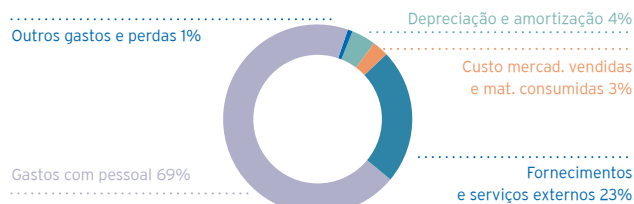


EDUCAÇÃO
COLÉGIO Nº. SRª. DA ESPERANÇA

	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	1 438 553	1 306 493	132 060	10	1 211 995	226 558	19
VENDAS	7 578	7 260	318	4	7 290	288	4
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 430 976	1 299 233	131 743	10	1 204 705	226 271	19
Matrículas e mensalidades	1 245 829	1 159 963	85 865	7	1 042 048	203 781	20
Outras	185 147	139 270	45 877	33	162 657	22 490	14
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	598 513	614 807	-16 294	-3	619 889	-21 376	-3
ISS, IP - Centros distritais	595 386	614 807	-19 421	-3	619 445	-24 059	-4
Outros	3 127		3 127		444	2 683	605
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-69 225	-24 804	-44 421	-179	-60 639	-86 702	-143
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-584 295	-459 126	-125 169	-27	-503 916	-80 379	-16
Subcontratos	-172 740	-160 900	-11 840	-7	-161 319	-11 421	-7
Energia e fluidos	-46 881	-56 157	9 275	17	-51 979	5 098	10
Outros	-364 673	-242 070	-122 604	-51	-290 617	-367 077	-126
GASTOS COM PESSOAL	-1 733 089	-1 514 579	-218 510	-14	-1 544 357	-188 732	-12
Remunerações certas	-1 325 216	-1 191 497	-133 719	-11	-1 180 949	-144 267	-12
Remunerações adicionais	-84 217	-81 433	-2 785	-3	-74 522	-9 695	-13
Formação profissional	-776	-7 894	7 118	90		-776	
Pensões	8		8			8	
Encargos sobre remunerações	-297 712	-217 878	-79 835	-37	-274 098	-23 615	-9
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-16 413	-12 119	-4 294	-35	-8 839	-7 574	-86
Outros custos com o pessoal	-8 763	-3 759	-5 004	-133	-5 949	-2 813	-47
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	1 620		1 620			1 620	
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	596	-15 869	16 465	104		596	
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR							
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	94 779	177 265	-82 487	-47	184 995	-90 217	-49
OUTROS GASTOS E PERDAS	-28 036	-4 328	-23 708	-548	-143 334	115 298	80
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACIONES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-280 586	79 859	-360 444	-451	-235 367	-45 218	-19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-98 440	-111 264	12 824	12	-104 820	6 380	6
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-379 026	-31 406	-347 620	-1 107	-340 187	-38 839	-11
Juros e rendimentos similares obtidos	388		388		2 441	-2 054	-84
Juros e gastos similares suportados	-2 303		-2 303		-1	-2 301	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-380 940	-31 406	-349 535	-1 113	-337 747	-43 194	-13
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-380 940	-31 406	-349 535	-1 113	-337 747	-43 194	-13

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



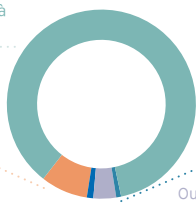
ENSINO ESPECIAL CENTRO INTEGRADO DE APOIO À DEFICIÊNCIA	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	106 896	74 693	32 203	43	73 667	33 229	45
VENDAS	13	960	-947	-99	89	-76	-85
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	106 882	73 733	33 150	45	73 578	33 305	45
Matrículas e mensalidades	67 330	66 370	959	1	67 141	188	
Outras	39 553	7 363	32 190	437	6 436	33 116	515
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	1 098 806	1 136 378	-37 572	-3	843 810	254 996	30
ISS, IP - Centros distritais	775 172	776 118	-945		776 889	-1 716	
Outros	323 634	360 261	-36 627	-10	66 921	256 713	384
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	8 162	9 185	-1 022	-11		8 162	
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-39 767	-40 381	614	2	-36 852	-230 436	-625
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-385 944	-454 445	68 501	15	-169 711	-216 233	-127
Subcontratos	-89 270	-122 974	33 704	27	-81 989	-7 281	-9
Energia e fluidos	-30 791	-31 684	894	3	-23 868	-6 923	-29
Outros	-265 884	-299 786	33 903	11	-63 854	-127 561	-200
GASTOS COM PESSOAL	-921 946	-820 296	-101 650	-12	-827 148	-94 798	-11
Remunerações certas	-637 763	-599 504	-38 260	-6	-621 275	-16 489	-3
Remunerações adicionais	-90 737	-76 952	-13 785	-18	-75 322	-15 415	-20
Formação profissional	-1 470	-5 543	4 072	73	-285	-1 185	-416
Pensões	3		3			3	
Encargos sobre remunerações	-132 597	-129 217	-3 380	-3	-132 921	324	
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-8 060	-6 440	-1 620	-25	-4 237	-3 823	-90
Outros custos com o pessoal	-51 320	-2 639	-48 681	-1 844	6 892	-58 212	-845
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-3 127		-3 127			-3 127	
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-102	-889	787	89		-102	
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2		2			2	
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	61		61			61	
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	45 626	9 771	35 855	367	99 340	-53 714	-54
OUTROS GASTOS E PERDAS	-7 465	-1 263	-6 202	-491	-31 035	23 570	76
RESULTADO ANTES DE DEPRECIações, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-98 798	-87 246	-11 552	-13	-47 930	-50 868	-106
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-67 474	-52 656	-14 817	-28	-70 526	3 052	4
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-166 272	-139 903	-26 369	-19	-118 456	-47 816	-40
Juros e rendimentos similares obtidos	10 407	8 232	2 175	26	309	10 098	3 263
Juros e gastos similares suportados	-108		-108		0	-108	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-1 007 279	1 848 027	-2 855 306	-155	-128 934	-878 345	-681
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-155 972	-131 671	-24 302	-18	-118 146	-37 826	-32

Valores em euros

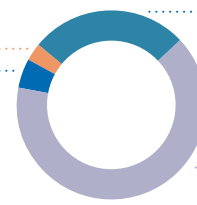
ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

Subsídios, doações e legados à
exploração 87%

Prestações de serviços 8%

Juros e rendimentos
similares obtidos 1%Trabalhos para
a própria entidade 1%

Outros rendimentos e ganhos 4%

Custo mercad. vendidas
e mat. consumidas 3%Depreciação
e amortização 5%Fornecimentos
e serviços externos 27%

Gastos com pessoal 65%

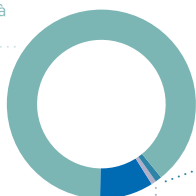
JUVENTUDE
COLÉGIO DO BARÃO DE NOVA SINTRA

	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	38 380	20 528	17 853	87	23 064	15 317	66
VENDAS	4		4			4	
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	38 377	20 528	17 849	87	23 064	15 313	66
Matrículas e mensalidades	25 468	20 170	5 298	26	23 064	2 405	10
Outras	12 908	358	12 551	3 508		12 908	
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	375 216	356 915	18 301	5	358 546	16 670	5
ISS, IP - Centros distritais	355 219	355 219			355 219		
Outros	19 997	1 696	18 301	1 079	3 327	16 670	501
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	2 809	2 530	279	11		2 809	
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-34 773	-44 763	9 990	22	-34 935	40 533	116
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-179 953	-207 310	27 358	13	-222 739	42 786	19
Subcontratos	-48 677	-61 858	13 180	21	-46 419	-2 258	-5
Energia e fluidos	-28 604	-25 922	-2 682	-10	-28 609	5	
Outros	-102 671	-119 531	16 860	14	-147 710	70 435	48
GASTOS COM PESSOAL	-488 501	-518 845	30 345	6	-523 547	35 047	7
Remunerações certas	-353 042	-378 058	25 016	7	-382 171	29 129	8
Remunerações adicionais	-46 092	-45 519	-572	-1	-48 273	2 181	5
Formação profissional	-146	-3 184	3 039	95	-1 800	1 654	92
Pensões	8		8			8	
Encargos sobre remunerações	-81 586	-86 535	4 949	6	-84 009	2 423	3
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-5 248	-4 033	-1 216	-30	-2 917	-2 332	-80
Outros custos com o pessoal	-2 388	-1 516	-872	-57	-4 378	1 990	45
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-1 904		-1 904			-1 904	
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-104	-274	170	62		-104	
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	1		1			1	
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	16		16			16	
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2 841	292	2 549	872	41 028	-38 186	-93
OUTROS GASTOS E PERDAS	-39 395	-5 179	-34 216	-661	-21 802	-17 592	-81
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-325 366	-396 106	70 740	18	-380 387	55 020	14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-64 521	-70 351	5 830	8	-69 306	4 785	7
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-389 887	-466 457	76 570	16	-449 693	59 805	13
Juros e rendimentos similares obtidos	3 559	2 268	1 291	57	165	3 395	2 060
Juros e gastos similares suportados	-44	0	-44		-9	-35	-393
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-386 372	-464 189	77 817	17	-449 537	63 165	14
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-386 372	-464 189	77 817	17	-449 537	63 165	14

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

Subsídios, doações e legados à exploração 89%

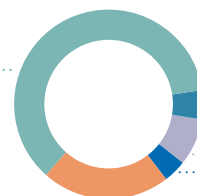


Prestações de serviços 9%

Outros rendimentos e ganhos 1%

Juros e rendimentos similares obtidos 1%

Gastos com pessoal 61%



Fornecimentos e serviços externos 22%

Outros gastos e perdas 5%

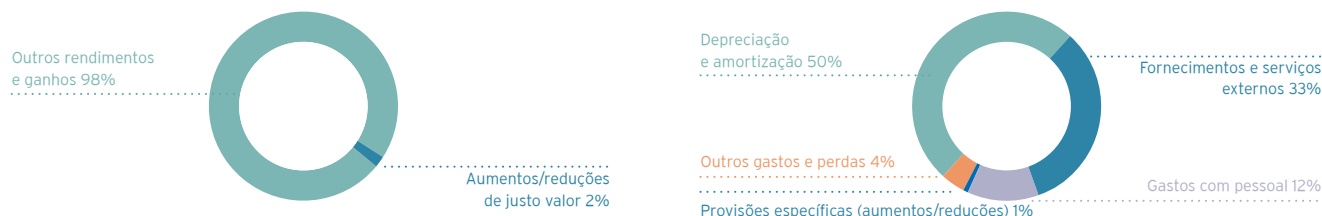
Depreciação e amortização 8%

Custo mercad. vendidas e mat. consumidas 4%

PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO COMPLEXOS PARQUES ESTACIONAMENTO OUTROS	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	20 756	23 880	-3 124	-13	20 518	238	1
VENDAS							
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	20 756	23 880	-3 124	-13	20 518	238	1
Matrículas e mensalidades							
Outras	20 756	23 880	-3 124	-13	20 518	238	1
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO							
ISS, IP - Centros distritais							
Outros							
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE							
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-3 727	-389	-3 338	-859		-208 972	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-723 094	-745 151	22 057	3	-525 481	-197 613	-38
Subcontratos							
Energia e fluidos	-59 611	-58 891	-720	-1	-48 253	-11 359	-24
Outros	-663 483	-686 259	22 777	3	-477 228	-521 579	-109
GASTOS COM PESSOAL	-262 603	-211 960	-50 643	-24		-262 603	
Remunerações certas	-197 516	-159 042	-38 474	-24		-197 516	
Remunerações adicionais	-16 975	-14 302	-2 674	-19		-16 975	
Formação profissional	-1 318	-935	-383	-41		-1 318	
Pensões	1 342		1 342			1 342	
Encargos sobre remunerações	-44 508	-35 586	-8 922	-25		-44 508	
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 555	-1 650	-905	-55		-2 555	
Outros custos com o pessoal	-1 073	-445	-628	-141		-1 073	
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	21 362		21 362		1 343	20 019	1 491
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-20 024	-55 609	35 585	64		-20 024	
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	71 989		71 989			71 989	
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	4 923 483	4 556 213	367 269	8	5 409 764	-486 282	-9
OUTROS GASTOS E PERDAS	-87 543	-17 781	-69 761	-392	-366 621	279 078	76
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	3 940 599	3 549 203	391 395	11	4 539 523	-598 925	-13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 101 235	-1 082 154	-19 081	-2	-1 070 739	-30 496	-3
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	2 839 363	2 467 049	372 314	15	3 468 784	-629 421	-18
Juros e rendimentos similares obtidos	1 643		1 643		107	1 537	1 442
Juros e gastos similares suportados	-10 309	-1 910	-8 399	-440	-1 779	-8 530	-479
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	2 830 697	2 465 139	365 558	15	3 467 112	-636 414	-18
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2 830 697	2 465 139	365 558	15	3 467 112	-636 414	-18

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



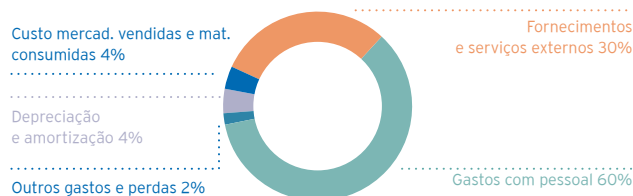
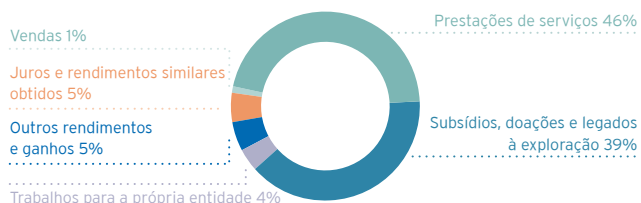
SOCIAL

ERPI'S | CASA DA RUA | CASA STº. ANTÓNIO |
CENTROS DE ALOJAMENTO | SAD's

	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	2 252 400	1 808 759	443 641	25	1 670 591	581 809	35
VENDAS	58 979	52 217	6 762	13	57 969	1 010	2
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2 193 421	1 756 542	436 880	25	1 612 622	580 799	36
Matrículas e mensalidades	1 640 413	1 694 352	-53 939	-3	1 580 683	59 730	4
Outras	553 008	62 189	490 819	789	31 939	521 069	1 631
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	1 904 774	1 984 045	-79 271	-4	1 680 913	223 861	13
ISS, IP - Centros distritais	1 620 024	1 834 868	-214 844	-12	1 678 540	-58 516	-3
Outros	284 750	149 178	135 572	91	2 373	282 377	11 902
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS							
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	189 278	222 586	-33 307	-15		189 278	
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-220 608	-207 186	-13 422	-6	-200 389	-138 057	-69
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-1 738 374	-1 918 120	179 746	9	-1 663 462	-74 912	-5
Subcontratos	-795 008	-919 814	124 806	14	-712 432	-82 576	-12
Energia e fluidos	-272 804	-314 468	41 664	13	-292 235	19 432	7
Outros	-670 562	-683 839	13 277	2	-658 794	-933 662	-142
GASTOS COM PESSOAL	-3 522 186	-3 532 550	10 364	0	-3 046 535	-475 651	-16
Remunerações certas	-2 465 337	-2 451 191	-14 145	-1	-2 111 549	-353 788	-17
Remunerações adicionais	-421 796	-437 362	15 566	4	-402 793	-19 003	-5
Formação profissional	-2 478	-22 096	19 617	89	-1 480	-998	-67
Pensões	-28		-28			-28	
Encargos sobre remunerações	-585 026	-583 878	-1 148		-500 832	-84 193	-17
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-30 964	-27 501	-3 463	-13	-15 693	-15 271	-97
Outros custos com o pessoal	-16 557	-10 522	-6 035	-57	-14 189	-2 368	-17
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	21 610		21 610		9 778	11 832	121
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)							
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-4 609	-21 546	16 937	79		-4 609	
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	37		37			37	
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	1 217		1 217			1 217	
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	242 725	5 785	236 939	4 096	1 007 936	-765 212	-76
OUTROS GASTOS E PERDAS	-145 303	-10 525	-134 778	-1 281	-604 092	458 789	76
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-1 019 039	-1 668 752	649 712	39	-1 145 260	126 221	11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-244 516	-259 622	15 105	6	-242 349	-2 167	-1
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-1 263 555	-1 928 373	664 818	34	-1 387 609	124 054	9
Juros e rendimentos similares obtidos	238 432	199 500	38 932	20	997	237 434	23 803
Juros e gastos similares suportados	-2 622		-2 622		-3	-2 618	-82 341
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-1 027 745	-1 728 873	701 128	41	-1 386 615	358 870	26
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 027 745	-1 728 873	701 128	41	-1 386 615	358 870	26

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

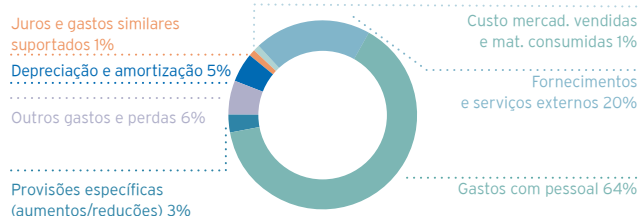


SERVIÇOS PARTILHADOS
E CORPORATIVOS

	Realizado 2016	Orçamentado 2016	Valor	Desvio (%)	Dezembro 2015	Valor	Desvio (%)
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	567 039	33 125	533 914	1 612	50 399	516 640	1 025
VENDAS	3 509		3 509			3 509	
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	563 530	33 125	530 405	1 601	50 399	513 131	1 018
Matrículas e mensalidades							
Outras	563 530	33 125	530 405	1 601	50 399	513 131	1 018
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	285 232	157 029	128 203	82	361 472	-76 240	-21
ISS, IP - Centros distritais							
Outros	285 232	157 029	128 203	82	361 472	-76 240	-21
GANHOS (PERDAS) IMPUTADOS DE SUBS., ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS					2 019	-2 019	-100
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO							
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	200 250	234 301	-34 051	-15	231 071	-30 821	-13
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	-52 980	-6 599	-46 381	-703	-24 220	-115 550	-477
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-1 227 941	-1 003 354	-224 586	-22	-1 126 589	-101 352	-9
Subcontratos							
Energia e fluidos	-58 771	-47 499	-11 272	-24	-44 573	-14 198	-32
Outros	-1 169 169	-955 855	-213 314	-22	-1 082 015	-1 143 618	-106
GASTOS COM PESSOAL	-3 973 123	-3 680 342	-292 781	-8	-3 402 019	-571 104	-17
Remunerações certas	-2 963 963	-2 768 182	-195 782	-7	-2 572 289	-391 675	-15
Remunerações adicionais	-258 808	-238 520	-20 288	-9	-197 794	-61 014	-31
Formação profissional	-21 735	-15 225	-6 510	-43	-31 573	9 838	31
Pensões							
Encargos sobre remunerações	-671 017	-622 539	-48 478	-8	-541 354	-129 664	-24
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-37 908	-28 626	-9 282	-32	-16 050	-21 858	-136
Outros custos com o pessoal	-19 692	-7 250	-12 442	-172	-42 960	23 268	54
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIO (PERDAS/REVERSÕES)							
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-6 193		-6 193		101 263	-107 456	-106
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)					105 468	-105 468	-100
PROVISÕES ESPECÍFICAS (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-174 080	-684 000	509 920	75	-55 177	-118 903	-215
GANHOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	40		40			40	
OUTRAS IMPARIIDADES (PERDAS/REVERSÕES)							
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	1 293		1 293		167 836	-166 542	-99
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	177 086		177 086		104 852	72 235	69
OUTROS GASTOS E PERDAS	-343 324	-129 831	-213 493	-164	-172 975	-170 349	-98
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-4 546 700	-5 079 672	532 972	10	-3 656 601	-890 100	-24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-307 129	-227 828	-79 301	-35	-237 585	-69 545	-29
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-4 853 830	-5 307 500	453 670	9	-3 894 185	-959 644	-25
Juros e rendimentos similares obtidos	252 398	210 000	42 398	20	317 279	-64 880	-20
Juros e gastos similares suportados	-83 388		-83 388		-10 007	-73 381	-733
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-4 684 819	-5 097 500	412 681	8	-3 586 914	-1 097 905	-31
Imposto sobre rendimento do período							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-4 684 819	-5 097 500	412 681	8	-3 586 914	-1 097 905	-31

Valores em euros

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS



PARECER

DO DEFINITÓRIO



Parecer do Definitório

Relatório de Gestão e Contas de 2016

Nos termos da alínea c-), nº1 e nº3 do artigo 57º do Compromisso da Santa Casa Misericórdia do Porto, vem o Definitório apresentar o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício económico de 2016, depois de o apreciar e aprovar na sua reunião de treze de Março de 2017, documento este que nos foi apresentado pela Mesa Administrativa.

Âmbito

1. Relatório de Gestão

Na apreciação do documento que nos fora entregue, o Definitório considera positivo que se continue a observar e manter atuais os princípios basilares que foram estrategicamente definidos como prioritários ou seja, (i) o princípio do controlo do défice por atividade, (ii) o princípio da integração e partilha de serviços, (iii) o princípio do investimento sustentado e (iv) o princípio da regra de ouro orçamental.

Dentro deste objetivo, merece particular realce em 2016, a decisão da Mesa Administrativa que cria o Centro de Conferência de Faturas. Para além da economia nos custos operativos, pretende-se uniformizar a circulação de faturas em suporte informático (desmaterialização), assegurando a sua validação e conformidade, dentro do cumprimento de dois dos princípios acima mencionados :

- maior controlo do défice; e
- integração de serviços.

De resto, a informação que consta no Relatório de Gestão está isenta de distorções e é concordante com a atividade do período.

2. Relatório e Contas

Examinámos as demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia do Porto, cujas políticas contabilísticas adotadas são adequadas, não só por se usarem



princípios e critérios geralmente aceites em Portugal, para Entidades do Setor Não Lucrativo, como ainda por se terem seguido as recomendações do auditor externo, PricewaterhouseCoopers (PwC) nos termos do "Memorando de Conclusões" entretanto apresentado e plasmado no "Relatório de Auditoria" de 10/3/2017.

O Balanço em 31/12/2016 evidencia um total de Ativo 258.692.533 €, com um total de Capital Próprio de 174.317.500 € e um Passivo de 84.375.032 €.

Em base comparada e face ao ano de 2015, o Ativo cresceu cerca de 28 Milhões de euros.

A conta de exploração viu reforçado o seu nível de Rendimentos Operacionais em cerca de 2 Milhões de euros, atingindo um valor global consolidado de 63.889.155 €. Ainda assim, importa registar o Resultado Líquido do Exercício negativo, justificado sobretudo pelo elevado nível de amortizações constituídas resultantes dos investimentos realizados.

Parecer

Com base na verificação efetuada sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação de gestão que consta nos documentos já aqui referidos, o Definitório elabora o seguinte parecer:

1. Por se considerar que o Relatório de Gestão e Contas apresenta de forma verdadeira, apropriada e consistente a realidade da atividade e a situação económica e financeira de todos os centros de exploração da Santa Casa da Misericórdia do Porto, propõe à Assembleia Geral que se realiza no dia 30 de Março p.f. a sua aprovação;
2. Renova uma vez mais e regista, desta forma, o seu apreço à Mesa Administrativa e aos Colaboradores da Santa Casa, pelo esforço e dedicação que aplicaram no cumprimento dos principais objetivos de exploração, realçando-se a preocupação e empenho em assegurar o foco da nossa missão fundamental no plano da ação social.

Porto, 13 de Março de 2017



O Definitório:

(Joaquim Sabino Rangel Pamplona - Presidente)

(Joaquim Silva Vianez - Vice-Presidente)

(António Alves Teixeira do Carmo - Secretário)

(Justino dos Santos - Vogal)

PROPOSTA

DA MESA

ADMINISTRATIVA

À ASSEMBLEIA

GERAL

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2016;
2. Que seja transferido para a conta “Resultados Transitados” o Resultado Líquido do exercício € -1.543.943,06.

Porto, 1 de março de 2017



FICHA TÉCNICA

Coordenação

Florbela Guedes

Departamento de Marketing e Comunicação

marketing.comunicacao@scmp.pt

Design Gráfico

B+ comunicação

Fotografia

Hélder Rodrigues

Impressão

Artes Gráficas e Serviços de Imprensa

da Misericórdia do Porto

2017

www.scmp.pt